FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 102 ★ Nº 34.289 SÁBADO, 18 DE FEVEREIRO DE 2023 R$ 6,00

Folionas no bloco das Carmelitas desfilam no bairro de Santa Teresa, no Rio, onde cortejos começaram ontem Tercio Teixeira/AFP

Multinacional burla lei e sites para redimir seus clientes

Investigada em 54 países, Eliminalia prestou serviços no Brasil a acusados de corrupção e tráfico de drogas

Centenas de veículos de mídia em ao menos 54 países, inclusive o Brasil, tiveram conteúdo removido ou escondido de 2015 a 2021 por uma empresa que apaga rastros na internet, informa **Patrícia Campos Mello**.

A multinacional espanhola Eliminalia promete fazer desaparecer links, comentários e informações na internet ou em veículos de mídia por meio de sistemas e gestões que desenvolveu e afirma visar apenas "conteúdo indesejado ou errôneo".

Investigação feita pela **Folha** e outros 30 veículos de mídia no projeto Story Killers, sobre a indústria da desinformação, mostra que a Eliminalia tenta burlar o sistema de busca do Google.

Para tanto, cria sites com notícias inventadas, falsas denúncia de violação de direito autoral para derrubar links e ameaças em nome de supostas autoridades.

Documentos revelam que a empresa prestou serviços a um médico acusado de trabalhar em um centro de tortura na ditadura militar no Chile, um banco investigado por lavar dinheiro para integrantes do regime na Venezuela, um brasileiro-libanês suspeito em um esquema de tráfico de pessoas e um mexicano que operaria no narcotráfico.

Procurado, o fundador da empresa, Diego Sanchez, afirmou por meio de advogados que não responderia às perguntas. Mundo A10

Ex-chanceler será embaixador para mudança do clima

O Itamaraty anunciou a indicação do ex-chanceler Luiz Alberto Figueiredo Machado (2013-2014) como embaixador extraordinário para a mudança do clima, cargo recriado pelo governo Lula (PT). Ele deve representar o Brasil em eventos internacionais sobre o tema. Ambiente B6

Verba de assistência à saúde indígena é a menor em 10 anos

O orçamento de 2023 para assistência de saúde dos povos indígenas, de cerca de R$ 1,5 bilhão, é o menor dos últimos dez anos —24% a menos ante 2014. Já a verba de saneamento básico em terras indígenas soma R$ 145 milhões, quase o triplo do destinado em 2022. Cotidiano B5

ilutrada C1
Sambas-enredo retomam os temas afro e mudam a cadência da bateria

folhinha C7
Furar orelha, usar esmalte nas unhas e colorir cabelo pede alguns cuidados

esporte B9
Ramon Menezes, técnico interino da seleção, tenta repetir argentino Scaloni

PMs em serviço no RJ usam meia com rosto de Bolsonaro

Cotidiano B6

alalaô B1

Fantasia de rainha é um dos hits da festa

Cordões de 'rainhas Elizabeth' usam cores fortes e bolsinha no braço; 'pote de geleia da Shakira' viraliza, e Zés Gotinha celebram vacinação B1

Meias com rosto de Bolsonaro à venda em loja de fardas credenciada no Rio Bruna Fantti/Folhapress

Governo quer dar a servidor federal ajuste linear de 7,8%

Proposta de aumento apresentada ontem, que exclui os militares, também eleva o auxílio-alimentação em R$ 200. Foi calibrada para caber no orçamento de R$ 11,2 bilhões já reservado para o reajuste da categoria em 2023.

Para sindicatos, a defasagem acumulada passa dos 30%. Nova rodada de negociação ocorre na semana que vem. Mercado A19

Hélio Schwartsman
Presidente traiu a frente ampla?

Nos ataques ao BC e no revisionismo de insistir no impeachment de Dilma como golpe, Lula desafia a ideia de pacificação e de busca por consenso. Energiza a militância, mas também ajuda a desagregar a coalizão que ele mesmo tenta construir. Opinião A2

Executivo prepara nova lei de cotas do funcionalismo

Mercado A13

Lula cita mensalão e admite erros no combate à corrupção

O presidente Lula (PT) tem dito a aliados não querer outro escândalo como o mensalão. Ele admite erros nas gestões passadas e cobra empenho contra a corrupção. A5

ISSN 1414-5723
9 771414 572070 34289

ATMOSFERA
São Paulo hoje
23° 17°
0h 6h 12h 18h 24h

EDITORIAIS A2

Difícil equação
Acerca de novos anúncios de gastos e norma fiscal.

Política no varejo
Sobre acerto entre Lula e Lira para liberar verbas.

Deltan questiona neutralidade de juiz que assumiu Lava Jato

Política A7

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Marília Marz

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Difícil equação

Anúncio de novos gastos e renúncia de receitas pelo governo tornam norma fiscal mais urgente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode continuar suas imprecações contra a meta de inflação e os juros fixados pelo Banco Central para alcançá-la, mas só conseguirá avanço sustentável da economia se enfrentar a raiz do problema: o descontrole orçamentário que leva ao crescimento acelerado da dívida pública.

Até aqui, há apenas desconfiança com a retórica e as ações gastadoras do governo.

Além dos R$ 200 bilhões em gastos adicionados ao Orçamento na transição, vão se acumulando novos. O aumento do limite de isenção do Imposto de Renda das pessoas físicas para dois salários mínimos pode causar uma perda de arrecadação em torno de R$ 15 bilhões anuais. Já o novo valor do mínimo demandará R$ 5 bilhões, e aumentos para servidores poderão chegar a R$ 10 bilhões por ano.

A única contrapartida é o pacote anunciado em janeiro pelo ministro da Fazenda, que se ancora no crescimento de receitas —em muitos casos, improvável.

Fernando Haddad promete que o déficit primário federal não superará 1% do PIB neste ano, mas estimativas do setor privado apontam para pelo menos 1,6%. Em qualquer caso, no entanto, a iniciativa não passa de um remendo válido apenas para 2023.

A hora da verdade para o governo petista será a apresentação de uma nova regra fiscal que substituirá o deteriorado teto de gastos inscrito na Constituição.

Diante do agravamento do quadro econômico e do ruído em torno da política monetária, torna-se ainda mais urgente uma definição. É positivo, então, que o ministro da Fazenda tenha se comprometido a antecipar o anúncio para março.

Não se sabe como será tal arcabouço, mas é necessário estabilizar a dívida ou até iniciar um processo de redução ainda no atual mandato presidencial.

Para tanto, deve-se restaurar saldos primários (antes das despesas de juros) positivos no valor de 1,5% do PIB. Do ponto de partida atual, significa um ajuste de 3% do PIB — cerca de R$ 300 bilhões.

A literatura econômica aponta possibilidades. Pode-se adotar como referência uma trajetória de dívida e fazer ajustes no saldo ou implementar controles mais diretos das despesas. Diante dos números, de todo modo, critérios permissivos não resolverão o problema.

Tão importante quanto a regra é instaurar uma cultura institucional de boa conduta orçamentária, com mecanismos de revisão de despesas e de programas obsoletos.

Embora os sinais até aqui não sejam promissores, espera-se que o governo se baseie na racionalidade da administração pública para tomar uma decisão que ditará os rumos da economia adiante.

Política no varejo

Custos da busca de Lula por votos fisiológicos no Congresso apenas começam a aparecer

A experiência do presidencialismo brasileiro ensina que é futilidade esbravejar contra as barganhas à base de cargos e verbas entre o Planalto e o Congresso. Da esquerda à direita, políticos que chegaram ao poder tiveram de se valer do fisiologismo para montar coalizões partidárias e poder governar.

Daí não se conclui que a prática deva ser encarada com fatalismo. Há modos mais e menos virtuosos de conduzir as negociações parlamentares, e circunstâncias mais e menos favoráveis para os entendimentos. O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reconheça-se, tem de operar em um contexto difícil.

Lula foi pragmático ao compor com o centrão, que comanda o Congresso —e particularmente com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que até outro dia era um sustentáculo de Jair Bolsonaro (PL). Os custos dessa aliança apenas começam a tomar forma.

Nesta semana, um acerto entre os dois caciques permitiu que verbas dos ministérios sejam usadas para que deputados novatos, que não participaram da elaboração do Orçamento de 2023, possam destinar dinheiro a obras, eventos e projetos em seus redutos eleitorais.

Assim será cumprida uma promessa de Lira em sua campanha pela recondução ao posto, a um custo estimado informalmente em R$ 3 bilhões. No cálculo mais otimista, a distribuição de verba renderá votos oposicionistas a propostas como a reforma tributária e a nova regra de controle fiscal.

De mais certo, o arranjo piorará um pouco mais a qualidade do gasto público ao pulverizar recursos escassos em ações paroquiais de prioridade mais que duvidosa —para nem falar do risco de desvios e superfaturamentos.

Essa tem sido uma tendência com o enfraquecimento do Executivo e o ganho de poder do Congresso sobre o Orçamento nos últimos anos, infelizmente não acompanhado de maior responsabilização dos parlamentares.

Eleito por margem mínima de votos, Lula conta com sustentação frágil no Congresso —na Câmara, sua base reúne apenas 223 dos 513 deputados. Sua capacidade de negociação depende da generosidade da caneta presidencial.

Nesse cenário, a melhor alternativa, como tem dito esta **Folha**, é estabelecer acordos em torno da agenda de governo. Com a divisão de fato do poder é possível obter apoios mais amplos e duradouros do que os oriundos das barganhas cotidianas no varejo de política.

Lula traiu a frente ampla?

Hélio Schwartsman

Lula traiu a promessa, que o ajudou a eleger-se, de governar com uma frente ampla e sem radicalismos? A resposta, obviamente, depende da área que avaliamos.

A boa notícia é que há campos em que o governo vai bem. Acho que nenhuma das forças que apoiou o petista contra Bolsonaro vai afirmar que a política adotada pelo governo na questão das armas, da abertura dos sigilos ou do combate ao garimpo ilegal está errada. Pode-se discordar de uma ou outra medida, mas não do plano geral.

Há, porém, duas searas em que a retórica do presidente parece mesmo desafiar a ideia de pacificação e busca pelo consenso. A primeira é a economia. É verdade que, durante a campanha, Lula evitou entrar em detalhes. Ele foi na mais perfeita linha "la garantia soy yo". Ainda assim, suas declarações contra a política de juros do BC surpreendem pela simples razão de que provocam efeitos na economia real que vão contra os interesses do próprio governo.

Se o objetivo de Lula era só questionar o nível de juros, teria sido melhor terceirizar as críticas colocando-as na boca de um preposto, como fez nos dois primeiros mandatos, através do vice José de Alencar. O dólar e o juro futuro estariam mais baixos, e o debate não teria sido "vetado".

Igualmente contraproducente é o projeto de revisionismo histórico em que Lula se engajou. Ele não para de repetir que o impeachment de Dilma foi um golpe e assinou, como membro do Diretório Nacional do PT, uma resolução que qualifica os casos de corrupção em que o partido se envolveu como "falsas denúncias". Se um pouco de revanchismo ajuda a energizar a militância petista, ele também contribui para desagregar a coalizão que o próprio Lula tenta construir. Vários de seus ministros (e o vice) apoiaram o impeachment, sem mencionar cerca de duas centenas de parlamentares que o aprovaram e de cuja colaboração o presidente precisará para tocar seu governo.

helio@uol.com.br

Os rugidos do mercado nervoso

Cristina Serra

Minha coluna "Os extremistas do mercado" (11/2) provocou réplica grosseira do economista Alexandre Schwartsman ("Pios", 16/2). Em resumo, ele disse que o que escrevi "não é verdade", ou seja, menti, e que não fiz bem o meu trabalho ao não pesquisar as atas do Banco Central com críticas à política fiscal de Bolsonaro.

O economista mostrou-se particularmente agastado com a frase "O mercado e o BC de 'Bob Neto' [Roberto Campos Neto] não deram um pio sobre a farra fiscal de Bolsonaro", que considero perfeitamente cabível em contraste com os rugidos do mercado e do presidente do BC contra Lula. Impressionante a quantidade de vezes que "Bob Neto" associou Lula à palavra "incerteza" desde a eleição. Está tudo publicado.

Parece que o economista não entendeu o cerne político do debate. Lula tem legitimidade e fez bem em pautar a discussão sobre juros. Tanto é que "Bob Neto" modulou seu discurso. Disse que o investidor precisa ter "boa vontade" com o governo "que só tem 45 dias". Acrescento: e que enfrentou tentativa de golpe.

O economista disse que meu artigo "ecoa" a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e que tenho "políticos de estimação". Declarei meu voto em Lula por reconhecer seu compromisso com a democracia e ver nele o único candidato que poderia derrotar o fascismo. Diante da barbárie, neutralidade é covardia. Sim, escolhi um lado.

Também fiz isso por respeito ao leitor, que tem o direito de saber o que penso. Meu voto em Lula, contudo, não compromete minha independência como jornalista. Aqui neste espaço já critiquei decisões do presidente.

Outro tema crucial é a independência do BC. Questionei a relação de "Bob Neto" com o onipresente banqueiro André Esteves, revelada num áudio. O zeloso arquivista de atas do Banco Central bem que poderia ter mostrado em qual delas foi discutida a promiscuidade e o conflito de interesses de tal relação. Mas sobre esse assunto o economista não deu um pio.

Sai a serpentina, entra o celular

Alvaro Costa e Silva

Em suas crônicas, contos e sobretudo no romance "O Espelho Partido", Marques Rebelo se esbalda com cenas do Carnaval carioca. O dos anos 1930 e 40, auge do confete, da serpentina, dos umbigos de fora, do lança-perfume. Descreve o escritor a formação de um bloco de sujos:

"Os trombones gemiam. O bombo martelava. As vozes femininas esganiçavam, enquanto as masculinas eram surdas e graves. Sempre em frente, unidos como as escamas de um peixe, partíamos a noite de forno em dois pedaços e, de cada abrasada calota, com árvores, fachadas, andaimes, letreiros e postes, vinha gente se aglutinar ao improvisado bloco, que se iniciara no Estácio, à volta dos poucos instrumentistas com casquetes de papel, propaganda em tricromia da cerveja Fidalga, regato que se fizera rio encorpado, lambendo as calçadas ao seu rolar".

Nunca mais esse Carnaval, o que não é necessariamente bom ou ruim. É só o tempo passando, alheio tanto a tradições quanto a caretices. Ainda existem os blocos de improviso (não confundir com bloquinhos) que nascem na esquina, desfilam do jeito que dá e se desfazem, de cansaço ou de birita, no percurso. São raros. A avenida hoje é dos megablocos milionários e aliados do poder público.

Neles o celular é obrigatório. Aliás, é assim em todo lugar: no Congresso, no futebol, nos shows, nos passeios, nos bares e restaurantes, no metrô, nas ruas (um mundo de gente falando sozinho) e até na cama. Por que seria diferente no reinado de Momo? Quem olha para a Anitta, a Ludmilla ou a Alessandra Negrini no alto dos carros também se sente, mesmo no chão, uma celebridade e não pode deixar de registrar o momento de glória.

Só que o celular, entre as invenções da humanidade, é a menos carnavalesca de todas. Se a ideia da festa é se perder, ele faz o contrário: acha o folião em tempo real. Deve ser por isso que, a cada ano, há um novo recorde de aparelhos furtados.

Indígena não é fantasia

Txai Suruí

Coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental - Kanindé e do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia

Como ousam reduzir nossa existência a seres inferiores de pouca inteligência quando somos ricos em nossas culturas e cosmologia? Não se envergonham de nos silenciar ao reduzir a coragem das nossas mulheres a apenas corpos exóticos? Ou de reforçar estereótipos desrespeitando nossas pinturas e adereços sagrados?

Por que decidem nos "homenagear" no Carnaval, mas quando protestamos por nossos direitos dizem que somos nós os invasores? Por que quando exaltamos nossas culturas e reforçamos nossa identidade somos questionados sobre elas? "São índios de verdade?".

A ativista Samela Sateré Mawé afirma que com fantasias e "homenagens as pessoas reproduzem estereótipos sobre nossos povos. Sempre vejo essas pessoas baterem a mão na boca, falar errado, sexualizar corpos... Coisas que nós não fazemos. São estereótipos assim que queremos desconstruir. Outra questão está relacionada a nossos adereços e pinturas sagradas, que não podem ser banalizados nem descaracterizados. É uma questão de respeito às nossas cosmologias".

Em sua maioria, as pessoas que escolhem utilizar pinturas e adereços indígenas no Carnaval não estão preocupadas com os significados sagrados daquilo ou com a realidade dessas comunidades, tampouco se importam se reforçam o imaginário de um indígena selvagem, burro e preguiçoso. Reforçar esse tipo de estereótipo pode não ferir diretamente uma pessoa indígena específica, mas fortalece o racismo estrutural.

Quando pensamos em racismo logo pensamos em uma violência direta contra uma pessoa —quando ela é impedida de entrar em algum lugar ou recebe salário inferior ou é ofendida. Mas, para compreender o racismo, é necessário entender o conjunto estrutural, como nos ensina Silvio Almeida. O ministro e professor nos diz que o racismo é uma forma de racionalidade, uma forma de normalização das relações. É formado por ações conscientes e inconscientes que sustentam as desigualdades, entranhadas na economia, na política e na subjetividade.

Nunca se diz que há terras demais para grandes e ricos latifundiários, que têm o direito de protegê-las a qualquer custo. Mas sempre se diz que há muita terra para poucos indígenas. E nossos territórios permanecem sob ameaças e invasões.

Vemos esse racismo expressado até no modo como somos tratados nos estabelecimentos comerciais; seremos bem tratados ou seguidos pelo segurança?

Lembremos mais uma vez a situação do povo yanomami, denunciada por meses durante o governo Bolsonaro sem que ninguém tomasse uma atitude. Normalizamos e naturalizamos a violência contra as pessoas indígenas.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

A reforma da Previdência deve ser revista?

Não Remédio amargo

Regramento garante sustentabilidade e universalização da proteção social

Zélia Luiza Pierdoná

Procuradora da República e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, é especialista em direito previdenciário

A reforma da Previdência não deve ser revista —ao contrário, deve ser defendida, seja pensando no passado (correção e adequação dos plano previdenciários desenhados a partir da Constituição de 1988), seja pensando no futuro (garantir a sustentabilidade da proteção previdenciária, não apenas para os atuais beneficiários como também para as futuras gerações).

Ademais, a reforma contribui para que o Estado brasileiro consiga saldar seu débito social para com as populações mais vulneráveis, por meio da efetivação e potencialização dos outros direitos de seguridade social (assistência social e saúde).

A proteção previdenciária é destinada ao trabalhador e seus dependentes. Estrutura-se na forma de "seguro social". Sua lógica é a concessão da proteção futura de um benefício ao trabalhador que não possui mais capacidade laboral. A efetivação da proteção e o seu valor dependem do quanto de contribuição foi cotizada para o sistema.

No Brasil, os planos previdenciários desenhados a partir da Constituição de 1988 não se atentaram para a referida premissa, fazendo com que o reconhecimento de direitos não observasse integralmente a natureza securitária da proteção, impondo a toda sociedade a complementação de seu financiamento.

Apenas para dimensionar o problema, em 2021, segundo o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do governo federal, a receita das contribuições previdenciárias totalizou R$ 410 bilhões (cotizações pagas pelos trabalhadores e por quem os remuneram), enquanto os benefícios do regime geral totalizaram R$ 684 bilhões (sem mencionar os regimes dos servidores públicos civis e militares). Assim, a diferença foi suportada por toda a sociedade por meio das outras contribuições de seguridade social, as quais devem também financiar os outros dois subsistemas de seguridade social (assistência e saúde).

Além disso, a proteção previdenciária deve se ater aos fenômenos e alterações da realidade social, o que implica necessariamente dizer que ela deve ser mutável na mesma proporção. Essa conexão entre realidade e proteção social deve ser perseguida pensando tanto no presente como no futuro, já que um dos pilares da proteção previdenciária é a solidariedade intergeracional entre trabalhadores. A reformatação que a sociedade vem experimentando nas últimas décadas (aumento do tempo de vida, envelhecimento da população, diminuição da taxa de natalidade, aumento nos cuidados de saúde, diminuição da população ativa, mudanças na configuração do mercado de trabalho, transição tecnológica, economia digital, proteção de imigrantes e refugiados e novos riscos sociais, como as pandemias), por si só, já demonstram a necessidade de alterações, como têm destacado os organismos internacionais, a exemplo da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

> [...]
>
> A reforma contribui para que o Estado brasileiro consiga saldar seu débito social para com as populações mais vulneráveis, por meio da efetivação e potencialização dos outros direitos de seguridade social (assistência social e saúde)

Nesse contexto, as escolhas políticas sobre alterar ou não o desenho da proteção previdenciária são maiores ou menores a partir das causas que as motivam. Pelos números da crise financeira da Previdência Social, com déficit contínuo e crescente, não apenas foi como continua sendo necessário e justificável o seu redesenho, mediante as reformas constitucionais e infraconstitucionais, visando garantir a sustentabilidade da Previdência à luz da responsabilidade intra e intergeracional e de todo o sistema de seguridade social.

Por fim, a efetiva proteção social pressupõe a atuação conjugada entre direitos previdenciários e assistenciais. Entretanto, apesar da extrema desigualdade existente no Brasil, a discussão é seletiva e restrita à Previdência, delegando-se a um segundo plano os direitos assistenciais, genuinamente distributivos, já que destinados aos mais vulneráveis.

Sim Redução das desigualdades

É necessário que se crie critério autônomo de reajustamento dos benefícios

Wagner Balera

Advogado e professor de direito previdenciário na PUC-SP, é sócio de Balera, Berbel e Mitne Advogados

Quando se cogita tratar de reforma previdenciária, o que já se fez diversas vezes desde a Constituição de 1988, o primeiro argumento é, invariavelmente, o do déficit do sistema.

Ninguém se pergunta sobre a veracidade ou falsidade do argumento. Os que querem a reforma afirmam, categoricamente, que há déficit. E, os que não a querem, dirão o contrário. O pior é que, sempre e sempre, sem nenhuma prova.

Portanto, o primeiro "sim" é o de que deve existir, necessariamente, a reforma do financiamento da seguridade social a partir de adequado cálculo atuarial, a fim de que se cumpra o objetivo constitucional do equilíbrio financeiro do sistema —vale dizer, que as entradas sejam suficientes para custear as saídas.

O segundo "sim" à reforma é, igualmente, o cumprimento do objetivo constitucional da redução das desigualdades. Aliás, esse foi o mote da primeira reforma (1998), de algum modo observada nas demais.

É urgente a redução das assimetrias entre os beneficiários do regime geral e dos regimes próprios, isto é, os servidores públicos civis, militares e integrantes dos Poderes do Estado. Entretanto, cada reforma tratou de jogar esse caminho rumo à igualdade para um porvir distante.

Urge, pois, para que se implante o bem-estar —objetivo último da seguridade social— que a reforma seja, sim, a da radical redução do abismo de desigualdades que existe entre os regimes.

Outro problema que este tema traz à baila é o do critério apto a determinar a fixação de certa idade mínima para as aposentadorias.

Para que tal discussão não se transforme num cabo de guerra, podemos pensar no elemento central a ser considerado: a idade em que se situa a sobrevida média dos brasileiros, com o incômodo componente (incômodo para este efeito, entenda-se bem) de que as mulheres detêm sobrevida maior que a dos homens.

Portanto, se defendo isonomia na idade, estou, naturalmente, beneficiando as mulheres. Exemplifico: um homem se aposenta aos 65 anos e terá aproximados oito anos de sobrevida, pois morre em média aos 73 anos. Por seu turno, uma mulher que se aposente com a mesma idade de 65 anos terá aproximados 15 anos de sobrevida, posto que a idade média da morte dela será aos 80.

> [...]
>
> É urgente a redução das assimetrias entre os beneficiários do regime geral e dos regimes próprios, isto é, os servidores públicos civis, militares e integrantes dos Poderes do Estado. Entretanto, cada reforma tratou de jogar esse caminho rumo à igualdade para um porvir distante

É só não nos esquecermos que cada ano a mais na fruição da aposentadoria significa maior dispêndio para o caixa da seguridade social.

Um terceiro problema que nos impõe a resposta afirmativa consiste no critério de reajustamento dos benefícios. Hoje esse critério atrela o reajuste ao indexador aplicável ao salário mínimo.

Ocorre que em lugar nenhum está garantido que o aumento da arrecadação de contribuições será proporcional ao incremento do salário mínimo. Essa variável depende do conjunto da economia que, no mais das vezes, oscila ao sabor de outras questões, sobretudo do que se prefere denominar genericamente de mercado.

Portanto, é necessário que se crie critério autônomo de reajustamento dos benefícios e que, mediante tal critério, seja garantido, consoante exigência constitucional, o poder aquisitivo que a prestação previdenciária detinha desde o momento da respectiva concessão.

A trágica ausência de visão de conjunto do fenômeno da seguridade social a transformou no bode expiatório dos desequilíbrios econômicos.

Reforma, sim, para que o debate ponha verdade onde hoje só existe enorme confusão.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Obra presente em mostra 'Tomie Dançante', no Instituto Tomie Ohtake, e que foi capa da Ilustrada na edição de sexta
Divulgação

Salário mínimo

"Lula anuncia salário mínimo de R$ 1.320 e isenção do Imposto de Renda de R$ 2.640" (Mercado, 16/2). Incompetência ontem, hoje e sempre. Qualquer criança sabe que aumentar despesa sem contrapartida de redução em outras áreas é suicídio. Ninguém fala em reforma administrativa que deveria ser a prioridade doe qualquer governo decente. O ilusionismo na conduta desses incompetentes está só começando. A tragédia brasileira que começou em 2003 continuará para sempre.
Raymond Kappaz (São Paulo, SP)

*

E a atualização da tabela que tanto golpeia o pobre e a classe média?
Graça Almeida (Belo Horizonte, MG)

*

Duro golpe na arrecadação? Mas e se taxar mais ricos, milionários, jatinhos, não vai suavizar esse golpe?
Fabiana Schiavon (São Paulo, SP)

*

Excelente! Parece pouco, mas ajuda muito quem ganha pouco. Parabéns, presidente Lula!
Antonio Vicente Netto (São Paulo, SP)

Elo

Assim como Itabira, a milícia também é apenas uma fotografia na parede. Lula está se tornando um poeta ("Lula ignora elo de ministra com milicianos ao tratar caso só como uma fotografia", Política, 17/2).
Carlos Victor Muzzi Filho (Belo Horizonte, MG)

*

Lula tem razão. Uma foto ao lado de alguém não vale nada, mas é um indício de uma eventual ligação, que precisa ser investigado, até para o bem da ministra.
Silvio Lima (Camaragibe, PE)

Atividades partidárias

Fugindo da Justiça, o marido envia a mulher para tentar recuperar seu esvaziado capital político... Parece enredo de filme policial! ("Michelle inicia atividades partidárias no PL e encontra deputadas", Painel, 15/2). A ironia é que ela tomou gosto pela coisa, o que provoca ciumeira nos descendentes do clã! De evangélica fervorosa ao ensaio para chegar à Presidência! Que carreira!
Jane Medeiros (Rio de Janeiro, RJ)

Segunda instância

"Moro obtém apoio no Senado para tentar retomar projeto de prisão em 2ª instância" (Política, 15/2). Com o atual governo, que tem um histórico de inúmeras e grandiosas práticas de corrupção, e o STF, infestado de protetores de corruptos poderosos, é quase impossível haver a aprovação da sensata, justa e imprescindível prisão em segunda instância.
Jorge Rodrigues (Rio de Janeiro, RJ)

*

Sergio Moro continua provando que não entende de direito. São só convicções pessoais sem qualquer embasamento.
Gustavo Henrique Nardo (Jundiaí, SP)

*

Mais importante do que saber a instância em que o réu será preso, é saber se ao réu foi facultado o devido processo legal e acima de tudo saber se o julgador é isento e não está contaminado por interesses pessoais.
Mateus Vaz de Sá (Goiânia, GO)

Capa

Amei essa capa da Tomie Ohtake (Ilustrada. 17/2), velhinha adorável e que ousadia! Parabéns para a Ilustrada por escolher essa obra para a abertura do Carnaval de 2023!
José Antônio Garbino (Bauru, SP)

Rumores

Janja é dona de si. Ela e eu. Quer sumir das redes, some. Quer aparecer, aparece. Simples assim ("Janja falta a aniversário do PT, se recolhe nas redes e alimenta rumores", Política, 17/2).
Maristela Ramos (Uberaba, MG)

*

Complicado agradar aos outros, hein? Se está ao lado é intrometida, se fica em casa é omissa. Deixem a mulher em paz. Ela tem o protagonismo dela.
Amabile Zavattini (Rio Claro, SP)

Garimpo ilegal

"PF mira grupo suspeito de 'esquentar' mais de R$ 4 bi em ouro extraído de garimpos ilegais" (Mercado, 16/2). Os eleitores brasileiros precisam agir logo, no sentido de renovar o Congresso Nacional. É bancada da bala, da Bíblia, da boiada, da milícia, do garimpo... É muita loucura!
Jocimar Bruno dos Santos (Rio das Ostras, RJ)

Consciência

"EUA pedem ao Brasil para se colocar no lugar da Ucrânia" (Mundo, 16/2). Brasil certíssimo! Se é contra guerra é contra apoiar esse ou aquele!
Elisabeth Beraldo Faria (Mogi das Cruzes, SP)

*

A invasão da Ucrânia pela Rússia de Putin é injustificável. Se espera, portanto, que o Brasil se mostre contra essa condenável posição adotada pelos russos!
Rivaldo Otero (Santos, SP)

Gato

"Gatonet não é uma opção de consumo" (Maria Inês Dolci, 15/2). As operadoras de TV e serviços de streaming por assinatura precisam fazer a sua parte para reduzir a pirataria no país, oferecendo pacotes que atendam às preferências e condições econômicas dos assinantes.
Paulo da Luz (Cuiabá, MT)

Concurso público

"Concurso público pode mudar e ter provas que avaliem habilidade e competência" (Mercado, 16/2). Vamos falar a verdade: concurso público no Brasil é uma das coisas mais anacrônicas que existe. A quase totalidade das repartições é lotada de gente acomodada que, depois de superada a barreira de entrada, sente que ganhou a sorte grande e que agora é trabalhar o mínimo possível e contar com o bom salário até a aposentadoria.
Rodrigo Andrade (Belo Horizonte, MG)

Celular

"O que aprendi em 24 horas sem meu celular" (Tati Bernardi, 16/2). E pensar que eu vim a ter um smartphone somente em 2016. Hoje não abro mão do bichano, mas sem muito troca-troca. Atualmente é o meu segundo. Acho que ele é isso mesmo, um reservatório de coisas íntimas: dados de contato, fotos, anotações, aplicativos que facilitam a vida, tudo isso à mão. Bom saber que você tem uma vida colorida e agitada mesmo sem ele...
Paloma Fonseca (Brasília, DF)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Onda

O fluxo de venezuelanos para o Brasil no mês de janeiro, o primeiro do governo Lula (PT), intensificou na comparação com o ano passado. Foram 16.939 pessoas a chegar do país vizinho, segundo a Polícia Federal. É o maior patamar desde janeiro de 2022, e um acréscimo de 16,6% sobre o primeiro mês do ano passado, quando entraram 14.521 venezuelanos no país. Em todo o ano passado, foram 441 pessoas entrando no Brasil diariamente, contra 546 em janeiro de 2023, ou 23,8% a mais.

CONTEXTO Governado pela ditadura de Nicolás Maduro, a Venezuela vive uma crise humanitária há mais de uma década, em razão da profunda crise econômica que afeta o país. Procurada, a Operação Acolhida, que lida com a chegada dos venezuelanos ao país, não se manifestou sobre o aumento nos números.

REFORÇO A 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Roraima recebeu um novo juiz auxiliar após a Corregedoria Nacional de Justiça, ligada ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça), pedir esclarecimentos sobre a atuação da unidade, que atende questões ligadas aos yanomamis no estado. Cabe a ela combater as atividades ilegais na Terra Indígena, tais como o garimpo e invasões, por exemplo.

CHEGA MAIS O juiz federal substituto Rodrigo Meireles Ortiz, que está no cargo desde 7 de fevereiro com dedicação exclusiva, receberá o reforço de Gabriel Augusto Faria dos Santos, que irá acumular as atividades com o ofício que exerce na 3ª Vara de Roraima.

SOY LOCO... A diplomacia brasileira mobilizou outros governos de esquerda latino-americanos para uma rara nota conjunta em condenação à decisão de Israel de construir novos assentamentos nos territórios palestinos ocupados.

...POR TI A manifestação, divulgada na sexta-feira (17), é assinada por Brasil, Argentina, Chile e México. O texto critica duramente a ação israelense. A sugestão partiu do Itamaraty, e a nota conjunta foi viabilizada em menos de 48 horas.

VEJA BEM Após ter dito em nota que processos administrativos abertos contra servidores que não apresentaram comprovante de vacinação contra a Covid-19 continuariam mesmo com nova lei sobre o tema, o governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) corrigiu a informação. Na quarta-feira (15), Tarcísio vetou a exigência do certificado da vacinação em São Paulo.

ACABOU Segundo a assessoria do governador, a nova informação é de que os processos abertos serão encerrados. Ou seja, a lei vai retroagir para beneficiar os implicados.

GRANA Tarcísio pretende quintuplicar os contratos com municípios feitos por meio do Desenvolve SP, agência de fomento ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado. Em 2023, a previsão é de projetos que totalizem R$ 749 milhões, contra R$ 140,3 milhões no ano passado. Os projetos incluem desde obras viárias até iniciativas de melhoria de gestão pública.

BAND-AID O PL aposta que conseguirá chegar a entendimento com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e indicar o comando da comissão de Infraestrutura. Após a eleição na qual o mineiro derrotou Rogério Marinho (PL-RN), seus aliados viam como baixas as chances de um acordo por espaços, tendo em vista o clima acirrado da disputa.

VISITA À FOLHA Juliano Medeiros, presidente do PSOL, esteve no jornal nesta sexta-feira (17). Acompanhava-o Fernando Busian, assessor de comunicação.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
344.969 exemplares (dezembro de 2022)

Prefeitos e governadores reorganizam alianças por 2024 e apoio legislativo

Administradores municipais miram reeleições no ano que vem, e gestores estaduais buscam ampliar suas bases nas Assembleias

José Matheus Santos e Caue Fonseca

RECIFE E PORTO ALEGRE Passadas as eleições de 2022, governadores e prefeitos buscam novas alianças a fim de consolidar a governabilidade e conquistar um palanque competitivo para os pleitos municipais do próximo ano.

Nas capitais, as articulações envolvem mais prefeitos que buscam reeleição e novos segmentos do eleitorado. Já os governadores tentam organizar a sustentação das bases aliadas nos legislativos estaduais e a ampliação do leque de aliados nos municípios.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD) Eduardo Anizelli - 6.fev.23/Folhapress

Um exemplo: aliado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), atraiu o PT a sua base com a nomeação de três secretários petistas para o Executivo municipal.

PSB e PDT, da base lulista no plano federal, também foram contemplados com nomeações no primeiro escalão da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Em 2020, Paes foi eleito pelo extinto DEM, que se fundiu ao PSL e virou União Brasil. Agora, as amarras com a esquerda tendem a afastar o segmento do eleitorado ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O prefeito do Recife, João Campos (PSB) Marlene Bergamo - 8.mar.22/ Folhapresss,

"É a primeira frente democrática se formando contra o bolsonarismo na capital [fluminense]. Lá no Rio, por exemplo, se discute a possibilidade de Flávio Bolsonaro ser candidato a prefeito. Temos que nos colocar em oposição a isso, e o melhor que reúne essas condições é o prefeito Eduardo Paes", diz o presidente do PT do Rio, João Maurício de Souza.

Para ele, ações dos governos federal e municipal, sobretudo em programas sociais, podem ajudar a construir uma eventual maioria pró-Eduardo Paes no Rio. No pleito de 2022, Bolsonaro venceu Lula na capital fluminense por uma diferença de 5,3 pontos percentuais.

O PT quer a vice de Paes em 2024, mas ele ainda não se comprometeu em ceder a vaga e tem dito a aliados que só fará esse debate no próximo ano.

No Recife, o prefeito João Campos (PSB) convidou o PT a participar da sua gestão. Em 2020, ele foi eleito após fazer campanha com discurso antipetista no segundo turno.

"Não concordamos com aquela posição [de João Campos em 2020], fomos contra. Mas avaliamos que hoje o momento conjuntural na política, após a vitória do presidente Lula, nos obriga a construir a defesa da democracia", afirma Cirilo Mota, presidente do PT da capital pernambucana.

O PT, que governou Recife por 12 anos, já aceitou o convite e deverá ocupar duas secretarias na prefeitura. A tendência é não lançar candidatura própria pela primeira vez desde a fundação e que apoie a reeleição de Campos.

No Ceará, a maioria dos deputados do PDT embarcou na base do governador Elmano de Freitas (PT).

Os pedetistas tiveram como candidato em 2022 o ex-prefeito de Fortaleza Roberto Cláudio, mas o PT venceu no primeiro turno. Além disso, os dois partidos tiveram divergências sobre os embates entre Ciro Gomes e Lula no pleito presidencial.

Já a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), agora conta com o PSD entre os seus aliados.

O grupo político da senadora Zenaide Maia, recém-filiada ao PSD, assumiu a direção do partido no estado. Até 2022, a sigla era comandada pelo grupo de Fábio Faria, ex-ministro de Bolsonaro.

Outro fluxo migratório possível é o de prefeitos para partidos alinhados politicamente ao governo estadual.

Em Pernambuco, a expectativa do núcleo da governadora tucana Raquel Lyra é que uns 30 prefeitos deixem o PSB e se filiem ao PSDB até 2024.

Na Bahia, PSD e MDB têm sido cortejados por prefeitos. Ambos fazem parte da sustentação do governo de Jerônimo Rodrigues (PT) e a migração pode criar um canal de diálogo com o Palácio de Ondina.

O deputado federal Otto Alencar Filho (PSD) avalia que as movimentações do troca-troca partidário devem se intensificar seis meses antes das eleições municipais de 2024.

Também aliado do governo do PT, o presidente do MDB baiano, o ex-deputado Lúcio Vieira Lima, acredita que o número de prefeitos subirá em relação aos atuais 17 —destes, dois já entraram no partido após o pleito de 2022.

"Não queremos guerra para pegar prefeitos em partidos aliados, mas quem quiser vir o MDB estará aberto", diz Lima.

Em São Paulo, PSD e Republicanos estão entre os mais cotados para receber filiações de prefeitos, após a derrocada do PSDB, que comandou o estado por praticamente 28 anos.

Em Porto Alegre, o prefeito Sebastião Melo (MDB) pavimentou candidatura à reeleição em 2024 convidando o PSDB —que tem quatro vereadores— a ingressar no governo. Os tucanos aceitaram o convite, recebendo em troca a Secretaria de Cultura e Economia Criativa, mas afirmando não haver comprometimento eleitoral futuro.

A aliança é particularmente curiosa porque Melo, meses antes, pediu votos contra o próprio partido ao apoiar Onyx Lorenzoni (PL) contra Eduardo Leite (PSDB), que terminaria reeleito governador do Rio Grande do Sul.

O vice de Leite é Gabriel Souza, também do MDB, que agora tenta ignorar a traição de Melo e usar a aliança como argumento para que o PSDB também o apoie à sucessão de Leite em 2026.

O movimento de Melo enfraquece um possível retorno à disputa do ex-prefeito Nelson Marchezan (PSDB), terceiro colocado em 2020, e praticamente assegura que a capital gaúcha tenha nas urnas uma polarização clara entre direita e esquerda, que também está fortalecida.

O eleitorado de Porto Alegre elegeu Lula nos dois turnos na eleição passada e por pouco não foi responsável por uma vitória de Edegar Pretto (PT) sobre Leite. Já Melo abraçou o bolsonarismo com entusiasmo ao longo do mandato em parceria com o seu vice, Ricardo Gomes, que migrou do DEM para o PL no ano passado.

Sem possibilidade de reeleição, Leite mira o Palácio do Planalto em 2026, deixando ainda mais acirrada a disputa interna na base governista pela sua sucessão.

O tucano agiu rápido para iniciar o ano legislativo com uma base quase duas vezes superior ao número de deputados eleitos na sua coligação. Após largar com 17 nomes eleitos, pode chegar a até 35 deputados ao seu lado na Assembleia gaúcha.

Sem muito esforço, atraiu nove deputados de PP, PTB e PSB, aliados desde o governo passado, e tem como novidade na base o PDT, com quatro cadeiras. Leite, todavia, não conseguiu a adesão do PL e ainda trabalha para selar uma aliança formal com o Republicanos, cada um com cinco deputados.

"Eu não contaria com o Republicanos como base ainda. Por ora, inauguramos a categoria dos 'independentes comprometidos'. Os partidos que não fazem parte da base, mas se comprometem a ajudar o governador no que for de interesse do Rio Grande do Sul", diz o líder do governo, Frederico Antunes (PP).

> **"É a primeira frente democrática se formando contra o bolsonarismo na capital [fluminense]. Lá no Rio, por exemplo, se discute a possibilidade de Flávio Bolsonaro ser candidato a prefeito. Temos que nos colocar em oposição a isso, e o melhor que reúne essas condições é o prefeito Eduardo Paes**
>
> **João Maurício de Souza**
> presidente do PT do Rio de Janeiro

Lula cita mensalão, cobra aliados a agir contra corrupção e admite erros

Presidente tem afirmado que todos têm responsabilidade de fiscalizar e evitar irregularidades

Catia Seabra e Thiago Resende

BRASÍLIA O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem repetido a aliados não querer enfrentar outro escândalo como o do mensalão —principal caso de corrupção do primeiro mandato do petista e até hoje uma fonte de desgaste para o partido.

Lula tem feito a avaliação reservada a assessores. Nessas conversas, pede empenho na fiscalização e controle do governo; e também destaca que todos têm responsabilidade no combate à corrupção.

Segundo pessoas que acompanham o petista, Lula tem demonstrado a intenção de consolidar sua biografia com o terceiro mandato, tentando se firmar como o líder popular que derrotou a extrema direita no país e reduzir o peso eleitoral que antigos casos de corrupção impõem ao PT.

A pretensão do presidente, no entanto, pode esbarrar na aliança que ele firmou com o centrão, o que inclui a nomeação em postos-chave de empresas que já foram alvo de denúncias de irregularidades.

Petistas reconhecem que o tema corrupção é uma vulnerabilidade do partido. O tema, segundo membros da legenda, teve peso na votação apertada em outubro, quando Lula venceu o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por 50,9% dos votos válidos contra 49,1%.

A **Folha** ouviu relatos de pessoas próximas ao presidente, que tiveram conversas reservadas com ele na formação do novo governo e no início da gestão. Nelas, o presidente reconhece que houve erros nas gestões anteriores.

Lula (PT) discursa em evento de aniversário de 43 anos do PT Gabriela Biló - 13.fev.23/Folhapress

Na opinião de aliados, o terceiro mandato é fundamental para que casos de corrupção como o mensalão se descolem da imagem de Lula.

Hoje com 77 anos, ele diz que não há espaço para erros nessa etapa da sua trajetória.

O mensalão foi um esquema ilegal de financiamento político em troca de apoio parlamentar no primeiro mandato de Lula (2003-2006). Foi revelado em 2005 pelo então deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) em entrevista à **Folha**. O discurso do presidente foi se ajustando ao longo do tempo até que ele passou a admitir os erros no governo, mas sem apontar culpados.

Adversários de Lula usam frequentemente denúncias de corrupção nos governos do PT —em especial o mensalão e o petrolão— como munição para atacar o petista.

Na campanha de 2022, uma das principais estratégias de Bolsonaro foi associar Lula a casos de corrupção. O ex-mandatário e aliados frequentemente se referem a Lula como "ex-presidiário", em referência aos 580 dias que o petista permaneceu preso devido a condenação na Lava Jato —posteriormente anulada.

Como resposta, a estratégia eleitoral da sigla foi lembrar mecanismos anticorrupção criados nos governos petistas.

Durante a campanha, Lula foi questionado sobre o mensalão no Jornal Nacional. Na ocasião, ele insistiu no discurso de que seu governo criou mecanismos de investigação que expuseram a corrupção.

> "Na hora em que houver uma denúncia, vamos ver internamente, através da CGU, a investigação [do caso] para saber se tem procedência a denúncia
>
> **Lula (PT)**
> presidente da República, em entrevista à CNN Brasil

Durante a campanha, Lula inclusive chegou a apresentar medidas de Dilma e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) como suas. É o caso da Lei Anticorrupção, que responsabiliza empresas por crimes contra a administração pública, sancionada por Dilma em 2013, e a criação da CGU (Controladoria-Geral da União), fundada pelo tucano em 2001.

Hoje, esses dois instrumentos devem ser usados para reforçar o sistema de fiscalização do governo. Uma ideia é ampliar a atuação do órgão de controle, que tem escritórios em todos os estados, em investigações da Polícia Federal.

Integrantes do governo têm a visão de que, ao ampliar as investigações, haverá uma inibição a práticas ilícitas, além de aumentar as chances de denúncias de irregularidades.

Em entrevista à CNN Brasil nesta quinta (16), Lula foi questionado sobre qual será o critério para decidir se um integrante do governo será exonerado ou não quando houver denúncia de irregularidades.

O presidente ressaltou a importância da CGU nesse processo. "Para mim, todos, sem distinção, terão direito à presunção de inocência. Na hora em que houver uma denúncia, vamos ver internamente, através da CGU, a investigação [do caso] para saber se tem procedência a denúncia", disse. "Se tiver culpa, a pessoa simplesmente sairá do governo."

Na mesma entrevista, ele minimizou o elo da ministra Daniela Carneiro (Turismo) com milicianos da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

Para ampliar a base do governo, Lula tem feito negociações com o centrão e distribuído cargos em estatais, como a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), que é investigada por suspeita de corrupção em obras de pavimentação.

O governo também fez um acordo com Arthur Lira (PP-AL) para que parte da verba de ministérios seja usada para bancar emendas de parlamentares novatos que ajudaram a reeleger o presidente da Câmara dos Deputados.

Quando o esquema do mensalão foi revelado, Lula primeiro insinuou em uma entrevista em Paris que o caixa dois eleitoral era disseminado entre partidos no país.

Semanas depois, pressionado, fez pronunciamento ao lado de ministros dizendo que estava indignado com as "revelações que chocam o país".

Com o passar dos anos, mudou o tom. Em 2010, ainda como presidente, classificou a crise política vivida como uma "tentativa de golpe".

O Supremo concluiu o julgamento do mensalão em 2013, condenando 25 pessoas, incluindo o ex-ministro José Dirceu, coordenador da vitoriosa campanha de 2002. Entre os condenados, também estavam dois líderes de partidos hoje ligados ao bolsonarismo: Jefferson, do PTB, e Valdemar Costa Neto (PL).

Após anos longe dos holofotes, Dirceu tem sido reabilitado por lideranças do PT.

No ato em comemoração aos 43 anos do PT, nesta semana, o ex-ministro recebeu uma saudação de Lula.

"Companheiros e companheiras, eu quero agradecer cada um de vocês, mulheres e homens. Companheiro José Dirceu, agradecer a você porque eu sei o quanto você foi solidário ao que eu passei. Quero agradecer a todos os presidentes do partido e aqui estou vendo a Gleisi e o Rui Falcão, José Dirceu e eu mesmo já fui presidente [do partido]", disse.

Gestão mantida na Codevasf teve irregularidades, afirma CGU

Artur Rodrigues

SÃO PAULO Apurações da CGU (Controladoria Geral da União) sobre contratos de pavimentação da Codevasf flagraram um combo de irregularidades em três estados, incluindo asfalto que esfarela como farofa e forma crateras, além de maquiagem na prestação de contas e indícios de superfaturamento.

A Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), estatal entregue na gestão de Jair Bolsonaro (PL) ao centrão em troca de apoio, já é investigada por suspeita de corrupção em pavimentação.

Relatórios da CGU envolvem contratos dos últimos anos que, somados, chegam a R$ 100 milhões, nos estados da Bahia, de Sergipe e do Amapá.

Entre as empresas à frente de parte dos contratos avaliados está a Engefort, a campeã de verbas de pavimentação da Codevasf e suspeita de ter sido beneficiada por um cartel de companhias que fraudaria disputas da estatal.

Um dos contratos tocados pela empresa na Bahia, assinado em janeiro de 2020, foi avaliado pela Controladoria em trabalhos realizados entre junho e outubro do ano passado.

A inspeção física das obras, feitas no ano passado nas cidades de Campo Formoso, Feira de Santana, Filadélfia, São Domingos e Senhor do Bonfim, traz um amplo cardápio de problemas.

Os auditores encontraram buracos, rachaduras, afundamento de calçadas por falta de drenagem, descolamentos das sarjetas, entre outros. Em algumas imagens, a pavimentação parece se desfazer.

Pavimentação apresenta falhas e buracos em cidade da Bahia que recebeu obras da Codevasf Reprodução/CGU

Segundo a investigação, ainda houve autorização para início dos serviços sem projeto executivo aprovado e foram realizadas obras de pavimentação em ruas que, antes, precisavam de intervenções de engenharia relacionadas a drenagem de águas pluviais e esgoto.

A CGU aponta que relatórios apresentados de acompanhamento físico e fotográficos produzidos não refletem o estado das obras. O órgão ainda aponta superfaturamento que totaliza R$ 1,2 milhão —valor equivalente a cerca de 10% do contrato de R$ 11,3 milhões.

Conforme a Controladoria, após a auditoria, a Codevasf reconheceu pagamentos indevidos à empresa. Por isso, foram apresentadas guias de recolhimento solicitando a devolução de quase R$ 2,4 milhões.

Outra apuração, sobre obras em municípios de Sergipe, verificou contratos por amostragem que somam R$ 37 milhões e encontrou problemas parecidos com os achados na Bahia.

Mais uma vez, a auditoria traz fotos de asfalto em péssima qualidade, com direito a crateras em alguns pontos. Um dos problemas encontrados foi a espessura da camada asfáltica menor do que o pago.

Uma das vistorias, para melhorias em ruas no município de Lagarto, verificou espessura média de 3,43 centímetros, menor que a paga, de 5 cm.

Análise de um dos contratos encontrou inconsistências no diário de obras, com informações genéricas e sem locais da execução dos serviços.

Os auditores alertaram para dados idênticos, como o dos mesmos profissionais em todas as etapas da obra, e condições climáticas iguais, "não registrando nenhum dia de ocorrência de chuva em quase dois anos de obra".

Em contratos no Amapá, auditores também veem indícios de superfaturamento. Uma planilha apresentada relata R$ 1,4 milhão em sobrepreço, R$ 592 mil em prejuízo e R$ 1,9 milhão em superfaturamento.

"Destaca-se que o superfaturamento por qualidade é potencialmente danoso para a administração. Isso porque provoca gastos para o poder público causados pela redução da vida útil do produto entregue, o que demandará a execução de manutenções em intervalos menores que aqueles necessários, caso tivessem sido executados nos padrões de qualidade exigidos", diz o documento da CGU.

Os procedimentos de contratação das empresas para as obras analisadas nos três relatórios aconteceram de 2018 a 2021.

A estatal mudou de vocação na gestão Bolsonaro e passou a escoar verbas de emendas parlamentares em obras de pavimentação e na compra de maquinários, como tratores.

Na época, a Codevasf foi alvo de suspeitas de corrupção apuradas pela Polícia Federal e de atuação de cartel, sob análise no TCU (Tribunal de Contas da União).

O governo Lula avalia manter Moreira no comando da estatal e trocar superintendentes nos estados. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) defendem a permanência do engenheiro, dizem parlamentares e integrantes do governo que acompanham as discussões.

A Codevasf diz cooperar com órgãos de fiscalização

Sobre o relatório da CGU, a Codevasf diz que atua em permanente cooperação com órgãos de fiscalização e controle.

"Procedimentos de auditoria são habituais e visam ao controle e aperfeiçoamento de processos. A empresa mantém rotinas de melhoria contínua de suas atividades, com ampla análise de apontamentos e recomendações de órgãos de controle", afirma, em nota.

Diz que as ações e projetos realizados servem ao interesse social, e têm abordagens técnicas. E que os contratos são precedidos de procedimentos licitatórios em formato eletrônico, que buscam assegurar economia, ampla concorrência, eficiência e transparência.

A reportagem também questionou a Engefort sobre as conclusões em situações nas quais ela é citada. A empresa afirmou que "observa-se que se trata de um documento preliminar, decorrente da necessidade de avaliar se os controles da Codevasf são adequados e suficientes para garantir o cumprimento dos contratos de pavimentação de vias públicas".

O ex-PM condenado Juracy Prudêncio (de azul) em ato de campanha da ministra do Turismo, Daniela Carneiro (à esquerda), em 2018, com Giane Prudêncio, mulher do miliciano, e o deputado estadual Márcio Canella Reprodução do Instagram

Lula busca minimizar ligação de ministra com milicianos

Presidente cita fotografia, mas ignora outros vínculos de Daniela Carneiro

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO O presidente Lula (PT) procurou minimizar o elo entre a ministra Daniela Carneiro (Turismo) e milicianos da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Em entrevista à CNN Brasil, o petista tratou o caso apenas como uma "fotografia" e ignorou uma série de vínculos da ministra com a milícia fluminense.

"Ela aparecia num caminhão lá com um cara miliciano. Eu sinceramente se for levar em conta pessoas que estão em fotografia ao lado de outras pessoas, a gente não vai conversar com ninguém, porque eu sou o cara que mais tiro fotografia no mundo", afirmou o presidente na última quinta-feira (16).

"Se for pegar fotografia do Lula com gente que virou meu inimigo, eu estou inteiramente lascado para o resto da vida. Vamos julgar direitinho, não vamos ter pressa", completou o mandatário durante a entrevista.

Reportagens da **Folha** publicadas em janeiro mostraram que a ministra manteve um elo político com o ex-PM Juracy Prudêncio, conhecido como Jura, que foi condenado por comandar uma milícia na Baixada Fluminense, e com o ex-vereador Marcio Pagniez, o Marcinho Bombeiro, que foi preso preventivamente sob acusação semelhante.

Desde a divulgação da ligação, a ministra tem repetido publicamente que o apoio político recebido do ex-PM e do ex-vereador não significa compactuar com eventuais crimes que tenham sido cometidos por eles.

O ex-cabo da Polícia Militar do Rio de Janeiro foi preso em 2009 sob a acusação de chefiar uma milícia, chamada Bonde do Jura, que praticava, de acordo com a Justiça, ameaças, extorsões e homicídios em bairros de Belford Roxo, Queimados, Nova Iguaçu e São João de Meriti, todas cidades da Baixada Fluminense.

Ele também é acusado de ter matado um jovem em Nova Iguaçu em razão de uma briga entre a irmã da vítima e a namorada de um dos integrantes do Bonde do Jura. Ele acabou sendo condenado em 2014 pelos dois crimes a penas que, somadas, chegam a um total de 26 anos de prisão.

> [Daniela Carneiro] aparecia num caminhão com um cara miliciano. Se for levar em conta pessoas que estão em fotografia ao lado de outras pessoas, a gente não vai conversar com ninguém
>
> **Lula (PT)**
> presidente da República, em entrevista à CNN Brasil

Jura participou de alguns atos de campanha da ministra em 2018, entregando panfletos, participando de reuniões e caminhadas ao lado da então candidata a deputada federal.

Na campanha eleitoral do ano passado, a mulher do miliciano, Giane Prudêncio, também participou da campanha. Ela esteve no palco no evento de lançamento da candidatura da ministra, bem como organizou caminhadas a favor de Daniela, com uso de material de campanha como bandeiras, faixas, panfletos e adesivos.

A ligação entre a campanha da ministra e o miliciano não é apenas uma foto, como sugeriu Lula. Há fotos e vídeos que mostram participação direta do miliciano na campanha de Daniela. Além das caminhadas em conjunto, Jura foi o anfitrião de um comício no qual esteve no palanque ao lado da ministra, que o abraçou ao chegar ao local.

O miliciano também foi chamado de "liderança" por Daniela após uma caminhada de campanha. Ainda compareceu à festa de aniversário do prefeito de Belford Roxo, Waguinho (União Brasil), marido da ministra, após a campanha em 2018.

Jura participou da campanha no período em que cumpria sua pena em regime semiaberto —desde julho de 2017.

Ele tinha autorização para sair da prisão de segunda a sexta-feira e trabalhar das 8h às 17h, e aos sábados, das 8h às 14h. A participação em atos de campanha não fazia parte da autorização dada ao miliciano.

O nome de Jura apareceu pela primeira vez na CPI das Milícias no fim de 2008, sob suspeita de controlar cinco bairros de Nova Iguaçu, vizinho a Belford Roxo.

Naquele ano, ele foi o segundo mais votado para a Câmara Municipal da cidade, não tendo assumido o cargo porque sua coligação não atingiu coeficiente eleitoral necessário.

Jura foi preso em 2009 quando já era conhecido na Baixada Fluminense por sua atuação política e as suspeitas sobre ele. A ação da polícia foi seguida por manifestações em alguns bairros da região.

Além disso, a Prefeitura de Belford Roxo, comandada pelo marido da ministra, informou à Vara de Execuções Penais a possibilidade de nomeação do miliciano, a fim de que ele conseguisse progredir para o regime semiaberto e saísse da prisão.

O ex-PM conseguiu progredir para o regime semiaberto após receber oferta de emprego como assessor de uma secretaria da Prefeitura de Belford Roxo, administrado pelo marido da ministra.

A ministra mantém elo político com outros dois outros acusados de chefiar milícia em Belford Roxo (RJ).

Antes de ser nomeada por Lula, Daniela fez campanha no último ano ao lado do vereador Fábio Brasil, o Fabinho Varandão, e de familiares do ex-vereador conhecido como Marcinho Bombeiro. Os dois foram presos em razão das suspeitas.

Respondendo às acusações em liberdade, Varandão compõe desde 2021 o secretariado da Prefeitura de Belford Roxo, comandada por Wagner dos Santos Carneiro, o Waguinho (União Brasil), marido da ministra. Atualmente ele está na pasta de Ciência e Tecnologia.

Marcinho Bombeiro segue preso, mas sua irmã e seu pai também foram nomeados na prefeitura. Os dois também tiveram participação ativa na campanha da ministra no ano passado e foram anfitriões de um comício no bairro em que, segundo o Ministério Público, atuava a chamada Tropa do Marcinho.

Daniela foi nomeada ministra como uma forma de contemplar a União Brasil e ampliar a presença feminina na montagem do governo.

Também foi uma retribuição pelo empenho dela e do marido na campanha do segundo turno em favor do presidente Lula. O casal foi uma das poucas lideranças a apoiar abertamente o petista na Baixada Fluminense —o marido da ministra, Waguinho, é prefeito de Belford Roxo.

Daniela foi reeleita deputada federal como a mais votada no Rio de Janeiro. Como a **Folha** mostrou em outubro, a campanha dela foi marcada pelo apoio irregular de oficiais da Polícia Militar e pelo ambiente hostil e armado contra adversários políticos de sua base eleitoral.

Janja não comparece a aniversário do PT, se recolhe nas redes sociais e alimenta rumores

Catia Seabra e Thiago Resende

BRASÍLIA Após uma semana de superexposição, incluindo as cenas da viagem oficial aos Estados Unidos, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, submergiu.

Há seis dias sem publicar sua imagem nas redes sociais, Janja faltou à comemoração dos 43 anos do PT, na segunda-feira (13), apesar de ter lugar reservado no palco do evento.

Na terça (14), ela também não compareceu ao jantar para celebração do aniversário do partido nem acompanhou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua comitiva na viagem oficial à Bahia.

Só na manhã desta sexta-feira (17) publicou uma mensagem endereçada às mulheres durante o Carnaval. No vídeo institucional, Janja recomenda que recorram ao 180 em caso de violência.

Para a noite de segunda, organizadores do evento haviam reservado um lugar para Janja ao lado do marido.

Minutos antes do início do ato, no entanto, foram informados que a primeira-dama não compareceria para que se dedicasse aos preparativos da viagem ao Nordeste, da qual ela tampouco participou.

Janja, a mulher do presidente Lula, em evento de campanha Danilo Verpa - 24.set.22/Folhapress

No aniversário do PT, foi o presidente da Fundação Perseu Abramo, Paulo Okamotto, quem se sentou na cadeira destinada a Janja ao lado de Lula.

Segundo sua assessoria, Janja está fazendo um tratamento oftalmológico. Na segunda, fez exames que exigiram dilatação de pupila e não se recuperou a tempo de chegar ao evento. Ainda segundo a assessoria, foi recomendado um repouso de 48 horas em decorrência do tratamento.

Quebrado apenas na manhã desta sexta, o retiro virtual da primeira-dama já tinha começado antes. Nos dez primeiros dias de fevereiro, Janja publicou 18 imagens suas no Twitter. Do dia 11 ao 16, Janja fez apenas duas postagens na rede. Não aparece nelas.

Na quarta-feira (15), ela publicou a fotografia da cachorra Resistência nos jardins do Palácio da Alvorada. Na véspera, reproduziu um vídeo promocional das ações do governo publicado na página de Lula. Por três dias, não houve postagens.

Essa reclusão contrasta com o ritmo de postagens do período de 3 a 10 fevereiro, dia em que foram publicadas cinco fotos da primeira-dama, sendo duas ao lado do presidente americano, Joe Biden.

"O Brasil brilhando no mundo! Acompanhando @lulaoficial neste dia que marca mais uma etapa na retomada do protagonismo internacional do nosso país. Obrigada, @JoeBiden, pela recepção", escreveu a primeira-dama.

Além das imagens ao lado do presidente dos EUA —fontes de inspiração para memes nas redes sociais—, Janja também levou à internet um arranjo de flores enviado pela primeira-dama americana, Jill Biden.

"Thanks Jill!", publicou.

Desde então, Janja adotou uma postura diferente nas redes sociais e nas agendas de Lula.

A ausência da primeira-dama nos eventos do aniversário do PT e nas recentes viagens do presidente alimentou, entre aliados, rumores de que teria sido orientada a preservar sua imagem, evitando ainda que sua popularidade se sobreponha à de Lula.

No caso específico dos eventos do PT, sua ausência é interpretada como sinal de rusgas com a cúpula do partido fundado pelo marido.

O protagonismo de Janja em Brasília também tem estremecido a relação de líderes do centrão com o governo. Integrantes do grupo político criticam a influência da primeira-dama e citam inclusive a presença dela na reunião entre Lula, ministros e a cúpula do Congresso no dia 8 de janeiro.

Pessoas próximas do casal, no entanto, afirmam que a resistência e o estranhamento à atuação de Janja são provocados por ciúmes de correligionários e por machismo.

Deltan contesta isenção de novo juiz da Lava Jato

Magistrado que assumiu operação fez críticas a Moro e a ex-procurador e disse que tentará resgatar credibilidade

Catarina Scortecci

CURITIBA O deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos-PR) reagiu às declarações do novo juiz responsável pelos casos remanescentes da Lava Jato em Curitiba com fortes críticas nesta sexta-feira (17) .

Para Deltan, que coordenou a força-tarefa do Ministério Público Federal até 2020, o magistrado Eduardo Appio não tem a neutralidade que prega para julgar os casos envolvendo corrupção na Petrobras e já teria demonstrado desprezo por integrantes da investigação e pelo ex-juiz federal Sergio Moro, hoje senador pela União Brasil-PR.

Em entrevista à **Folha** publicada na quinta-feira (16), Appio afirmou que, entre os seus objetivos à frente da 13ª Vara de Curitiba, está o de resgatar a credibilidade da Justiça Federal e assegurar a neutralidade "ideológica ou político-partidária" nos julgamentos, afastando o que classifica de "populismo judicial".

Para Appio, a Lava Jato trouxe coisas boas, como a devolução de dinheiro aos cofres públicos, mas também atropelou a Constituição, na tentativa de atender a anseios da sociedade em punir corruptos.

À reportagem e nas redes sociais, Deltan questionou a imparcialidade de Appio ao citar uma doação de R$ 13 que consta em nome do juiz e que foi feita à campanha do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no ano passado.

Nos registros da Justiça Eleitoral, constam dois pagamentos em nome do juiz —o outro é de R$ 40 para uma candidata a deputada estadual do PT no Paraná.

"Ele invoca buscar neutralidade, mas a neutralidade alegada com palavras é desmentida pelos fatos", disse Deltan.

O ex-procurador também afirmou que o pai do magistrado, o ex-deputado federal do PP-RS Francisco Appio, que morreu em outubro, chegou a ser mencionado por delatores da Odebrecht, em depoimentos tomados pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Deltan compartilhou em rede social reportagem que abordava o suposto apelido do político em repasses eleitorais da empreiteira, "Abelha".

Até a noite desta sexta-feira, a PGR não informou se a citação ao nome de Francisco Appio chegou a gerar algum procedimento investigatório.

Procurado pela **Folha**, o juiz não quis comentar.

"Como um juiz que consta como doador da campanha do Lula consegue convencer alguém de sua imparcialidade na Lava Jato?", disse Deltan, que pediu exoneração do Ministério Público Federal no Paraná em 2021 e, antes de migrar para a política, se tornou um porta-voz da operação.

"Ele [juiz federal Eduardo Appio] é alguém que participou de um programa de caráter nitidamente ideológico, de esquerda, se aliando a pessoas que atacaram a Lava Jato", afirmou o ex-procurador, em referência a participações de Appio em um programa de debates sobre temas jurídicos, em canal no YouTube, do jornalista Luís Nassif. A Lava Jato era um dos principais alvos dos participantes.

Eduardo Appio se apresenta como um juiz garantista e é abertamente um crítico dos métodos da Lava Jato, quando trata dos contextos de prisões e delações promovidas.

O senador Sergio Moro, que saiu da 13ª Vara Criminal para ser ministro de Jair Bolsonaro (PL) em 2019, também foi procurado para comentar as declarações de Appio, mas preferiu não se manifestar.

Deltan argumenta ainda que dizer que "a Lava Jato não morreu", como Appio declarou à **Folha**, "revela uma ingenuidade ou uma falta absoluta de compreensão do mundo".

"Houve uma série de retrocessos no combate à corrupção que impedem que você alcance resultados concretos nas investigações e processos contra crimes praticados por poderosos", disse o deputado.

Para o ex-procurador, isso é só uma "questão semântica", já que, na sua visão, algumas mudanças dos últimos anos impediram a efetiva punição a corruptos, como o envio de casos à Justiça Eleitoral a partir de decisão do Supremo Tribunal Federal em 2019.

"Não é o perfil institucional dela [Justiça Eleitoral] atuar em casos criminais, ainda mais de alta complexidade. Então, o sistema agora impede que exista uma efetividade no trabalho contra a grande corrupção", afirmou Deltan.

O deputado também inclui na lista de retrocessos a impossibilidade de prisão já após condenação em segunda instância. Para ele, isso "desincentiva colaborações premiadas e acordos de leniência".

"Se você entende o trabalho da Lava Jato como um trabalho de colocar carimbos nos processos e tomar decisões que jamais vão ser efetivas, aí claro que os procedimentos burocráticos vão seguir em frente e aí a Lava Jato não morreu. Mas é uma questão semântica. O que é a Lava Jato? Eu vejo como uma ação efetiva de combate à corrupção que era capaz e foi capaz de colocar criminosos na cadeia, independente do poder deles, e recuperar milhões para os cofres públicos", diz.

Além de participar de debates jurídicos, em anos anteriores Appio já manifestou críticas à Lava Jato em artigos.

Em 2021, logo após o STF anular condenações do Lula, o novo magistrado da 13ª Vara Federal de Curitiba publicou um texto propondo "dez medidas para assegurar maior transparência" na atuação de autoridades judiciais e membros do Ministério Público.

Entre as propostas de Appio estava a quarentena eleitoral para proibir que "juízes, promotores e policiais assumam cargos públicos na administração direta ou indireta".

O presidente contra o Deep State

O Banco Central ganhou autonomia legal por uma escolha política da sociedade

Demétrio Magnoli

Sociólogo, autor de "Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial". É doutor em geografia humana pela USP.

"As agências reguladoras e o BC independente são tentativas de deep state no Brasil", escreveu Reinaldo Azevedo, citando Walfrido Warde (FSP, 10/2). A crítica aos bancos centrais autônomos circula tanto no discurso da esquerda latino-americana quanto no da direita nacionalista europeia. Mesmo assim, é um argumento —e merece, portanto, exame de mérito.

BCs independentes ou autônomos são a regra nas democracias avançadas (EUA, União Europeia, Reino Unido, Japão, Coreia do Sul). Diversos países em desenvolvimento adotaram o modelo (África do Sul, México, Colômbia, Chile, entre outros). Nenhum deles, contudo, é um ente acima da política.

Todos os BCs estão submetidos à soberania popular. Na hora da reunificação alemã, o poderoso Bundesbank alertou para o efeito inflacionário de converter o marco oriental segundo taxas de mercado. O governo de Helmut Kohl ignorou o alerta do Banco Central, convertendo-o pela paridade.

BCs autônomos não fazem o que querem: operam a política monetária para cumprir funções definidas em lei. Nos EUA, o Fed tenta conciliar baixa inflação e baixo desemprego. O Banco Central Europeu, como nosso BC, persegue metas de inflação. Por aqui, é o governo que fixa a meta de inflação, usando sua maioria no Conselho Monetário Nacional. Lula não precisa vociferar contra a meta de 3,25%: bastaria tê-la aumentado na quinta-feira.

A direção dos BCs responde aos representantes eleitos. No Brasil, quando não alcança a meta de inflação, deve justificar-se por meio de carta ao ministro da Fazenda. O presidente do BC tem mandato fixo e não coincidente com o do chefe de Estado —mas pode ser destituído por decisão do presidente da República avalizada pelo Senado.

A autonomia dos BCs destina-se a separar o ciclo de política monetária do ciclo eleitoral a fim de produzir taxas menores de inflação. Funciona, como atestam estudos econométricos da dinâmica dos preços em países em desenvolvimento (veja, entre outros, bit.ly/3YmvsdD).

A Turquia ilustra o perigo de submeter a política monetária aos humores do governo de turno. No final de 2021, invertendo a teoria econômica, o presidente Erdogan, um populista autoritário, decidiu que a redução dos juros provocaria redução da inflação. O BC obedeceu, cortando juros seguidamente quando a inflação crepitava. No intervalo de um ano, a taxa de inflação saltou de 20% a 85%.

O trauma da hiperinflação desencadeou o processo de autonomia do nosso BC. A trajetória começou com o Plano Real (1994), passou pelo regime de metas de inflação (1999) e concluiu-se com a lei de 2021. O passo derradeiro foi uma reação à folia da gestão Tombini (2011-2016), que reduziu os juros para servir à vontade presidencial, colheu um repique inflacionário e acabou elevando os juros à estratosfera. Sob Dilma Rousseff, registrou-se a maior taxa de juros desde 2006. Nosso BC ganhou autonomia legal por uma escolha política da sociedade.

Deep State? A expressão ilumina aparatos típicos de regimes autoritários: as engrenagens ocultas da repressão. Em casos singulares, também identifica aparelhos estatais que se instalam nas democracias, mas abaixo do horizonte de visão dos cidadãos. Usá-la, porém, para desacreditar BCs autônomos nada ensina sobre os bancos centrais —mas esclarece muito sobre o sujeito do discurso.

A esquerda populista fala em deep state para acusar os BCs de servirem ao ganancioso mercado. A direita populista fala nisso para acusar os BCs de servirem aos demoníacos "globalistas". Uns e outros recorrem a teorias conspiratórias para exibir a democracia como farsa: a roupagem sob a qual opera o deep state. Democracia é só ditadura disfarçada —eis a mensagem de fundo.

O presidente (ou seja, o Povo) contra o Deep State (ou seja, a Elite). Lula tem extensa companhia quando adota essa linha de propaganda.

DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | **SEG.** Camila Rocha, Angela Alonso | **TER.** Joel Pinheiro da Fonseca | **QUA.** Elio Gaspari | **QUI.** Conrado H. Mendes | **SEX.** Reinaldo Azevedo | **SÁB.** Demétrio Magnoli

Fim de sigilo de vacinação opõe interesse público à privacidade

Especialistas divergem sobre relevância jurídica para responsabilizar Bolsonaro

Géssica Brandino

SÃO PAULO A quebra do sigilo ao cartão de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), definido pela CGU (Controladoria-Geral da União), é defendida por organizações de transparência. A relevância jurídica da divulgação após o mandato, porém, gera divergência. Quem a critica considera que a informação, por exemplo, pouco acrescenta como prova para a sua eventual responsabilização.

Na quinta-feira (15), a CGU decidiu liberar o acesso ao documento após reanalisar o caso —Bolsonaro sempre repetiu que nunca se vacinou contra a Covid-19.

Em outubro de 2022, o Palácio do Planalto havia negado à **Folha** o acesso à informação do cartão relativo à vacina contra a Covid-19 com base no artigo 31 da LAI (Lei de Acesso à Informação).

O ex-presidente Jair Bolsonaro chega a evento em Miami, na Flórida Chandan Khanna - 3.fev.23/AFP

O trecho citado diz que informações pessoais que atinjam a intimidade, vida privada, honra e imagem de alguém podem ter seu acesso restrito por até 100 anos.

Para profissionais que atuam com a lei, houve distorção do artigo no governo Bolsonaro, com negativas de informações de interesse público. Esse seria o caso da informação sobre a vacinação de Bolsonaro, afirmam.

O principal argumento está relacionado ao contexto da pandemia. Na fase mais grave da crise sanitária, Bolsonaro promoveu aglomerações, desaconselhou o uso de máscaras e politizou a vacinação, disseminando teorias falsas, como por exemplo na live em que associou a vacina à Aids.

"Do ponto de vista do controle social, a divulgação é fundamental, pensando inclusive em responsabilização, porque a postura do presidente impactava diretamente no comportamento de outras pessoas e, por consequência, no número de pessoas infectadas", afirma a coordenadora de Advocacy e pesquisa da Open Knowledge Brasil, Danielle Bello.

A especialista acrescenta que o próprio artigo usado para negar o acesso ao cartão de vacinação especifica que a restrição não pode acontecer para prejudicar processos de apuração de irregularidades em que o titular dos dados esteja envolvido, assim como na recuperação de fatos históricos de relevância.

Marina Atoji, diretora de programas na ONG Transparência Brasil e especialista na LAI, ressalta que a divulgação deverá ficar restrita aos dados da carteira de vacinação referentes exclusivamente ao período de mandato presidencial de Bolsonaro, de 2019 a 2022.

"O interesse público da divulgação da informação se sobrepõe ao eventual dano à privacidade do ex-presidente. Proporciona clareza à sociedade sobre o comportamento de Bolsonaro durante a pandemia", explica.

Caso Bolsonaro não tenha se vacinado, como ele sempre afirmou, será possível identificar quantas ocasiões ele colocou a si e outros em risco, acrescenta Marina.

Já se ele se vacinou, ficaria evidente a falta de adesão ao próprio discurso e o estímulo a uma conduta de risco, enquanto ele se preveniu, completa ela.

Professor de direito do Estado da Faculdade de Direito da USP, Floriano Peixoto afirma que a informação pode ter importância na instrução de processos de responsabilização originados pela CPI da Covid.

Para o advogado Bruno Morassuti, cofundador da agência Fiquem Sabendo, não cabe o argumento sobre violação de privacidade, pois Bolsonaro exercia o mais alto cargo do país e o interesse sobre o que fez durante esse período permanece.

"No momento em que ele ingressa na função de presidente da República voluntariamente, as informações relacionadas a ele neste período são públicas", diz.

Por parte de quem critica a decisão da CGU, a privacidade de sobre informações de saúde para resguardar a intimidade de Bolsonaro e a falta de relevância em termos jurídicos justificariam a manutenção do sigilo.

"Saber se ele é um hipócrita por ter mentido sobre a própria vacinação não é um motivo para quebrar o sigilo sobre dados da saúde dele agora que ele não é mais presidente", argumenta o professor de direito constitucional da FGV Direito São Paulo e advogado Roberto Dias.

> “ A divulgação é fundamental [...], porque a postura do presidente impactava diretamente no comportamento de outras pessoas e no número de pessoas infectadas
>
> **Danielle Bello**
> coordenadora de Advocacy e pesquisa da Open Knowledge Brasil

Ele acrescenta ainda que, apesar de ter contribuído para disseminar o vírus com seu comportamento, Bolsonaro continua tendo direito à privacidade sobre questões médicas.

O impacto da informação vacinal para apuração dos eventuais crimes cometidos não seria relevante, avalia Dias.

A mesma interpretação é feita por Danilo Tavares, professor de direito administrativo da Unifesp.

"Tal informação não me parece necessária para a apuração dos inúmeros ilícitos civis, administrativos e penais que ele cometeu ao não se vacinar e não usar máscaras em eventos públicos. Há outros tipos de provas aptas para isso", diz.

Morassuti, da Fiquem Sabendo, discorda. "Nem toda informação é divulgada pelo impacto jurídico, mas pelo impacto político, que é relevante para debater a responsabilidade de agentes públicos", afirma.

Outro aspecto destacado pelo professor do Insper Ivar Hartmann é o papel de Bolsonaro no debate sobre a vacinação contra a Covid-19.

"Ao escolher politizar a questão da vacinação, ele não pode depois esperar que apenas em relação a ele a decisão de se vacinar seja privada", diz, acrescentando que por haver ações e investigações sobre o ex-presidente em relação à pandemia, o acesso à informação é relevante.

Para o professor, uma razão central para o direito de acesso à informação é a transparência no debate político, "mesmo que não tivesse efeito para ações judiciais". "Bolsonaro continua um ator no debate político, possivelmente irá se candidatar novamente e a informação tem consequências muito relevantes", diz.

CGU apura se registro de Bolsonaro é real, afirma ministro

SÃO PAULO O ministro Vinícius de Carvalho, da CGU (Controladoria-Geral da União), disse à CNN Brasil nesta sexta (17) que há um registro de vacina contra a Covid no cartão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Mas a Controladoria investiga se é verdadeiro.

Ele disse que há registro de uma dose da vacina aplicada no ex-presidente —teria recebido o imunizante da Janssen em 19 de setembro de 2021— mas ressaltou que não pode confirmar a veracidade.

"A partir de uma denúncia de que havia uma possível adulteração no cartão de vacina, porque hackers teriam tentado adulterar o cartão, o então ministro da CGU abriu essa investigação, no dia 30 de dezembro. Tomamos posse tendo que analisar os recursos para acessar o cartão de vacina do presidente", falou Carvalho.

E o ministro continuou: "Ele [Bolsonaro] sempre disse que não se vacinou. Se há anotações no cartão de vacina dele no DataSUS de que ele se vacinou e se houver uma inserção indevida, seja no sentido de colocar informações de que ele se vacinou ou no sentido de retirar informações, a nossa expectativa é que com apuração a gente descubra se isso aconteceu".

"Eu me sinto responsável em não passar uma informação para a sociedade brasileira que não tenha sido alvo de uma investigação, já que ela existe", concluiu o ministro.

Bolsonaro teve postura anticiência e diversas vezes falou contra as vacinas contra a Covid e repetiu nunca ter se imunizado contra a doença. Apesar disso, impôs sigilo em seu cartão de vacinação, algo que a CGU tenta reverter.

A CGU irá quebrar, nas próximas semanas, o sigilo imposto em 234 casos estabelecidos pelo ex-presidente, incluindo a sindicância do Exército sobre o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, hoje deputado federal pelo Rio de Janeiro, na mesma sigla de Bolsonaro.

PL quita multa de R$ 23 mi, e Moraes tira bloqueio de contas da sigla

SALVADOR | UOL Em decisão publicada nesta sexta (17), o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Alexandre de Moraes, afirmou que foi paga a multa no valor de R$ 22,9 milhões imposta ao PL por "litigância de má-fé" ao questionar o resultado das eleições.

"Conforme se extrai dos cálculos apresentados pela unidade técnica, os valores transferidos à conta específica já são suficientes à plena quitação da multa imposta", disse o ministro em sua decisão.

Em novembro passado, houve o bloqueio de R$ 13,6 milhões da sigla. Em dezembro, aconteceu transferência de R$ 9,86 milhões.

Como a quitação foi reconhecida, Moraes determinou que seja imediatamente liberado ao partido do ex-presidente Jair Bolsonaro o saldo remanescente nas contas partidárias, assim como o repasse mensal do fundo partidário.

Ao rejeitar uma ação do PL contra o resultado das eleições em novembro passado, o ministro Moraes aplicou uma multa de R$ 22,9 milhões e suspendeu o fundo partidário das três legendas —PL, PP e Republicanos— que formaram a coligação do então presidente Bolsonaro na disputa pelo Planalto. Dias depois, ele excluiu o PP e o Republicanos da ação.

Moraes calculou o valor da multa com base no CPC (Código de Processo Civil), que permite ao juiz aplicar a pena em caso de litigância de má-fé. Segundo o Código, a multa pode ser de 1% a 10% do valor da causa, calculada em R$ 1,15 bilhão. O ministro estabeleceu, no caso, uma multa de 2% do valor da causa.

Em 15 de dezembro, os demais ministros do TSE rejeitaram recurso do partido contra a multa.

Moraes entendeu que na iniciativa encampada pelo PL houve "finalidade de tumultuar o próprio regime democrático brasileiro" e determinou que o presidente do partido fosse investigado no STF (Supremo Tribunal Federal) e no TSE.

O partido argumentou ao tribunal que "jamais teve a intenção de causar qualquer tumulto ao processo eleitoral brasileiro".

FOLHA EXPLICA

NÓS DE SÃO PAULO | SANEAMENTO E AMBIENTE

Tarcísio tem abastecimento de água e limpeza de rios como desafios em São Paulo

Novo governador paulista também precisa combater problemas como aquecimento global, desmatamento e poluição do ar

Artur Rodrigues

SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tem o desafio de avançar em medidas que garantam o abastecimento hídrico do estado e a universalização do saneamento.

Um dos principais gargalos para alcançar esses objetivos é a ameaça de que o estado volte a sofrer as consequências de uma crise hídrica, como a que aconteceu em 2014. Para eliminar esse risco, precisará realizar obras, modernizar o sistema de abastecimento e aumentar sua eficiência.

Ao mesmo tempo, se verá às voltas com questões ambientais que vão da limpeza dos rios Tietê e Pinheiros ao aquecimento global.

*

Quais são os principais desafios na questão do abastecimento de água no estado de São Paulo?

A região convive com problema de restrição hídrica em um quadro de aumento de demanda e redução da média histórica de precipitações, o que acende um alerta para o abastecimento do estado nos próximos anos.

Em 2014, São Paulo passou por grave crise hídrica, que motivou obras para aumento da oferta de água (construção de novos sistemas e também transposição de águas). Além disso, abaixou o padrão de consumo da população —hoje 12% a menos em média do que antes daquele período.

Ainda assim, a situação não está resolvida. O sistema Cantareira, que abastece a Grande São Paulo, por exemplo, voltou ao estado de alerta no ano passado, ficando abaixo da marca de 40%.

Nessas situações, pode haver redução de pressão na água, causando desabastecimento em diversos pontos em determinados horários do dia.

Por que o estado enfrenta esses problemas?

De acordo com Antonio Carlos Zuffo, professor associado de hidrologia e gestão dos recursos hídricos da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), historicamente, há períodos de maior e menor precipitação. Desde a última década, o estado sofre os efeitos de um período mais seco.

"Você tem de três a cinco décadas chovendo mais, de três a cinco décadas chovendo menos. A média de precipitação anual, nesse período mais seco, cai em torno de 10%, 15%. Só que impacta muito mais a redução da vazão. Você tem um número menor de dias de chuva", afirma Zuffo.

Para ele, o estado enfrentará um quadro que pode se agravar nos próximos anos.

O que precisa ser feito para evitar um cenário como o de 2014 nos próximos anos?

Um dos meios de melhorar o abastecimento de água seria diminuir o índice de perdas no estado, diz Zuffo.

Água poluída do rio Cabuçu de Cima chega ao Tietê, em São Paulo Lalo de Almeida - 15.dez.22/Folhapress

A perda de água pode estar associada a vazamentos no sistema de distribuição, mas também devido a erros técnicos de mensuração e ao uso não autorizado, como em ligações clandestinas.

Em São Paulo, o índice é de cerca de 34%, segundo o levantamento anual feito pelo Instituto Trata Brasil. O número é abaixo da média nacional, que chega a 40%. No entanto, está acima de outros países do mundo —na Austrália, por exemplo, o índice de perda é de por volta de 10% e na China, de 20%.

Uma das formas de resolver o problema é renovar a rede. O custo, porém, é alto.

Zuffo afirma ainda que há espaço para mais reservatórios. "O sistema do Alto Tietê, o segundo maior da região metropolitana, foi projetado para ter sete reservatórios. Até agora, cinco estão construídos", diz.

A Sabesp tem algumas medidas para aumentar o abastecimento em curso, entre elas a reversão do rio Itapanhaú, que traria água suficiente para abastecer mais 600 mil pessoas.

Por que Tarcísio quer privatizar a Sabesp, responsável pelo abastecimento?

O governador afirma que a privatização trará dinheiro para melhorar a eficiência da empresa, citando como exemplo custos menores na iniciativa privada.

O modelo de privatização almejado por ele é o da Eletrobras, com oferta de ações e diminuição de participação do estado. A Sabesp é uma empresa controlada pelo Governo de São Paulo, mas com 49,7% das ações negociadas em bolsa, tanto em São Paulo como em Nova York.

Na estatal federal, o governo manteve poder de veto em questões societárias, para impedir que novos sócios tenham grande influência sobre

Qualidade da água do rio Tietê

Pontos de coleta	Km	IQA*
Salesópolis	17	
Biritiba Mirim	34	
Mogi das Cruzes 1	44	
Mogi das Cruzes 2	61	
Suzano	88	
Itaquaquecetuba	90	
Itaquaquecetuba	100	
Guarulhos	112	
São Paulo	132	
SP–Ponte Bandeiras	139	
SP–Anhanguera	152	
Osasco	164	
Barueri	170	
Santana do Parnaíba	175	
Pirapora do Bom Jesus	188	
Araçariguama	203	
Cabreúva	218	
Cabreúva	228	
Itu	260	
Salto	272	
Salto	280	
Porto Feliz	296	
Porto Feliz	300	
Tietê	314	
Jumirim	344	
Laranjal	369	
Conchas/Piracicaba	413	
Anhembi	439	
São Manuel	459	
Botucatu	486	
Foz do Piracicaba	520	
Reservatório Barra Bonita	551	
Barra Bonita	576	

* Índice de qualidade automotiva | Fonte: SOS Mata Atlântica

sua gestão, por meio da chamada "golden share".

Críticos afirmam que essa medida pode causar aumento das tarifas, o que Tarcísio nega. Além disso, levantamento da base de dados internacional Public Services aponta que as reestatizações que mais aconteceram nos últimos anos no mundo foram no setor de serviços integrados de água, como tratamento de esgoto e fornecimento de água potável.

O governador afirma que entre as prioridades a cargo da empresa, para a qual se precisaria de maior investimento, está a universalização do acesso ao saneamento —hoje, a Sabesp coleta 92% e trata 78% do esgoto.

Além disso, há a meta de instalação de melhores sensores para reduzir as perdas para vazamentos e redução das manchas de poluição nos rios, como Tietê e Pinheiros.

Em que estágio está a despoluição do rio Pinheiros?

A gestão iniciada por João Doria e terminada por Rodrigo Garcia, ambos do PSDB, conseguiu melhorias visíveis na despoluição do rio Pinheiros —com mudança no aspecto da água e no cheiro.

De acordo com o governo, de 13 pontos de monitoramento, 11 deles já apresentam o chamado DBO (demanda bioquímica de oxigênio) abaixo de 30 mg/l, a quantidade mínima para que a água não tenha odor, melhore a turbidez e permita vida aquática.

A melhoria na situação se intensificou após o início de ações do governo para reduzir o esgoto lançado nos afluentes do rio Pinheiros, com a conexão de 650 mil imóveis à rede de esgoto. Além disso, houve a retirada de mais de 86 mil toneladas de lixo flutuante e a remoção de sedimentos do fundo do rio.

Agora, estão sendo construídas cinco unidades de recuperação da qualidade das águas, que ajudarão a reduzir o esgoto que chega ao rio. O atual governador terá de continuar esse trabalho, além de prevenir focos de poluição, como, por exemplo, novas ocupações com despejo clandestino de esgoto.

E como está o rio Tietê?

No caso do rio Tietê, muito maior do que o Pinheiros (com extensão superior a 1.100 km, contra apenas 25 km), a situação é mais complexa e o atual governador terá muito mais trabalho a fazer.

O trecho de água poluída se divide em duas partes: entre a cidade de Suzano e a ponte das Bandeiras, em São Paulo; e no município de Porto Feliz. Nesse locais, a água é imprópria para usos e inadequada para a vida aquática.

De acordo com análise feita pela Fundação SOS Mata Atlântica como parte do projeto Observando os Rios, a mancha de poluição no rio Tietê cresceu cerca de 43% em um ano e agora atinge 122 km do corpo d'água no estado de São Paulo. Houve também uma diminuição das águas boas ao longo do rio.

O governo, no entanto, aponta para uma redução histórica da mancha de poluição —passando de 163 km, em 2019, para 85 km, em 2021. Nos anos 1990, o trecho sem vida do rio chegou a ser de 530 km.

A última gestão, do PSDB, citava uma série de ações que ajudaram a diminuir essa mancha, que vão do desassoreamento do rio ao início do tratamento de esgoto de 12 milhões de pessoas da região metropolitana.

"Ao todo, a Sabesp investiu US$ 3,4 bilhões nas obras, construindo no período mais de 5.000 km de redes coletoras, coletores-tronco e interceptores de esgoto", disse o governo estadual, ainda sob a gestão tucana.

Qual é a situação de desmatamento em São Paulo?

A mata atlântica, o bioma brasileiro mais devastado, é ameaçada por um grande crescimento do desmatamento.

A destruição da mata atlântica saltou 66% em 2020/2021, em comparação ao período anterior (2019/2020). É o maior aumento percentual registrado desde o início do monitoramento em 1985 —até 2010 os dados eram divulgados e englobavam um período de cinco anos.

Até mesmo estados que se aproximavam de uma taxa de desmatamento zero (quando os dados não passam de 100 hectares no ano) apresentaram crescimento na destruição, caso de São Paulo.

O estado teve aumento de 45% no desmatamento, segundo e relatório da ONG SOS Mata Atlântica e do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) divulgado no ano passado. O desmatamento em 2020/2021 foi de 311 hectares.

Na ocasião do lançamento do relatório, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo respondeu que o estado tem os menores índices de desmatamento do país e uma área de mata atlântica de 5,4 milhões de hectares.

Sobre a questão climática e o aquecimento global, o que o governador pode fazer?

O governador deveria, entre outros pontos, trabalhar para aumentar a cobertura vegetal do estado, sustenta Jorge Abrahão, coordenador geral do Instituto Cidades Sustentáveis e colunista da **Folha**.

"Existe em São Paulo um déficit em reserva legal, que se dá sobretudo nas grandes propriedades. Você pensar em ter um trabalho de reflorestamento nesses espaços deve aumentar a cobertura vegetal", diz Abrahão.

A reserva legal é área dentro dos terrenos particulares que a legislação obriga a ter cobertura vegetal.

No estado de São Paulo, ela é de, no mínimo, 20% da área total da propriedade.

Outros pontos apontados por ele são a preservação e recuperação das matas ciliares e a manutenção das áreas verdes existentes.

Como está a questão do combate à poluição?

O estado de São Paulo não cumpriu sua meta climática, a de diminuir em 20% a emissão de gases-estufa até 2020, com base nos números de 2005. Apesar disso, o governo que se encerrou sustentava que seria possível cumprir sua nova promessa, de zerar essas emissões até 2050.

Embora parte das políticas nesta área caibam mais diretamente ao município, o estado é responsável pelo controle, fiscalização e monitoramento das atividades geradoras de poluição, por meio da Cetesb.

As emissões paulistas vêm principalmente do setor de energia, o que engloba a queima de combustível. Estão dentro disso, portanto, a indústria, a geração de eletricidade e os transportes —fator com maior peso nos números de São Paulo.

Ao longo dos anos, medidas no controle da emissão de poluentes produziram melhorias na qualidade do ar para a maior parte dos poluentes monitorados, gerada principalmente por veículos automotores.

No entanto, uma análise do Iema (Instituto de Energia e Meio Ambiente) mostra como a cidade de São Paulo apresenta, em todos os índices avaliados, taxas de poluição superiores às recomendadas pela OMS (Organização Mundial da Saúde). O município evitaria anualmente 11.372 mortes caso melhorasse seus indicadores ambientais.

Entre os pontos que podem melhorar o problema, está, por exemplo, a promoção da troca de motores da frota do transporte público, adoção de opções energéticas e de transportes de carga alternativos, como ferrovias e hidrovias, e maior foco na inspeção veicular.

mundo

Empresa tenta manipular busca do Google para lavar imagem de clientes

Multinacional Eliminalia prestou serviços no Brasil a acusados de corrupção e tráfico de drogas

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO | FORBIDDEN STORIES
A reportagem abaixo faz parte da série Story Killers, investigação colaborativa sobre grupos de desinformação coordenada pelo consórcio Forbidden Stories, do qual a **Folha** faz parte. A missão da organização francesa sem fins lucrativos é preservar o trabalho de repórteres assassinados, ameaçados ou presos.

*

No final de 2020, aconselhado por amigos, Airton Grazzioli decidiu contratar a Eliminalia, multinacional espanhola que prometia apagar o passado online de seus clientes. "Defendemos sua reputação de todas as maneiras e garantimos os resultados", afirmava a empresa num folheto.

Ex-promotor de Fundações do Ministério Público de São Paulo, Grazzioli foi denunciado por lavagem de dinheiro em 2021, após uma investigação de corrupção em 2019. À época da apuração, reportagens com fotos de maços de dinheiro em operação de busca e apreensão na casa dele se espalharam pela internet.

Grazzioli pagou € 19,7 mil (R$ 110,1 mil) para a Eliminalia reduzir a visibilidade de textos e fotos sobre a operação. "O trabalho seria para o restabelecimento da verdade e correção dos conteúdos falsos, que afetaram a minha reputação, como profissional que sou e sempre fui reconhecido", disse ele.

A Eliminalia afirma eliminar links, comentários e informações na internet ou em veículos de mídia "graças a gestões e sistemas desenvolvidos" pela empresa e diz só remover "conteúdo indesejado ou errôneo". Na verdade, a empresa usa métodos escusos para apagar o passado digital de clientes investigados ou condenados por crimes como tráfico de drogas, corrupção, tortura e exploração de mulheres.

Para esconder reportagens legítimas que sejam prejudiciais a seus clientes, a empresa tenta manipular o sistema de buscas do Google, criando sites com notícias falsas e usando denúncias falsas de violação de direitos autorais para derrubar links —ainda que nem todas sejam bem-sucedidas—, além de emails de supostas autoridades para ameaçar veículos de imprensa.

Entre 2015 e 2021, centenas de jornalistas e veículos de mídia em inúmeros países, entre os quais o Brasil, tiveram conteúdo removido ou escondido devido a ações da Eliminalia. Quase 50 mil documentos internos da empresa, incluindo emails confidenciais, nomes de clientes, contratos e outros registros jurídicos, vazaram para o consórcio de imprensa Forbidden Stories. Esses documentos revelam o modus operandi da companhia para esconder notícias sobre criminosos e investigados em 54 países.

Por seis meses, a **Folha** e os outros 30 veículos de mídia que integram o projeto Story Killers investigaram a indústria global da desinformação. Os documentos revelam que a Eliminalia prestou serviços para um médico acusado de trabalhar em um centro de tortura durante a ditadura militar no Chile, um banco investigado por supostamente lavar dinheiro para funcionários corruptos do regime na Venezuela, um brasileiro-libanês apontado como integrante de um esquema de tráfico de pessoas e prostituição, um ex-promotor denunciado por corrupção e um mexicano que teria participado de uma quadrilha internacional de tráfico de cocaína escondida em blocos de granito e latas de abacaxi saindo do porto de Itajaí (SC).

Segundo Grazzioli, um dos clientes da empresa, a Eliminalia prometeu remover ou corrigir conteúdos indicados por ele, mas ele afirma que não sabia que táticas a companhia empregaria para isso.

Uma das estratégias era bombardear o Google com falsas denúncias de violação de direitos autorais para que a plataforma derrubasse os links pedidos pelos clientes. Foram enviadas dezenas de denúncias baseadas na DMCA (Digital Millennium Copyright Act), lei americana criada em 1998 para facilitar a remoção de conteúdo pirateado por sites. A DMCA acabou incentivando a derrubada rápida de links para evitar responsabilização e é explorada por empresas de gerenciamento de reputação como a Eliminalia.

A empresa enviou dezenas de denúncias dizendo que reportagens e fotos sobre a busca e apreensão na casa de Grazzioli haviam sido copiadas ilegalmente, sem pagamento de direitos. As denúncias falsas podem ser localizadas na base de dados Lumen, que armazena essas informações desde 2002.

O Google não derrubou todos os links denunciados. Em um dos pedidos, o denunciante alegava que "o conteúdo do artigo foi copiado do nosso website, começando com as palavras 'Promotoria do crime organizado faz buscas na casa de ex-promotor de Fundações em SP'". Um dos links que foi alvo de denúncia falsa de violação de copyright foi do jornal O Estado de Minas, que republicou, com autorização e crédito, uma reportagem do jornal O Estado de S. Paulo sobre o ex-promotor. O link foi derrubado. À **Folha** a publicação disse que "não irá se manifestar sobre o assunto até o pleno conhecimento dos fatos".

Já o portal de notícias R7, que também foi alvo de denúncias falsas de violação de copyright, não teve o link da reportagem derrubado. Em nota, a assessoria do veículo disse ter recebido apenas do próprio Grazzioli uma solicitação para remoção de conteúdo, o que foi negado.

Outra estratégia dos funcionários da Eliminalia era intimidar veículos de mídia para que removessem conteúdo prejudicial aos seus clientes. Muitas vezes, enviavam mensagens usando o nome falso Raul Soto e um endereço de e-mail, urgent@abuse-report.eu, fingindo ter ligação com a União Europeia.

Outra tática para apagar o passado online de clientes era tentar "enganar" o mecanismo de busca do Google, para empurrar os links de viés negativo para a segunda ou a terceira página de resultados.

[...]

Para esconder reportagens legítimas que sejam prejudiciais a seus clientes, a empresa tenta manipular o sistema de buscas do Google, criando sites com notícias falsas e usando denúncias falsas de violação de direitos autorais para derrubar links

Reportagem fake sobre Airton Grazzioli, em site falso ligado à Eliminalia Fotos Reprodução

Página em site fake FintechEcuador mostra reportagens de mentira sobre Airton Grazzioli

Link removido no jornal Estado de Minas após falsa denúncia de violação de direitos autorais

Para isso, a Eliminalia criava inúmeras reportagens falsas citando o nome do cliente em uma série de sites pseudojornalísticos ligados à empresa. Assim, a firma usava a técnica de "backlinking" para manipular o algoritmo do Google, postando em sites legítimos links que direcionavam a sites fakes, o que aumentava o tráfego desses sites e, por tabela, mudava a posição deles no ranking dos resultados das buscas.

No caso de Grazzioli, seu nome aparecia em reportagens fake em sites como Guayaquil202, La Gaceta Ecuatoriana, Envio Telegrafo, Fintech Ecuador. Em uma, era citado como um especialista em inteligência artificial da Organização Mundial da Saúde. Em outra, falava sobre "tecnologias de construção".

A Qurium, organização de segurança digital de jornalistas e ativistas, identificou 3.350 artigos falsos mencionando 48 nomes e empresas associados a casos de corrupção, narcotráfico ou lavagem de dinheiro na Argentina, no Brasil, na Colômbia, no Equador, na República Dominicana, na Itália, em Israel, no México, na África do Sul, na Espanha, na Suíça, no Reino Unido e na Venezuela. A organização localizou ainda 622 sites que a Eliminalia usaria para "lavar" a reputação de seus clientes.

Grazzioli afirma que não sabia que a Eliminalia ia usar esse tipo de recurso. "O ajustado e prometido por eles sempre foi a atuação dentro da legalidade. E meu objetivo sempre foi somente a correção de notícias falsas a meu respeito, de acordo com a legislação." O ex-promotor, inclusive, afirma ter sido ludibriado pela empresa, que não teria entregado o prometido. "A correção dos conteúdos falsos não logrou atender ao quanto esperado, pois o meu nome continua na internet com um número muito grande de reportagens com as notícias falsas referidas."

Segundo o Google, a empresa tem maneiras de combater esse tipo de prática. "Embora existam pessoas mal-intencionadas que tentam manipular as classificações dos mecanismos de pesquisa, o Google desenvolve seus sistemas para classificar informações de alta qualidade no topo dos resultados de pesquisa e combater spams e comportamentos maliciosos. Qualquer pessoa que pesquisar os nomes no Google encontrará claramente informações confiáveis sobre suas atividades anteriores nos principais resultados", disse um porta-voz da plataforma.

A Eliminalia não é a única empresa de lavagem de reputação no mercado, mas é uma das mais bem-sucedidas, dizem especialistas. Em 2020 e 2021, a empresa faturou € 2,5 milhões (R$ 14 milhões).

"Há inúmeras empresas de relações públicas, lobby, advocacia e outras que basicamente se dedicam a reposicionar empresas, indivíduos e governos repugnantes e transformá-los em empresários respeitados internacionalmente e filantropos cosmopolitas", disse Tena Prelec, pesquisadora da Universidade Oxford que estuda a indústria de gerenciamento de reputação.

Procurado pelo Forbidden Stories, o fundador da Eliminalia, o espanhol Diego 'Didac' Sanchez, enviou uma resposta por meio de seus advogados, Pascal e David Winter. Por email, eles afirmaram que não iriam responder as perguntas enviadas e ameaçaram entrar com uma ação judicial. Em 16 de janeiro, a Eliminalia parece ter tentado lavar sua própria reputação. Na porta do escritório em Barcelona onde a empresa está sediada, agora lê-se Idata Protection em vez de Eliminalia.

Registros oficiais da companhia mostram que a empresa de fato mudou de nome. Quando dois integrantes do consórcio estiveram no escritório, uma funcionária afirmou: "A empresa se chama Idata Protection, mas nós pertencemos à Eliminalia".

O que Lula deve esperar de Xi

Nos últimos anos, relação entre Brasil e China avançou pouco em substância

Igor Patrick

Jornalista, mestre em Estudos da China pela Academia Yenching (Universidade de Pequim) e em Assuntos Globais pela Universidade Tsinghua

Nos próximos dias, o chanceler Mauro Vieira deve embarcar para Pequim com a missão de preparar a visita de Lula ao seu homólogo Xi Jinping em março. As ambições para a ocasião são muitas.

Em entrevistas, Vieira já adiantou que o Brasil quer abordar temas que vão do aumento na produção conjunta de satélites a estratégias para proteção ambiental e alívio à pobreza, além de trocas comerciais.

Há motivos para a expectativa. A China é o principal parceiro comercial brasileiro desde 2009, e o Brasil é o maior destino de seus investimentos no mundo. Pequim tem aqui uma "parceria estratégica" —chancela dada a um punhado de nações que consideram relevantes em seu engajamento internacional.

Ademais, Lula na Presidência representa uma normalização nas relações, que, se não sofreram no lado comercial durante a era Bolsonaro, certamente saíram arranhadas após declarações xenofóbicas e brigas em redes sociais puxadas por apoiadores próximos ao ex-presidente contra os chineses.

O governo precisa saber com clareza o que esperar dos chineses, assim como Pequim sabe quais os benefícios da relação —o Brasil é crucial para sua segurança alimentar, e as dimensões continentais com marcos regulatórios razoavelmente amadurecidos torna o país atrativo a investimentos em infraestrutura.

Por aqui, acostumamo-nos a insistir em temas sem urgência para os liderados por Xi.

Vieira já disse que pretende outra vez pedir à China apoio mais explícito à mudança do status do Brasil para membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, pauta que perdeu força na diplomacia chinesa e foi impactada pelo isolamento promovido pela chefia inepta de Ernesto Araújo no Itamaraty.

O novo chanceler também quer falar sobre diversificação da pauta comercial, muito concentrada na exportação de commodities e de produtos de baixo valor agregado. Cadeias de produção, entretanto, são complementares, e há pouco da produção industrial brasileira que os chineses careçam no momento.

Bater nessas teclas parece um reflexo de uma relação que avançou em números, mas muito pouco em substância. O Brasil aproveita mal vários dos canais abertos pela China para engajamento em alto nível.

A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), plataforma política de maior relevância no trato com Pequim, carece de efeitos práticos há anos. Lula talvez consiga reverter o quadro, mas até no Brics a presença do país é tímida, e o Brasil pouco se empenha para tornar o Fórum de Macau, criado para engajamento com países lusófonos, um espaço de debates importantes.

Há caminhos para um salto na relação com os chineses, mas para encontrá-los é urgente ampliar o conhecimento sobre o país no Instituto Rio Branco, capacitando diplomatas para identificar oportunidades. Nas universidades, estamos muito atrás do Norte global. Há pouquíssima oferta de Letras —mandarim e nenhum curso de graduação em Estudos da China, área tradicional da academia estrangeira e essencial para a formação de uma comunidade acadêmica de sinólogos com sangue novo e capazes de responder aos dilemas globais oriundos da ascensão do gigante asiático.

Não são problemas que se resolvem rapidamente, mas seria bom que Vieira e Lula se ocupassem deles a fim de usufruir do bom trânsito em Pequim para avançar agendas próprias.

| DOM. Sylvia Colombo | SEG. David Wiswell | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Igor Patrick

O líder chinês, Xi Jinping, recebe o presidente iraniano, Ebrahim Raisi, em Pequim Yan Yan/Xinhua

Irã tenta usar duelo China e EUA para driblar sanções

Teerã se solidifica como aliado do bloco oriental puxado por Pequim

Guilherme Botacini

SÃO PAULO Na viagem que fez nesta semana a Pequim para se encontrar com o líder chinês, Xi Jinping, o presidente do Irã, Ebrahim Raisi, tinha duas tarefas. Por um lado, reforçar os acordos assinados entre ambos os países, sobretudo um pacto de investimentos de 25 anos. Do outro, reatar elos, já que em dezembro Xi se reuniu em Riad com rivais regionais de Teerã —Arábia Saudita à frente—, numa cúpula definida pelos chineses como "esplêndido capítulo de solidariedade, assistência mútua e cooperação ganha-ganha".

O comunicado conjunto após o encontro defendeu a reivindicação dos Emirados Árabes Unidos sobre três ilhotas no estreito de Hormuz, disputadas desde 1971 pelo Irã, e a necessidade de Teerã cooperar com a Agência Internacional de Energia Atômica, supervisora do pacto para limitar seu programa nuclear.

O regime persa não ficou feliz com o que chamou de "alegações sem base" e convocou o embaixador chinês para expressar insatisfação, mas não teve muito mais o que fazer diante de seu maior parceiro comercial e uma das poucas nações que desafiam as sanções americanas ao petróleo e ao gás iranianos.

Os movimentos chineses de dezembro passado e agora acontecem a despeito dos incômodos gerados regionalmente e até internos no Irã, reflexo da política externa pragmática de Pequim. Segundo Rodrigo Amaral, professor de Relações Internacionais da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), elites políticas iranianas têm criticado o governo pelo que entendem como subserviência à China.

"Bastante isolado do sistema internacional, o Irã não tem muitas opções. A visita de Raisi demonstra a compreensão do regime iraniano de que não há outra saída além de se aproximar dos chineses".

A rivalidade com sauditas e outras monarquias do golfo é histórica. Ganhou força com a revolução de 1979, diante do medo dos vizinhos de que a ebulição política fosse exportada, foi ampliada com o apoio de Teerã a grupos políticos no Iraque e no Iêmen e tomou novos contornos com os Acordos de Abraão, em 2020, quando Bahrein e Emirados Árabes passaram a reconhecer Israel como Estado.

Para Andrew Traumann, professor de história das relações internacionais no Centro Universitário Curitiba e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Oriente Médio, a Arábia Saudita não deve tardar a entrar nesse grupo.

"Está se formando um bloco em que o Irã é o grande inimigo do mundo árabe, ao contrário do que ocorre historicamente com Israel, o grande inimigo do mundo muçulmano em geral", afirma ele.

Para além do Oriente Médio, esse isolamento tem origem principalmente nas sanções impostas por países ocidentais, em particular os Estados Unidos, em punições que datam desde a década de 1980 e que se intensificaram depois de 2018, quando o então presidente americano Donald Trump decidiu deixar o acordo nuclear assinado três anos antes com outros cinco governos além de Washington e Teerã, incluindo China e Rússia, o que fez com que as expectativas do fim do embargo se dissipassem.

Essa situação mantém, entre vaivéns, tudo como era antes: alvo de sanções, o Irã segue enriquecendo urânio e expandindo seu programa nuclear enquanto a negociação não anda, embora o pacto ainda esteja tecnicamente em vigor e exista alguma fiscalização por parte da agência da ONU responsável pelo tema.

No início deste mês, a Agência Internacional de Energia Atômica criticou Teerã por mudanças não declaradas em centrífugas para enriquecimento de urânio com até 60% de pureza na usina de Fordow, patamar considerado pelo órgão próximo do necessário para produção de armas nucleares.

Os protestos no Irã após a morte da curda Mahsa Amini, em setembro, já são muito menores desde que foram reprimidos pelo regime, com execuções e prisões, e compõem o argumento de Washington para manter as sanções, embora o regime iraniano já trate o que chama de "revoltas" como página virada.

O resultado prático atual do embargo é a busca do Irã por parceiros comerciais que tenham interesse em desafiar as punições, o que significa a integração de Teerã à zona de influência desses países em meio à Guerra Fria 2.0. O caso mais recente é a entrada do país na Organização de Cooperação de Xangai, grupo de segurança asiático liderado pela China, prevista para se tornar oficial ainda no primeiro semestre.

"Tudo que gera algum tipo de clivagem é bom para o Irã, porque é um desafogo para o seu isolamento", diz Amaral.

Pequim anuncia vitória contra Covid, mas dados geram dúvidas

SÃO PAULO A China declarou nesta sexta (17) o fim oficial do pico de casos de Covid no país. O anúncio, divulgado pelo Comitê Permanente do Politburo após reunião a portas fechadas, é feito cerca de três meses após o relaxamento da política de contenção do vírus que resultou em cenas de caos no sistema de saúde.

O anúncio foi alçado à manchete do jornal Global Times, alinhado ao Partido Comunista Chinês: "China alcança enorme e decisiva vitória contra a epidemia de Covid". Segundo o texto, o gigante asiático não só superou a doença, "um milagre na história da civilização humana" dado o seu contingente populacional, como manteve as menores taxas de mortes em decorrência do coronavírus no planeta.

Para especialistas, porém, a divulgação faz ressurgir questões até hoje sem resposta sobre o real impacto do vírus no país. Uma das perguntas é o total de mortes causadas pela Covid desde o início da pandemia.

O texto do Global Times não faz alusão ao número, optando em vez disso por registrar a quantidade de mortes entre 8 de dezembro e 9 de fevereiro, de 83 mil, de acordo com o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC). A cifra contrasta com a estimativa de 1,4 milhão de óbitos por Covid no mesmo período enviada pela Airfinity, empresa de dados britânica, a pedido da **Folha** —e com outras projeções, que estimavam entre 1 milhão e 1,5 milhão de mortes decorridas da doença após o pico de infecções.

Uma série de fatores pode explicar essa diferença entre esses números. Um deles é que a cifra oficial chinesa de mortes só contabiliza aquelas ocorridas em hospitais. A título de comparação, entre 2018 e 2020, cerca de 80% de todas as mortes na China se deram em domicílios.

Além disso, logo após o fim da política de Covid zero, o regime impôs uma metodologia que determinava que só mortes decorridas de pneumonia ou insuficiência respiratória seriam contabilizadas como relacionadas ao vírus, o que excluiu óbitos vinculados a falência hepática, renal ou cardíaca, por exemplo.

83 mil
é o número oficial de mortes por Covid na China entre 8 de dezembro e 9 de fevereiro

1,4 milhão
é a estimativa de mortes para o período segundo a Airfinity

Ainda há suspeitas sobre a confiabilidade dos dados sobre a doença que são de fato registrados pelo regime. A Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou, no início deste ano, para uma subnotificação generalizada dos casos do vírus no país, fosse em termos de mortes ou de internações hospitalares e em UTIs —Pequim deixou de enviar relatórios à organização no início de dezembro.

Por fim, o panorama registrado pela mídia local e estrangeira ao fim das restrições foi de desordem, com hospitais lotados, funcionários trabalhando doentes e uma alta não totalmente explicada na demanda de serviços funerários. O Global Times descreve um cenário bem diferente disso e afirma que a transição para a abertura foi "acertada e suave".

Especialistas citados pelo jornal estatal afirmam que a declaração da cúpula do Partido Comunista marcaria o fim oficial da pandemia no país.

Com Reuters e The New York Times

Macron vê Brasil e Índia desconfiados do Ocidente na guerra

Presidente francês analisa papel do Sul Global no conflito; Zelenski diz que Putin não irá parar se vencer

GUERRA DA UCRÂNIA

Igor Gielow

SÃO PAULO O presidente francês, Emmanuel Macron, admitiu nesta sexta-feira (17) que os países do chamado Sul Global, jargão que define nações como Brasil e Índia, desconfia do Ocidente em relação à Guerra da Ucrânia.

"Estou muito impressionado com como estamos perdendo a confiança do Sul Global", disse Macron, sobre o contexto do conflito, no primeiro dia da Conferência de Segurança de Munique, principal fórum de discussão mundial de segurança, que ocorre na cidade alemã desde 1963.

O líder francês não elaborou, mas o fato é que, embora tenham condenado a invasão russa que completará um ano na semana que vem, esses países mantêm uma posição distante da campanha ocidental contra Moscou, basicamente por terem interesses econômicos próprios. O regime draconiano de sanções contra o Kremlin também assusta, por transcender regramentos internacionais.

No caso brasileiro, a prioridade foi dada ao papel russo como fornecedor de 30% dos fertilizantes do agronegócio. Assim, tanto sob Jair Bolsonaro (PL) quanto sob Luiz Inácio Lula da Silva (PT), prevaleceu a posição tradicional do Itamaraty de defesa de negociações.

Lula tem sido pressionado a mudar de postura, em especial após ter negado vender munição de tanques para a Alemanha repassar a Kiev. Na quinta (16), a mais alta diplomata americana, Victoria Nuland, pediu que o Brasil "se colocasse no lugar da Ucrânia".

A Índia, aliada formal dos EUA no grupo anti-China Quad e ao mesmo tempo membro do Brics com Pequim e Moscou, dá de ombros e está comprando quantidades oceânicas de petróleo russo com desconto devido ao fechamento do mercado europeu ao produto.

Representado em Munique pelo chanceler Mauro Vieira, o Brasil expôs sua posição em uma entrevista do ministro numa sessão paralela do fórum e em 11 reuniões bilaterais, inclusive com o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell. No Itamaraty, a impressão geral foi a de que não houve cobranças duras, mas uma tentativa de compreensão —além de grande interesse na renovada agenda ambiental brasileira.

A proposta brasileira para criação de um grupo para discutir a paz, contudo, é algo que não encontra eco devido ao acirramento das tensões: a Rússia está escalando uma ofensiva no leste e no sul do país, e a Ucrânia pede mais armas ao Ocidente. Isso já havia ficado claro na visita de Lula ao americano Joe Biden.

Mas a fala de Macron chamou a atenção do Brasil, dado que fez defesa enfática da reforma do Conselho de Segurança da ONU. O tema é retomado de tempos em tempos e soa como música ao Itamaraty.

Em meio ao acirramento das ofensivas russas contra o leste da Ucrânia, líderes ocidentais pediram o aumento do apoio militar a Kiev e o rearmamento da Europa, enquanto o presidente do país invadido, Volodimir Zelenski, disse que Vladimir Putin não irá parar se derrotar Kiev.

Cerca de 40 chefes de Estado e de governo estão reunidos na cidade alemã, que recebe também 60 autoridades diplomáticas e políticas — não apenas alinhados à coalizão ocidental contrária aos russos, mas também aliados do Kremlin, como o chanceler chinês, Wang Yi.

O tom geral, contudo, é de defesa da unidade em torno de Kiev. Falando por vídeo no início do evento, Zelenski repassou sua retórica de pedir mais apoio militar, sob pena da degradação da segurança europeia como um todo. "É óbvio que a Ucrânia não será sua última parada [de Putin]. Ele continuará seu movimento, incluindo todos os outros Estados que um dia foram parte do bloco soviético", afirmou.

Desde que Putin anunciou na mesma conferência em 2007 as bases de sua crítica à hegemonia americana no pós-Guerra, ele promoveu dois conflitos para evitar a absorção de países ex-soviéticos pela Otan: na Geórgia, em 2008, e na Ucrânia, em 2014, até a invasão de 2022.

Mas a fala de Zelenski se dirigia aos nervosos membros do Leste Europeu da aliança, Polônia e Estados Bálticos. "Não deve haver tabu", disse, sobre a entrega ocidental de armas, de olho no cumprimento da promessa de envio de tanques de guerra e sonhando com caças avançados —hoje vistos como provocação excessiva aos russos, por serem armas potencialmente ofensivas.

O ucraniano comparou seu país ao Davi bíblico, enfrentando o poderoso Golias com uma funda. "Precisamos reforçar nossa funda, precisamos de rapidez de decisões para limitar o potencial russo."

A conferência vai até domingo (19), e, no sábado, falarão a vice dos EUA, Kamala Harris, o premiê britânico, Rishi Sunak, o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, e o chanceler Wang, entre outros.

+ Coreia do Norte ameaça resposta a exercícios dos EUA

A Coreia do Norte ameaçou nesta sexta (17) dar uma resposta "sem precedentes" às operações conjuntas dos EUA e da vizinha Coreia do Sul. Os dois países se prepararam para seus exercícios militares anuais, em um esforço para afastar as crescentes ameaças nucleares da ditadura de Kim Jong-un. A chancelaria de Pyongyang acusou os EUA de escalarem a tensão por meio de uma espécie de "vórtice de tensão" sem justificativa e acusou os americanos de usarem o Conselho de Segurança da ONU como "ferramenta hostil e ilegal" para pressionar o regime. "Se é uma opção para os EUA mostrar toda a sua força, também é para a Coreia do Norte", diz a pasta. "Se EUA e Coreia do Sul colocarem em prática o plano de exercícios militares que consideramos preparativos para uma guerra, sofrerão reações sem precedentes." Os exercícios serão uma preparação para uma resposta em caso de ataque nuclear da Coreia do Norte, disse um funcionário do ministério sul-coreano da Defesa.

Policiais retiram corpos de dentro de caminhão perto de Sófia, na Bulgária Dimitar Kyosemarliev/Reuters

Bulgária encontra 18 corpos de migrantes afegãos dentro de caminhão abandonado

SÓFIA | AFP E REUTERS Dezoito imigrantes do Afeganistão, incluindo uma criança, foram encontrados mortos nesta sexta-feira (17) em um caminhão próximo à cidade de Sófia, na Bulgária, país no Leste Europeu que vem registrando grande aumento no fluxo de pessoas que tentam entrar de forma ilegal em seu território.

Segundo o chefe do Serviço Nacional de Investigação, a indicação inicial é que os migrantes morreram sufocados. Equipes ainda resgataram 34 pessoas no veículo e no entorno, oito das quais em estado grave. Alguns deles foram encontrados fora do caminhão enquanto tentavam se esconder na mata.

Autoridades informaram que o veículo transportava 52 pessoas, a maioria homens jovens que se escondiam entre toras de madeira. "Houve falta de oxigênio para as pessoas trancadas no caminhão. Eles estavam congelados, molhados e não comiam havia dias", disse o ministro da Saúde, Asen Medzhidiev.

Moradores alertaram a polícia sobre a presença do caminhão abandonado perto do vilarejo de Lokorsko, a 20 km de Sófia. Quatro suspeitos de envolvimento com tráfico de pessoas foram detidas.

Ainda segundo o chefe do Serviço Nacional de Investigação, os migrantes cruzaram de forma ilegal a fronteira com a Turquia. Porta de entrada para a União Europeia, a Bulgária registra um aumento da migração ilegal, apesar da instalação de cercas de arame farpado nos mais de 230 km de fronteira. A polícia diz que, no ano passado, impediu a entrada ilegal de 164 mil pessoas, contra 55 mil no anterior.

Em dezembro, foi negada à Bulgária a entrada no espaço Schengen, que garante livre circulação de pessoas e de bens no bloco europeu e a países associados. Desde então, o governo búlgaro vem intensificando os controles fronteiriços. O país pediu € 2 bilhões (R$ 10,4 bilhões) à União Europeia para modernizar e reforçar as cercas já existentes.

Diante do aumento de esforços para barrar pessoas em situação irregular, relatórios de organizações internacionais e da Frontex, a agência de fronteiras da UE, apontaram que autoridades recorreram muitas vezes a métodos brutais contra os migrantes.

A maior parte dos migrantes irregulares entra pela Bulgária para tentar chegar a países mais ricos da Europa Ocidental, muitas vezes usando redes de contrabandistas, segundo autoridades.

A migração voltou a ser um dos temas centrais do bloco com o aumento da chegada de pessoas em situação irregular e do aumento dos pedidos de asilo em 2022. A situação levou ao limite a capacidade de acolhimento de vários países. Ao menos 12 nações solicitaram à União Europeia financiamento para cercas e muros nas fronteiras, na tentativa de conter a chegada de migrantes pela Belarus.

A tragédia desta sexta remete aos 39 vietnamitas encontrados mortos, em 2019, num caminhão frigorífico perto de Londres. No mesmo ano, a Áustria também viveu um drama parecido: a polícia encontrou um caminhão refrigerado com 71 corpos de homens, mulheres e crianças em estado de decomposição.

Em 2000, os corpos de 58 migrantes chineses em situação clandestina foram descobertos em um caminhão no porto de Dover, no sudeste da Inglaterra. Duas pessoas sobreviveram. Em países como Itália, Holanda, Irlanda e Croácia houve casos semelhantes.

+ Crianças brasileiras sofrem acidente de ônibus no Panamá

Seis crianças brasileiras estavam entre os passageiros de um ônibus que sofreu um acidente no Panamá na última quarta-feira (15) ao transportar mais de 60 imigrantes que haviam cruzado o estreito de Darién, perigosa rota na fronteira com a Colômbia. A informação foi fornecida pelo governo panamenho. Procurado, o Itamaraty disse que acompanha o caso no local e que, até o momento, não há confirmação de morte de alguma das crianças. Cerca de 40 pessoas morreram no acidente, que ocorreu na província de Chiriquí, a caminho da fronteira com a Costa Rica.

Governo prepara versão ampliada da lei de cotas do funcionalismo

Avaliação é que medida, criada em 2014 e prestes a expirar, teve efeito aquém do esperado

Idiana Tomazelli e Fábio Pupo

BRASÍLIA Reivindicação histórica do movimento negro, a lei de cotas nos concursos públicos expira em junho de 2024 sob o diagnóstico de que seus efeitos ficaram aquém do esperado. O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer fechar, ainda no primeiro semestre, uma proposta para renovar e aprimorar a legislação.

A intenção é aperfeiçoar os mecanismos para conseguir, efetivamente, promover uma transformação do serviço público federal, que ainda hoje é formado por uma maioria branca —sobretudo em cargos de maior remuneração.

"Combinamos de fazer no início do ano uma avaliação de como está hoje esse quadro, tanto no acesso como nos altos cargos de gestão, para avaliar metas e pensar em formas de garantir uma maior diversidade no topo", disse a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, em entrevista à **Folha**.

A lei 12.990 foi aprovada em 2014, a partir de um projeto apresentado pelo governo Dilma Rousseff (PT). Ela prevê uma reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para pessoas negras. O critério inclui aqueles que se autodeclaram pretos ou pardos, conforme a classificação usada pelo IBGE.

A lei também estipulou uma vigência de dez anos para a política, prazo que se completará em junho de 2024 —daí a discussão sobre a renovação.

Ainda durante a campanha, a equipe de Lula já falava na necessidade de aprimorar a legislação, para prever também cotas específicas para indígenas.

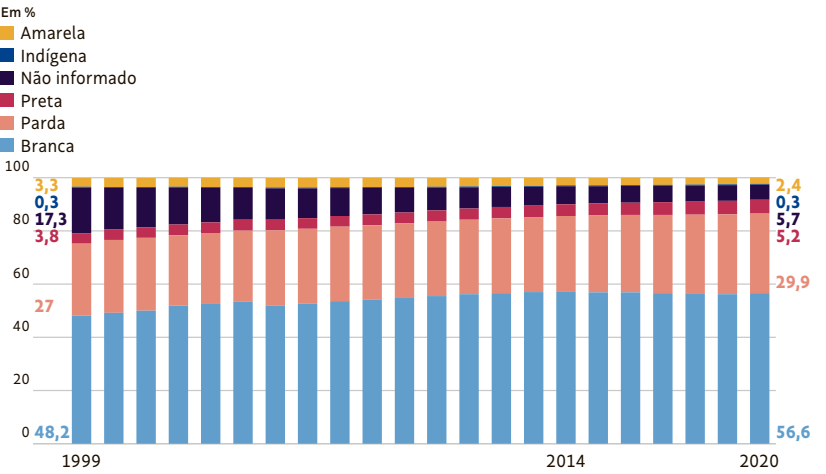
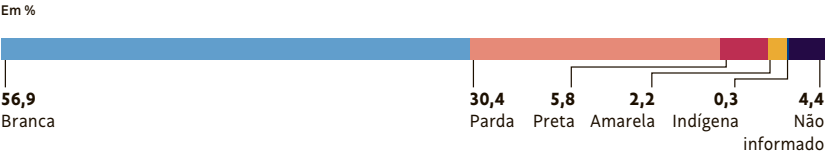
Agora, as conversas vão na direção de cuidar não só da entrada desses grupos no funcionalismo mas das condições para sua ascensão na carreira.

"É uma discussão para avaliar se não teria [de ter] metas para cargos [de alto nível]", disse Dweck. Segundo ela, o fato de Lula ter nomeado negros e mulheres para comandar ministérios acabou servindo de incentivo para que a diversidade fosse replicada pelas áreas. Das 37 pastas, 10 são comandadas por autodeclarados negros, e duas, por autodeclarados indígenas. São 26 homens e 11 mulheres.

Ainda assim, o panorama geral está longe de uma mudança estrutural. A ministra não descarta prever cotas ou ao menos metas para o número de pessoas negras em cargos em comissão. "Se você olhar mulheres negras nos cargos de alta gestão, era um percentual muito baixo, em torno de 2%. Então a gente tem que tentar entender isso", disse.

O diagnóstico sobre a eficácia da lei de cotas tem sido em parte prejudicado porque houve forte redução na quantidade de concursos públicos nos últimos anos, diante do agravamento da situação fiscal.

Ainda assim, estudo da Enap (Escola Nacional de Administração Pública) de 2021 em parceria com a UnB (Universidade de Brasília) e o Executivo federal concluiu que os resultados observados desde a aprovação da lei demonstraram sua insuficiência na promoção do ingresso de negros no funcionalismo federal.

Em todos os concursos, exceto aqueles voltados à carreira de professor de ensino superior, apenas 15,4% dos candidatos aprovados e que estão registrados no sistema de pessoal da União (ou seja, de fato ingressaram na carreira) se declararam ou foram identificados como cotistas.

Esse primeiro dado já indica que o percentual da lei de cotas seria descumprido, mas há um segundo ponto. Há candidatos negros que obtêm boas notas e acabam sendo nomeados em vagas destinadas à ampla concorrência. "Espera-se que o número de nomeados em vagas reservadas para negros seja, então, menor do que os 15,4%", diz o estudo.

O trabalho analisou informações dos concursos públicos com edital de abertura publicado entre junho de 2014, quando a lei entrou em vigor, até dezembro de 2019.

Além de cruzar as listas de aprovados com os registros de pessoal do governo, os pesquisadores aplicaram critérios adicionais, como data de ingresso no cargo e se é ou não estatutário. Isso foi feito para evitar contabilizar "falsos positivos", isto é, pessoas que prestaram o concurso como cotista, mas ingressaram no serviço público depois, por meio de outras modalidades, como cargos comissionados ou contratos temporários.

Na carreira de professor do magistério superior, os pesquisadores conseguiram quantificar o percentual de nomeados exclusivamente para as vagas reservadas a negros, por meio da análise de portarias publicadas no DOU (Diário Oficial da União). O índice ficou em mero 0,53%.

Embora os efeitos da lei tenham ficado abaixo do esperado, houve ampliação da presença de negros no serviço público. "A política de cotas está correlacionada com um aumento de 3% no número de negros no serviço público", diz o estudo da Enap.

Dados do Atlas do Estado Brasileiro, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), mostram que, até 2013, pretos e pardos representavam no máximo 32,3% dos novos funcionários públicos a cada ano. O percentual subiu para 37,5% em 2015, logo após a sanção da lei de cotas, e alcançou 43,5% em 2020, dado mais recente disponível.

O problema, segundo os pesquisadores da Enap, é que a garantia de um piso em proporção de vagas para esse grupo não foi suficiente para levar a um aumento expressivo da parcela de servidores negros no Executivo federal.

Quando se analisa o total dos funcionários federais ativos, os números mostram que a ampliação da diversidade racial ainda é tímida.

Em 2013, um ano antes da publicação da norma, 32,6% dos servidores do Executivo federal eram pretos ou pardos. O percentual subiu a 35,1% em 2020, segundo o Ipea.

O Painel Estatístico de Pessoal, mantido pelo próprio Executivo, mostra que essa participação estava em 36,2% em janeiro de 2023.

O avanço também foi pequeno entre cargos de alta gestão. Embora representem mais de um terço da força de pessoal, os negros ficaram com menos de um quinto dos cargos de ministros ou secretários —classificados como direção e assessoramento superiores (os DAS) nos níveis 5 ou 6 (os mais altos). Em 2013, 158 negros ocupavam esses postos (12% das posições). Em 2020, o grupo detinha 230 vagas (17%).

Leia mais sobre servidores na pág. A19

Cores do funcionalismo ao longo do tempo

Vínculos civis ativos no Executivo Federal por cor ou raça

Vínculos civis ativos no Executivo Federal por cor ou raça em 2023

Fontes: Ipea e Painel Estatístico de Pessoal do governo

Concurso pode mudar e ter provas que avaliem habilidade e competência

VIDA PÚBLICA

Emerson Vicente e Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO Os concursos públicos apenas com provas simples e objetivas podem estar com os dias contados. A necessidade de profissionais mais capacitados para as exigências específicas do serviço público tem levado ao debate sobre a necessidade de modernizar o processo de entrada do servidor.

As discussões caminham para uma ideia de provas mais analíticas, que avaliem conhecimentos, habilidades e competências para cada função.

Tramita no Senado proposta para a modernização dos concursos públicos. O projeto de lei nº 252/2003 estabelece regras para todas as etapas da seleção, que são a autorização, o planejamento, a execução e a avaliação do concurso.

A proposta mira a seleção para a contratação de servidores públicos, mas autoriza que estados e municípios possam definir normas próprias.

"Existe uma certa discrepância entre a experiência federal, um pouco mais sofisticada, e a dos estados e municípios. Temos alguns estados que têm larga experiência e uma estrutura grande, mas a maioria, não. E os municípios, em geral, são muito frágeis nessa matéria", diz Carlos Ari Sundfeld, professor titular da FGV Direito de São Paulo.

O texto aprovado na Câmara em agosto de 2022 e que está no Senado considera como formas válidas para a avaliação provas escritas objetivas ou dissertativas e provas orais que cubram conteúdos gerais ou específicos, e também a elaboração de tarefas próprias para o cargo pretendido.

Na avaliação de Fabrício Barbosa, presidente do Consad (Conselho Nacional de Secretários de Administração) e secretário de Administração e Gestão do Amazonas, a manutenção do mesmo antigo formato de concurso público vai na contramão da evolução das características hoje exigidas do servidor.

"Ter concursos de conhecimentos genéricos, que não sejam de conhecimentos específicos, principalmente aqueles que não levam em consideração algumas questões de habilidades sociais, é algo que prejudica muito a qualidade desse recurso humano que vem sendo colocado para dentro do serviço público."

Para especialistas, os concursos públicos não conseguem examinar com exatidão aptidões que vão além dos conhecimentos formais.

Isso ocorre, entre outras razões, porque essa aferição muitas vezes está baseada em provas objetivas, em que há meramente a marcação de um "x", diz o professor Fernando de Souza Coelho, do curso de gestão de políticas públicas da USP.

Sundfeld entende que há uma padronização dos concursos sem atentar para as características dos cargos e, o mais grave, sem levar em conta habilidades e competências. Por isso, defende a necessidade de provas específicas.

A professora Suelen dos Anjos, servidora que decidiu mudar de carreira Gabriela Biló/Folhapress

> Hoje é muito complexo fazer concursos públicos, que são processos caros para cargos que poderiam ser preenchidos de uma forma mais simplificada
>
> **Fabrício Barbosa**
> presidente do Consad (Conselho Nacional de Secretários de Administração) e secretário de Administração e Gestão do Amazonas

"Trata-se de saber se ele [candidato] sabe lidar com questões complexas, se ele tem uma boa relação interpessoal, aspectos difíceis de aferir por concursos padronizados, como prova de múltipla escolha", diz o professor da FGV.

Em países como Chile, EUA, Reino Unido e Austrália, o servidor público pode ser contratado por diversos meios de avaliação, de indicações políticas a entrevistas, provas específicas, análise de currículos, entrevistas, provas orais e seleção por empresas externas e independentes.

A modernização também joga luz sobre a necessidade de concurso para cargos de menor exigência técnica. A ideia é que algumas funções possam entrar no regime de contratação temporária, principalmente aquelas nas quais a rotatividade é muito grande. Isso já acontece em alguns estados.

"Nas grandes administrações estaduais, a admissão de temporários para preencher um percentual de quadros é sempre por processo seletivo competitivo. E são experiências interessantes, pois garantem que haja profissional permanentemente em sala de aula, em hospital, nas clínicas", afirma Sundfeld.

Para o presidente do Consad, o custo também pesa na discussão. "Hoje é muito complexo fazer concursos públicos, que são processos caros para cargos que poderiam ser preenchidos de uma forma mais simplificada."

O projeto de lei também regulamenta o uso de provas online para os concursos públicos, fato que levantou discussão. Sundfeld defende esse modelo sob o argumento de que já existem sistemas com a segurança necessária.

Um ponto que influencia o debate sobre o modelo de entrada no serviço público é o fato de a preparação para os concursos públicos ter virado um mercado.

"É uma indústria marcada fortemente por grandes conglomerados que preparam as pessoas, até organizam a viagem das pessoas —também uma indústria de turismo de negócios", diz Coelho.

"Interessa para os cursinhos que aquilo que se avalia no concurso público seja algo que eles sejam capazes de padronizar e de vender repetidamente, com aulas gravadas, apostilas idênticas para todos os cursos", afirma Sundfeld.

O professor Fernando Mesquita, diretor de mentoria e coaching do Gran Cursos Online, diz discordar. Para ele, o cursinho trabalha cada vez mais com a individualização do ensino ao disponibilizar materiais mais específicos direcionados a concursos, sistema que ele considera justo por manter a impessoalidade.

Aluna do cursinho, a professora Suelen Gonçalves dos Anjos, 39, que já é servidora, decidiu mudar de carreira. Há dez meses se prepara para concurso público na área de gestão para a Controladoria-Geral do Distrito Federal.

"Trabalho 40 horas por semana como professora e ainda estudo para o concurso. Faço aulas online, materiais de revisão e redações toda semana. É pesado, uma nova carreira, mas me sinto mais preparada."

Esta reportagem faz parte da série Profissional Público do Futuro, iniciativa do núcleo Vida Pública em parceria com a República.org, entidade dedicada à melhoria da gestão de pessoas no serviço público.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Figurinha carimbada

A Coalizão Indústria, que reúne os representantes de 14 setores e fazia encontros mensais ou até quinzenais com Paulo Guedes, se reuniu pela primeira vez com o ministro Fernando Haddad, nesta sexta (17). Ficou a expectativa de que os encontros periódicos serão mantidos pelo petista. O grupo, formado por entidades como Abiplast, Abimaq, Aço Brasil, Eletros e Abrinq, levou a Haddad uma previsão de investimentos de R$ 459 bilhões pelos setores da Coalizão até 2026.

AGENDA No encontro, o grupo apresentou sua pauta com temas prioritários, como custo Brasil, reforma tributária e clima, segundo participantes.

FRONTEIRA Nas reivindicações para o comércio exterior, citaram dificuldade de financiamento e seguro de crédito para exportação. Também foi levada pelo grupo a questão do aumento do tempo de recolhimento de impostos.

ENGARRAFAMENTO O ministro Renan Filho (Transportes) levou ao presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, a preocupação que circula no setor nas últimas semanas: o receio de faltar asfalto para investimentos em obras rodoviárias.

NA PISTA Em reunião nesta quinta (16), segundo a Petrobras, o presidente da estatal disse ao ministro que os pedidos de asfalto têm sido atendidos e que a empresa está preparada para suprir a necessidade. A ideia é criar um grupo de trabalho para mapear a demanda pelo produto.

EM FAMÍLIA O parentesco entre o diretor da Anvisa Daniel Meirelles e seu irmão, Thiago Meirelles, que assumiu o comando da PróGenéricos (entidade da indústria de genéricos) neste ano, entrou na discussão sobre a autonomia das agências reguladoras.

EFEITO COLATERAL Depois que 30 associações privadas do setor de saúde, incluindo a PróGenéricos, lançaram um manifesto contra a emenda apresentada neste mês pelo deputado Danilo Forte (União-CE) à medida provisória 1.154, dizendo que ela pode prejudicar a independência das agências, o parlamentar reagiu.

BULA Nas redes sociais, nesta semana, Forte citou reportagem sobre o caso dos irmãos e disse que as agências precisam de supervisão externa. "É contra este tipo de abuso que lutamos", disse ele, em referência ao caso, que vem gerando questionamentos sobre possível conflito de interesse nas decisões da agência.

RECEITA A emenda de Forte propõe conselhos vinculados aos ministérios para deliberar sobre as atividades normativas junto às agências.

ALTA TENSÃO Após dois meses em queda, o consumo de energia no país começou o ano com estabilidade, segundo o levantamento que será divulgado pela CCEE (câmara de comercialização de energia) na próxima semana. O volume consumido no mês passado foi de quase 67 mil megawatts, patamar semelhante ao de janeiro do ano passado.

CHOQUE O cenário é atribuído, sobretudo, à demanda da indústria e de grandes empresas, segundo a entidade. Como resultado, o consumo no mercado livre, que concentra essas companhias e não precisa de distribuidoras, cresceu 1,8%. Já o mercado regulado teve queda de 1%, diz a CCEE.

CONDUÍTE Entre os setores da indústria, o maior avanço em janeiro foi na extração de minerais metálicos, com alta de 10% em relação a 2022.

BUZINA O TCU (Tribunal de Contas da União) revogou nesta semana uma medida cautelar que travava a abertura do mercado de transportes rodoviários. A questão atingia diretamente empresas que operam por app, como a Buser. Agora, a ANTT está autorizada a conceder novas linhas de ônibus interestaduais.

ESTRADA Com o fim da medida, a agência poderá liberar novas linhas, desde que as empresas estejam dentro dos padrões exigidos. A disputa entre empresas tradicionais do setor e companhias por app teve início na virada do governo Bolsonaro, quando a ANTT desengavetou mais de 2.000 pedidos de companhias interessadas em explorar novas linhas de ônibus.

BAGAGEM A Amobitec, associação que representa Buser e Flixbus, comemorou. Em nota, a entidade disse que o setor ainda é muito fechado "e com muitos obstáculos para a adoção de novos modelos".

BANDEIRAS No ranking dos turistas estrangeiros que vão usar o Airbnb para se hospedar no Brasil durante o Carnaval, a maior parte vem dos EUA, da Argentina e da França. Na sequência, aparecem viajantes de países como Chile, Reino Unido e Alemanha, de acordo com a plataforma.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona

CIFRAS & GOLPES

Série da Netflix sobre Bernie Madoff investe na história errada

Encenações constrangedoras e psicologia barata afundam documentário sobre maior esquema de pirâmide da história

CRÍTICA

Fernanda Perrin

O ator Joseph Scotton no papel de Bernie Madoff Netflix/Divulgação

SÃO PAULO O que Bernie Madoff fez com suas vítimas foi um golpe. O que faz a série documental da Netflix sobre sua história é, no mínimo, um investimento ruim.

O maior esquema de pirâmide de que se tem registro na história, operado por uma das figuras mais respeitadas de Wall Street, é, realmente, impressionante —tão impressionante que já foi contado diversas vezes ("O Mago das Mentiras", "Madoff" e "Chasing Madoff", para citar apenas os primeiros resultados de pesquisa do IMDb).

Para tentar se destacar na multidão, a aposta do diretor Joe Berlinger, que tem no currículo obras sobre assassinos, é retratar Madoff como uma espécie de serial killer financeiro, "o monstro de Wall Street", como titulou sua obra originalmente.

Assim, no primeiro episódio, somos apresentados à história de origem desse vilão, não muito mais complexa do que as contadas pela Marvel: um menino ambicioso e inteligente nascido em uma família de vida financeira instável, chefiada por um pai fracassado.

Munido dessa profunda leitura psicológica, Berlinger conduz os três capítulos seguintes da história. São incontáveis as vezes em que algum dos entrevistados caracteriza Madoff como um sociopata ou alguma variação disso.

Mas caso você, espectador, ainda assim não tenha conseguido entender a tese, encenações em câmera lenta de um Madoff fumando charutos (um retrato inédito de um figurão de Wall Street) ou encarando a câmera com um sorriso maroto são repetidas, de novo e de novo.

É um artifício que talvez funcione bem em dramatizações de assassinato, mas não tanto para falsificação de extratos de investimentos bancários em impressoras matriciais dos anos 1980.

Mesmo alguns dos acertos do documentário acabam sendo erros. As fontes ouvidas, como Diana B. Henriques, autora do livro "O Mago das Mentiras", e Harry Markopolos, que tentou denunciar Madoff por anos, são excelentes.

Bernie Madoff: O Golpista de Wall Street
★☆☆☆☆
(Madoff: The Monster of Wall Street) EUA, 2023. Direção de Joe Berlinger. Com Elijah George, Joseph Scotto, Donna Pastorello e Sarah Kuklis. Série em quatro episódios, disponível na Netflix

Tão boas que já inspiraram um filme da HBO e um documentário próprio, respectivamente.

Os trechos do depoimentos de Madoff após ser preso também são um ponto positivo da série, mas são tão pouco utilizados (em comparação aos do ator de peruca fumando charuto) que parece um desperdício de material.

Para quem não conhece a história de Madoff e nunca teve contato com nada produzido sobre ela, parte desses problemas até vira um trunfo: a série é realmente didática —apesar de um esquema de pirâmide não ter um funcionamento tão complicado assim— e consegue não ser enfadonha ao explicar os meandros do mercado financeiro.

A falha realmente imperdoável do documentário é perceber que ele errou a história a ser contada. Superada toda a psicologia barata, Berlinger chega ao ponto quando trata da responsabilidade das agências reguladoras, das demais instituições financeiras e da própria dinâmica de Wall Street para que Madoff conseguisse chegar aonde chegou.

Quando a série finalmente começa a abordar esse sistema, deixando um pouco de lado o vilão cartunesco, você percebe a oportunidade perdida por Berlinger. Ele investiu na narrativa errada.

Como Madoff conseguiu operar por tantos anos? Como a SEC (a Comissão de Valores Mobiliários americana) chegou tão perto de pegá-lo, mais de uma vez, e ainda assim deixou-o escapar? Como uma conta bancária que sustentou uma pirâmide de mais de US$ 60 bilhões não chamou a atenção do JPMorgan? Por que a legislação permite que parte das vítimas da fraude sejam, elas próprias, as responsáveis por restituir a outra parte?

São perguntas difíceis que o documentário faz, mas responde mal. Fosse esse o enfoque desde o início, o resultado poderia ser diferente. E relevante.

Por mais que a história de Madoff em si impressione, ela não é única. Desde sua derrocada, em 2008, pego pela crise financeira mundial, os escândalos envolvendo fraudes bilionárias se avolumam.

No Brasil, por exemplo, os R$ 20 bilhões em "inconsistências contábeis" da Americanas são o tema da vez. As respostas para entender como foi possível que uma das maiores varejistas do país, supostamente fiscalizada por todos os "guardiões do mercado", chegasse a esse ponto não devem estar tão longe das mesmas que explicam Madoff.

Pelo menos os perdedores sabemos o que elas têm em comum: o pequeno investidor.

Obra mostra caminhos de sucesso para gestor público à direita e à esquerda

VIDA PÚBLICA

SÃO PAULO Como gestores públicos encaram o desafio de implementar mudanças não só com planejamento mas com capacidade de colocar em prática a sua estratégia?

É o que o professor Robson Leite, mestre em administração, gestão e estratégia pública, procura analisar no livro "Estratégia e Liderança em Tempos de Profundas Mudanças: o Caminho do Sucesso na Organização Pública", lançado pela editora Dialética.

A iniciativa da obra surgiu a partir da tese de mestrado apresentada por Leite na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, premiada em 2019 pela Sociedade Brasileira de Administração Pública.

Servidor concursado da Petrobras e ex-deputado estadual pelo PT no Rio de Janeiro, Leite avalia a atuação do gestor no serviço público a partir de sua experiência e também com relatos de dez gestores do funcionalismo, que têm visões ideológicas distintas.

Entre os gestores ouvidos estão Tarso Genro (PT), que foi governador do Rio Grande do Sul, duas vezes prefeito de Porto Alegre e comandou ministérios nos dois primeiros mandatos de Lula; Jandira Feghali (PC do B), com passagens por secretarias de Niterói e do estado do Rio de Janeiro; e Arolde de Oliveira, que foi senador aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) antes de morrer, em 2020.

O livro deixa claro que o diálogo é essencial na manutenção da estratégia elaborada pelo gestor, independentemente de ele ser de esquerda ou de direita. "É óbvio que o conteúdo da estratégia tem um forte componente ideológico na organização pública. Para onde você vai é a pergunta que você faz. Agora, como vai, como planeja a ida, não tem a ver com a identidade ideológica", diz o autor. **Emerson Vicente**

Estratégia e Liderança em Tempos de Profundas Mudanças
Robson Leite, ed. Dialética (384 págs.), R$ 85,90 (no site da editora) e R$ 24,90 (ebook)

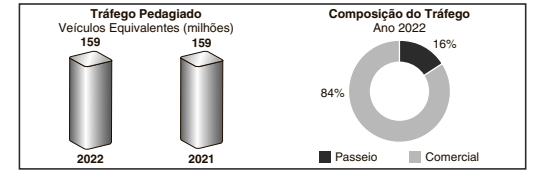
arteris

Régis Bittencourt

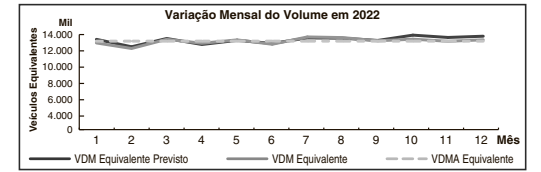
Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

Relatório da Administração

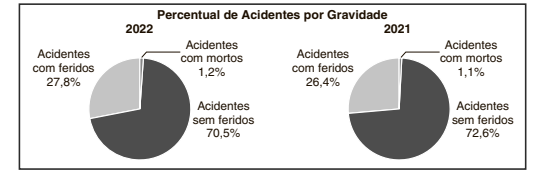
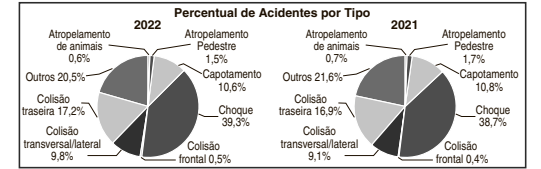
Aos Acionistas: Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Companhia", "Concessionária" ou "Autopista Régis Bittencourt"). Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Introdução:** A Autopista Régis Bittencourt foi constituída em 2008, sendo que o contrato de concessão foi assinado com o Governo Federal em 14 de fevereiro de 2008. A Autopista Régis Bittencourt iniciou suas operações em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pelos 401,6 quilômetros da rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que conecta as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR), passando pelos municípios de Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapecerica da Serra, São Lourenço, Juquitiba, Miracatu, Juquiá, Registro, Pariquera-açu, Jacupiranga, Cajati e Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, e Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Antonina, Colombo e Curitiba, no Estado do Paraná, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público. O prazo de concessão é de 25 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 15 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **Receita e Mercado:** As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Régis Bittencourt são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Em fevereiro de 2022 a concessionária recebeu ofício com a 13ª Revisão Ordinária e 14ª Revisão Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio. A partir da zero hora do dia 20 de fevereiro de 2022, a tarifa de veículos de passeio passou de R$3,40 para R$3,70 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros. Em 2022, o tráfego pedagiado totalizou 158,7 milhões de veículos equivalentes nas seis praças de pedágio, este volume de veículos pedagiados foi linear aos 158,7 milhões registrados em 2021.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R$760,6 milhões em 2022, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, apresentando um aumento de 9,8% sobre o obtido em 2021 de R$692,8 milhões. A receita de pedágio aumentou 9,2%, passando de R$532 milhões em 2022 para R$581 milhões em 2022. Esse acréscimo é devido ao reajuste de 8,8% da tarifa de pedágio. Já a receita de obras registrou um aumento de R$17,7 milhões ou 11,7%, passando de R$151,2 milhões em 2021 para R$168,9 milhões em 2022. Esse acréscimo acompanha o volume de obras da Companhia. As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, apresentaram um aumento de R$1,1 milhão ou 11,3%, passando de R$9,6 milhões em 2021 para R$10,7 milhões no exercício de 2022. Este acréscimo é decorrente de reajustes através de IPCA nos contratos e novos contratos realizados em 2022. **Investimentos:** Durante o ano de 2022, foram investidos R$185,3 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R$157,5 milhões realizados em 2021, perfazem o montante de R$342,8 milhões realizados nos últimos dois anos de implementação do plano de investimentos da Companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia, conforme apresentado abaixo:

Investimentos – em R$ milhões	2022	2021	Var. %
Ampliação da Rodovia	7,9	7,4	6,7%
Construção de Viaduto	18,3	1,3	1310,3%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	72,2	78,1	-7,6%
Outros Investimentos	86,9	70,7	23,0%
Total	**185,3**	**157,5**	**17,6%**

A Concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais e realizou outras melhorias na rodovia no ano de 2022, como a conclusão da implantação de trevo em desnível no km 332+000 da BR-116/SP, além de 13 pontos de sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/PR/SP). **Captações de Recursos:** Para viabilizar os investimentos e aquisições de ativos operacionais, a Concessionária recebeu no exercício de 2019, um total de R$1,7 bilhão oriundos de recursos captados através da 8ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações. As debêntures foram emitidas ao final de novembro, em duas séries, sendo a primeira totalizando R$1 bilhão com vencimento final em junho de 2031, remunerada pelo IPCA + 4,5% a.a., já a segunda série totaliza R$700 milhões e vencimento final em junho de 2027, remunerada pelo CDI + 0,86% a.a. **Valor Adicionado:** Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R$230,5 milhões, representando 30% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 16,5% em relação a 2021, em que o valor adicionado foi de R$197,8 milhões representando 29% da Receita Operacional Bruta daquele exercício. **Política de Distribuição de Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente. Em 2022 e 2021 não houve constituição de dividendos, uma vez que a Concessionária não apresentou resultado positivo em ambos os exercícios. **Planejamento Empresarial:** O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. **Gestão pela Qualidade Total:** Em 2022, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Companhia. **Recursos Humanos:** Em 2022, a Concessionária investiu R$96 mil (R$125 mil em 2021) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. **Indicadores Operacionais: a) Caracterização do Tráfego: Volume:** Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

b) Segurança no Trânsito: Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de Acidentes por Gravidade

2022: Acidentes com feridos 27,8%; Acidentes com mortos 1,2%; Acidentes sem feridos 70,5%

2021: Acidentes com feridos 26,4%; Acidentes com mortos 1,1%; Acidentes sem feridos 72,6%

A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

c) Dados de Operação da Concessão: Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Viatura de inspeção	11	2,73
Motos de Inspeção	2	0,50
Guincho Leve	12	2,98
Guincho Pesado	7	1,74
Ambulância Simples	9	2,24
UTI	5	1,24
Balança Fixa	2	0,50
Caminhão Operacional	1	0,25
Caminhão Pipa	6	1,49
Total de veículos operacionais	**55**	**13,66**
Administração	43	10,68
Operação de Tráfego (Líderes e Surpevisores)	11	2,73
Picape	3	0,75
Pedágio	2	0,50
Animal (carretinha)	4	0,99
Segurança de trabalho	3	0,75
Manutenção	8	1,99
Total de veículos de apoio	74	18,38
Total de veículos	**129**	**32,04**

Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Cargo	Quantidade	Qtde/100km
ANALISTA DE CCA JR	6	0,14
ANALISTA DE TRAFEGO JR	1	0,02
ANALISTA DE TRAFEGO PL	1	0,02
ANALISTA OPERACIONAL PL	1	0,02
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	0,02
AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	48	1,10
CONTROLADOR DE BALANCA I	3	0,07
ENFERMEIRO	32	0,74
INSPETOR DE TRAFEGO	53	1,22
INSPETOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	3	0,07
MÉDICO	32	0,74
OPERADOR DE BALANCA	24	0,55
OPERADOR DE CCA	7	0,16
OPERADOR DE CCO	1	0,02
OPERADOR DE GUINCHO	50	1,15
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	37	0,85
OPERADOR DE PIPA	24	0,55
SOCORRISTA	147	3,38
SUPERVISOR DE TRAFEGO	3	0,07
Total Tráfego	**474**	**10,90**
OPERADOR DE PEDAGIO	230	5,29
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	25	0,57
SUPERVISOR DE ARRECADAÇÃO	2	0,05
Total Arrecadação	**257**	**5,91**
Total	**731**	**16,81**

d) Aspectos Financeiros: O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R$ mil)

Receita	Em 2022	Acumulada
	760.616	8.222.556

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R$ mil)

Investimentos	Em 2022	Acumulado
	185.263	3.910.197

Custos Operacionais (em R$ mil)

Custos Operacionais	Em 2022	Acumulado
	555.025	6.490.486

Os custos operacionais da Companhia totalizaram R$555 milhões em 2022, ante R$518,1 milhões em 2021, aumento de 7,1%. A maior parte desta variação refere-se a custos de serviços de construção, devido à realização de obras. Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R$146,6 milhões em 2022, um aumento de 6,6% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R$137,5 milhões. A variação refere-se ao aumento em serviços de terceiros devido aos reajustes contratuais e em custos de pessoal. A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R$ mil)

ISS	Em 2022	Acumulado
	35.470	358.098

Ebitda e Ebitda Ajustado (em R$ mil)

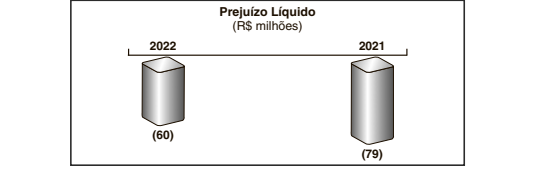
	2022	2021	Var %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**708.939**	**645.506**	**9,8%**
Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)	(349.120)	(325.061)	7,4%
EBITDA [1]	**359.819**	**320.445**	**12,3%**
(+) Provisão para manutenção de rodovias	33.593	36.348	-7,6%
EBITDA Ajustado [2]	**393.412**	**356.793**	**10,3%**

[1]) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias. 2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01. A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Endividamento (em R$ mil)

	2022	2021	Var %
Dívida Bruta	**(1.869.750)**	**(1.887.509)**	**-0,9%**
Curto Prazo	(100.817)	(92.811)	8,6%
Longo Prazo	(1.768.933)	(1.794.698)	-1,4%
Posição de Caixa			
Caixa e equivalentes de Caixa	8.323	10.064	-17,3%
Aplicações financeiras vinculadas [1]	16.855	18.508	-8,9%
Dívida Líquida	**(1.844.572)**	**(1.858.937)**	**-0,8%**

[1] Curto e Longo Prazo

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, estão sendo captados recursos de longo prazo no Brasil, compatíveis com o empreendimento rodoviário. **Prejuízo Líquido:** A Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo líquido de R$59,9 milhões, uma redução de R$19 milhões frente aos R$78,9 milhões registrados no exercício de 2021. Essa variação deriva principalmente do aumento da receita operacional reflexo do aumento da tarifa de pedágio.

Tarifa: A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio em 2022 (em R$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo 1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 – São Lourenço da Serra	bidirecional	3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P2 – Miracatu		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P3 – Juquiá		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P4 – Cajati		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P5 – Barra do Turvo		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P6 – Campina Grande do Sul		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85

Concessionária em números

Tabela – Rodovias		
Dados anuais 2022	**Unidade de medida ou comentário**	
Quilômetros de rodovia	402,6 quilômetros	
Número de veículos que transitaram	CAT-01	24.071.898
	CAT-02	3.601.545
	CAT-03	178.411
	CAT-04	5.538.712
	CAT-05	37.470
	CAT-06	5.756.679
	CAT-07	4.344.334
	CAT-08	10.048.294
	CAT-09	919.741
	TOTAL	54.497.084
Número de praças de pedágios	6 praças	

TABELA de CATEGORIAS — VALOR DA TARIFA = 3,70 (Tarifa)

Descrição	Eixos	Categorias	Tarifa Básica
Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	3,70
Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	7,40
Automóvel semi reboque e Caminhonete semi-reboque	3	3	5,55
Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	11,10
Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	7,40
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4	6	14,80
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5	7	18,50
Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6	8	22,20
Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	2	9	1,85

Número de quilômetros mantidos	**402,6 quilômetros**
Índice de congestionamento	**Nível B**

Trânsito Médio Diário Equivalente — Mês	Média diária (em milhares)
Jan	418.181
Fev	433.770
Mar	435.494
Abr	430.473
Mai	432.696
Jun	425.705
Jul	446.771
Ago	443.694
Set	442.730
Out	436.104
Nov	440.267
Dez	433.140

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	**Média anual**	**434.919**	**em milhares**

Equipes utilizadas pelo concessionário		
	Administrativo	Pavimentação
	Jurídico	Obras
	Comunicação	Projetos
	Responsabilidade Social	Manutenção Tecnológica
	Meio Ambiente	Faixa de Domínio
	Conservação	Segurança do Trabalho
	Arrecadação	Tráfego
	Centro de Controle Operacional	

Índices de qualidade de estrada

Rodovia	Parâmetro	Ano 15 – Atendem	Ano 15 – Não Atendem
BR-116 (SP)	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
BR-116 (SP)	Irregularidade Longitudinal	100%	0%
BR-116 (PR)	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
BR-116 (PR)	Irregularidade Longitudinal	100%	0%
Acesso Norte Curitiba (PR)	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
Acesso Norte Curitiba (PR)	Irregularidade Longitudinal	100%	0%

Receita de pedágio	581.039	em R$ mil
Custos associados às receitas de pedágio	51.677	em R$ mil

Fator Trabalho		
Número de Trabalhadores	532	
Despesas de Pessoal	47.425	em R$ mil

Fator Capital		
Despesas de Depreciação	Método Linear	
Ativo Líquido	25.178	em R$ mil
Ativo Bruto	2.703.773	em R$ mil
Série Histórica dos Investimentos	3.910.197	em R$ mil
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado	

Fatores Intermediários		
Despesas em Administração	13.593	em R$ mil
Despesas em Manutenção	2.086	em R$ mil
Outras Despesas	–	em R$ mil

Seguridade		
Quantidade de Acidentes	3.938	Acidentes sem feridos
	1.568	Acidentes com feridos
	83	Acidentes com mortos

Indicadores		
Receita por veículo ou KM	1.894	por KM
Custo por veículo ou KM	1.382	por KM

Balanço Social

1 – Base de cálculo	2022	2021
Faturamento Bruto	760.616	692.757
Receita líquida (RL)	708.939	645.506
Resultado operacional (RO)	-90.473	-118.941
Folha de pagamento bruta (FPB)	25.006	23.566
Folha de pagamento bruta – total remunerações	25.006	23.566
Folha de pagamento bruta – total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A	N/A

2 – Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.612	18%	1%	4.140	18%	1%
Encargos Sociais	9.985	40%	1%	8.819	37%	1%
Previdência privada	317	1%	0%	–	0%	0%
Saúde	3.679	15%	1%	3.677	16%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	353	1%	0%	338	1%	0%
Educação	32	0%	0%	17	0%	0%
Cultura	–	0%	0%	–	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	96	0%	0%	125	1%	0%
Creches ou auxílio creche	379	2%	0%	327	1%	0%
Participação nos lucros ou resultados	2.717	11%	0%	2.994	13%	0%
Outros	349	1%	0%	211	1%	0%
Total – Indicadores sociais internos	22.520	90%	3%	20.650	88%	3%
3 – Indicadores sociais externos						
Educação	130	1%	0%	121	1%	0%
Cultura	–	0%	0%	–	0%	0%
Saúde e saneamento	–	0%	0%	–	0%	0%
Esporte	–	0%	0%	–	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	6	0%	0%	–	0%	0%
Outros (COVID – SAÚDE)	–	0%	0%	505	2%	0%
Total de contribuições à sociedade	136	1%	0%	626	3%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	50.611	202%	7%	46.513	197%	7%
Total – Indicadores sociais externos	50.747	203%	7%	47.138	200%	7%
4 – Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	995	4%	0%	464	2%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	–	0%	0%	–	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	995	4%	0%	464	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(x) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% ( ) Cumpre de 75 a 100%			( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%		
5 – Indicadores do corpo funcional						
N º de colaboradores ao final do período	532			544		
Tempo de serviço	12%	até seis meses		14%	até seis meses	
	10%	de seis meses a um ano		10%	de seis meses a um ano	
	16%	entre um e dois anos		28%	entre um e dois anos	
	27%	entre dois e cinco anos		23%	entre dois e cinco anos	
	36%	mais de cinco anos		24%	mais de cinco anos	
Nº de admissões durante o período	139			135		
Nº de demissões durante o período	152			150		
Nº de colaboradores terceirizados	647			867		
N º de estagiários (as)	–			–		
Nº de colaboradores com até 18 anos	5			12		
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	94			82		
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	329			356		
Nº de colaboradores acima de 45 anos	104			94		
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	257			271		
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,00%			0,00%		
Remuneração paga a mulheres no período	4.817			4.854		
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	12			15		
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	16			16		
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	49.247			45.056		
Total de horas extras pagas (valor)	1.057			821		
Total de INSS pagos	6.902			6.816		
Total de FGTS pago	1.465			1.416		
Total de Contribuição Sindical paga	–			–		
Totals dos demais encargos sociais pagos	–			–		
Total de IRRF recolhido no período	845			1.621		
Total de ICMS recolhidos no período	–			–		
Total de IRPJ recolhido no período	–			–		
Total de CSLL recolhido do período	–			–		
Total de PIS recolhidos no período	3.692			3.507		
Total de COFINS recolhidos no período	17.039			16.186		
Total de outros tributos recolhidos no período	29.573			19.435		

6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022		2021	
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	41,35		41,15	
Número total de acidentes de trabalho	1		–	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção (x) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores		( ) direção (x) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (x) todos + CIPA		( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (x) todos + CIPA	
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	( ) não se envolve (x) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT		( ) não se envolve (x) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT	
A previdência privada contempla:	( ) direção ( ) direção e gerenciais (x) todos os colaboradores ( ) não se aplica		( ) direção ( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (x) não se aplica	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção ( ) direção e gerenciais (x) todos os colaboradores		( ) direção ( ) direção e gerenciais (x) todos os colaboradores	
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	( ) não são considerados ( ) são sugeridos ( ) são exigidos parcialmente (x) são exigidos		( ) não são considerados ( ) são sugeridos ( ) são exigidos parcialmente (x) são exigidos	
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	( ) não se envolve ( ) apóia (x) organiza e incentiva		( ) não se envolve ( ) apóia (x) organiza e incentiva	
% de reclamações e críticas solucionadas:	29% no PROCON 7% na Justiça		0% no PROCON 7% na Justiça	
Valor adicionado total a distribuir	238.350		202.861	
Distribuição do Valor Adicionado	9%	Governo	3%	Governo
	-25%	Acionistas	-39%	Acionistas
	21%	Colaboradores	24%	Colaboradores
	95%	Terceiros	112%	Terceiros
	0%	Retidos	0%	Retidos

Demais assuntos: A Agenda ESG compõe os orientadores estratégicos da Arteris e fundamentam as tomadas de decisão da companhia, considerando a análise de impactos ambientais, sociais e de governança reais e potenciais de sua atuação. Por meio de iniciativas, indicadores e metas em diversas frentes, a agenda orienta a promoção de uma gestão voltada à geração de valor compartilhado. Importantes avanços nessa Agenda foram registrados em 2022, com a implantação de projetos que contribuem cada vez mais para o caminho do desenvolvimento sustentável. A estruturação do Comitê ESG, composto pela alta direção e acionistas, reportando diretamente ao Conselho de Administração, além da incorporação de metas ESG na avaliação de desempenho dos executivos, demonstram a robustez da governança do tema na companhia. A redução de emissões atmosféricas, o foco na eficiência energética de suas operações e a contribuição para a economia circular são compromissos de uma das frentes prioritárias da Agenda ESG na busca pela descarbonização, seguindo a metodologia de metas baseadas na ciência da iniciativa *Science Based Target*. A primeira conquista da agenda foi a aquisição de certificados de energia renovável I-REC+REC Brazil correspondentes a 100% do consumo próprio de eletricidade de 2021, reduzindo a zero as emissões de CO2e desta fonte. Projetos implantados inicialmente em menor escala foram estendidos a maioria das concessionárias, como a substituição de lâmpadas tradicionais por LED, a implantação de painéis solares na Arteris ViaPaulista e no Núcleo de Soluções, escritório sede da empresa em Ribeirão Preto e a implantação de biofossas para tratamento de resíduos sanitários de forma ecológica. Outros destaques dentro do plano de descarbonização têm conexão com o consumo sustentável de combustíveis, a gestão de resíduos, a recuperação de pavimentos com utilização de asfalto reciclado e redução de consumo de energia na aplicação, dentre outras iniciativas. Com o desafio presente na conservação da biodiversidade, a Arteris Fluminense se destacou com a relevância do projeto de passagens de fauna, infraestruturas de corredores ecológicos que interligam fragmentos florestais isolados na paisagem, reduzem o isolamento geográfico e trazem proteção para a fauna silvestre, em especial o mico-leão dourado, além do aumento da segurança viária para os usuários da BR-101/RJ. Por meio deste projeto, a concessionária conquistou o Prêmio Firjan de Sustentabilidade 2022, na categoria Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, reconhecimento do Projeto Rodovias Sustentáveis. Como signatária da Década de Ação da ONU para a Segurança Viária (2020-2030) para reduzir 50% das fatalidades nas rodovias, a Arteris acompanha de perto os indicadores de segurança viária de suas concessões e direciona o foco para iniciativas que atuam em pontos críticos, em busca da melhoria contínua dos índices de acidentes e fatalidades. Em 2022, a companhia também procurou aprofundar a análise de dados dos acidentes rodoviários conferindo um olhar mais "individualizado" para o perfil de tráfego e de ocorrências em cada concessionária, a

continua …

arteris
Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

... continuação do Relatório da Administração

fim de ampliar a efetividade das ações. Esse trabalho é reflexo do amadurecimento do Grupo Estratégico para Redução de Acidentes Rodoviários (GERAR), responsável pela gestão do Plano de Redução de Acidentes (PRA), cujas ações são realizadas por meio de três frentes: educação, com o Projeto Escola, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, operação, via parcerias em campanhas de fiscalização e engenharia, com investimentos em obras e manutenção. O Projeto Escola passou por um processo de atualização e adotou em 2022 o formato de educação híbrida. A base continua a mesma: estimular a educação para a humanização do trânsito e a vivência da sustentabilidade através da capacitação dos educadores e da distribuição de materiais pedagógicos. Nesse novo formato, os professores recebem um "cardápio pedagógico" com games, quiz, vídeos de animação, podcasts, entre outros, onde podem escolher quais experiências vão nortear o trabalho com os alunos. Ainda em 2022, o Projeto Escola recebeu o Prêmio Rodovias + Brasil, do Ministério da Infraestrutura, na categoria Ações Sociais em Concessões. Entregas como a conclusão da ponte sul sobre o Rio Camboriú, na concessionária Litoral Sul, e o início da obra da terceira faixa na concessionária Fernão Dias têm importante papel na busca pela redução de ocorrências, especialmente com o objetivo de segregar os veículos que utilizam a via para longos trajetos e os que percorrem curta distância, oferecendo alternativas para que estes últimos não precisem utilizar as vias principais. Só no trecho da ponte do Rio Camboriú, observou-se redução de mais de 50% nos acidentes, em seis meses de análise após a implantação. O compromisso da Arteris com agendas públicas, além da Década da ONU para a Segurança Viária, é representado também pela adesão a iniciativas como o Pacto Global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Programa na Mão Certa, por meio do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras. Por meio do Programa de Integridade, a Arteris promove ações para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta ética. A certificação ISO 37001 para o sistema anticorrupção, conquistada em 2022, atesta a efetividade da gestão e dos processos da companhia, considerando o mapa de riscos e as medidas de mitigação e controle para os riscos relacionados principalmente à corrupção e exposição reputacional, pontos sensíveis recorrentes na seara da interface entre os agentes públicos e privados. Essa conquista se soma ao Selo Pró-Ética, entregue em 2021 pela Controladoria Geral da União (CGU), sendo a Arteris a única empresa do setor de concessão de rodovias a ser reconhecida, e reforça a sua atuação voltada para a manutenção de um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders. Nessa linha, a Arteris vem investindo na reestruturação dos processos de suprimentos, incluindo a implantação de sistemas modernos com foco na qualidade, transparência e gestão do relacionamento com fornecedores e parceiros, em alinhamento com os parâmetros ESG. Manter um ambiente de trabalho seguro também é um compromisso renovado a cada dia, com ações voltadas à promoção da cultura de segurança entre colaboradores e terceiros e à melhoria contínua das condições de trabalho. A criação do CCSO (Centro de Controle de Segurança e Operação), função agregada ao CCO (Centro de Controle Operacional) reforça o olhar para a segurança do trabalho. Este projeto representa uma inovação com a disponibilidade de observação remota e permanente das condições de segurança dos trabalhadores por meio de câmeras, tornando possível chegar a várias frentes de serviço de maneira rápida e segura. A segurança cibernética também foi alvo de investimento em 2022, com a proteção das informações no espaço cibernético. A Arteris tem trabalhado com tecnologias de ponta, parceiros de negócios e os principais fornecedores de Tecnologia e Segurança de Informação para aumento da maturidade e melhoria dos seus processos. Aspecto desafiador para muitas empresas e que vem ganhando mais foco com a Agenda ESG é a pauta da diversidade, equidade e inclusão. Ações estruturais do Programa de Diversidade Arteris, como a realização de um censo para mapear o perfil do público interno, com a participação de 80% dos colaboradores, proporcionou a definição dos pilares de atuação, voltadas para gênero, raça, LGBTI+, pessoas com deficiência e gerações, e suas lideranças responsáveis, preparando o caminho para a implantação das iniciativas que integrarão essa agenda nos próximos anos, sustentados pela norma de diversidade da companhia, lançada em 2022. Pautada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas, a Arteris segue na execução da Agenda ESG em 2023, sem perder a visão de futuro, na certeza de que seus resultados contribuam para a geração de valor compartilhado. **b) Relacionamento com Auditores Independentes:** Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. **Agradecimentos:** A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários pelo empenho e dedicação dispensados.

Registro, 16 de fevereiro de 2023.

A Administração.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.323	10.064
Aplicações financeiras	5	3.382	3.798
Contas a receber	6	37.092	33.408
Contas a receber e outros recebíveis – partes relacionadas	15	–	5
Despesas antecipadas		2.688	1.848
Impostos a recuperar		1.730	2.215
Adiantamentos a fornecedor		12	1
Aplicações financeiras vinculadas	8	13.473	14.710
Outros créditos		1.173	537
Total dos ativos circulantes		**67.873**	**66.586**
Não Circulante			
Despesas antecipadas		3.393	3.683
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	141.101	110.546
Depósitos judiciais	17	657	847
Outras contas a receber	6	4.764	3.937
Realizável a longo prazo		**149.915**	**119.013**
Direito de uso	9	21.486	18.432
Imobilizado	10	3.625	3.227
Intangível	11	2.385.657	2.466.380
Infraestrutura em construção	11	75.217	46.230
		2.485.985	2.534.269
Total dos ativos não circulantes		**2.635.900**	**2.653.282**
Total do Ativo		**2.703.773**	**2.719.868**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Empréstimos		2	2
Debêntures	12	100.815	85.955
Risco sacado		–	6.854
Fornecedores	13	26.149	14.531
Arrendamento mercantil a pagar	14	10.569	5.345
Obrigações sociais		4.917	4.893
Obrigações fiscais		6.533	5.203
Contas a pagar – partes relacionadas	15	6.793	8.174
Cauções contratuais	13	8.649	15.248
Taxa de fiscalização		1.609	1.460
Provisão para manutenção em rodovias	17.b	16.648	28.028
Provisão para investimentos em rodovias	17.c	1.399	1.399
Outras contas a pagar		8.646	15.475
Total dos passivos circulantes		**192.729**	**192.567**
Não Circulante			
Debêntures	12	1.768.933	1.794.698
Arrendamento mercantil a pagar	14	12.073	13.876
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	17.a	6.470	5.666
Provisão para manutenção em rodovias	17.b	37.136	29.711
Total dos passivos não circulantes		**1.824.612**	**1.843.951**
Patrimônio Líquido			
Capital social	18	955.785	892.785
Prejuízos acumulados		(269.353)	(209.435)
Total do patrimônio líquido		**686.432**	**683.350**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.703.773**	**2.719.868**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais – R$, exceto o prejuízo por ação básico e diluído)*

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita Operacional Líquida	19	708.939	645.506
Custo dos Serviços Prestados	20	(555.025)	(518.149)
Lucro Bruto		**153.914**	**127.357**
(Despesas) Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	20	(33.572)	(29.353)
Outras receitas operacionais, líquidas		3.371	1.214
		(30.201)	(28.139)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**123.713**	**99.218**
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	21	7.850	5.108
Despesas financeiras	21	(222.039)	(223.231)
Variação cambial, líquida	21	3	(36)
		(214.186)	**(218.159)**
Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(90.473)	(118.941)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	7	30.555	40.030
Prejuízo do Exercício		**(59.918)**	**(78.911)**
Prejuízo por Ação Básico e Diluído – R$	23	**(0,0810)**	**(0,1200)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais – R$)*

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do Exercício	**(59.918)**	**(78.911)**
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Exercício	**(59.918)**	**(78.911)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Capital social Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**970.785**	**(13.500)**	**957.285**	**(130.524)**	**826.761**
Prejuízo do exercício		–	–	–	(78.911)	(78.911)
Aumento (Redução) de capital		(78.000)	13.500	(64.500)	–	(64.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**892.785**	**–**	**892.785**	**(209.435)**	**683.350**
Prejuízo do exercício		–	–	–	(59.918)	(59.918)
Aumento de capital	18	86.000	(23.000)	63.000	–	63.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**978.785**	**(23.000)**	**955.785**	**(269.353)**	**686.432**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receitas			
Prestação de serviços	19	581.039	531.950
Receita dos serviços de construção	19	168.900	151.217
Outras receitas		14.049	10.807
Juros Capitalizados	22	5.237	3.706
		769.225	**697.680**
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo dos serviços prestados		(44.029)	(43.044)
Custo dos serviços de construção	20	(168.900)	(151.217)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(23.239)	(20.205)
Custo da concessão		(23.691)	(21.261)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	20	(33.593)	(36.348)
Outros		(9.170)	(6.589)
		(302.622)	**(278.664)**
Valor Adicionado Bruto		466.603	419.016
Depreciações e Amortizações		(236.106)	(221.227)
Valor Adicionado Líquido Produzido (Retido)		230.497	197.789
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas financeiras	21	7.850	5.108
Outros	21	3	(36)
		7.853	**5.072**
Valor Adicionado Total a Distribuir		**238.350**	**202.861**
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal e encargos:			
Remuneração direta		38.506	37.092
Benefícios		9.368	8.372
FGTS		2.550	2.291
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		(8.107)	(19.881)
Estaduais		1	–
Municipais		29.134	26.847
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros		207.500	208.282
Juros capitalizados Debentures		5.237	3.706
Aluguéis		428	507
Outras		13.651	14.556
Integralização de Capital			
Prejuízo do exercício		(59.918)	(78.911)
		238.350	**202.861**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício		(59.918)	(78.911)
Ajustes para conciliar o prejuízo com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações		236.106	221.227
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis líquidos		12	5
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(30.555)	(40.030)
Baixa de ativos por direito de uso		–	(63)
Receita com aplicações financeiras vinculadas		(5.646)	(12)
Juros e variações monetárias de debêntures	21	207.500	208.282
Despesa financeira dos ajustes a valor presente	21	5.230	5.112
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios		5.092	2.602
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	17.a	439	66
Constituição de provisão para manutenção	17.b	33.593	36.348
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(4.511)	(3.301)
Contas a receber – partes relacionadas		5	790
Despesas antecipadas		(550)	468
Impostos a recuperar		1.854	(636)
Outros créditos		(636)	257
Depósitos judiciais		190	1.275
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		4.903	(12.417)
Contas a pagar – partes relacionadas		(631)	3.085
Cauções contratuais de fornecedores		(999)	(1.018)
Obrigações sociais		24	(481)
Obrigações fiscais		5.042	(1.210)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	17.a	(4.727)	(3.582)
Taxa de fiscalização		149	69
Custo de transação – empréstimo		6.776	7.358
Pagamento de juros	12	(143.186)	(52.179)
Outras contas a pagar		(6.829)	7.354
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		248.727	300.458
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	22	(1.432)	(198)
Aquisições de itens do intangível	22	(216.069)	(218.798)
Aplicação financeira vinculada		(189.281)	(131.170)
Valor resgatado das aplicações vinculadas		194.795	116.472
Aplicação financeira		416	3.413
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento		(211.571)	(230.281)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Empréstimos e financiamentos:			
Captação risco sacado		19.391	80.091
Pagamento risco sacado		(26.290)	(80.552)
Pagamento arrendamento mercantil	14	(7.766)	(6.027)
Pagamentos debêntures – principal	12	(87.232)	(64.293)
Aumento de capital	18	63.000	25.500
Devolução de capital social	18	–	(90.000)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		(38.897)	(135.281)
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(1.741)**	**(65.104)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		**10.064**	**75.168**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		**8.323**	**10.064**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional – A Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria "B" na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A. ("Arteris"). A Arteris S.A. ("Controladora") é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividaddes de Construccion y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. A Arteris S.A. é uma Sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Autopista Régis Bittencourt S.A. tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116-SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

2. Concessão – A Sociedade está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-116/km 542-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30,5 km de duplicação de rodovia. • 30 km de terceira faixa. • 55 km de vias laterais. • 26,4 km de variantes/contornos. • Construção de 51 passarelas. • Construção de 6 praças de pedágio. • Construção de 9 Bases de Serviços Operacionais – BSO's. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são: (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R$8.436. A partir de 31 de dezembro de 2022 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R$85.766 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio. (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão. (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão. (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos. (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão. (g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em 29 de março de 2010. (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las. A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$1.128.628 (R$1.158.008 em 31 de dezembro de 2021) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R$344.642 (R$342.344 em 31 de dezembro de 2021) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados. As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue: (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente. (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17. No ano de 2022 a Sociedade informa que está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta – "TAC", a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no contrato de concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento. Até a data da presente divulgação não houve formalização de nenhum termo entre as partes. A Administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2022. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Administração da Sociedade segue avaliando esse tema. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023. Base de mensuração: As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: (i) Julgamentos: Contabilização do contrato de concessão: Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17. Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão
A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão. (ii) Estimativas: Determinação das receitas de construção: De acordo com o CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Compliance* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão: A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios: A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórias e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 17. Imposto diferido: O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7. Redução ao valor recuperável (*Impairment*): Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Principais Práticas Contábeis – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **4.1 Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2. **4.1.1 Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. **4.1.2 Ativos intangíveis:** A Sociedade, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2 Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. **4.3 Instrumentos financeiros: 4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.3.2 Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: **(a) Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.4 Arrendamento mercantil – CPC 06 (R2):** No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária: Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente. A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento. Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade. A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de

continua ...

arteris
Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo: A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. **4.5 Imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.6 Outros ativos intangíveis:** Reconhecimento e mensuração: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC. Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles. Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. **4.8 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. **4.9 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.10 Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Provisão para investimentos: Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios: A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.12 Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. Não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações contábeis: (a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); (b) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC26); (c) Contratos de Seguros; (d) Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26); (e) Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC23). Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras – Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	5.845	3.542
Aplicações financeiras*	2.478	6.522
Total	**8.323**	**10.064**

Aplicações financeiras	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de investimentos**	3.382	3.798
Total	**3.382**	**3.798**

* Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,93% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,2% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

** As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a Receber e Outras Contas a Receber – Estão representadas por:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Pedágio eletrônico a receber	33.105	–	28.817	–
Cupons de pedágio a receber	1.399	–	1.387	–
Cartões de pedágio a receber	195	–	193	–
Receitas acessórias a receber (a)	2.334	4.764	3.009	3.937
Outras receitas a receber	59	–	2	–
Total	**37.092**	**4.764**	**33.408**	**3.937**

(a) Receitas acessórias referentes ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

Cronograma de recebimento:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Créditos a vencer	36.932	4.764	32.990	3.937
Créditos vencidos até 60 dias	33	–	418	–
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	49	–	–	–
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	11	–	–	–
Créditos vencidos há mais de 180 dias	67	–	–	–
	37.092	**4.764**	**33.408**	**3.937**

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas com recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social – **a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social:** A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(90.473)	(118.941)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	30.761	40.440
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(206)	(410)
Total	**30.555**	**40.030**
Imposto Contabilizado	30.555	40.030
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	30.555	40.030
	30.555	**40.030**
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(34%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:
Saldos patrimoniais estão representados por:

Não circulante	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo 31/12/2022	31/12/2021
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	527.728	452.903
Provisão de participação nos lucros	1.488	1.625
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	6.470	5.666
Outras provisões	2.440	2.125
Provisão para manutenção de rodovias	53.784	57.739
Amortização acumulada de obras futuras	602	516
Arrendamentos	1.157	788
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (c)		
Estorno de capitalização de juros	34	34
Amortização estorno de capitalização de juros	(15)	(13)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	593.688	521.383
Alíquota nominal	34%	34%
Total	**201.854**	**177.270**

	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças temporárias passivas		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(584)	(584)
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	–	(45)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	140.145	122.627
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(178.684)	(196.247)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	**(60.753)**	**(66.724)**
Total do imposto de renda e contribuição social	**141.101**	**110.546**

Movimentos de resultados representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa	74.825	140.444
Provisão de participação nos lucros	(137)	36
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	804	(914)
Outras provisões	315	(406)
Provisão para manutenção de rodovias	(3.955)	(39.452)
Amortização acumulada de obras futuras	86	86
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	45	(7)
Arrendamentos	369	432
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis – adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	17.518	17.518
Amortização estorno de capitalização de juros	(2)	(2)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	89.868	117.735
Alíquota nominal	34%	34%
Total	**30.555**	**40.030**
Total do imposto de renda e contribuição social	**30.555**	**40.030**

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT). (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão. Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido. O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. Aplicação Financeira Vinculada – A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debentures. A seguir breve descrição dessas obrigações: Debêntures: A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debentures. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R$13.473 (R$14.710 em 31 de dezembro de 2021), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 106,87% a.a. da variação do CDI (114,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

9. Direito de Uso – A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Imóveis (e)	Outros	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2021	18.167	3.803	765	613	639	–	23.987
Remensuração	1.053	247	478	(1.076)	2.410	–	3.112
Adições	–	–	–	7.563	–	–	7.563
Baixas	–	–	(547)	(580)	–	–	(1.127)
Saldo em 31/12/2022	19.220	4.050	696	6.520	3.049	–	33.535
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2021	(3.980)	(108)	(618)	(507)	(342)	–	(5.555)
Amortização	(3.800)	(1.326)	(163)	(1.999)	(333)	–	(7.621)
Baixa	–	–	547	580	–	–	1.127
Saldo em 31/12/2022	(7.780)	(1.434)	(234)	(1.926)	(675)	–	(12.049)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2021	14.187	3.695	147	106	297	–	18.432
Saldo em 31/12/2022	11.440	2.616	462	4.594	2.374	–	21.486
Taxas de amortização – a.a.	20%	34%	50%	89%	21%	0%	

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Imóveis (e)	Outros	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31/12/2020	16.873	3.448	735	591	34	435	22.116
Remensuração	1.312	54	30	22	33	–	1.451
Adições	(18)	3.826	–	–	380	–	4.188
Transferências/reclassificações	–	–	–	–	435	(435)	–
Baixas	–	(3.525)	–	–	(243)	–	(3.768)
Saldo em 31/12/2021	18.167	3.803	765	613	639	–	23.987
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2020	(563)	(2.365)	(200)	(125)	(26)	(405)	(3.684)
Amortização	(3.480)	(1.268)	(418)	(382)	(154)	–	(5.702)
Transferências/reclassificações	–	–	–	–	(405)	405	–
Baixa	63	3.525	–	–	243	–	3.831
Saldo em 31/12/2021	(3.980)	(108)	(618)	(507)	(342)	–	(5.555)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31/12/2020	16.310	1.083	535	466	8	30	18.432
Saldo em 31/12/2021	14.187	3.695	147	106	297	–	18.432
Taxas de amortização – a.a.	20%	33%	55%	63%	37%	0%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia. (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar. (c) Refere-se a veículos administrativos. (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais. (e) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

10. Imobilizado – A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2021	1.038	2.564	611	1.175	4.483	108	9.979
Adições	171	788	471	–	–	2	1.432
Transferências/reclassificações	–	109	–	2	(1)	(110)	–
Saldo em 31/12/2022	1.209	3.461	1.082	1.177	4.482	–	11.411
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2021	(884)	(1.734)	(558)	(824)	(2.752)	–	(6.752)
Depreciações	(42)	(423)	(123)	(118)	(328)	–	(1.034)
Saldo em 31/12/2022	(926)	(2.157)	(681)	(942)	(3.080)	–	(7.786)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2021	154	830	53	351	1.731	108	3.227
Saldo em 31/12/2022	283	1.304	401	235	1.402	–	3.625
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%		

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado							
Saldo em 31/12/2020	1.043	2.474	611	1.175	4.491	–	9.794
Adições	–	90	–	–	–	108	198
Alienações/baixas	(5)	–	–	–	(8)	–	(13)
Saldo em 31/12/2021	1.038	2.564	611	1.175	4.483	108	9.979
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2020	(842)	(1.393)	(438)	(708)	(2.386)	–	(5.767)
Depreciações	(47)	(341)	(120)	(116)	(372)	–	(996)
Alienações/baixas	5	–	–	–	6	–	11
Saldo em 31/12/2021	(884)	(1.734)	(558)	(824)	(2.752)	–	(6.752)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2020	201	1.081	173	467	2.105	–	4.027
Saldo em 31/12/2021	154	830	53	351	1.731	108	3.227
Taxas de depreciação – a.a.	10%	20%	20%	10%	10%		

11. Intangível e Infraestrutura em Construção – A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	*Software*	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2021	3.647.891	6.126	700	**3.654.717**	46.230	**3.700.947**
Adições	119.227	1.413	298	**120.938**	54.789	**175.727**
Transferências/reclassificações	25.922	–	(120)	**25.802**	(25.802)	**–**
Alienações/baixas	(13)	–	–	**(13)**	–	**(13)**
Saldo em 31/12/2022	3.793.027	7.539	878	**3.801.444**	75.217	**3.876.661**
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2021	(1.185.099)	(3.238)	–	**(1.188.337)**	–	**(1.188.337)**
Amortizações	(226.706)	(745)	–	**(227.451)**	–	**(227.451)**
Alienações/baixas	1	–	–	**1**	–	**1**
Saldo em 31/12/2022	(1.411.804)	(3.983)	–	**(1.415.787)**	–	**(1.415.787)**
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2021	2.462.792	2.888	700	**2.466.380**	46.230	**2.512.610**
Saldo em 31/12/2022	2.381.223	3.556	878	**2.385.657**	75.217	**2.460.874**
Taxas de amortização – a.a. (c)	6%	20%				

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	*Software*	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
Custo do intangível						
Saldo em 31/12/2020	3.507.617	5.430	700	**3.513.747**	31.581	**3.545.328**
Adições	131.077	696	93	**131.866**	23.758	**155.624**
Transferências/reclassificações	9.202	–	(93)	**9.109**	(9.109)	**–**
Alienações/baixas	(5)	–	–	**(5)**	–	(5)
Saldo em 31/12/2021	3.647.891	6.126	700	**3.654.717**	46.230	**3.700.947**
Amortização acumulada						
Saldo em 31/12/2020	(971.181)	(2.629)	–	**(973.810)**	–	**(973.810)**
Amortizações	(213.920)	(609)	–	**(214.529)**	–	**(214.529)**
Alienações/baixas	2	–	–	**2**	–	**2**
Saldo em 31/12/2021	(1.185.099)	(3.238)	–	**(1.188.337)**	–	**(1.188.337)**
Intangível líquido						
Saldo em 31/12/2020	2.536.436	2.801	700	**2.539.937**	31.581	**2.571.518**
Saldo em 31/12/2021	2.462.792	2.888	700	**2.466.380**	46.230	**2.512.610**
Taxas de amortização – a.a. (c)	6%	20%				

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão. (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem caracteristicas de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas as obras de duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros. (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade complementou o montante de R$5.237 (R$3.706 em 31 de dezembro de 2021) o valor justo da infraestrutura em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2022 foi de 1,64% a.a. e em 2021 1,06% a.a. do total de juros provisionados no exercício, vide nota explicativa 12. Análise de *impairment*: A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o exercício de 2022 de acordo com os requisitos o CPC 01. Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2022. Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Sociedade são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 5,03% em 2023, 4,15% em 2024 e 3,63% de 2025 até 2033. A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos é de 8,83% em 31 de dezembro de 2022 (8,5% em 31 de dezembro de 2021). Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional. A Administração vem acompanhando as projeções com o realizado de 31 de dezembro de 2022 e concluiu que não possui qualquer indicativo para constituição de provisão de *impairment*.

12. Debêntures – A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
8ª emissão – 1ª série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun-31	1.295.127	1.239.233
8ª emissão – 2ª série	700.000	CDI +0,86% a.a.	jun-27	618.626	692.201
				1.913.753	1.931.434
			Custo de transação	(44.005)	(50.781)
			Total	**1.869.748**	**1.880.653**
			Circulante	100.815	85.955
			Não circulante	1.768.933	1.794.698
			Total	**1.869.748**	**1.880.653**

Os saldos e movimentações estão representados por:

	31/12/2022			31/12/2021		
Moeda local	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Saldo inicial	92.731	1.838.703	1.931.434	143.534	1.692.384	1.835.918
Juros e variações monetárias provisionados	143.592	69.145	212.737	93.465	118.523	211.988
Amortização de principal	(87.232)	–	(87.232)	(64.293)	–	(64.293)
Pagamento de juros	(143.186)	–	(143.186)	(52.179)	–	(52.179)
Transferências	101.686	(101.686)	–	(27.796)	27.796	–
	107.591	1.806.162	1.913.753	92.731	1.838.703	1.931.434
Custo de transação	(6.776)	(37.229)	(44.005)	(6.776)	(44.005)	(50.781)
Saldo final	100.815	1.768.933	1.869.748	85.955	1.794.698	1.880.653

continua …

Régis Bittencourt

Autopista Régis Bittencourt S.A.

CNPJ/MF nº 09.336.431/0001-06

… continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando de outra forma mencionado)

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
8ª emissão – 1ª série	19/11/2019	1.000.000	1.000	19/11/2019	1.000.000
8ª emissão – 2ª série	19/11/2019	700.000	970	19/11/2019	678.821
		1.700.000			1.678.821

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2024	142.885
2025	168.051
2026	197.625
2027	230.844
Após 2027	1.066.757
	1.806.162

As debêntures da 8ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris. As escrituras de emissão da 8ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo: Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando: (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,2, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \frac{\text{EBITDA Ajustado – Impostos – CAPEX}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde: (i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; (ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e (iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens "Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado" e "Aquisições de Itens do Intangível" do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto. (b) A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento). A partir do exercício social de 2027, apresentar trimestralmente índice de alavancagem, de acordo com cada ano, menor ou igual a:

3,0 – 2027
2,5 – 2028
2,0 – 2029
1,5 – 2030
1,0 – 2031

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{EBITDA Ajustado}}$$

Onde: (iv) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa; e (v) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice. A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

13. Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R$26.149 (R$14.531 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R$8.649 (R$15.248 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. Arrendamento Mercantil a Pagar – A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	5.345	13.876	19.221	4.847	13.941	18.788
Remensuração	(660)	3.772	3.112	499	952	1.451
Adições	7.563	–	7.563	1.455	2.733	4.188
Utilizações	(8.961)	–	(8.961)	(6.613)	–	(6.613)
Saldo final						
Ajuste a valor presente – AVP	1.707	–	1.707	1.407	–	1.407
Transferências	5.575	(5.575)	–	3.750	(3.750)	–
Saldo final	10.569	12.073	22.642	5.345	13.876	19.221

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	
2024	6.238
2025	4.076
2026	233
2027	233
Após 2027	1.293
	12.073

Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R$7.766 (R$6.027 em 31 de dezembro de 2021). O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são respectivamente R$148 e R$681 para PIS e Cofins (R$112 e R$516 respectivamente para 31 de dezembro de 2021). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a taxa média é de 9,18% a.a. (8,42% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade.

15. Transações com Partes Relacionadas – As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a despesas administrativas. Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	31/12/2022	31/12/2021
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Planalto Sul S.A. (a)	–	2
Litoral Sul S.A. (a)	–	3
Contas a receber de partes relacionadas circulante	–	5
Total parte relacionada no ativo circulante	**–**	**5**
Passivo circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	4.503	4.385
Planalto Sul S.A. (a)	1	697
Fernão Dias S.A. (a)	–	5
Litoral Sul S.A. (a)	2.289	3.087
Passivos com partes relacionadas circulante	6.793	8.174
Total do passivo circulante	**6.793**	**8.174**

	31/12/2022	31/12/2021
Contas de Resultado:	**Despesas gerais (a)**	**Despesas gerais (a)**
Controladora		
Arteris S.A.	(18.722)	(17.788)
Outras partes relacionadas		
Planalto Sul S.A.	(28)	(690)
Fernão Dias S.A.	–	(5)
Litoral Sul S.A.	(7.728)	(8.530)
Total	**(26.478)**	**(27.013)**

a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade reconheceu respectivamente o montante de R$363 (R$918 em 31 de dezembro de 2021), já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R$3.002 (R$3.655 em 31 de dezembro de 2021) a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente. Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. Benefícios a Empregados – A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R$1.488 e R$1.625. Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa. O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, *Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – EBITDA da Sociedade e EBITDA consolidado do grupo Arteris, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade. A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. Provisões – (a) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios: A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2022
Cíveis	582	2.930	(19)	(2.144)	64	1.413
Trabalhistas	1.019	2.935	(571)	(2.583)	16	816
Regulatório	4.065	–	(183)	–	359	4.241
Total	**5.666**	**5.865**	**(773)**	**(4.727)**	**439**	**6.470**
	31/12/2020	**Adições**	**Reversões**	**Pagamentos**	**Encargos**	**31/12/2021**
Cíveis	808	1.853	(81)	(2.064)	66	582
Trabalhistas	1.740	1.121	(324)	(1.518)	–	1.019
Regulatório	4.032	33	–	–	–	4.065
Total	**6.580**	**3.007**	**(405)**	**(3.582)**	**66**	**5.666**

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos internos totalizando R$4.241 e R$4.065, respectivamente. A Sociedade informa ainda que os processos regulatórios prováveis, possíveis e remotos são objeto de negociação de TAC de multas conforme mencionado na nota explicativa nº 2. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos internos da Sociedade para os quais não foram constituídas provisões e que sumarizam o montante de R$26.781 (R$12.898 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscal ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis (*)	2.865	3.172
Trabalhistas	1.073	853
Fiscal	3.921	3.918
Total	**7.859**	**7.943**

(*) Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista etc. Os depósitos judiciais no montante de R$657 em 31 de dezembro de 2022 (R$847 em 31 de dezembro de 2021) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado perda como possível ou remota. O saldo referente aos depósitos de naturezas diversas, é composto da seguinte forma:

Depósitos Judiciais	31/12/2022	31/12/2021
Cível	86	78
Trabalhista	571	769
Total	**657**	**847**

(b) Provisão para manutenção: A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos. (c) Provisão para investimentos: A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias descontados a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2021	1.399	28.028	29.711	1.399	57.739
Adições/Reversões	–	8.403	25.190	–	33.593
Utilizações	–	(41.026)	–	–	(41.026)
Ajuste a valor presente	–	1.418	2.060	–	3.478
Transferências	–	19.825	(19.825)	–	–
Saldo em 31/12/2022	**1.399**	**16.648**	**37.136**	**1.399**	**53.784**

	Circulante		Não circulante		Total
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31/12/2020	1.399	64.326	32.865	1.399	97.191
Adições/Reversões	–	16.022	20.326	–	36.348
Utilizações	–	(79.513)	–	–	(79.513)
Ajuste a valor presente	–	2.299	1.414	–	3.713
Transferências	–	24.894	(24.894)	–	–
Saldo em 31/12/2021	**1.399**	**28.028**	**29.711**	**1.399**	**57.739**

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referentes às manutenções realizadas, foram de R$48.118 (R$74.220 em 31 de dezembro de 2021).

18. Patrimônio Líquido – Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R$978.785 (R$892.785 em 31 de dezembro de 2021), compostos por 747.759.759 (666.255.515 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor R$955.785 (R$892.785 em 31 de dezembro de 2021). Em 27 de setembro de 2021 a Sociedade efetuou a redução de capital social no montante de R$90.000, mediante restituição de capital em moeda corrente e sem o cancelamento de quaisquer ações conforme ata constituída em 14 de setembro de 2021 A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20/01/2022	AGE	Dinheiro	8.955.224	12.000	12.000
07/02/2022	AGE	Dinheiro	72.549.020	74.000	3.000
22/08/2022 (*)	AGE	Dinheiro	–	–	6.000
05/09/2022 (*)	AGE	Dinheiro	–	–	4.500
20/09/2022 (*)	AGE	Dinheiro	–	–	2.000
05/10/2022 (*)	AGE	Dinheiro	–	–	4.000
20/10/2022 (*)	AGE	Dinheiro	–	–	2.500
21/11/2022 (*)	AGE	Dinheiro	–	–	3.000
05/12/2022 (*)	AGE	Dinheiro	–	–	3.000
14/12/2022 (*)	AGE	Dinheiro	–	–	5.000
20/12/2022 (*)	AGE	Dinheiro	–	–	18.000
			81.504.244	86.000	63.000

(*) Integralização de capital referente a Ata constituída em 07 de fevereiro de 2022 no montante subscrito de R$74.000, o valor residual de R$23.000 será integralizado em até doze meses a partir da data da aprovação. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Reserva legal e retenção de lucros: O Estatuto Social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. Em 31 de dezembro de 2022 não há constituição de dividendos mínimos obrigatórios devido ao resultado apurado no exercício de 2022 ter apresentado prejuízo.

19. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta:		
Receita de serviços prestados	581.039	531.950
Receita de serviços de construção	168.900	151.217
Outras receitas	10.677	9.590
	760.616	692.757
Deduções:		
ISSQN	(29.052)	(26.773)
PIS	(3.839)	(3.515)
COFINS	(17.720)	(16.224)
Outras deduções	(1.066)	(739)
Receita líquida	**708.939**	**645.506**

20. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Custos:		
Com pessoal	(32.533)	(30.327)
Serviços de terceiros	(26.488)	(23.931)
Conservação	(17.611)	(19.171)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(4.152)	(3.939)
Consumo	(4.328)	(4.729)
Transportes	(7.308)	(5.331)
Verba de fiscalização	(19.212)	(17.356)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(302)	(396)
Seguros/Garantias	(4.177)	(3.510)
Provisão de manutenção em rodovias	(33.593)	(36.348)
Custos de serviços da construção	(168.900)	(151.217)
Depreciação/Amortização	(235.527)	(220.541)
Outros	(894)	(1.353)
Total	**(555.025)**	**(518.149)**

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(17.893)	(17.427)
Serviços de terceiros	(3.785)	(2.807)
Manutenção de bens e conservação	(2.086)	(1.957)
Consumo	(1.544)	(1.443)
Transportes	(161)	(169)
Seguros/Garantias	(49)	(47)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(5.092)	(2.602)
Comunicação e marketing	(408)	(441)
Indenizações à terceiros	(27)	(22)
Publicações legais	(155)	(296)
Depreciação/Amortização	(579)	(686)
Outros	(1.793)	(1.456)
Total	**(33.572)**	**(29.353)**

21. Resultado Financeiro – Está representado por:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	7.648	5.026
Créditos fiscais	156	35
Outras receitas	46	47
Total	**7.850**	**5.108**

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(207.500)	(208.282)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(5.230)	(5.112)
Outras despesas	(9.309)	(9.837)
Total	**(222.039)**	**(223.231)**

	31/12/2022	31/12/2021
Outros resultados financeiros líquidos:		
Variação cambial líquida	3	(36)
Total	**3**	**(36)**

(*) Do total de juros de debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2022 no valor de R$207.500, o montante de R$5.237 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração dos fluxos de caixa de investimento capitalizado (R$208.282 e R$3.706 em 31 de dezembro de 2021).

22. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Informações suplementares

	31/12/2022	31/12/2021
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (*)	175.727	155.624
Total das adições de imobilizado (**)	1.432	198
Juros capitalizados – debêntures (*)	(5.237)	(3.706)
	171.922	152.116

	31/12/2022	31/12/2021
Aquisição (adições)	(171.922)	(152.116)
Fornecedores	5.509	9.666
Obrigações fiscais	(3.712)	881
Contas a pagar – partes relacionadas	(750)	350
Cauções contratuais	(5.600)	1.736
Realização manutenção ICPC 01 em rodovias	(41.026)	(79.513)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	**(217.501)**	**(218.996)**
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(1.432)	(198)
Aquisições de itens do intangível	(216.069)	(218.798)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	**(217.501)**	**(218.996)**
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(45.579)	(66.880)

(*) Vide nota explicativa 11
(**) Vide nota explicativa 10

23. Prejuízo por Ação – O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Básico/Diluído		
Prejuízo do exercício	(59.918)	(78.911)
Número de ações durante exercício (*)	739.716	657.570
Prejuízo por ação	(0,0810)	(0,1200)

(*) em milhares

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não existir durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos. O quadro abaixo apresenta a média ponderada das ações:

Evento	Data	Dias (evento e final do exercício)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
	31/12/2021	–	0,00%	–	666.255.515	666.255.515
Ata AGE	20/01/2022	345	94,52%	8.955.224	675.210.739	8.464.527
Ata AGE	07/02/2022	327	89,59%	72.549.020	747.759.759	64.995.971
	31/12/2022	365		81.504.244		739.716.013
					Média ponderada (em milhares)	739.716

24. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

			31/12/2022		31/12/2021	
	Nível	Mensuração (*)	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	8.323	8.323	10.064	10.064
Aplicações financeiras	Nível 2	1	3.382	3.382	3.798	3.798
Contas a receber clientes	Nível 2	2	37.092	37.092	33.408	33.408
Contas a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	–	–	5	5
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	13.473	13.473	14.710	14.710
Outros créditos	Nível 2	2	5.949	5.949	4.475	4.475
			68.219	68.219	66.460	66.460
Financiamentos	Nível 2	2	2	2	2	2
Empréstimos – risco sacado	Nível 2	2	–	–	6.854	6.854
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	6.793	6.793	8.174	8.174
Debêntures (**)	Nível 2	1	1.869.748	1.546.418	1.880.653	1.561.616
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	34.798	34.798	29.779	29.779
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.609	1.609	1.460	1.460
Outras contas a pagar	Nível 2	2	8.646	8.646	15.475	15.475
Arrendamento mercantil a pagar (***)	Nível 2	1	22.642	22.642	19.221	19.221
			1.944.238	1.620.908	1.961.618	1.642.581

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado; 2) Custo amortizado.
(**) Vide nota 12
(***) Não é escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo: O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: Riscos de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **a) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

	Efeito no lucro antes da tributação – Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	12,25%	15,31%	18,38%	9,19%
Juros a incorrer – Debêntures (*)	(81.754)	(100.862)	(119.970)	(62.645)
Receita de aplicações financeiras	2.489	3.111	3.734	1.867
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(79.265)	(97.751)	(116.236)	(60.778)
IPCA	5,31%	6,64%	7,97%	3,98%
Juros a incorrer – Debêntures (*)	(130.147)	(148.113)	(166.080)	(112.180)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(130.147)	(148.113)	(166.080)	(112.180)
Juros a incorrer líquido	(209.412)	(245.864)	(282.316)	(172.958)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 02 de janeiro de 2023, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil – BACEN. (*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. **b) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade. A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos. Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade apresentava valores a receber no montante de R$33.105 (R$28.817 em 31 de dezembro de 2021) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A. e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Contas a receber". A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. **c) Risco de liquidez e gestão de capital:** Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. A Sociedade reconheceu um prejuízo de R$59.918 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$78.911 em 31 de dezembro de 2021) e, nesta data o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$124.856 (R$125.981 em 31 de dezembro de 2021). A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

			Fluxos de caixa contratuais					
Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	9,18%	22.642	26.512	2.390	9.695	7.097	5.157	2.173
Debêntures – CDI	14,63%	618.626	870.067	–	165.123	184.577	365.936	154.431
Debêntures – IPCA	10,67%	1.295.127	1.684.624	–	77.427	87.080	198.081	1.322.036
Fornecedores e cauções contratuais	–	34.798	34.798	33.976	822	–	–	–
Contas a pagar – partes relacionadas	–	6.793	6.793	6.793	–	–	–	–
Outras contas a pagar	–	8.646	8.646	8.646	–	–	–	–
		1.986.632	2.631.440	51.805	253.067	278.754	569.174	1.478.640

26. Informações por Segmento de Negócio – Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	224.732

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 38.544 (R$ 31.769 em 31 de dezembro de 2021).

28. Eventos Subsequentes – Abaixo a relação de integralização de capital ocorrida na Sociedade:

Data	Aprovação	Valor integralizado
05/01/2023 (*)	AGE	2.000
20/01/2023 (*)	AGE	14.000
		16.000

(*) Integralização de capital referente a Ata constituída em 07 de fevereiro de 2022 referente ao aumento de capital no montante subscrito de R$74.000.

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia	Roberto Paolini	Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Conselheiro	Conselheiro	Conselheira

Diretoria

Andre Giavina Bianchi	Antonio Cesar Ribas Sass	Simone Aparecida Borsato	Giane Luza Zimmer Freitas	Luiz Marcelo de Souza
Diretor Executivo de Operações	Diretor de Operações	Diretora Econômico e Financeiro/Diretora de Relações com Investidores	Diretora de Assuntos Regulatórios	Diretor de Manutenção

Contador

Fernando Vinicius de Lima
CRC SP-305.385/O-9

continua …

Governo propõe reajuste de 7,8% a servidores

Aumento linear seria acompanhado de R$ 200 extras no auxílio-alimentação e alcançaria apenas civis, sem militares

Idiana Tomazelli e Marianna Holanda

BRASÍLIA O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propôs aos servidores públicos federais um reajuste linear de 7,8%, acompanhado de um aumento de R$ 200 no auxílio-alimentação.

O reajuste alcançaria só os servidores civis do Executivo, sem contemplar os militares.

Caso as categorias aceitem esses termos, as medidas terão validade a partir de 1º de março. Uma nova rodada de negociação deve ocorrer na semana que vem.

A oferta foi calibrada de forma a caber dentro do orçamento de R$ 11,2 bilhões já reservado neste ano para ajustar a remuneração do funcionalismo.

A proposta foi apresentada na quinta-feira (16) em reunião da mesa de negociação permanente, conduzida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com participação dos sindicatos.

Em entrevista à **Folha**, a ministra da Gestão, Esther Dweck, afirmou que o governo avalia editar uma MP (medida provisória), com vigência imediata, para acelerar a implementação do reajuste.

Algumas categorias estão com a remuneração congelada desde 1º de janeiro de 2017, quando tiveram o aumento mais recente. Carreiras de Estado, como policiais e diplomatas, tiveram o último reajuste em 1º de janeiro de 2019.

Sindicatos argumentam que a defasagem já passa dos 30%. Na entrevista, a ministra disse que dificilmente o governo conseguirá repor essa perda de forma integral.

Dweck também havia antecipado que o governo estudava combinar o reajuste com um aumento no auxílio-alimentação, que tem impacto proporcionalmente maior para as categorias que estão na base da pirâmide da remuneração.

O benefício está congelado desde 2016 e é de R$ 458 mensais no Executivo. Com o aumento, ele passaria a R$ 658.

Na reunião com as categorias, o secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça, deu exemplos de como essa medida vai beneficiar mais os servidores com menores salários.

"Um aumento de R$ 200 no auxílio-alimentação corresponde a 2% do salário de um servidor que ganha R$ 10 mil, mas corresponde a 5% para os que ganham R$ 4.000 ou a 10% de um que recebe R$ 2.000", disse.

Além disso, o auxílio é isento de tributação, enquanto o funcionário recolhe impostos sobre a remuneração. Por outro lado, o auxílio só é pago para servidores ativos e não contempla aposentados e pensionistas.

Alinhamento de políticas foi tema de almoço pré-CMN, diz Haddad

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), disse nesta sexta-feira (17) que o alinhamento das políticas fiscal e monetária foi tema do almoço com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e com a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, antes do encontro do CMN (Conselho Monetário Nacional).

"[Foi um] bom almoço, uma primeira boa aproximação com a presença da Simone [Tebet], tivemos um longo papo de duas horas", afirmou.

"Conversamos sobre alinhar políticas fiscal e monetária", acrescentou o ministro, quando jornalistas lhe perguntaram se a revisão das metas de inflação esteve em debate.

A primeira reunião do CMN sob o governo Lula, na quinta-feira (16), durou 28 minutos e serviu para aprovar o balanço do BC de 2022. Antes do compromisso oficial, que contou também com a presença de diretores da autoridade monetária e de técnicos das pastas econômicas, Haddad, Tebet e Campos Neto tiveram um almoço reservado de cerca de duas horas.

Havia expectativa de que o colegiado pudesse antecipar o debate sobre metas de inflação, em razão das críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas últimas semanas ao atual patamar de juros —a Selic está em 13,75% ao ano.

No cronograma habitual do CMN, o tema é discutido nas reuniões de junho. Mas pode ser colocado em discussão mais cedo, desde que seja pautado por um dos integrantes do colegiado. Na terça (14), no entanto, Haddad descartou que o assunto estivesse na pauta desta reunião.

As atuais metas de inflação são 3,25% em 2023 e 3% em 2024 e 2025, com margens de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Os patamares são considerados exagerados por Lula, que defende um alvo de 4,5%, o mesmo nível fixado em seus dois primeiros mandatos.

As declarações de Haddad foram dadas em frente à sede do Ministério da Fazenda, em Brasília, depois de encontro com Lula e com os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) na manhã desta sexta no Palácio da Alvorada.

Sobre a reunião, o chefe da pasta econômica se limitou a dizer que o orçamento do Bolsa Família "está garantido, os compromissos de campanha vão ser mantidos".

Haddad viaja na próxima semana para Bangalore, na Índia, para encontros com ministros das Finanças e presidentes de bancos centrais dos países do G20. A equipe econômica vê o evento como uma oportunidade de reposicionar o Brasil no cenário internacional como um país que oferece soluções para crises mundiais.

Fernando Haddad, ministro da Fazenda, um dos três integrantes do CMN, ao lado do presidente do BC e da ministra do Planejamento
Adriano Machado - 7.fev.23/Reuters

+ Entenda como funciona o Conselho Monetário Nacional

O que é o CMN? O CMN (Conselho Monetário Nacional) é um órgão que tem por finalidade formular a política da moeda e do crédito, com objetivo de preservar a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país

Quem vota nas decisões? O ministro da Fazenda (Fernando Haddad), que também é o presidente do CMN; a ministra do Planejamento (Simone Tebet); e o presidente do Banco Central (Roberto Campos Neto). Cada um tem direito a um voto, e as decisões são tomadas por maioria simples

Quem mais participa das reuniões? Além dos três conselheiros, os membros da Comoc (Comissão Técnica da Moeda e do Crédito); os diretores do BC; e representantes de comissões consultivas quando convocados pelo presidente do CMN (são sete comissões, como a de crédito rural, a de crédito habitacional, e a de política monetária e cambial). Também podem assistir às reuniões assessores credenciados pelos conselheiros; convidados do presidente do conselho; e funcionários da secretaria-executiva credenciados pelo presidente do BC

Há uma periodicidade definida para as reuniões? De acordo com decreto vigente, o CMN deve se reunir ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente por convocação do seu presidente

Quem decide as pautas no CMN? Pelo regimento do CMN, publicado em forma de decreto de 1994, o presidente do órgão define a pauta dos assuntos a serem discutidos em cada reunião. Ele também pode aprovar a inclusão de assuntos extrapauta quando têm caráter de urgência, relevante interesse ou natureza sigilosa

Os demais membros podem contestar a pauta? Eles podem solicitar vistas de assunto constante da pauta ou apresentado extrapauta, abster-se na votação de qualquer assunto e solicitar o adiamento de votações

Quando normalmente é definida a meta de inflação? Decreto estabelece que as metas de inflação precisam ser definidas até 30 de junho de três anos antes. Ou seja, até junho de 2023 seria definida a meta de 2026. Para mudar os objetivos anteriores a 2026, seria preciso a Presidência da República publicar um outro decreto para criar essa possibilidade

A mudança de meta em prazo inferior já foi feita antes? Sim, em ao menos duas ocasiões. Em 2002 e 2003

Tok&Stok sofre pedido de despejo por não pagar aluguel

Fundo quer reaver galpão logístico em Extrema; varejista não se pronuncia

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A loja de móveis e decoração Tok&Stok não pagou o aluguel de um galpão logístico que loca em Extrema (MG), segundo o dono do imóvel, e agora é alvo de uma ação de despejo.

A empresa é a única locatária do condomínio Extrema Business Park 1, localizado às margens da rodovia Fernão Dias, em um polo de centros de distribuição.

A proprietária do galpão é o Vinci Logística Fundo Imobiliário. Segundo comunicado divulgado pelo fundo na quarta-feira (15), a Tok&Stok não pagou o aluguel com vencimento em fevereiro. A Tok&Stok disse que não vai se pronunciar sobre o caso.

O processo pedindo o despejo será analisado pela juíza Ana Laura Correa Rodrigues, da 3ª Vara Cível de São Paulo. O valor da ação é de R$ 21.342.926.

Ao todo, segundo relatório de desempenho do fundo em janeiro, a Tok&Stok ocupa 66,9 mil metros quadrados de área bruta no condomínio.

O contrato com a rede de lojas corresponde a 14% das receitas totais e a 11% da área bruta local detida pelo fundo. No comunicado, a gestora do fundo afirma que o contrato de locação tem seguro com cobertura equivalente a 12 aluguéis vigentes.

Polo logístico de Extrema (MG), onde está o galpão da Tok&Stok Eduardo Knapp - 23.mar.22/Folhapress

No início deste mês, no dia 2, Daniel Sterenberg, que era diretor-presidente da Tok&Tok e presidente do conselho administrativo da companhia, renunciou aos cargos, segundo lançamento do dia 15 na Junta Comercial de São Paulo.

No mercado imobiliário e no varejo, a falta de pagamento de aluguel foi vista como um sinal de problema de caixa na varejista, uma das maiores do segmento de móveis.

As intempéries nas contas da rede de lojas podem ser o que analistas têm chamado de "crise de bonança". Na pandemia, muitos segmentos cresceram impulsionados por ajustes necessários à transformação do ambiente doméstico para atender aulas e trabalho remotos.

Reformas foram feitas, eletrônicos e móveis precisaram ser comprados e substituídos. O erro da rede teria sido não se preparar para o período posterior, que é o atual. Além da atividade econômica dormente, o momento coincide com juros mais altos, menos crédito e mais desconfiança.

Sem adequar a estrutura para o período de baixa, o caixa do tempo de bonança precisou ser queimado.

Em dezembro, a Tok&Stok entrou com uma ação renovatória de locação contra o shopping Pátio Higienópolis, localizado no bairro de mesmo nome, na região central de São Paulo.

Esse tipo de ação é comum na locação comercial e costuma ser apresentada quando locador e locatário não chegam a um acordo sobre a renovação do contrato.

O Pátio Higienópolis disse, em nota, que não comenta relações comerciais com seus lojistas. O shopping pertence ao grupo Iguatemi. O valor declarado na ação em andamento na 11ª Vara Cível de São Paulo é de R$ 2.399.952.

A Tok&Stok foi fundada em 1978 e busca atender as classes A e B. Suas lojas são conhecida pelos ambientes decorados e pelas parceiras com designers nacionais. No ano passado, se envolveu em polêmica ao colocar à venda as cadeiras originais da arquibancada laranja do estádio do Pacaembu, por preços de R$ 1.499 a R$ 1.799.

A rede tem lojas em 22 estados brasileiros. Na capital paulista, são dez unidades, entre outlet, as grandes lojas das marginas Pinheiros e Tietê, as instaladas em shoppings e as studio, um pouco menores.

Em 2020, a Estok, nome empresarial da Tok&Stok, chegou a se preparar para ser listada na bolsa e até pediu registro para uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), mas o plano não avançou.

Dívida da Americanas pode superar R$ 48 bilhões

RIO DE JANEIRO A conclusão das análises sobre a dívida total da Americanas deve ficar pronta em março, e dados preliminares apontam para um passivo que pode superar os R$ 48 bilhões, disseram duas fontes próximas ao processo nesta semana.

O diagnóstico será divulgado em março, mais para o fim do mês, disse uma das fontes nesta sexta-feira (17).

Procurada pela Reuters, a Americanas não se pronunciou sobre o assunto.

A Americanas, que pediu recuperação judicial em janeiro após revelar problemas contábeis de pelo menos R$ 20 bilhões, divulgou nesta semana uma atualização da lista de credores da companhia, na qual elevou o valor de sua dívida de R$ 41,2 bilhões para R$ 42,5 bilhões.

A varejista também revisou o número total de credores, que saiu de cerca de 7.720 para ao redor de 9.460.

O rastreamento das dívidas da rede varejista envolve um grupo multidisciplinar que inclui escritórios de advocacia, especialistas na lei de Recuperação Judicial e Falências e até economistas renomados.

Os primeiros resultados dessa investigação devem ser apresentados à Justiça do Rio de Janeiro após o período do Carnaval.

O prazo para apresentação do relatório é de 60 dias a partir da aceitação do pedido de recuperação judicial. Segundo uma das fontes, termina no dia 23 de março.

Na quinta-feira (16), a Americanas divulgou uma primeira oferta feita a bancos credores, que acabou sendo rejeitada, segundo a empresa. A proposta previa aporte de R$ 7 bilhões por seus acionistas de referência —Jorge Paulo Lemann, Carlos Sicupira e Marcel Telles—, além de recompra e conversão de dívida.

A companhia também apresentou na quinta-feira pedido ao administrador da recuperação judicial para ter autorização para pagamento da totalidade de dívidas trabalhistas e com pequenas e médias empresas, no valor de R$ 192,4 milhões.

EUA acusam executivos de corrupção em contratos com Petrobras

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO O Departamento de Justiça dos Estados Unidos informou nesta sexta-feira (17) que procuradores do estado de Connecticut acusam dois executivos de corrupção para fechar contratos com a Petrobras entre 2010 e 2018.

Os acusados são o americano Glenn Oztemel e o ítalo-brasileiro Eduardo Inecco, que atuam no segmento de importação e exportação de petróleo, gás e combustíveis. Segundo as investigações, eles pagavam propinas para executivos da estatal beneficiarem duas empresas americanas.

A Petrobras disse, via assessoria, que é vítima dos crimes e que colabora com as investigações tanto no Brasil quanto nos EUA desde 2014.

A **Folha** não conseguiu os contatos de Oztemel e Inecco. Eles são acusados de conspiração, de violar a lei anticorrupção dos EUA e de lavagem de dinheiro, crimes com penas que podem chegar a 25 anos de prisão. O caos é investigado pelo FBI, a polícia federal americana.

O Departamento de Justiça não divulga os nomes das empresas. Oztemel trabalhou para a Freepoint Commodities, baseada em Stamford, em Connecticut. Inecco era consultor no Brasil para as empresas investigadas.

O Departamento de Justiça diz que Oztemel e Inneco usavam linguagem codificada para se referir a propinas e comunicavam-se entre si e com seus comparsas usando contas de email pessoal, nomes fictícios e aplicativos de mensagens criptografadas.

Segundo a Reuters, Oztemel foi preso na quarta (15), na Flórida, mas liberado após pagar fiança de US$ 3 milhões.

A Freepoint chegou a ser investigada pela Lava Jato, como parte de esquema de corrupção na comercialização de petróleo e derivados, que também envolvia o pagamento de propinas sob a forma de comissões para fechar contratos.

Em 2020, um ex-operador da Petrobras chamado Rodrigo Garcia Berkowitz assinou acordo de delação premiada para falar sobre o esquema. Berkowitz atuou como trader da Petrobras em Houston até o fim de 2018, quando foi acusado de aceitar propinas.

Outras empresas do setor investigadas no Brasil, como as tradings Glencore e Vitol, aceitaram pagar multas no exterior para encerrar as negociações sobre propinas em contratos da Petrobras.

A Freepoint disse que Oztemel se aposentou há mais de dois anos e que os atos atribuídos ao executivo violam suas políticas de governança. "A Freepoint não tolera corrupção ou práticas ilegais", afirmou a companhia, em email enviado à **Folha**.

Em nota, a Petrobras diz que é vítima dos crimes desvendados pela Lava Jato, "sendo reconhecida como tal pelo Ministério Público Federal e pelo Supremo Tribunal Federal", atua como coautora em 32 ações de improbidade administrativa e é assistente de acusação em 90 ações penais.

"A companhia colabora com as investigações desde 2014, incluindo as investigações do DoJ (US Department of Justice), que motivaram a ação noticiada", afirma a nota.

"Cabe salientar que a Petrobras (incluindo suas subsidiárias) já recebeu mais R$ 6,7 bilhões, a título de ressarcimento em decorrência de acordos de colaboração, leniência, repatriações e renúncias relativos aos ilícitos dos quais foi vítima."

Homologação Pregão Eletrônico n. º 74/2022

Considerando o parecer jurídico às fls. 87/89, dando conta que todos os requisitos, exigências e formalidades legais acham-se satisfeitos, e bem como os valores finais apresentados estão compatíveis com o mercado e com as expectativas da Administração, **Homologo** o julgamento efetuado pela Pregoeira e Comissão de Apoio conforme descrito em ata de fls. 179/182, à licitante vencedora **ESPAÇO AVIVA ATIVIDADES ESPORTIVAS LTDA.** Determino a expedição de Ordem/Pedido de Compra. Publique-se e comunique-se.

Santa Cruz do Rio Pardo, 13 de fevereiro de 2023.

Diego Henrique Singolani Costa - Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo/SP comunica a todos os interessados que se encontra à disposição, o edital licitatório referente ao **Pregão Eletrônico n.º 10/2023**, cujo objeto é a **aquisição de complementos alimentares, fórmulas e dietas enterais, para atendimento de mandados judiciais**. O pregão eletrônico será realizado através da plataforma eletrônica www.bll.org.br na data de 08 de março de 2023, com início da sessão às 09h00min. O envio das propostas deverá ocorrer do dia 22/02/2023 às 09h00 ao dia 08 de março às 09h00. O edital licitatório encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e www.santacruzdoriopardo.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (14) 3332-3200 – ramal 3210.

Santa Cruz do Rio Pardo, 14 de fevereiro de 2022. **Adriane de Cássia Cecatto** - Pregoeira

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – MODALIDADE PREGÃO (ELETRÔNICO) – PREGÃO Nº 2/2023 – PROCESSO Nº 26/2023 – TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de pães congelados, para alimentação escolar destinada aos alunos das escolas públicas municipais, e, também para o atendimento nas recepções dos locais públicos e dos funcionários públicos das Escolas Municipais, Paço Municipal, UBS, PSF e Pronto Socorro, durante o período de março/2023 a 31 de dezembro de 2023, conforme especificações constantes do Edital. A sessão pública de processamento terá início às **9h (nove horas - horário de Brasília/DF) do dia 9/3/2023 (quinta-feira).** O Edital estará à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, situado na Rua Gustavo Martins Cerqueira, nº 463, Saguão 2, Centro, em Urupês/SP, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 13h às 17h, bem como nos endereços eletrônicos: www.urupes.sp.gov.br e www.bbmnet.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (17) 3552-1144 ou pelo e-mail: licitacoes@urupes.sp.gov.br. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 17 de fevereiro de 2023. ALCEMIR CÁSSIO GREGGIO - Prefeito -**

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE ADIAMENTO LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2023

ÓRGÃO: PREFEITURA DE BOITUVA; CC 01/2023; MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA; OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EMPRESA ESPECIALIZADA, NO RAMO DE ENGENHARIA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA, CORRETIVA E PREDITIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS DE CONSUMO, INSUMOS E MÃO DE OBRA, BEM COMO PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EVENTUAIS DIVERSOS NOS SISTEMAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES PREDIAIS UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ENCERRAMENTO: 21.03.2023 AS 09H00MIN. O EDITAL COMPLETO ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.BOITUVA.SP.GOV.BR. PREFEITURA DE BOITUVA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2023. ANA PAULA SAMPAIO MOURA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Paranapanema/SP torna público para conhecimento dos interessados, que encontra se aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 03/2023, cujo objeto é o Registro de Preços visando futuras aquisições de peças automotivas originais/genuínas, para os veículos leves, caminhões, utilitários, máquinas pesadas, ônibus e micro ônibus, com maior percentual de desconto sobre a Tabela de Preços do Sistema Audatex, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência do edital. Os envelopes de nº 01(Proposta) e nº 02 (Habilitação) deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 06 de março de 2023. A sessão pública se dará a seguir, no mesmo dia e horário. O edital estará à disposição no endereço acima em horário de expediente, até as 24 horas que antecedem a data do recebimento dos envelopes ou site www.paranapanema.sp.gov.br. Maiores informações no setor de Licitações, fone (014) 99670-9667 ou silas.licitacao@paranapanema.sp.gov.br. Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 17/02/2023.

Prefeitura da Estância Turística de Igaraçu do Tietê
Processo de Licitação nº 02/2023
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 02/2023

Objeto: Registro de Preços para a eventual aquisição de cestas básicas, destinadas ao atendimento da Secretaria Municipal de Ação Social. Extrato da Ata de Registro de Preços nº 07/2023. Fornecedora Registrada: W&C Alimentos Eireli. Preço Registrado: Item 1, valor unitário R$ 163,00. Valor total estimado: R$ 978.000,00 (novecentos e setenta e oito mil reais). Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura. Assinatura dia 16 de fevereiro de 2023. Ricardo Verpa Costa da Silva - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI

SECRETARIA DE OBRAS

CONCORRÊNCIA PÚBLICA - SO Nº 004/2023

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa para Eventual Locação de Palcos para Eventos Culturais promovidos pelo Município de Barueri. - Data de Encerramento: Dia 27/03/2023 às 09:00 horas, para abertura em seguida na Secretaria de Obras, localizada na Av. 26 de Março, 1057 - Centro - Barueri/SP, Tel.: (11) 4199-1900. **Edital:** disponível **Gratuito** no site www.barueri.sp.gov.br ou poderá ser consultado e/ou retirado no endereço em epígrafe mediante fornecimento de uma mídia - CD ou CD-RW para que sejam gravados o Edital e seus anexos.

Renê Ap. da Silva - Presidente da Comissão de Licitações

TOMADA DE PREÇOS - SO Nº 009/2023

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Troca de Piso da Quadra do Ginásio Poliesportivo José Corrêa - Centro - Data de Encerramento: Dia 14/03/2023 às 09:00 horas, para abertura em seguida na Secretaria de Obras, localizada na Av. 26 de Março, 1057 - Centro - Barueri/SP, Tel.: (11) 4199-1900. **Edital:** disponível **Gratuito** no site www.barueri.sp.gov.br ou poderá ser consultado e/ou retirado no endereço em epígrafe mediante fornecimento de uma mídia - CD ou CD-RW para que sejam gravados o Edital e seus anexos.

Renê Ap. da Silva - Presidente da Comissão de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ARSER – N.º 053/2023 UASG Nº 926703

Processo nº: 5800.090585/2022.

Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos.

Total de Itens Licitados: 37.

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 23/02/2023 das 08h00 às 12h00 e das 13h às 17h30.

Endereços: Av. da Paz, n.º 900, Jaraguá, Maceió/AL – CEP 57.022-050, ou **www.comprasgovernamentais.gov.br/edital** ou **http://www.licitacao.maceio.al.gov.br/**

Entrega das Propostas: A partir de 23/02/2023 às 08h00 no site **http://www.comprasgovernamentais.gov.br/**

Abertura das Propostas: 10/03/2023 às 09h00 (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 17 de fevereiro de 2023.
Edsângela Gabriel Peixoto Bezerra
Pregoeira – CPL/ARSER

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JORGE APARECIDO LOPES, Secretário Municipal de Governo e Administração, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreto nº 4.307/2019, e em conformidade com o disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93, **HOMOLOGA** a Empresa **EDSON ERNESTO DE SOUZA CANHA ME** cujo objeto é a **contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para prestação de serviços de engenharia para substituição do parque luminótico dos logradouros do município de Cerqueira César**, com valor global de **R$ 2.916.898,40 (dois milhões, novecentos e dezesseis mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos)**; relativo à **Concorrência Pública nº. 002/22 – Processo nº. 132/22.**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

JORGE APARECIDO LOPES, Secretário Municipal de Governo e Administração, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreto nº 4.307/2019, e em conformidade com o disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93, **ADJUDICAR** a Empresa **EDSON ERNESTO DE SOUZA CANHA ME** cujo objeto é a **contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para prestação de serviços de engenharia para substituição do parque luminótico dos logradouros do município de Cerqueira César**, com valor global de **R$ 2.916.898,40 (dois milhões, novecentos e dezesseis mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos)**; relativo à **Concorrência Pública nº. 002/22 – Processo nº. 132/22.**

EXTRATO DE CONTRATO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Modalidade: Concorrência Pública nº. 002/22 – Processo nº. 132/22. Contratante: Prefeitura Municipal de Cerqueira César. **Contratada: EDSON ERNESTO DE SOUZA CANHA ME. Valor: R$ 2.916.898,40 (dois milhões, novecentos e dezesseis mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos). Objeto: contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para prestação de serviços de engenharia para substituição do parque luminótico dos logradouros do município de Cerqueira César.**

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2023
PROCESSO Nº 1201-7/2023
COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de MEDICAMENTOS relativo à Ordens Judiciais, com aplicação de desconto CAP (RESOLUÇÃO CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006), para atendimento às necessidades da Farmácia Municipal.

HOMOLOGO todo o procedimento realizado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Homologada a adjudicação do objeto licitado na seguinte conformidade, item, cota, empresa vencedora, valor unitário, a saber: **1 ao 18 DESERTO; 19, PRINCIPAL, AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, R$3.353,603; 20, RESERVADA, AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, R$3.353,603; 21, PRINCIPAL, AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, R$838,404; 22, RESERVADA, AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, R$838,404; 23, PRINCIPAL, R.P.4 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, R$0,373; 24, RESERVADA, R.P.4 DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, R$0,373; 25, PRINCIPAL, DESERTO; 26, RESERVADA, DESERTO; 27, PRINCIPAL, FRACASSADO; 28, RESERVADA, DESERTO; 29 a 34 DESERTO; 35, PRINCIPAL, CM HOSPITALAR S.A., R$11,930; 36, RESERVADA, CM HOSPITALAR S.A., R$11,930; 37 a 42 DESERTO; 43, PRINCIPAL, FRACASSADO; 44, RESERVADA, DESERTO; 45, PRINCIPAL, FRACASSADO; 46, RESERVADA, DESERTO; 47, PRINCIPAL, DESERTO; 48, RESERVADA, DESERTO; 49, PRINCIPAL, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, R$2,845; 50, RESERVADA, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, R$2,845; 51, PRINCIPAL, AMC SAÚDE COMERCIAL HOSPITALAR EIRELI, R$5,400; 52, RESERVADA, AMC SAÚDE COMERCIAL HOSPITALAR EIRELI, R$5,400; 53, PRINCIPAL, AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, R$9.812,673; 54, RESERVADA, AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, R$9.812,673; 55, PRINCIPAL, DESERTO; 56, RESERVADA, DESERTO; 57, PRINCIPAL, FRACASSADO; 58 ao 64 DESERTO; 65, PRINCIPAL, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, R$39,430; 66, RESERVADA, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, R$39,430; 67 ao 78 DESERTO; 79, PRINCIPAL, AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, R$2,500; 80, RESERVADA, AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, R$2,500; 81 ao 90 DESERTO; 91, PRINCIPAL, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, R$46,880; 92, RESERVADA, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, R$46,880; 93 ao 106 DESERTO; 107, PRINCIPAL, FRACASSADO; 108 ao 110 DESERTO; 111, PRINCIPAL, AMC SAÚDE COMERCIAL HOSPITALAR EIRELI, R$3,280; 112, RESERVADA, AMC SAÚDE COMERCIAL HOSPITALAR EIRELI, R$3,280; 113 ao 116 DESERTO; 117, PRINCIPAL, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, R$0,711; 118, RESERVADA, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, R$0,711; 119, PRINCIPAL, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, R$0,287; 120, RESERVADA, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, R$0,287; 121 ao 126, DESERTO.**

Jaboticabal, 17 de fevereiro de 2023.
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BOXE - CBBOXE

CNPJ 33.836.065/0001-20

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 - Em reais (R$), exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em Reais)

ATIVO	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa c/ restrição	3.1	1.786.891,23	2.338.504,16
Caixa e equivalente de caixa c/ restrição	3.2	434.776,59	732.916,67
Adiantamento a fornecedores c/ restrição	4	158.612,57	-
Valores a transcorrer c/ restrição	4	134.691,84	-
Outros créditos	5	111.691,62	105.505,53
		2.626.663,85	3.176.926,36
Não Circulante			
Depósitos Judiciais	6	356.992,47	356.992,47
Imobilizado	7	204.916,84	125.951,84
		561.909,31	482.944,31
TOTAL DO ATIVO		**3.188.573,16**	**3.659.870,67**

PASSIVO	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores c/ restrição	8	24.719,79	-
Obrigações trabalhistas c/ restrição	9	104.309,68	169.815,36
Outras contas a pagar	11	-	38.038,21
Impostos e contribuições c/ restrição	10	5.662,37	3.233,41
Provisões trabalhistas c/ restrição	12	158.612,57	120.650,74
Obrigações com convênios	13	434.776,59	-
		728.081,00	331.737,72
Não Circulante			
Garantia de aluguel - Caução	14	4.635,19	4.635,19
Provisão para contingências cíveis	14	232.456,13	232.456,13
		237.091,32	237.091,32
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social	15	2.572.977,06	3.091.041,63
		2.223.400,84	3.091.041,63
TOTAL DO PASSIVO		**3.188.573,16**	**3.659.870,67**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Período em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em Reais)

RECEITAS	Nota	2022	2021
Receitas com restrição	17.1	11.356.475,34	7.354.693,24
Receitas sem restrição	17.2	481.318,79	18.592,39
Devolução de subvenção		-	(420.256,96)
Superávit bruto		11.837.794,13	6.953.028,67
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal (com restrição)	19	(1.855.035,08)	(2.355.025,07)
Despesas gerais (com restrição)	20	(8.073.805,89)	(3.714.529,85)
Despesas administrativas (com restrição)	21	(1.379.766,48)	-
Despesas gerais (sem restrição)	22	(928.990,21)	(807.670,31)
Depreciações do exercício	23	(51.965,17)	(26.543,30)
Despesas tributárias (com restrição)	24	(12.791,96)	(1.508,51)
Despesas tributárias (sem restrição)		-	(21.662,25)
		(12.302.354,79)	(6.926.939,29)
Déficit/ superávit antes das receitas e despesas financeiras		**(464.560,66)**	**26.089,38**
Receitas financeiras s/ restrição	18	223.673,23	119.661,59
Despesas Financeiras (com restrição)	25	(36.825,93)	(14.521,36)
Despesas Financeiras (sem restrição)	24	(71.862,86)	-
Déficit/ superávit líquido do exercício		**(349.576,22)**	**131.229,61**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em Reais)

	2022	2021
Déficit / superávit líquido do exercício	**(349.576,22)**	**131.229,61**
Outros resultados abrangentes	(518.064,57)	-
Total dos resultados abrangentes do período	**(867.640,79)**	**131.229,61**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio Social	Superávits/ Déficit Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2021	**2.959.812,02**	**131.229,61**	**3.091.041,63**
Déficit do exercício	-	(349.576,22)	(349.576,22)
Ajustes de exercícios anteriores	(518.064,57)	-	(518.064,57)
Saldos em 31/12/2022	**2.441.747,45**	**(218.346,61)**	**2.223.400,84**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em Reais)

	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Superávit/ Déficit do exercício	(349.576,22)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	
Despesas de depreciações e amortizações	51.965,17
Ajustes de exercícios anteriores	(518.064,57)
Variações nos ativos	
Adiantamento a fornecidores	(158.612,57)
Valores a transcorrer	(134.691,84)
Outros créditos	(6.186,09)
Variações nos passivos	
Fornecedores	24.719,79
Obrigações trabalhistas	(65.505,68)
Provisões trabalhistas	37.961,83
Outros valores a pagar	(38.038,21)
Impostos e contribuições	2.428,96
Obrigações com convênios	434.776,59
Disponibilidades líquidas oriundas das atividades operacionais	**(718.822,84)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Adições de imobilizado e intangível, líquidos	(130.930,17)
Disponibilidades líquidas oriundas das atividades de investimentos	**(130.930,17)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	-
Disponibilidades líquidas oriundas das atividades de financiamentos	-
Redução nas disponibilidades	**(849.753,01)**
Caixa no início do exercício	3.071.420,83
Caixa no final do exercício	2.221.667,82
Redução nas disponibilidades	**(849.753,01)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto Operacional: Antes de receber a denominação de Confederação Brasileira de Boxe - a entidade "mater" do boxe brasileiro, ao ser fundada em 5 de março de 1933, recebeu a denominação de Federação Carioca de Boxe. Foi reorganizada em 3 de agosto de 1935, sob o nome de Federação Brasileira de Pugilismo e por força do Dec. Lei Nº 3199 de 14/4/41, constituída em Confederação pelas entidades: Federação Paulista de Pugilismo, Federação Metropolitana de Pugilismo, Federação Mineira de Pugilismo e Federação Fluminense de Pugilismo, em Assembleia Geral realizada em 1º de agosto de 1941. A Confederação Brasileira de Pugilismo, entidade muito mais eclética que a atual, durante vários anos administrou uma série de esportes de combate, como Karatê, Judô, Capoeira, Artes Marciais, Luta Livre e Greco-Romana. Até o momento em que tais modalidades foram se organizando e formando suas próprias entidades específicas. Na Assembleia Geral Extraordinária em 8 de maio de 1998, com a reforma dos estatutos e adequação à Lei Pelé, a denominação foi alterada para Confederação Brasileira de Boxe. No Boxe Profissional, enquanto a CBBOXE mantinha filiação com diversas entidades mundiais de Boxe, as maiores expressões nacionais foram os Campeões Mundiais Eder Jofre, Miguel de Oliveira e Acelino "Popó" Freitas. No Boxe "Amador", como era mais conhecido a versão Olímpica do nosso esporte, o maior feito brasileiro, por muito tempo, foi a medalha de bronze nas Olimpíadas do México em 1968, com o Peso Mosca Servílio de Oliveira. Contudo, nos últimos anos, o Boxe Brasileiro vem colecionando feitos magníficos nunca alcançados, como o título de Campeão Mundial de Everton Lopes, em 2011. Nas categorias de base, David Lourenço também alcançou o título mundial, em 2010, seguido da medalha de ouro nos Jogos Olímpicos Juvenis de Singapura. Mais recentemente, a medalha de bronze de Cassio Oliveira no Mundial de Boxe Cadete completou o único pódio que faltava a Seleção Brasileira em Mundiais. Porém, talvez os maiores feitos do Boxe Brasileiro tenham sido as três medalhas olímpicas conquistadas em Londres 2012. Adriana Araújo, tornou-se a primeira medalhista brasileira no Boxe Olímpico Feminino com o seu bronze e, seguida das inesquecíveis campanhas dos irmãos Falcão, conquistaram as primeiras medalhas de Boxe Brasileiro em Jogos Olímpicos em 44 anos. Yamaguchi Falcão, na categoria 81 Kg, conquistou o seu bronze ao derrotar o cubano Julio la Cruz Peraza. Já seu irmão mais novo, Esquiva Falcão, foi ainda além e trouxe de volta ao País a medalha de prata, maior conquista olímpica do Boxe do Brasil. A Confederação realiza anualmente seu tradicional Campeonato Brasileiro de Boxe Olímpico há mais de 50 anos, nas diversas regiões do país. Hoje, além do Campeonato Adulto Masculino, denominado de "Elite", a CBBOXE realiza também o Campeonato Brasileiro Feminino Elite e os Masculinos Juvenil e Cadete. A partir do ano de 2013, o calendário nacional também conta com quatro campeonatos regionais disputados anualmente. A Confederação Brasileira de Boxe é filiada, exclusivamente, à AIBA (International Boxing Association). Todos os campeonatos disputados e organizados pela CBBOXE são de acordo com as Regras Técnicas e de Competição da entidade mor do Boxe no mundo. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Sumário das Principais Práticas Contábeis - 2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras em harmonia com as práticas contábeis adotadas no Brasil, relativa à Resolução CFC n. º 1.409/12 (ITG n. º 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros), são de responsabilidade desta Administração. A adoção das práticas contábeis, frequentemente, empregadas na elaboração das demonstrações financeiras estão delimitadas a seguir. Essas definições são abordadas de modo substancial no período indicado, salvo disposição em contrário. **2.2. Caixa e equivalente de caixa:** São recursos financeiros de liquidez moderada, com o propósito de desembolsar dívidas de curto e longo prazos, auferir ganhos financeiros sobre os valores mobiliários investidos e o faturamento emitido, além da utilização prudente em outras obrigações administrativas previstas estatutariamente. Para isso, é necessário atender relativamente a três requisitos: ser financeiramente disponível em curto prazo, ter liquidez imediata e exprimir insignificante risco de mudança de valor. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as convenções contábeis aceitas no Brasil recomenda que esta Administração utilize de entendimentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e às premissas contábeis admitem valor residual do ativo imobilizado, perda para redução ao valor recuperável de ativos, perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, perdas de contingenciamento operacional, mensuração de instrumentos financeiros básicos e outros direitos e obrigações relacionados a benefícios laborais. Relevante notar que a CBBOXE reavalia anualmente as estimativas e as premissas apontadas. O procedimento de elaboração das demonstrações financeiras análogo as entidades sem fins lucrativos exigem que a Administração faça uso de instrumentos formais técnico-científicos concernentes aos valores apurados das receitas, das despesas, dos ativos e dos passivos mencionados nessas demonstrações e em notas explicativas. **2.4. Instrumentos financeiros básicos:** Ativos financeiros são, previamente, reconhecidos pelo seu valor justo decorrentes do resultado, de investimentos em valores mobiliários mantidos até o vencimento, de empréstimos bancários e contas a receber e de ativos disponíveis para venda. Dentre os tipos de ativos financeiros presentes nesta entidade incluem-se o caixa e os equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e os direitos contratuais a receber. **2.4.1. Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Entidade avalia durante o encerramento das demonstrações financeiras se decorreu, em alguma etapa, a evidência concreta de desvalorização econômica (recuperação) do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros. Terminantemente, o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros, considera-se não recuperável quando houver indicação de ausência de recuperação do resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrida) e essa perda tenha influência no fluxo de caixa estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente presumido. **2.4.2. Instrumentos derivativos:** A CBBOXE não efetivou, neste exercício ou em períodos anteriores, frente às Instituições Financeiras, transações especulativas no mercado financeiro que motivassem a aquisição de instrumentos financeiros com vistas a almejar ganhos financeiros. **2.5. Imobilizado:** O valor contábil dos bens integrantes do ativo imobilizado está escriturado pelo custo de aquisição do bem, deduzido das depreciações acumuladas, durante o seu uso. O encargo de depreciação, opcionalmente, é calculado pelo método linear, sendo que às taxas anuais são consideradas sobre a vida útil-econômica desses bens. Não constatamos hipóteses de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado. Um item do imobilizado é baixado quando ocorre uma venda ou quando não houver possibilidade de almejar benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação. O ganho ou a perda eventual decorrente do bem tangível (calculado pela diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do bem) são registrados na demonstração do resultado do período em que ele for desativado. **2.6. Passivos circulantes e não circulantes:** As obrigações vencíveis até o exercício social seguinte são escrituradas no grupo do passivo circulante. Portanto, nesse grupo enfatizam-se, além dos compromissos com terceiros interessados, as provisões trabalhistas e os seus encargos sociais constituídos mensalmente, em atendimento ao princípio contábil da competência, para fixação dos gastos laborais incorridas. Enquanto isso, as obrigações vencíveis após o exercício social seguinte, pertencentes ao grupo do passivo não circulante caracterizam-se de valores conhecidos ou calculáveis e, quando possível, acrescidos dos juros e das atualizações monetárias permissíveis. **2.7. Provisões:** Diz respeito aos passivos com prazos e valores incertos. A CBBOXE possui exigibilidades correntes, em consequência de eventos passados, sendo elas provisões sobre férias e contingências cíveis. **2.7.1. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas:** A CBBOXE não é parte acusada em processos judiciais. Quando ocorrer um processo judicial, as provisões dessas naturezas contábeis são constituídas para dar conhecimento à Administração, dos passivos contingentes cuja probabilidade de ocorrência é possível, pecuniariamente, ora em curto prazo, ora em longo prazo, em seu patrimônio por intermédio do objeto pleiteado pela parte autora. A materialização dessa probabilidade é explícita e aparente nas disposições legais, jurisprudenciais e nas demais legislações em vista das decisões magistrais, futuramente. **2.8. Apuração do Superávit ou Déficit:** É o resultado apurado no confronto das Receitas, dos Custos e das Despesas, do período em análise, pelo princípio contábil da competência, ocasionando-se em superávit ou em déficit. A receita evoca benefícios econômicos, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que impactam em acréscimos no patrimônio social, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais. Enquanto os Custos e as Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em redução do patrimônio social. **2.9. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Referente aos demais ativos integrados ao balanço, é provável que seu benefício econômico futuro seja alcançado e o seu custo possa ser mensurado com segurança. Enquanto, um passivo inserido no balanço possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico esteja disponível para liquidá-la. As provisões são escrituradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação se realize nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.10. Tributação:** Em se tratando de uma associação civil, sem fins lucrativos, suas atividades estão voltadas para a assistência social, motivo pelo qual é conferida a isenção tributária. **2.11. Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi concebida e disciplinada em conformidade com o CPC n. º 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.12. Moeda Funcional:** A moeda funcional da CBBOXE é o real, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. **2.13. Declaração de conformidade:** A preparação de demonstrações contábeis está em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que se traduzem nas normas que tratam dos aspectos contábeis para as entidades sem fins lucrativos, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (ITG 2002 (R1), bem como o CPC para PMEs requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da CBBOXE no processo de aplicação das políticas contábeis. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da CBBOXE. **3. Caixa e Equivalentes de Caixa:** O saldo da rubrica contábil "caixa e equivalentes de caixa" abrange o caixa, os bancos sem restrição, os bancos com restrição e aplicações financeiras de conversão imediata. As aplicações financeiras desta entidade possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas, em qualquer momento, em função da insuficiência de fundos em caixa ou em conta bancária movimento.

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa sem Restrição

	2022	2021
Banco - CEF c/c: 867-5	-	2.332,96
Aplicação Financeira - CEF c/c: 867-5	-	166,38
Aplicação Financeira - BB Fundo de investimento	-	31.866,00
Aplicação Financeira - CEF Giro RF DI	283,86	495,79
Aplicação Financeira - CEF CDB/RDB	-	124.107,80
Aplicação Financeira - CEF Maxi Renda Fixa	1.742.384,18	2.138.787,28
Aplicação Financeira - BB RF SIMPLES	13.264,41	12.188,21
Aplicação Financeira - CEF FIC PLENO RF DI	30.958,78	28.559,74
	1.786.891,23	**2.338.504,16**

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa com Restrição

	2022	2021
Banco - CEF c/c: 1300-8	1.873,86	6,16
Banco - CEF c/c: 1457-8	-	1.648,98
Banco - CEF c/c: 1518-3	5.458,57	-
Banco - CEF c/c: 1301-6	-	31,30
Banco - CEF c/c: 1355-5	196,00	-
Aplicação Financeira - CEF 1215-0	9.804,43	9.045,75
Aplicação Financeira - CEF 1261-3	,01	0,01
Aplicação Financeira - CEF 1355-5	287,65	110.378,63
Aplicação Financeira - CEF 1456-0	-	530.549,53
Aplicação Financeira - CEF 1457-8	-	81.256,31
Aplicação Financeira - CEF 1517-5	229.079,28	-
Aplicação Financeira - CEF 1518-3	72.284,02	-
Aplicação Financeira - CEF 1542-6	115.792,77	-
	434.776,59	**732.916,67**

4. Valores a Transcorrer com Restrição: Para o atendimento do princípio contábil de competência, esse grupo de conta foi criado no exercício de 2022. Os valores apresentados em 31 de dezembro de 2022 correspondem aos mesmos valores apresentados no passivo circulante com restrição (nota explicativa 8, 9, 10 e 12).

	2022	2021
Valores a Transcorrer - Provisão de Férias	158.612,57	-
Valores a Transcorrer - Convênios	134.691,84	-
	293.304,41	**-**

5. Outros Créditos: Na conta de outros créditos encontra-se despesas antecipadas de seguros e valores de cauções.

	2022	2021
Valores a Compensar	-	101.527,71
Tributos a Compensar	-	3.977,82
Seguros - Porto seguro	28.800,00	-
Cauções	82.891,62	-
	111.691,62	**105.505,53**

6. Depósitos Judiciais	**2022**	**2021**
Depósitos Judiciais	204.785,47	204.785,47
Garantia Locatícia - TIT. Capitalização	99.844,12	99.844,12
DEP. JUD. PROC. Nº 0509067-65.1996.8.26	36.619,99	36.619,99
DEP. JUD. PROC. Nº 0019265-21.2013.8.26	15.742,89	15.742,89
	356.992,47	**356.992,47**

7. Imobilizado sem Restrição: O Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens necessários à manutenção das atividades da CBBOXE, caracterizados por apresentar-se na forma tangível. As demais contas que compõem o ativo imobilizado foram apresentadas ao custo de aquisição, deduzido dos encargos de depreciação, composto da seguinte forma:

	2022	2021
Imóveis	80.624,80	34.624,80
Móveis e Utensílios	117.843,56	72.571,61
Máquinas e Equipamentos	214.047,42	174.389,20
Veículos	34.589,00	34.589,00
Depreciação acumulada	(242.187,94)	(190.222,77)
	204.916,84	**125.951,84**

8. Fornecedores com Restrição: A conta fornecedores refere-se a notas emitidas em dezembro de 2022 que serão pagas em janeiro de 2023.

	2022	2021
Fornecedores com restrição	24.719,79	-
	24.719,79	**-**

9. Obrigações Trabalhistas com Restrições: As obrigações trabalhistas são características das remunerações laborais conferidas aos trabalhadores celetistas e requisitados da Administração. Desses valores inclusos ao saldo integram-se, também, os tributos e os encargos sociais sobre as folhas de pagamentos apuradas.

	2022	2021
Obrigações Sociais e Trabalhistas - Administrativo		
Salários a Pagar	-	65.216,25
Pró-Labore a Pagar	-	28.141,12
INSS a Recolher	7.408,60	55.184,82
FGTS a Recolher	3.157,26	9.548,93
IRRF a Recolher	1.532,24	10.230,55
Pensão Alimentícia a Pagar	-	604,17
PIS a Recolher	197,33	889,52
Obrigações Sociais e Trabalhistas - Centro de Treinamento		
INSS a Recolher	31.588,32	-
FGTS a Recolher	14.220,39	-
IRRF a Recolher	10.630,43	-
PIS a Recolher	891,44	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas - Presidência		
Remuneração Estatutária a Pagar	14.728,61	-
IRRF a Recolher	8.994,18	-
INSS a Recolher	9.714,68	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas - Autônomos		
IRRF a Recolher	10,73	-
INSS a Recolher	1.235,47	-
	104.309,68	**169.815,36**

10. Obrigações Tributárias

	2022	2021
ISS a Recolher	35,00	1.032,76
IRRF a Recolher	4.941,82	607,94
CSRF a Recolher	516,15	876,82
INSS Retido	169,40	715,89
	5.662,37	**3.233,41**

11. Outras Contas a Pagar	**2022**	**2021**
Honorários Contábeis a Pagar	-	2.909,17
Serviços Terceiros a Pagar	-	5.238,75
Aluguel a Pagar	-	13.682,99
COB Empréstimo	-	16.207,30
	-	**38.038,21**

12. Provisões Trabalhistas com Restrição: A provisão é uma reserva de um valor para pagamento de despesas previstas. A previsão visa a cobertura de um gasto já considerado certo ou de grande possibilidade de ocorrência. Abaixo encontramos as provisões de férias que são estimativas com gastos de férias dos empregados, ela deve ser classificada no passivo circulante em relação aos trabalhadores que, no fechamento do período de referência, tiverem adquirido direito de férias, integrais ou não.

	2022	2021
Provisão de Férias	158.612,57	120.650,74
	158.612,57	**120.650,74**

13. Obrigações com Convênios: - Comitê Olímpico Brasileiro (LEI PIVA): celebrado entre o Comitê Olímpico Brasileiro - COB e a Confederação de Boxe - CBBOXE com os recursos recebidos nos termos da presente Instrução e convencionalmente chamados de Recursos da Lei Agnelo Piva (doravante, LAP), com objetivo de implementar as diversas ações/ projetos que visam assegurar o desenvolvimento e fomento da modalidade em conformidade com o objeto do TDR BX 01/2022. Assegurando o desenvolvimento da(s) modalidade (s) esportivas com a implementação de ações/ projetos pertinentes, em conformidade com o orçamento apresentado ao COB para o exercício de 2022, parte integrante deste documento. **- Projeto 6445/2022:** celebrado entre o Ministério da Cidadania e a Confederação Brasileira de Boxe - CBBOXE, com o objetivo de realização do Campeonato mais importante na modalidade do Boxe Olímpico do Brasil e o Torneio Internacional de Boxe preparatório para o Campeonato Mundial e Jogos Olímpicos: 20º Campeonato Brasileiro de Boxe ELITE FEMININO; e 77º Campeonato Brasileiro de Boxe ELITE MASCULINO RIO 2022 e o 1st INTERNATIONAL BOXING TOURNAMENT - "GRAND PRIX-BRASIL", no equipamento do Legado Olímpico, Velódromo do Parque Olímpico da Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ. **- Projeto 2986/2022:** celebrado entre o Ministério da Cidadania e a Confederação Brasileira de Boxe - CBBOXE, com o objetivo da realização do campeonato brasileiro cadete juvenil de BOXE 2022- masculino e feminino e desafio internacional de BOXE 2022. O projeto teve início em junho de 2022 encerramento em outubro de 2022. Apresentaram a seguinte movimentação nos exercícios de 2022 e 2021:

	2022	2021
Comitê Olímpico Brasileiro	8.834.794,52	-
(-) Recursos Utilizados - COB	(8.515.810,70)	-
Projeto Técnico 6445/2022	2.526.905,90	-
(-) Recursos Utilizados 6445/2022	(2.411.113,13)	-
Projeto Técnico 2986/2022	508.853,51	-
(-) Recursos Utilizados 2986/2022	(508.853,51)	-
	434.776,59	**-**

14. Obrigações de Longo Prazo	**2022**	**2021**
Garantia de Aluguel RJ - Caução	4.635,19	4.635,19
Contingências Cíveis	232.456,13	232.456,13
	237.091,32	**237.091,32**

15. Patrimônio líquido: O patrimônio líquido da CBBOXE é constituído pela dotação inicial e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

	2022	2021
Patrimônio Social	3.091.041,63	2.828.582,41
Déficit Acumulado	(349.576,22)	-
Superávit Acumulado	-	131.229,61
Ajustes de Exercícios Anteriores	(518.064,57)	-
	2.223.400,84	**2.959.812,02**

16. Ajuste de Exercícios Anteriores: Em 2022 ocorreram alguns ajustes na contabilidade referente a exercícios anteriores totalizando (518.064,57), ajustes no qual foram necessários após a troca de contabilidade para deixar as demonstrações adequadas. Abaixo encontra-se detalhado todos os ajustes necessários:

Data	Histórico	Débito	Crédito	Total
01/01/2022	Ajuste de Saldo para Conformidade Contábil	-	11.900,00	11.900,00
01/01/2022	Ajuste de Empréstimo COB - Para Conformidade Contábil	-	16.207,30	28.107,30
01/01/2022	Ajuste de Salários INSS para Conformidade Contábil	-	5.753,09	33.860,39
01/01/2022	Ajuste de ISS para Conformidade Contábil	-	949,76	34.810,15
01/01/2022	Ajuste de IRRF para Conformidade Contábil	-	9,46	34.819,61
01/01/2022	Ajuste de CSRF para Ajuste Conformidade Contábil	-	876,82	35.696,43
01/01/2022	Ajuste de INSS para Conformidade Contábil	-	715,89	36.412,32
01/01/2022	Ajuste de Provisão de Férias para Conformidade Contábil	-	120.650,74	157.063,06
01/01/2022	Ajuste para Conformidade Contábil - Aluguel a Pagar	3007,55	-	154.055,51
01/01/2022	Ajuste de Salários a Pagar - Para Conformidade Contábil	3412,87	-	150.642,64
01/01/2022	Ajuste de IRRF para Conformidade Contábil	9603,59	-	141.039,05
01/01/2022	Ajuste de FGTS para Conformidade Contábil	344,95	-	140.694,10
01/01/2022	Valores a Compensar - Ajuste para Conformidade Contábil	101527,7	-	39.166,39
01/01/2022	Ajuste Para Conformidade Contábil - Comitê Olímpico Brasileiro	528820,7	-	-489.654,32
01/01/2022	Ajuste de Tributos a Compensar	3977,82	-	-493.632,14
03/01/2022	BOX 46/21 - Equipe Olímpica Permanente Pagamento de IRRF 12/2021 - Keno Conf Comprovante	17,93	-	-493.650,07
03/01/2022	BOX 46/21 - Equipe Olímpica Permanente Pagamento de IRRF 12/2021 - Abner Conf Comprovante	263,87	-	-493.913,94
03/01/2022	BOX 46/21 - Equipe Olímpica Permanente Pagamento de IRRF 12/2021 - Bia Conf Comprovante	1055,64	-	-494.969,58
04/01/2022	BOX 47/21 - Centro de Treinamento Equipe Técnica Pagamento Cooperativa Uniao Serv dos Taxistas Autonomos de S.P Nº 213730	4410,05	-	-499.379,63
04/01/2022	BOX 47/21 - Centro de Treinamento Equipe Técnica Pagamento NF Milenio Paes e Doces Ltda EPP Nº 703 Conf Comprovante	1809,44	-	-501.189,07
01/02/2022	Ajuste de Exercícios Anteriores - IRRF	-	0,77	-501.188,30
01/02/2022	Ajuste - Pensão Alimentícia	10,27	-	-501.198,57
30/11/2022	Ajuste para Conformidade Contábil	16866	-	-518.064,57

17. Receitas - 17.1. Recursos com Restrição	**2022**
Comitê Olímpico Brasileiro - COB	8.536.121,17
Despesas Recuperadas - COB	15.243,03
Projeto 2986/2022	404.140,00
Projeto 6445/2022	2.400.971,14
	11.356.475,34

As despesas recuperadas referem-se a descontos de vale transporte, faltas, e demais descontos sobre os salários dos funcionários conforme a folha de pagamento mensal.

17.2. Recursos sem Restrição	**2022**
Anuidades	40.534,34
Doações	77.231,17
Despesas Recuperadas	363.553,28
	481.318,79

As despesas recuperadas referem-se a devolução de pagamento feito de despesa com restrição com a conta de recursos próprios, bem como os ressarcimentos, correções e devolução feitas ao COB.

18. Receitas Financeiras sem Restrição: Foram receitas recebidas através de aplicações financeiras.

	2022
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras	223.673,23
	223.673,23

19. Despesas com Pessoal com Restrição	**2022**
Centro de Treinamento	
Salários e Ordenados	1.033.755,22
Férias	99.521,74
13º Salário	88.610,79
INSS	332.038,11
FGTS	100.147,89
Indenizações Trabalhistas	18.750,00
Vale Transporte	7.142,00
Vale Refeição/ Alimentação	87.420,00
PIS	12.328,97
Autônomos	
Serviços Autônomos	44.916,92
INSS	8.983,44
Arbitragem	
Salários e Ordenados	17.850,00
INSS	3.570,00
	1.855.035,08

20. Despesas Gerais com Restrição	**2022**
Comitê Olímpico Brasileiro - COB	
Locação de Equipamentos	35.000,00
Água	15.098,13
Viagens/ Estadias e Passagens	1.288.440,28
Energia Elétrica	12.400,13
Telefone e Internet	53.748,79
Aluguéis	282.085,69
Serviços Prestados por Terceiros	192.129,60
Manutenção da Entidade	41.503,03
Material de Consumo	4.326,53
Material de Copa e Limpeza	22.755,64
Material de Escritório	23.107,81
Garagens e Estacionamentos	811,35
Combustíveis e Lubrificantes	15.016,38
Correios	1.618,30
Serviços Advocatícios	2.500,00
Gastos Médicos	88.918,44
Cotações	661.304,82
Medicamentos	4.642,79
Equipamentos e Materiais Esportivos	241.790,96
Manutenção e Conservação	29.131,22
Seguros Diversos	37.693,70
Impressos e Material Gráfico	1.660,15
Despesas c/ Eventos	1.202.596,89
Medalhas e Troféus	9.021,86
Bolsa de Atletas	732.251,97
Bens de Pequeno Valor	14.793,72
Lanches/ Alimentação	3.913,59
Serviços Operacionais	72.472,56
Softwares/ Sites	31.500,00
Uniformes	38.815,00
Taxi/ Transportes	30.414,25
Doações	77.231,17
Ministério da Cidadania	
Hospedagem e Alimentação	1.346.064,00
Execução e Montagem de Cenografia	476.079,38
Locações	265.626,50
Transportes	189.570,06
Premiações	6.906,60
Serviços de Infraestrutura	185.380,00
Serviços Operacionais	223.255,00
Recursos Humanos	112.229,60
	8.073.805,89

21. Despesas Administrativas com Restrição	**2022**
Despesas Administrativas	
Água	2.025,24
Energia Elétrica	2.481,24
Telefone e Internet	3.390,96
Aluguéis	52.596,94
Condomínios	11.905,97
Material de Informática	475,00
Publicidade e Propaganda	10.750,00
Viagens/ Hospedagens/ Estadias	154.590,25
Cartórios	600,00
Taxas Diversas	2.182,87
Manutenção e Reparo	4.918,94
Bolsa Atletas	9.000,00
Correios	940,53
Cotações	10.255,64
Serviços Prestados por Terceiros	61.674,39
Assistência Contábil e Fiscal	31.179,06
Bens de Pequeno Valor	2.058,02
Assistência Jurídica	8.650,00
Administrativo	
Salários e Ordenados	225.811,77
Férias	21.849,29
13º Salário	19.733,06
INSS	69.641,46
FGTS	21.084,43
Vale Transporte	18.380,10
Vale Refeição/ Alimentação	43.856,00
PIS	2.539,20
Presidência	
Remuneração Estatutária	489.330,12
INSS	97.866,00
	1.379.766,48

22. Despesas Gerais sem Restrição	**2022**
Despesas - COB	702.313,04
Seguros Diversos	19.646,40
Água	409,38
Viagens/ Estadias/ Hospedagens	53.923,57
Energia Elétrica	2.736,35
Telefone e Internet	824,77
Aluguéis	362,40
Fretes e Carretos	7.000,00
Serviços Prestados por Terceiros	18.110,51
Assistência Contábil e Fiscal	5.818,34
Bolsa de Atletas	1.750,00
Assistência Jurídica	35.000,00
Material de Consumo	8.319,81
Combustível e Lubrificantes	1.600,00
Despesas com Veículos	3.832,62
Cartórios	3.670,69
Taxas	13.000,00
Presentes/ Premiações	15.640,00
Gastos Médicos	260,00
Manutenção e Reparo	450,00
Locações	1.292,14
Transporte	45,01
Despesas com Eventos	12.500,60
Uniformes	20.484,58
	928.990,21

23. Depreciação do Exercício: A depreciação é a perda de valor de um bem decorrente de seu uso, do desgaste natural ou de sua obsolescência. É registrada como um percentual do valor contábil do bem que é descontado ao longo do tempo, de acordo com sua expectativa de vida útil.

	2022
Depreciação do exercício	51.965,17
	51.965,17

24. Despesas Tributárias com Restrição: Despesas tributárias são os gastos com pagamento de impostos. Isso inclui tanto o valor do tributo quanto eventuais multas e penalidades, sejam elas por atraso no pagamento ou por incorreção no valor devido.

	2022
IPTU	9.997,94
Taxas Diversas	2.794,02
	12.791,96

25. Despesas Financeiras sem Restrição: As despesas financeiras são aqueles referentes aos valores de encargos, juros e despesas bancárias.

	2022
Tarifas Bancárias	732,82
IR s/ Aplicações	35.367,17
IOF s/ Aplicações	392,97
Juros de Mora	179,18
Multa de Mora	905,71
Correção - COB	28.447,93
Taxas Diversas	5.837,08
	71.862,86

26. Despesas Financeiras com Restrição	**2022**
Tarifas Bancárias	11.093,32
IR s/ Aplicação Financeira	19.526,18
IOF s/ Aplicação Financeira	4.449,04
Juros de Mora	8,47
Multa de Mora	1.748,85
Juros e Comissões Bancárias	0,07
	36.825,93

27. Imunidade tributária: De acordo com a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, as imunidades tributárias não se enquadram no conceito de subvenções previsto na NBC TG 07, portanto, não devem ser reconhecidas como receita no resultado. A CBBOXE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, inciso VI, alínea "c" e seu parágrafo 4º e art. 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 1988, Lei nº 12.101/2009 e Decreto 8.242/2014. A CBBOXE é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no art. 9º do CTN e por isso imune, usufrui das seguintes características: • a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; • não há fato gerador (nascimento da obrigação tributária); • não há o direito de instituir, nem cobrar tributo. A imunidade dos tributos durante os exercícios de 2022 estão apresentados, como segue:

- Com Restrição

Ano	Receita	COFINS (3,00%)	CSLL (2,88%)	IRPJ (4,80%)	Total Tributos
2022	11.356.475,34	340.694,26	327.066,49	545.110,82	1.212.871,57
Total	**11.356.475,34**	**340.694,26**	**327.066,49**	**545.110,82**	**1.212.871,57**

Ano	Receita	COFINS (3,00%)	CSLL (2,88%)	IRPJ (4,80%)	Total Tributos
2020	2.986.887,21	89.606,62	86.022,35	143.370,59	318.999,55
2019	2.703.344,37	81.100,33	77.856,32	129.760,53	288.717,18
Total	**5.690.231,58**	**170.706,95**	**163.878,67**	**273.131,12**	**607.716,73**

- Sem Restrição

Ano	Receita	COFINS (3,00%)	CSLL (2,88%)	IRPJ (4,80%)	Total Tributos
2022	481.318,79	14.439,56	13.861,98	23.103,30	51.404,85
Total	**481.318,79**	**14.439,56**	**13.861,98**	**23.103,30**	**51.404,85**

28. Cobertura de seguro: A CBBOXE efetuou a contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, sendo administrado sua necessidade em casos relevantes. Sendo eles: • Porto Seguro: Vigência de 30 meses Nº 902693400 casa 215. • Porto Seguro: Vigência de 30 meses Nº 902695700 casa 219.

29. COMPOSIÇÃO DE ÍNDICES DO ART. 4º DA PORTARIA 115/2018: Eu, **Marcos Candido de Brito**, portador da carteira de identidade nº 9813143, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF: 039.509.508-50, na condição de representante legal do (a) Confederação Brasileira de Boxe, inscrita no CNPJ/MF Nº 33.836.065/0001-20, declaro, sob as penas previstas no artigo 299 do vigente Código Penal Brasileiro, para efeito da comprovação de regularidade que trata o art. 4º da Portaria nº 115, de 03 de abril de 2018 que a composição dos índices estabelecidos nos incisos I e II do referido artigo se dá na forma abaixo:

COEFICIENTE E ÍNDICE	MEMÓRIA DE CÁLCULO	DOCUMENTO BASE
Índice de gastos administrativos: DA 1.379.766,48 / RT 11.837.794,13 = 0,11	Despesas Administrativa / Receita Total	Demonstração do Resultado do Exercício: página 04, Nota Explicativa: item 21.
Índice de Liquidez corrente: AC 2.626.663,85 / PC 728.081,00 = 3,61	Ativo Circulante / Passivo Circulante	Balanço Patrimonial: página: 03

Marcos Candido de Brito - Presidente: CPF 039.509.508-50

Vítor Silva Filgueiras de Oliveira - Contador: CRC/DF 28440/O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria e Conselheiros da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BOXE - (CBBOXE) - São Paulo - SP**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BOXE - ("Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BOXE**, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e suas controladas. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2023.
Eo7 Auditores Independentes Ltda. - CRC- 2SP041383
Wilson Ramos Souza Junior - Contador
CRC-1SP286020/O-9- CNAI - 3980

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL – A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Rio Pardo/SP comunica a todos os interessados que se encontra a disposição, o edital licitatório referente ao **Pregão Eletrônico n.º 08/2023**, cujo objeto é **aquisição de ondulação transversal modular (lombada modular) ecológica, tipo B, de rápida instalação destinadas às vias públicas do município de Santa Cruz do Rio Pardo**. O pregão eletrônico será realizado através da plataforma eletrônica www.bll.org.br na data de **03 de março de 2023, com início da sessão às 09h30min**. O envio das propostas deverá ocorrer do dia 22/02/2023 às 10h00 ao dia 03/03/2023 às 09h00. O edital licitatório encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e www.santacruzdoriopardo.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (14) 3332-2301 – opção 7. Santa Cruz do Rio Pardo, 16 de fevereiro de 2023. **Maria Clara Pereira de Andrade Silva** - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE ABERTURA DO ENVELOPE PROPOSTA
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2023 - PROCESSO Nº 03/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS E PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL COMPOSTO POR LIVROS COM MÓDULOS PARA ALUNO E PROFESSORES, PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, PORTAL DE ENSINO ONLINE, ASSESSORIA PEDAGÓGICA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES APRESENTADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS. A Prefeitura Municipal de Fartura torna público, para conhecimento de todos e da empresa participante da Tomada de Preços nº 02/2023 – Processo nº 03/2023, que a sessão de continuação para abertura do envelope "Proposta Comercial" será realizada no dia 24/02/2023, às 09h, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Fartura/SP. Informações: Setor de Licitações da Prefeitura - Praça Deocleciano Ribeiro 444, Fartura/SP. Telefones (14) 3308-9332 / 3308-9303 - Site: www.fartura.sp.gov.br - E-mail: setordelicitacao@fartura.sp.gov.br / contratos@fartura.sp.gov.br.

Fartura, 17 de Fevereiro de 2023. LUCIANO PERES - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

O MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS informa aos interessados sobre a retificação do edital do **Chamamento Público nº 01/2023** visando a Seleção de instituição sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social (OS), no âmbito da Saúde, para celebração de CONTRATO DE GESTÃO visando o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO DO TIPO III (CER III) (AUDITIVA, FÍSICA E INTELECTUAL/TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA). RETIFICAÇÃO: No Edital nas páginas 1 e 4 onde constou 27 de fevereiro de 2023 leia-sé 28 de fevereiro de 2023. Saliente-se que as publicações nos Diários Oficiais: do Município (edição 1917 de 10/02/2023 pagina 6), do Estado (edição de 11/02/2023 página 252), da União (Edição 31, de 13/02/2023, página 253, Seção 3) e em Jornal de Grande Circulação (Folha de SP, Edição DE 11/02/2023 A26), estão com as datas corretas, ou seja, dia 28/02/2023 a RETIFICAÇÃO refere-se apenas as páginas 1 e 4 do instrumento convocatório.

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE MARÍLIA - Pelo presente edital, **CONVOCO** todos os trabalhadores das Indústrias do setor de **PRODUTOS DE CIMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2023/2024,** todos integrantes da Categoria Profissional, com direito a voz e voto, das cidade de Marília/SP, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 23 de fevereiro de 2023, às 18:00 horas, na sede social do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Marília, estabelecido na Avenida Feijó, 325 - Bairro Rodolfo da Silva Costa, Marília/SP, a fim de deliberarem a seguinte **Ordem do Dia: 1)** Leitura e aprovação da ata anterior; **2)** Leitura, discussão e aprovação do rol de reivindicações dos trabalhadores para renovação da norma coletiva de trabalho da categoria; **3)** Leitura, discussão e aprovação da proposta do Sindicato sobre o desconto da Contribuição Assistencial e do direito de oposição; **4)** Concessão de poderes à diretoria do Sindicato para que juntamente com a Diretoria da Federação, deem início ao processo de negociação e possam firmar Acordo/Convenção Coletiva e se necessário, instaurar o competente Dissídio Coletivo (Econômico/Greve), outorgando, para tanto, poderes à Federação, por procuração, para este fim; **5)** Decidir pela manutenção da Assembleia em caráter permanente até o final do processo de negociação, mediante convocação por boletim, se necessário. Se na hora acima aprazada não houver "quorum", a Assembleia realizar-se-á em segunda convocação às 19:00 horas, (uma hora após, conforme Artigo 16º do Estatuto Social da entidade), no mesmo dia e local, com os presentes, cujas deliberações constantes da ordem do dia, terão plena validade para toda a categoria. Marília, 17 de fevereiro de 2023. **Carlos Ferreira Silva** - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

EXTRATO CONTRATO – EXTRATO DE CONTRATO N. 016/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO. **CONTRATADA FB PROMOÇÕES E PRODUÇÕES LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 03.045.098/0001-91, com sede na Rua Doutor Valdivino vaz, Nº 50-Centro, Município Itumbiara, Estado de Goiás, CEP: 75.503-040, neste ato representado pelo procurador o Senhor(a) Kamilla Pinheiro, portador do CPF nº 026.518.011-27 e RG nº5223309/SPTC/GO. OBJETO Contratação de Show Artístico da dupla Pedro Paulo e Alex e todos os componentes da equipe de produção técnica, para as festividades do aniversário de 105 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de óleo, a realizar-se no dia 15 de abril de 2023. FUNDAMENTO LEGAL: INEXIGIBILIDADE nº04/2023- Proc. 22/2023. VALOR:135.000,00 (Cento e trinta cinco mil reais). DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 14 de fevereiro de 2023.

ÓLEO 17 DE FEVEREIRO DE 2023. JORDÃO ANTÔNIO VIDOTTO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 05/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO, Estado de São Paulo, faz saber que se acha aberta a licitação na modalidade Pregão Eletrônico – preferencialmente para participação de ME/EPP; tipo menor preço global. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para realizar assessoria na prestação de serviço para realização de processo seletivo SUPLEMENTAR E TITULAR/SUPLENTE dos membros do conselho tutelar e capacitação inicial de membros. **Recebimento das propostas** – 03.03.2023 às 08h50min (Oito Horas e Cinquenta Minutos). Início da sessão de **Disputa de lances** 03.03.2023 às 09h00min (Nove horas). Edital completo e outras informações: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Óleo, à Rua Angelo Vidoto, 95, VI Martins, Óleo/SP, fone (14) 3357-1211 ou pelo e-mail – administracao@pmoleo.sp.gov.br e ou pelo site www.bll.org.br – Acesso BLL compras. Óleo/SP, 17 de janeiro de 2023. **Jordão Antônio Vidotto - Prefeito Municipal**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - RETIFICADO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/23 - Processo nº 498/2023

Objeto: Implantação de registro de preços para aquisição de tiras reagentes e lancetas, em atendimento a Secretaria de Saúde. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET - sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia 08/03/2023 às 09h00. O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba transparência. As informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br. Hamilton Cesar de Paula Roza - Pregoeiro.

AVISO DE ABERTURA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023

Por determinação do Prefeito Municipal, Senhor Matheus Marum De Campos, acha-se aberta na Prefeitura Municipal de Salto de Pirapora, a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023**, objetivando a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE DIVERSAS RUAS DO BAIRRO SÃO MANOEL II, DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO E EM TOTAL CONFORMIDADE COM OS CONVÊNIOS CELEBRADOS ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DE PIRAPORA E O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO"**, com valor estimado de **R$ 4.060.472,20.** A abertura dos envelopes ocorrerá em **21 de março de 2023, às 09h00min.** O Edital completo estará à disposição, através do site: www.saltodepirapora.sp.gov.br, menu Empresa => Licitações

Salto de Pirapora, 16 de fevereiro de 2023.
Matheus Marum de Campos - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONCORRÊNCIA Nº 018/2.022 - PROCESSO Nº 460/2022
Extrato da Ata da Sessão Pública da Concorrência nº 018/2022.

O Agente de Contratação e a Equipe de Apoio, por unanimidade de seus membros decidiram HABILITAR as empresas: ENGCON ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA e PEDREIROS PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA. e INABILITAR a empresa STUDIO GHS ENHENHARIA LTDA. Fica concedido o prazo previsto no art. 109, Inciso I da Lei 8.666/93.

Fernandópolis-SP., 17 de fevereiro de 2.023.
ELISEU DA SILVA PEREIRA NE
Agente de Contratação

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ

TOMADA DE PREÇOS 15/2022 - Processo 17.025/2022

Encontra-se aberta a presente Tomada de Preços que tem por objetivo a aquisição de equipamentos de sistema de transmissão de voz digital, incluindo configuração. O edital e anexos estão disponíveis no site www.portofeliz.sp.gov.br em – Compras e Licitações. A abertura será no dia 09 de março de 2023 às 09h00min, na Rua Adhemar de Barros, 340 – Centro. Outras informações poderão ser solicitadas através do link https://portofeliz.1doc.com.br/atendimento (Protocolos).

Antônio Cássio Habice Prado - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUMIRIM - SP

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Jumirim resolve SUSPENDER a sessão pública da Tomada de Preços nº 01/23 do dia 27/02/2023 que tem por objeto: **"Contratação de empresa especializada para reforma e adequação das praças Nossa Senhora Aparecida e Francisco Dordetti."**, por conveniência e razões de interesse público. A nova sessão se dará no dia 06/03/2023 às 09h00.

Jumirim, 17 de fevereiro de 2023. Daniel Vieira - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA

TERMO DE SUSPENSÃO SINE DIE DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2023 –PROCESSO Nº 004/2023

O Exmo.Sr.Prefeito Municipal do Município de Laranjal Paulista, faz saber que foi **SUSPENSA SINE DIE**, a licitação do Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 002/2023, referente a **AQUISIÇÃO DE DIVERSOS PNEUS NOVOS PARA O ATENDIMENTO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**, marcado para o dia 23.02.2023 às 9:00 horas, por prazo indeterminado, por determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo- TC-00005502.989.23-9.

Laranjal Paulista, 17 de Fevereiro de 2.023
Alcides de Moura Campos Junior-Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS
NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS

Acha-se aberto, no INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDORPÚBLIC ESTADUAL - à Av. Ibirapuera nº 981 - 6º andar, o **PREGÃO ELETRÔNICOPARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2023 - PROCESSO IAMSPE Nº202205607/2022 - OFERTA DE COMPRA Nº 5321015305520230C00154 - PARAAQUISIÇÃO DE: FIXADOR EXTERNO - ADULTO.** O encerramento e abertura dar-se-ão no **dia 07/03/2023 às 09:00 hrs.** Os interessados deverão acessar, a partir de **23/02/2023,** o endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br** ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br**, mediante aobstenção de senha de acesso ao sistema e de credenciamento de seusrepresentantes. O Edital de presente licitação encontra-se disponível também no site **www.e-negociospublicos.com.br**.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Adolfo/SP
Edital Resultado das Eleições

Em cumprimento ao Estatuto Social desta entidade, comunico que em eleições realizadas neste sindicato, no dia 16 de fevereiro de 2023, foi eleita a ÚNICA CHAPA concorrente do pleito cuja constituição é a seguinte: **CHAPA ÚNICA – Diretoria Efetiva: Presidente:** Jair Piveta Salviano; **Secretário:** Maria Aparecida Amaral Montesalle; **Tesoureiro:** José Montesalle. **Diretoria Suplentes:** Francisco Donizetti Ferreira da Silva, Luiz Carlos Ferreira e Claudemir Corriale. **Conselho Fiscal Efetivos:** Carlos Rodrigues Paes, Jair Alves Silva e José Carlos Forni. **Conselho Fiscal Suplentes:** Maria Aparecida Silva Cardoso Rodrigues, Silso Donizete dos Santos e Marco Antonio de Abreu. **Delegado Representante Efetivo:** Jair Piveta Salviano e José Montesalle. **Delegado Representante Suplente:** Francisco Donizetti Ferreira da Silva e Maria Aparecida Amaral Montesalle. Compareceram e votaram **63 (sessenta e três) associados** quites em condições de votarem, regularmente inscritos nas folhas de votação. A posse dos eleitos será no dia 26 de março de 2023.

Adolfo-SP, 18 de fevereiro de 2023. ***Jair Piveta Salviano*** *– Presidente*

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 424/2019-PROCESSO Nº 194/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis - CONTRATADA: TELEFÔNICA BRASIL S.A. - ASSINATURA: 23/01/2023 - OBJETO: Fica aditado ao presente contrato 62 (Sessenta e dois) Equipamentos de Informática com valor unitário de R$ 202,73 (Duzentos e dois reais e setenta e três centavos) totalizando o valor de R$ 113.125,41 (Cento e treze mil, cento e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos) sendo 30 (Trinta) máquinas para EMEF José Gaspar Ruas e 32 (Trinta e duas) máquinas para a EMEF José Zantedeschi. As demais cláusulas permanecem inalteradas. PREGÃO N° 074/2019.

Fernandópolis-SP, 17 de fevereiro de 2023.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE JULGAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO/DESCLASSIFICAÇÃO E ABERTURA DE PRAZO PARA EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA
CONCORRÊNCIA Nº 024/2022

Objeto: Execução de obras de construção e instalação, incluindo mão de obra, materiais e equipamentos, de poço artesiano para atender as unidades escolares CEI / EMEI e EM "Prof.ª Oscarlina Pires Turato".

No décimo sétimo dia do mês de fevereiro do ano de 2023 às 09:00 horas no Auditório da Secretaria de Educação, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações e representante da Secretaria interessada para realização de sessão pública referente ao procedimento em epígrafe e julgamento de Classificação. Após as análises de praxe restou DESCLASSIFICADA a empresa HIDROCOELHO MANUTENÇÃO E PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS LTDA. – CNPJ 09.633.422/0001-79 e CLASSIFICADAS as demais empresas da seguinte forma: 1º lugar a empresa PERFUGEL – PERFURAÇÕES GEOLÓGICAS LTDA. – CNPJ 02.765.312/0001-11 com o valor global de R$ 149.500,00; em 2º lugar a empresa MASTER DRILL POÇOS ARTESIANOS LTDA. (ME/EPP) – CNPJ 35.557.415/0001-45 com o valor global de R$ 155.500,00; e em 3º lugar a empresa EDISONDA POÇOS ARTESIANOS LTDA. – CNPJ 46.001.459/0001-00 com o valor global de R$ 173.831,00. Fica aberto o prazo de 05 dias úteis contados da data desta Sessão Pública para que a 2ª colocada, querendo, exerça seu direito de preferência apresentando nova proposta de preços. Fica também aberto o prazo recursal, com relação a este julgamento, de 05 dias úteis contados do primeiro dia útil subsequente à data da última publicação deste julgamento.

Ariana Aparecida de Almeida - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE CONTRATO
CONCORRÊNCIA Nº 023/2022
Contrato nº 045/2023

Contratante: Município de Jaguariúna
Contratada: CSW Construções EIRELI – CNPJ 05.043.471/0001-09

Objeto: Pavimentação da Estrada Municipal JGR-020 – José Maria Moreira de Moraes Jr e Estrada Municipal JGR-365 – Luiz Coregio, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários. Vigência do Contrato: 810 dias a contar da data de emissão da Ordem de Serviços. Valor global: R$ 4.831.722,43.

Secretaria de Gabinete, 17 de fevereiro de 2023.
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

AVISO DE ABERTURA DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2023

Por determinação da Prefeita Municipal, Senhora Fabíola Alves da Silva Pedrico, acha-se aberta a **TOMADA DE PREÇOS nº 003/2023**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a "Contratação de empresa especializada para recapeamento da Avenida Cristiano Vieira Pedrico e Avenida Santos Dumont". **ENTREGA DOS ENVELOPES:** 10/03/2023 até às 10:00 horas. **ABERTURA DOS ENVELOPES:** 10/03/2023 às 10:00 horas. **VALOR ESTIMADO:** R$ 914.005,89 (novecentos e catorze mil e cinco reais e noventa e nove centavos). Edital completo à disposição, a partir do dia 23/02/2023, através do site: www.votorantim.sp.gov.br, no link Licitação. Não será fornecida cópia via e-mail. As informações poderão ser obtidas com a CPL no endereço acima, ou pelo telefone (15) 3353-8533, Ramal 8586 e 8729, no horário das 09:00 às 16:00 horas.

Votorantim, 16 de fevereiro de 2023. Fabíola Alves da Silva Pedrico - Prefeita Municipal.

AVISO DE ABERTURA DE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2023

Por determinação da Prefeita Municipal, Senhora Fabíola Alves da Silva Pedrico, acha-se aberta a **TOMADA DE PREÇOS nº 004/2023**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a "Contratação de empresa especializada para reforma de ponte de pedestre para interligação do terminal central ao bairro da Chave". **ENTREGA DOS ENVELOPES:** 13/03/2023 até às 10:00 horas. **ABERTURA DOS ENVELOPES:** 13/03/2023 às 10:00 horas. **VALOR ESTIMADO:** R$ 106.213,95 (Cento e seis mil, duzentos e treze reais e noventa e cinco centavos). Edital completo à disposição, a partir do dia 22/02/2023, através do site: www.votorantim.sp.gov.br, no link Licitação. Não será fornecida cópia via e-mail. As informações poderão ser obtidas com a CPL no endereço acima, ou pelo telefone (15) 3353-8533, Ramal 8586 e 8729, no horário das 09:00 às 16:00 horas.

Votorantim, 16 de fevereiro de 2023. Fabíola Alves da Silva Pedrico - Prefeita Municipal.

AVISO DE ABERTURA DE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2023

Por determinação da Prefeita Municipal, Senhora Fabíola Alves da Silva Pedrico, acha-se aberta a **TOMADA DE PREÇOS nº 005/2023**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a "Contratação de empresa especializada para Elaboração de Projetos de Acessibilidade para Prédios Públicos, conforme Norma 9050". **ENTREGA DOS ENVELOPES:** 14/03/2023 até às 10:00 horas. **ABERTURA DOS ENVELOPES:** 14/03/2023 às 10:00 horas. **VALOR ESTIMADO:** R$ 369.570,21 (trezentos e sessenta e nove mil, quinhentos e setenta reais e vinte e um centavos). Edital completo à disposição, a partir do dia 23/02/2023, através do site: www.votorantim.sp.gov.br, no link Licitação. Não será fornecida cópia via e-mail. As informações poderão ser obtidas com a CPL no endereço acima, ou pelo telefone (15) 3353-8533, Ramal 8586 e 8729, no horário das 09:00 às 16:00 horas.

Votorantim, 16 de fevereiro de 2023. Fabíola Alves da Silva Pedrico - Prefeita Municipal.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO
ARP Nº 014/2022 – CMM
PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2022
PROCESSO Nº 005/2022
CONSÓRCIO DE MUNICÍPIOS DA MOGIANA - CMM

O Prefeito de Jaboticabal/SP, no uso das atribuições e com fundamento nas leis federais 10.520/2002, 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/13, e manifestação positiva através de parecer da procuradoria jurídica deste Município, resolve, **HOMOLOGAR** a contratação através da Ata de Registro de Preços nº 014/2022, na condição de Órgão Participante, que consiste o registro de preço para futuras e eventuais aquisições de uniformes e tênis escolares para volta as aulas, visando atender a demanda dos municípios consorciados ao CMM, através do Pregão Eletrônico Nº 05/2022, gerenciado pelo Consórcio de Municípios da Mogiana, tendo como vencedora a empresa **ECOPLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, CNPJ nº 19.867.870/0001-90, localizada na Rua Francisco Runze nº 118, sala 01, bairro Escola Agrícola, cidade de Blumenau/SC, CEP 89037-560. Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa, para fornecimento dos produtos constantes da tabela abaixo, representando o valor total de **R$1.842.765,29** (um milhão, oitocentos e quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos), nos termos da solicitação constante do processo administrativo nº 963-6/2023, instaurado nesta Prefeitura em 27 de janeiro de 2023.

ITEM	QTD	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
1	7754	UN	Camiseta escolar manga curta [CMM]	26,21	203.232,34
2	7754	UN	Camiseta escolar regata [CMM]	25,57	198.269,78
3	7618	UN	Bermuda escolar masculina [CMM]	33,61	256.040,98
4	3945	UN	Bermuda escolar feminina [CMM]	33,42	131.841,90
5	3945	UN	Short saia escolar feminina [CMM]	34,77	137.167,65
6	7754	UN	Jaqueta escolar [CMM]	68,68	532.544,72
7	7754	UN	Calça escolar [CMM]	49,48	383.667,92
VALOR TOTAL					1.842.765,29

Jaboticabal, 17 de fevereiro de 2023
EMERSON RODRIGO CAMARGO

LEILÃO EXTRAJUDICIAL SOMENTE ON-LINE

1º Leilão: 28/02/2023, às 11h00 | **2º Leilão: 07/03/2023, às 11h00** | ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA LEI Nº 9.514/97

Local dos leilões: Somente Online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br

ANTONIO CARLOS VILLA NOVA DE FREITAS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP sob n° 749, faz saber, que devidamente autorizado pela credora fiduciária **LOTMANN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob n° 20.166.584/0001-87, nos termos dos Instrumentos Particulares de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, datados de 12/06/2019, onde figuram como fiduciantes José Aparecido Donizete dos Santos e sua esposa Maria Selma do Carmo Santos, e na forma da Lei nº 9.514/97, promoverá a venda em **LEILÃO EXTRAJUDICIAL SOMENTE ON-LINE (1° ou 2° leilão) ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** através do site: **www.freitasleiloeiro.com.br**, dos imóveis abaixo descritos:**•1 - Lote de terreno sob nº 07 da quadra B**, do loteamento denominado "RESIDENCIAL MANTIQUEIRA", com frente para a Rua Dr. Flávio Del Nero (antiga Rua Ildefonso Vilar Ortiz), no bairro Catiguá, em Piracaia/SP, com área total de 262,10m², devidamente descrito e caracterizado na matricula nº 16.764 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piracaia/SP.**1º Leilão: Lance mínimo: R$ 135.000,00. 2º Leilão: Lance mínimo: R$ 128.194,56. •2 - Lote de terreno sob nº 08 da quadra B,** do loteamento denominado "RESIDENCIAL MANTIQUEIRA", com frente para a Rua Dr. Flávio Del Nero (antiga Rua Ildefonso Vilar Ortiz), no bairro Catiguá, em Piracaia/SP, com área total de 262,50m², devidamente descrito e caracterizado na matricula nº 16.765 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piracaia/SP. **1º Leilão: Lance mínimo: R$ 135.000,00. 2º Leilão: Lance mínimo: R$ 123.319,02. •3 - Lote de terreno sob nº 50 da quadra C,** do loteamento denominado "RESIDENCIAL MANTIQUEIRA", com frente para a Rua Dr. Flávio Del Nero (antiga Rua Ildefonso Vilar Ortiz), no bairro Catiguá, em Piracaia/SP, com área total de 251,44m², devidamente descrito e caracterizado na matricula nº 16.828 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Piracaia/SP. **1º Leilão: Lance mínimo: R$ 150.000,00. 2º Leilão: Lance mínimo: R$ 132.456,38.** Os imóveis serão vendidos à vista, em caráter "ad corpus" e no estado em que se encontram, sendo que eventual necessidade de desocupação será de total responsabilidade do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. O comprador deverá cientificar-se das restrições e diretrizes urbanísticas impostas no contrato padrão do loteamento "Residencial Mantiqueira", constantes na Av. 01 das citadas Matrículas. Os interessados em participar do leilão, deverão se cadastrar através do site **www.freitasleiloeiro.com.br** e se habilitar em até 01 (uma) hora antes do início do fechamento do leilão. Os lances on-line e seus incrementos deverão estar de acordo com valores mínimos estabelecidos. Todas as despesas propter rem, ou seja, condomínio, IPTU, etc., com fato gerador até a data do leilão, serão de responsabilidade da credora fiduciária. Havendo arrematação, a escritura pública deverá ser lavrada em até 60 dias contados a partir da data do leilão, sendo as despesas com a transferência da propriedade, por conta do arrematante. Providências e encargos para regularização de eventuais divergências, pendências e averbações junto aos órgãos competentes, correrão por conta do comprador. O arrematante pagará no ato do encerramento do leilão o valor total da arrematação, mais 5% correspondente à comissão do leiloeiro oficial, a qual não está incluída no valor do lance. Os referidos pagamentos deverão ser efetivados no prazo de 24 horas depois de expressamente comunicado. Caso não sejam efetivados os pagamentos do valor da arrematação e comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a venda não será concretizada e o proponente estará sujeito às penalidades legais. Os Fiduciantes serão comunicados das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse em exercerem o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. As demais condições deste leilão obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19/10/1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 01/02/1933. O edital completo encontra-se disponível no site do leiloeiro **www.freitasleiloeiro.com.br**.

Central de Informações: 11 3117.1001 | **www.freitasleiloeiro.com.br** | **imoveis@freitasleiloeiro.com.br**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

LICITAÇÕES PROGRAMADAS

Pregão (Presencial) nº 017/2023. Edital nº 022/2023. Processo nº 025/2023. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição parcelada de tintas e materiais para pintura predial. Abertura: 23/03/2023 às 09:00h.

Pregão (Eletrônico) nº 018/2023. Edital nº 023/2023. Processo nº 026/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS. Abertura: 21/03/2023 às 07:45h.

Pregão (Presencial) nº 019/2023. Edital nº 024/2023. Processo nº 027/2023. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE UNIFORMES ESCOLARES. Abertura: 22/03/2023 às 09h00.

O(s) Edital(is) na íntegra encontra(m)-se disponível(is) no(s) endereço(s) da internet: www.palmital.sp.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Ptal, 17 de fevereiro de 2023. Luis Gustavo Mendes Moraes – Prefeito Municipal.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online

1º Leilão: 07/03/2023 às 11h00 | 2º Leilão: 14/03/2023 às 11h00

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP n° 744, com escritório Av. Angélica nº 1.996, 6º andar, Higienópolis – 01228-200 – São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário ***ITAÚ UNIBANCO S/A***, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n°100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Contrato Particular de Compra e Venda e Alienação Fiduciária nº 10160714003, firmado em 02/07/2021, no qual figura como Fiduciante ***SABRINA RAFAELA FERNANDES,*** brasileira, solteira, maior, empresária, CNH nº 04065088670-DENTRAN/SP, inscrita no CPF/MF nº 334.830.448-25, residente em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 07/03/2023, às 11:00 horas,** à Av. Angélica nº 1.996, 6º andar, Higienópolis – 01228-200 – São Paulo/SP, em **PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 658.667,36 (seiscentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **Apartamento n° 101,** localizado no 1º pavimento, do Condomínio Helbor Spazio Vita Vila Guilherme, situado na Rua Padre Caldas Barbosa, nº 155, no 47º Subdistrito – Vila Guilherme, contendo a área privativa de 82,520m², a área comum de 74,373m² (sendo 41,667m² de área coberta e 32,706m² de área descoberta), com direito ao uso de 01 vaga dupla descoberta, indeterminada, independentemente de tamanho e localizada indistintamente no 1º pavimento do Edifício Garagem, perfazendo a área total de 156,893m², correspondendo-lhe o coeficiente de proporcionalidade equivalente a 0,68592%. **Imóvel objeto da matrícula nº 72.221 do 17º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **14/03/2023,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 329.333,68 (trezentos e vinte e nove mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro **www.portalzuk.com.br** em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.portalzuk.com.br**, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/17, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício do direito de preferência, antes da arrematação do respectivo imóvel, que pode ocorrer durante a realização do 1º /ou 2º leilão, com firma reconhecida, juntamente com documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. No caso do não cumprimento da obrigação assumida de pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a critério do **VENDEDOR**, o segundo maior lance será considerado o vencedor, condicionado ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante. Caso haja arrematante quer em primeiro ou segundo leilão a escritura de venda e compra será lavrada nos termos da Cláusula 3.10. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Online

1º Leilão: 27/02/2023 às 14h00 | 2º Leilão: 28/02/2023 às 14h00

Credora Fiduciária: BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Custodiante: OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A
Fiduciantes: FÁBIO RODRIGO VISENTIN e sua mulher ALINE LIMA VISENTIN

LOTE 02 - SÃO PAULO/SP

Terreno situado à Rua Dois (antiga Passagem 2, também conhecida por Rua Santo Antonio), a 52,00m de distância da Avenida Sapopemba, lado direito de quem desta entra naquela, no Bairro Sapopemba, nº 26º Subdistrito Vila Prudente, medindo 6,00m de frente para a citada via pública, igual largura nos fundos, por 22,50m da frente aos fundos em ambos os lados, encerrando a área de 135,00m², confrontando-se por ambos os lados e pelos fundos com propriedade do Espólio de Antonio Miguel Abrunhosa. **Av. 02/37.628** - para constar que foi construída uma casa que recebeu o nº 61 da Rua Dois. **Av. 03/37.628** - para constar que a Rua Dois denomina-se atualmente, Rua Obelisco e que a casa nº 61, atualmente é lançada pelo nº 64 da Rua Obelisco. **Imóvel objeto da matrícula nº 37.628 do 6º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação:** Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único da lei 9.514/97.

Lance Mínimo 1º Leilão: R$ 439.459,40 | Lance Mínimo 2º Leilão: R$ 181.993,86

O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

Prefeitura da Estância Turística de Igaraçu do Tietê
Processo de Licitação nº 02/2023

Tendo em vista o resultado obtido no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 02/2023, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de cestas básicas, destinadas a Secretaria Municipal de Ação Social, realizado conforme a Ata da Sessão Pública de 03/02/2023, HOMOLOGO, para todos os efeitos, o resultado do presente Pregão, adjudicando o seu objeto, nos termos do artigo 4º, inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/02, à seguinte empresa: B – W&C Alimentos Eireli, pelo valor total de R$ 978.000,00 (novecentos e setenta e oito mil reais). Dia 15 de fevereiro de 2023. Ricardo Verpa Costa da Silva – Prefeito Municipal.

Prefeitura da Estância Turística de Igaraçu do Tietê
Processo de Licitação nº 01/2023
Pregão Presencial nº 01/2023

Objeto: Aquisição de combustíveis, sendo óleo diesel comum, óleo diesel S10, gasolina comum e etanol, destinados ao abastecimento dos veículos pertencentes à frota municipal. Extrato de Contrato nº 05/2023. Contratante: Prefeitura Municipal de Igaraçu do Tietê. Empresa Contratada: Jorge Asensio e Asensio LTDA, pelo valor total de R$ 1.099.780,00 (um milhão e noventa e nove mil e setecentos e oitenta reais). Vigência: em até 03 meses, contados da data da assinatura do contrato. Assinatura do Contrato dia 09 de fevereiro de 2023 – Ricardo Verpa Costa da Silva – Prefeito Municipal.

Prefeitura da Estância Turística de Igaraçu do Tietê
Processo de Licitação nº 01/2023

Tendo em vista o resultado obtido no Pregão Presencial nº 01/2023, cujo objeto é a aquisição de combustíveis, sendo óleo diesel comum, óleo diesel S10, gasolina comum e etanol, destinados ao abastecimento dos veículos pertencentes à frota municipal, realizado conforme a Ata da Sessão Pública de 02/02/2023, HOMOLOGO, para todos os efeitos, o resultado do presente Pregão, adjudicando o seu objeto, nos termos do artigo 4º, inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/02, à seguinte empresa: A - Jorge Asensio & Asensio LTDA, pelo valor total de R$ 1.099.780,00 (um milhão e noventa e nove mil e setecentos e oitenta reais). Dia 09 de fevereiro de 2023. Ricardo Verpa Costa da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO nº 09/2023 - Processo nº 2849/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de entrega de carnês de ITPU do exercício de 2023, bem como atualização de nomenclaturas das ruas e números de imóvel, em atendimento a Secretaria da Receita. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET - sítio www.bbmnetlicitacoes.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia **07/03/2023 às 09h00.** O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba licitações. As Informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br. Hamilton César de Paula Roza. Pregoeiro.

Autos de Licitação Pública – Pregão Eletrônico n.º 77/2022 – Homologação e Adjudicação Parcial – Diego Henrique Singolani Costa, Prefeito do Município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, torna público para conhecimento de todos os interessados, que hei por bem efetuar a Homologação e **Adjudicação Parcial** do procedimento licitatório na modalidade **SRP - Pregão Eletrônico nº 77/2022** cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis para o preparo da merenda escolar (PNAE) para 2023, as empresas classificadas em primeiro lugar, respectivamente aos itens nos quais sagraram-se vencedoras: **ESPERIA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA Item 5; FRUTTI MAIS COMÉRCIO DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA Item 40; MARIA INÊS CIMÓ FORTUNA – ME Item 54; JONATHAN DE ALBUQUERQUE REINO EPP Item 57**. Determino a expedição de Ordem/Pedido de Compra. Publique-se e comunique-se.
Santa Cruz do Rio Pardo, 14 de fevereiro de 2023. Diego Henrique Singolani Costa - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAÍ

PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 007/2023 – EDITAL Nº 008/2023
PROCESSO Nº 008/2023 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: ata de registro de preço para Aquisição de 140.000,00 (cento e quarenta mil) litros de leite pasteurizado integral homogeneizado em embalagem plástica contendo 01 litro cada – para o fundo social do Município de Avaí - SP, conforme especificações constantes no **Anexo II – Memorial Descritivo. DATA DA REALIZAÇÃO: 02/03/2023. HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 10h30min. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala da Comissão de Licitações –** Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-2100. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento dos interessados. **ESCLARECIMENTOS: Seção de Licitações**, localizada na Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-2100, e-mail: licitacao@avai.sp.gov.br. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: www.avai.sp.gov.br
AVAÍ, QUARTA - FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2023.
HELLEN FERNANDE RODRIGUES COELHO - PREFEITO MUNICIPAL DE AVAÍ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
DAE - BAURU/SP

Informações
Serviço de Compras do **DAE**, Rua Padre João nº 11-25, Vila Santa Tereza, CEP: 17.012-020, Bauru/SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas e fones: (14) 3235-6146, 3235-6172, 3235-6173 ou 3235-6168. Os Editais do **DAE** estão disponíveis através de **download** gratuito no site www.daebauru.sp.gov.br.

Processo Administrativo nº 8712/2022 - DAE
Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços nº 015/2023 - DAE
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de cloreto de polialumínio líquido, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.
Data de recebimento das propostas: até 06/03/2023, às 08:30 horas.
Abertura da Sessão: 06/03/2023, às 08:30 horas.
Início da Disputa de Preços: 06/03/2023, às 09:00 horas.
Pregoeiro Titular: Eduardo Carbone
Pregoeiro Substituto: Giovana Cardoso Luiz
"A População de Bauru pagou por este anúncio R$ 275,00"

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Pelo presente edital, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS E DA FABRICAÇÃO DE ÁLCOOL, ETANOL, BIOETANOL E BIOCOMBUSTÍVEL DE ARAÇATUBA E REGIÃO-SP**, por seu representante legal, **CONVOCA** os trabalhadores, associados ou não, da categoria dos **Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Farmacêuticos**, enquadrados no 10º Grupo, do quadro anexo ao artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, sediadas nos seguintes municípios do Estado de São Paulo: Alto Alegre, Andradina, Aparecida D'Oeste, Araçatuba, Auriflama, Avanhandava, Barbosa, Bento de Abreu, Bilac, Birigui, Braúna, Brejo Alegre, Buritama, Cafelândia, Castilho, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Gastão Vidigal, General Salgado, Getulina, Glicério, Guaiçara, Guaraçai, Guararapes, Guzolândia, Ilha Solteira, Itapura, Lavínia, Lins, Lourdes, Luiziânia, Magda, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Castilho, Nova Independência, Nova Luzitânia, Penápolis, Pereira Barreto, Piacatu, Planalto, Promissão, Queiroz, Rubiácea, Sabino, Santo Antônio do Aracanguá, Santópolis do Aguapei, São João de Iracema, Sud-Mennucci, Suzanápolis, Valparaíso e Zacarias, para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA,** que se realizará as 16h00min do dia 23 de Fevereiro de 2.023 (quinta-feira), em sua sede social, sita a Rua Profª Chiquita Fernandes nº 09, Vila São Paulo, na cidade de Araçatuba-SP, para deliberarem a seguinte **Ordem do Dia: a)** Discussão e deliberação sobre a pauta de reivindicações a ser apresentada ao Sindicato representativo da respectiva categoria econômica. **b)** Outorga de poderes à entidade, por seus representantes legais, para encaminhamento das negociações com o Sindicato representativo da respectiva categoria econômica e ou diretamente com as empresas instaladas nos municípios de sua base econômica, celebrar acordos, bem como requerer realização de mesa redonda junto ao Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, constituir comissão de negociação, e, ainda, em caso de malogro das negociações, suscitar Dissídio Coletivo perante o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho competente, neste caso, sendo assistido pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo. **c)** Discussão e deliberação sobre a cláusula que trata das Contribuições, inclusive o valor da mensalidade; **d)** Posicionamento da categoria sobre a eventual realização de movimento paredista em caso de malogro das negociações. Não havendo número suficiente de acordo com as normas aplicáveis, em primeira convocação, no horário supra mencionado, a mesma se realizará uma hora após no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes, para os efeitos de direito. **Obs:** Fica desde já assegurado o direito de oposição ao desconto da contribuição estipulada no item "c", no prazo máximo de 10 dias a partir da deliberação da Assembleia, cabendo aos interessados manifestar-se por escrito junto à secretaria do Sindicato. Araçatuba/SP, 17 de fevereiro de 2.023. **José Roberto da Cunha -** Diretor Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - O **SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE MOCOCA E REGIÃO**, pelo presente Edital, Entidade Sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ 54.140.660/0001-05, com sede a Rua Canadá, 185 - Jardim Lavínia, na cidade de Mococa/SP, neste ato por seu diretor presidente, convoca todos os trabalhadores representados por esta Entidade Sindical, exatamente nos estritos do Caput do Artigo 4º dos Estatutos Sociais, e sejam tais trabalhadores associados ou não à esta Entidade Sindical, empregados nas empresas de TRANSPORTE DE PASSAGEIROS URBANO, FRETAMENTO e TURISMO, INTERESTADUAL, INTERMUNICIPAL e SUBURBANO, TRANSPORTE DE CARGAS, EMPRESAS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS (ATACADISTAS E VAREJISTAS), CERÂMICAS, OLEIRAS, EMPRESAS SETOR SUCROALCOOLEIRO / AGRONEGOCIOS (USINAS DE AÇÚCAR, DESTILARIAS DE ÁLCOOL, COMPANHIAS AGRIGOLAS, PRODUTORES E FORNECEDORES DE CANA DE AÇÚCAR EM GERAL, FAZENDAS CONDOMINIOS E SIMILARES), EMPREGADOS NO SETOR DE COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS, E DEMAIS EMPREGADORES, para comparecerem a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que fará realizar-se no dia **06 de Março de 2023**, na Sede Social desta Entidade Sindical, na Rua Canadá, 185 - Jardim Lavínia, na cidade de Mococa, Estado de São Paulo, no dia **07 de Março de 2023**, na Sub Sede Social desta Entidade, na Rua Coronel Alípio Dias, 480, Centro, São Jose do Rio Pardo, Estado de São Paulo, no dia **08 de Março de 2023**, na Sub Sede Social desta Entidade, na Rua Padre Josué, 520 - Bairro São Lazaro, na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, todas com início previsto para as 9:00 horas, em Primeira Convocação, com os trabalhadores das cidades constantes dos Municípios integrantes de sua base territorial, consistente nos municípios de Mococa, São José do Rio Pardo, São João da Boa Vista, São Sebastião da Grama, Caconde, Divinolândia, Tapiratiba, Vargem Grande do Sul, Águas da Prata, Itobi, Casa Branca e Santo Antonio do Jardim, para apreciarem e deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA,** a saber: **1.** Organizar, discutir e votar, as propostas constante da Pauta de Reivindicações contendo cláusulas de natureza salarial, econômica, de condições de trabalho, social e sindical, a serem encaminhadas aos respectivos representantes patronais por ocasião da Data Base da categoria, em 01 de Maio de 2023; **2.** Discutir e deliberar sobre autorização coletiva prévia para Desconto de Contribuições da categoria profissional, fixando todas as condições desde sua nomenclatura até o percentual de desconto, como também, de sua periodicidade, fazendo-o nos estritos do Art. 545, da CLT, combinado com o entendimento inserido no Enunciado nº 38, da Segunda Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho da ANAMATRA; **3.** Autorizar a Entidade Sindical encaminhar as reivindicações às Representações Patronais e às Empresas que mantém negociações coletivas diretas, bem como suscitar aquelas que necessitam ser convocadas para adequação em favor de trabalhadores da categoria. Caso as negociações amigáveis resultem infrutíferas autorizar a entidade sindical a suscitar Dissídio Coletivo perante o TRT da 15ª Região. **4.** Discutir e votar sobre a permanência em aberto da Assembleia até o final das negociações, sendo que o Sindicato poderá convocar a qualquer momento, via panfleto, se necessário for, para discutirem situações emergenciais relativas aos andamentos das negociações e seus encaminhamentos, podendo utilizar ainda de meios virtuais para realizações de reuniões e consultas a categoria nesse período, permitindo assim meios de maior participação e interação da categoria profissional. **5.** Discutir e votar, conforme faculta o Parágrafo Segundo do Artigo 22º dos Estatutos Sociais, sobre a manutenção da Assembleia de forma Itinerante, a qual terá como Ordem do dia a mesma constante deste Edital, tendo por finalidade divulgação e contato com o maior número de trabalhadores integrantes da categoria, tendo em vista as peculiaridades dos trabalhadores da categoria, que executam atividade externa aos domicílios de seus empregadores. **6.** Autorização para deflagração de greve caso as negociações coletivas resultem infrutíferas, e **7.** Outros assuntos relevantes e pertinentes à negociações coletivas. Não havendo número legal de trabalhadores para realização da Assembleia nos horários acima, estas realizar-se-ão uma hora após, em Segunda Convocação, com tantos quantos trabalhadores estiverem presentes. Mococa/SP, sexta-feira, 17 de fevereiro de 2023. **Nelson Ribeiro da Silva,** Diretor Presidente.

Termo de ciência de desclassificação e designação de data para retomada da Sessão Pública do Pregão Eletrônico nº 77/2022. Pelo presente termo, ficam os licitantes cientes da desclassificação das empresas abaixo, em virtude da reprovação das amostras referente ao pregão supra: **Esperia Distribuidora de Alimentos Ltda** para os **itens 29, 31, 34 e 49** - fornecedor não apresentou amostra; **MR Alimentos Saudáveis Ltda ME** para o **item 25** - fornecedor não apresentou amostra; **Frutti Mais Comércio de bebidas e alimentos Ltda** para o **item 38 e 39** - fornecedor não apresentou amostra; **JRL Transportes Fartura Eireli** para o **item 63** - fornecedor não apresentou amostra; **Maria Inês Cimó Fortuna – ME** para o **item 53** - o produto foi reprovado por não atingir o índice maior ou igual a 85% de aceitabilidade de acordo com a análise dos participantes da equipe de avaliação sensorial. Em virtude disso, ficam todos os licitantes classificados em segundo lugar cientes e convocados para a retomada da sessão pública do Pregão Eletrônico 77/2022 para os itens em questão, onde os mesmos deverão apresentar amostras dos seus produtos conforme os moldes previstos em edital. Fica designada para o dia 20/02/2023, às 09h30, momento em que ocorrerá a verificação das condições previstas em edital para prosseguimento dos procedimentos licitatórios. Santa Cruz do Rio Pardo - SP, 16 de fevereiro de 2023. Andréa de Cássia Mafra Dias - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

COMUNICADO: TOMADA DE PREÇOS nº 001/2023. Processo Administrativo nº 12831/2022. A Prefeitura do Município de Francisco Morato, com sede na Praça Liberdade, nº 10, Jardim Sinobe, torna público que, encontra-se aberta, licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo como objeto **Contratação de empresa especializada para a execução de obras de requalificação de viela na Rua Batuíra e Rua Brigadeiro Faria Lima – Jardim Eliza, restauração de viela na Rua Marechal Costa e Silva – Jardim Eliza, pavimentação asfáltica na Rua Natal – Parque 120 e calçada acessível nas Ruas: Gregório Gomes da Silva, Progresso, Tabatingueira, Demerson Gomes e Romano e Gerônimo Caetano Garcia todos no Centro, a serem executadas de acordo com as especificações e demais elementos técnicos assim como as normas de segurança, saúde e meio ambiente editada pelos órgãos competentes, localizadas no Município de Francisco Morato.** Sessão de Abertura dia 06 de março de 2023 às 10:00 horas. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações bastando trazer mídia "CD" gravável, por solicitação no e-mail: licitacao@franciscomorato.sp.gov.br e no site www.franciscomorato.sp.gov.br.

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO BOLSA DE CEREAIS DE SÃO PAULO
CNPJ: 54.529.409/0001-29
Av.Senador Queirós, 605, Centro, São Paulo, SP, CEP 01026-903
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados todos os Condôminos do Edifício Bolsa de Cereais de São Paulo para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia **01 de março de 2023**, às 13:30 horas em primeira convocação ou às **14:00 horas**, em segunda convocação, na **SALA DE REUNIÕES DO 25.º ANDAR DO EDIFÍCIO** para tratar da seguinte "Ordem do Dia".

1) **Eleição de síndico, subsíndico e membros do conselho consultivo.**
2) **Deliberar sobre a prestação de contas do exercício de 2022.**
3) **Deliberar sobre a Previsão Orçamentária para o período de abril de 2023 a março de 2024 (despesas ordinárias e extraordinárias).**
4) **Esclarecimentos sobre a reforma dos elevadores e renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.**
5) **Assuntos Gerais.**

Qualquer Condômino pode fazer-se representar por procurador, que deverá estar munido de procuração específica ou carta-autorização, sempre no original, com firma reconhecida e que tenha sido outorgada há menos de 1 (um) ano da data desta assembleia. A procuração ficará retida.
É direito do Condômino votar nas deliberações da assembleia e delas participar, estando quite.
São Paulo, 15 de fevereiro de 2023
A ADMINISTRAÇÃO
(Edital publicado no Jornal Folha de São Paulo nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro/2023)

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária - A Diretora Presidente da **MULTICOOPER COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.120.551/0001-14 e na JUCESP sob nº 35.400.046.171, com sede e foro no município de São Paulo, Capital, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelo artigo 18 do Estatuto Social da Entidade, **CONVOCA** os associados, cooperados, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se-á no dia **21 de março de 2023**, na **Sede da Cooperativa**, em primeira convocação às 16h (dezesseis horas), com a presença de 2/3 (dois terços) dos sócios em pleno gozo dos seus direitos sociais; em segunda convocação às 17h (dezessete horas), com a presença de ½ (metade), mais um dos sócios em pleno gozo dos seus direitos sociais; e em terceira e última convocação às 18h (dezoito horas), com a presença mínima de 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número em pleno gozo dos seus direitos sociais; de acordo com o artigo 20 do Estatuto Social, a fim de ser deliberada a seguinte **Ordem do Dia: 1.** Prestação de contas dos órgãos de administração compreendendo: • Relatório de gestão da Diretoria; • Balanço Patrimonial do exercício de 2022; • Demonstração das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade; • Parecer do Conselho Fiscal. **2.** Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade. **3.** Eleição dos componentes da Diretoria quando for o caso, e do Conselho Fiscal, artigo 25 e 41 do Estatuto Social. **4.** Fixação do valor dos honorários para os membros da Diretoria, bem como do valor da cédula de presença para os membros do Conselho Fiscal, pelo comparecimento às respectivas reuniões; **5.** Quaisquer outros assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 27 e 28 do Estatuto Social, desde que relacionados ao objeto do presente Edital de Convocação. São Paulo 18 de fevereiro de 2023. **Adriana Paulon** - Diretora Presidente.

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária - O Diretor Presidente da **DELTACOOPER COOPERATIVA DE TRABALHO EM SERVIÇOS AUTÔNOMOS DE APOIO À LOGÍSTICA E TRANSPORTE,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.113.194/0001-92 e na JUCESP sob nº 35.400.063.688, com sede e foro no município de São Paulo, Capital, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelo artigo 21 do Estatuto Social, **CONVOCA** os associados, cooperados, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se-á no dia **22 de março de 2023**, na **Sede da Cooperativa**; em primeira convocação às 16h (dezesseis horas), com a presença de 2/3 (dois terços) dos sócios em pleno gozo dos seus direitos sociais; em segunda convocação às 17h (dezessete horas), com a presença de ½ (metade), mais um dos sócios em pleno gozo dos seus direitos sociais; em terceira e última convocação às 18h (dezoito horas), com a presença mínima de 50 (cinquenta) sócios ou, no mínimo 20% (vinte por cento) do total de sócios, prevalecendo o menor número, em pleno gozo dos seus direitos sociais, artigo 22 do Estatuto Social, a fim de ser deliberada a seguinte **Ordem do dia: 1.** Prestação de contas do exercício social anterior compreendendo: • Relatório de gestão da Diretoria; • Balanço patrimonial do exercício de 2022; • Deliberação sobre o destino das sobras ou rateio das perdas; • Parecer do Conselho Fiscal. **2.** Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade; **3.** Eleição, reeleição e destituição dos membros da Diretoria quando for o caso, e do Conselho Fiscal, artigo 26 e 34 do Estatuto Social; **4.** Fixação de honorários "pró-labore", verbas de representação e cédulas de presença para ocupantes de cargos sociais; **5.** Quaisquer outros assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 27 e 28 do Estatuto Social, desde que relacionados ao objeto do presente Edital de Convocação. São Paulo, 18 de fevereiro de 2023. **Antonio Eduardo Gomes** - Diretor Presidente.

Prefeitura da Estância Turística de Igaraçu do Tietê
Processo de Licitação nº 100/2022
Pregão Presencial para Registro de Preços nº 73/2022

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais escolares destinados aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Igaraçu do Tietê. Extrato de Ata de Registro de Preços nº 08/2023. Fornecedora Registrada: Kely Daiana Oliveira Gomes ME. Preço Registrado: Item 13, valor unitário R$ 1,62, valor total estimado: R$ 2.106,00; Item 14, valor unitário R$ 4,52, valor total estimado: R$ 11.978,00; Item 16, valor unitário R$ 3,89, valor total estimado: R$ 8.266,25; Item 17, valor unitário R$ 5,09, valor total estimado: R$ 5.420,85; Item 23, valor unitário R$ 0,74, valor total estimado: R$ 7.503,60; Item 24, valor unitário R$ 1,31, valor total estimado: R$ 1.794,70. Extrato de Ata de Registro de Preços nº 09/2023. Fornecedora Registrada: Karisma Limeira Magazine LTDA. Preço Registrado: Item 15, valor unitário R$ 8,65, valor total estimado: R$ 9.212,25; Item 25, valor unitário R$ 255,00, valor total estimado: R$ 61.200,00. Extrato de Ata de Registro de Preços nº 10/2023. Fornecedora Registrada: Distribuidora Lovison LTDAME. Preço Registrado: Item 2, valor unitário R$ 2,71, valor total estimado: R$ 1.951,20; Item 10, valor unitário R$ 4,60, valor total estimado: R$ 5.819,00; Item 11, valor unitário R$ 14,60, valor total estimado: R$ 62.488,00; Item 12, valor unitário R$ 23,00, valor total estimado: R$ 15.755,00; Item 19, valor unitário R$ 3,00, valor total estimado: R$ 1.035,00; Item 21, valor unitário R$ 14,00, valor total estimado: R$ 7.140,00; Item 22, valor unitário R$ 8,49, valor total estimado: R$ 16.173,45; Item 26, valor unitário R$ 3,00, valor total estimado: R$ 6.585,00. Extrato de Ata de Registro de Preços nº 11/2023. Fornecedora Registrada: Tulio Mazeto Fabres. Preço Registrado: Item 5, valor unitário R$ 8,00, valor total estimado: R$ 23.360,00; Item 9, valor unitário R$ 7,00, valor total estimado: R$ 15.120,00; Item 28, valor unitário R$ 10,95, valor total estimado: R$ 1.839,60. Extrato de Ata de Registro de Preços nº 12/2023. Fornecedora Registrada: F. G. L. Rodrigues Eireli ME. Preço Registrado: Item 1, valor unitário R$ 6,85, valor total estimado: R$ 34.524,00; Item 3, valor unitário R$ 8,01, valor total estimado: R$ 19.904,85; Item 6, valor unitário R$ 0,59, valor total estimado: R$ 946,95; Item 7, valor unitário R$ 0,59, valor total estimado: R$ 946,95. Extrato de Ata de Registro de Preços nº 13/2023. Fornecedora Registrada: Laser Tech Comercial Eireli EPP. Preço Registrado: Item 4, valor unitário R$ 14,26, valor total estimado: R$ 8.270,80; Item 8, valor unitário R$ 4,90, valor total estimado: R$ 25.970,00; Item 18, valor unitário R$ 1,33, valor total estimado: R$ 2.773,05; Item 20, valor unitário R$ 0,24, valor total estimado: R$ 1.191,60; Item 27, valor unitário R$ 3,50, valor total estimado: R$ 8.687,00. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura. Assinatura dia 17 de fevereiro de 2023. Ricardo Verpa Costa da Silva - Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO: 430/2022 TOMADA DE PREÇOS: 15/2022, pelo Senhor Prefeito Municipal, Eder Carlos Fogaça da Cruz, foi adjudicado os itens do objeto do certame **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFALTICO COM CBUQ DA RUA XV DE NOVEMBRO, CONFORME TERMO DE CONVENIO Nº101264/2022"**, em favor da empresa GOS SERVICOS & PROJETOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.767.790/0001-40, perfazendo o valor global da Licitação de R$ 375.982,40 (trezentos e setenta e cinco mil novecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos). Taguaí, 16 de fevereiro de 2023. EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ - Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Homologo para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o resultado da licitação. **Processo:430/2022**, modalidade **TOMADA DE PREÇOS 15/2022** e determino a convocação do(s) vencedor(es) para a assinatura do contrato. Taguaí, 16 de fevereiro de 2023. EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ - Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO: 463/2022 TOMADA DE PREÇOS: 17/2022, pelo Senhor Prefeito Municipal, Eder Carlos Fogaça da Cruz, foi adjudicado objeto do certame **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE DIVERSAS RUAS EM TAGUAÍ-SP, DEMANDA Nº 044.921, CONFORME TERMO E CONVÊNIO Nº 102.830/2022"**, em favor da empresa GOS SERVICOS & PROJETOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.767.790/0001-40, perfazendo o valor global da Licitação de R$ 729.116,74 (Setecentos e vinte e nove mil cento e dezesseis reais e setenta e quatro centavos). Taguaí, 16 de fevereiro de 2023. EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ - Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Homologo para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o resultado da licitação. **Processo:463/2022**, modalidade **TOMADA DE PREÇOS 17/2022** e determino a convocação do(s) vencedor(es) para a assinatura do contrato. Taguaí, 16 de fevereiro de 2023. EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ - Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO: 464/2022 TOMADA DE PREÇOS: 18/2022, pelo Senhor Prefeito Municipal, Eder Carlos Fogaça da Cruz, foi adjudicado objeto do certame **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE DIVERSAS RUAS EM TAGUAÍ-SP, DEMANDA Nº 043.523, CONFORME TERMO E CONVÊNIO Nº 103.161/2022"**, em favor da empresa GOS SERVICOS & PROJETOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.767.790/0001-40, perfazendo o valor global da Licitação de R$ 349.503,95 (Trezentos e quarenta e nove mil quinhentos e três reais e noventa e cinco centavos). Taguaí, 16 de fevereiro de 2023. EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ - Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Homologo para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o resultado da licitação. **Processo:464/2022**, modalidade **TOMADA DE PREÇOS 18/2022** e determino a convocação do(s) vencedor(es) para a assinatura do contrato. Taguaí, 16 de fevereiro de 2023. EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ - Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO: 465/2022 TOMADA DE PREÇOS: 19/2022, pelo Senhor Prefeito Municipal, Eder Carlos Fogaça da Cruz, foi adjudicado objeto do certame **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE DIVERSAS RUAS EM TAGUAÍ-SP, DEMANDA Nº 043.030, CONFORME TERMO E CONVÊNIO Nº 102.862/2022"**, em favor da empresa GOS SERVICOS & PROJETOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.767.790/0001-40, perfazendo o valor global da Licitação de R$ 471.289,20 (Quatrocentos e setenta e um mil, duzentos e oitenta e nove reais e vinte centavos). Taguaí, 16 de fevereiro de 2023. EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ - Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Homologo para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o resultado da licitação. **Processo:465/2022**, modalidade **TOMADA DE PREÇOS 19/2022** e determino a convocação do(s) vencedor(es) para a assinatura do contrato. Taguaí, 16 de fevereiro de 2023. EDER CARLOS FOGAÇA DA CRUZ - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAÍ

PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 006/2023 – EDITAL Nº 007/2023
PROCESSO Nº 007/2023 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Ata de registro de preço para aquisição de 20.000 (vinte mil) litros de leite pasteurizado e 24.000 (vinte quatro mil) litros de bebida láctea para merenda Escolar das escolas do Município de Avaí - SP, conforme especificações constantes no Anexo II – Memorial Descritivo. **DATA DA REALIZAÇÃO: 02 de março de 2023. HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO:10h00min. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala da Comissão de Licitações –** Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-2100. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento dos interessados. **ESCLARECIMENTOS: Seção de Licitações,** localizada na Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-2100, e-mail: licitacao@avai.sp.gov.br. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: www.avai.sp.gov.br.
AVAÍ, QUARTA - FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2023.
HELLEN FERNANDE RODRIGUES COELHO - PREFEITO MUNICIPAL DE AVAÍ

Prefeitura da Estância Turística de Igaraçu do Tietê
Processo de Licitação nº 100/2022

Tendo em vista o resultado obtido no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 73/2022, cujo objeto é o registro de preços para eventual aquisição de materiais escolares destinados aos alunos regularmente matriculados na rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Igaraçu do Tietê, realizado conforme a Ata da Sessão Pública de 21/11/2022, HOMOLOGO, para todos os efeitos, o resultado do presente Pregão, adjudicando o seu objeto, nos termos do artigo 4º, inciso XXII, da Lei Federal nº 10.520/02, às seguintes empresas: A – Kely Daiana Oliveira Gomes, pelo valor total de R$ 37.069,40 (trinta e sete mil e sessenta e nove reais e quarenta centavos); B – Karisma Limeira Magazine LTDA, pelo valor total de R$ 70.412,25 (setenta mil e quatrocentos e doze reais e vinte e cinco centavos); C – Distribuidora Lovison LTDA, pelo valor total de R$ 116.946,65 (cento e dezesseis mil e novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos); D – Tulio Mazeto Fabres, pelo valor total de R$ 40.319,60 (quarenta mil e trezentos e dezenove reais e sessenta centavos); E – F. G. L. Rodrigues Eireli ME, pelo valor total de R$ 56.322,75 (cinquenta e seis mil e trezentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos); G – Laser Tech Comercial Eireli EPP, pelo valor total de R$ 46.892,45 (quarenta e seis mil e oitocentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos). Dia 15 de fevereiro de 2023. Ricardo Verpa Costa da Silva – Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE TAGUAÍ

Contrato Nº 0012/23 Ano: 2023
PROCESSO: 430/2022 TOMADA DE PREÇOS: 15/2022
Contratante: P.M. Taguaí. Contratada: GOS SERVICOS & PROJETOS LTDA. . "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO COM CBUQ DA RUA XV DE NOVEMBRO, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº101264/2022", no valor de R$ 375.982,40. Assinatura:16/02/2023. Vigência: 12 meses.

Contrato Nº 0013/23 Ano: 2023
PROCESSO: 464 TOMADA DE PREÇOS: 18/2022
Contratante: P.M. Taguaí. Contratada: GOS SERVICOS & PROJETOS LTDA."CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE DIVERSAS RUAS EM TAGUAÍ-SP, DEMANDA Nº 043.523, CONFORME TERMO E CONVÊNIO Nº 103.161/2022", no valor de R$ 349.503,95. Assinatura: 16/02/2023. Vigência: 12 meses.

Contrato Nº 0014/23 Ano: 2023
PROCESSO: 463 TOMADA DE PREÇOS: 17/2022
Contratante: P.M. Taguaí. Contratada: GOS SERVICOS & PROJETOS LTDA. ."CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE DIVERSAS RUAS EM TAGUAÍ-SP, DEMANDA Nº 044.921, CONFORME TERMO E CONVÊNIO Nº 102.830/2022", no valor de R$ 729.116,74. Assinatura:16/02/2023. Vigência: 12 meses.

Contrato Nº 0015/23 Ano: 2023
PROCESSO: 465 TOMADA DE PREÇOS: 19/2022
Contratante: P.M. Taguaí. Contratada: GOS SERVICOS & PROJETOS LTDA. ."CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DE DIVERSAS RUAS EM TAGUAÍ-SP, DEMANDA Nº 043.030, CONFORME TERMO E CONVÊNIO Nº 102.862/2022", no valor de R$ 471.289,20. Assinatura: 17/02/2023. Vigência: 12 meses.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2023
Processo Administrativo Nº. 020/2023

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA**, sediada na Rua Porto Rico, 231 - Jardim São Luís - Santana de Parnaíba / SP - CEP 06502-355, na cidade de Santana de Parnaíba -SP, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitações, torna público a quem possa interessar que, por requisição da Excelentíssimo Presidente desta Casa Legislativa, vereador **VICENTE AUGUSTO DA COSTA**, encontra-se aberta a licitação na modalidade **"PREGÃO PRESENCIAL"**, do tipo **Menor Preço GLOBAL**, que tem por objeto " Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas automatizados das portas corrediças de vidro temperado, portões de aço da garagem e cancelas de acesso instalados no prédio da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba/SP".

A retirada do edital poderá ser realizada na sede da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, no endereço acima, das 8h às 12h e das 13h às 17h, em dias úteis, **a partir do dia 23/02/2023**, ou através do site no endereço eletrônico: www.camarasantanadeparnaiba.sp.gov.br no link "Licitações" ou mediante solicitação endereçada à Comissão Permanente de Licitações via e-mail para o endereço eletrônico: licitacoes@camarasantanadeparnaiba.sp.gov.br.

Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação serão recebidos até às **09:00 (nove) horas do dia 09 (nove) de março de 2023 (horário de Brasília/DF)**.

A Sessão Pública do Pregão Presencial ocorrerá às 09h15min. do dia **09/03/2023, horário de Brasília/DF**, no endereço informado acima na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Santana de Parnaíba 17 de fevereiro de 2023
VICENTE AUGUSTO DA COSTA
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
PRESIDENTE

EQUATORIAL ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 03.220.438/0001-73
NIRE 2130000938-8 | CÓDIGO CVM Nº 02001-0
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 2023

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 17 de janeiro de 2023, às 14 horas, na sede da Equatorial Energia S.A. ("Companhia"), localizada Alameda A, Quadra SQS, nº 100, sala 31, Loteamento Quitandinha, Altos do Calhau, CEP 65.070-900, na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão. **2. CONVOCAÇÃO:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração em exercício, nos termos do art. 16, § 3º, do Estatuto Social. **3. PRESENÇA:** Presentes por videoconferência, em conformidade com o artigo 16 §4º do Estatuto Social da Companhia, a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **4. MESA:** Presidente: Carlos Augusto Leone Piani; Secretário: Sr. José Silva Sobral Neto. **5. ORDEM DO DIA:** Os membros do Conselho reuniram-se para deliberar sobre: **(i)** deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência do exercício de opções de compra no âmbito do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia; **(ii)** deliberar sobre a proposta, a ser submetida à assembleia geral, para a alteração do art. 6º do Estatuto Social da Companhia, caso aprovados os aumentos de capital social; **(iii)** deliberar sobre a proposta, a ser submetida à assembleia geral, para consolidação do Estatuto Social da Companhia; **(iv)** autorizar a convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia; **(v)** autorizar os diretores da Companhia, conforme definido abaixo, a praticarem todos os atos necessários para efetivar o quanto aprovado na presente reunião. **6. DELIBERAÇÕES:** Foi aberta a sessão, tendo assumido a Presidência da Mesa o Sr. Carlos Augusto Leone Piani, que convidou o Sr. José Silva Sobral Neto, para secretariar os trabalhos. Após o exame e a discussão das matérias, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade dos votos, o quanto segue: ***(i)*** Aprovar, com fulcro no artigo 166 III da Lei das S.A. e do artigo 7 §1º do Estatuto Social da Companhia, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R$ 7.147.478,80 (sete milhões cento e quarenta e sete mil quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta centavos), mediante a emissão de 380.870 (trezentos e oitenta mil oitocentos e setenta) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas pelos participantes do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 22 de julho de 2019 conforme boletins de subscrição de ações arquivados na Companhia, para refletir o exercício das opções de compra outorgadas aos beneficiários do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. **(i.1)** Cumpre consignar que as ações emitidas em decorrência do exercício da opção de compra de ações relativas ao Quinto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia farão jus aos mesmos direitos das demais ações de emissão da Companhia ora em circulação, inclusive recebimento integral de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou de redução de capital que vierem a ser distribuídos pela Companhia. **(i.2)** Em razão do aumento de capital ora aprovado, a quantidade de ações de emissão da Companhia passará das atuais 1.128.934.585 (um bilhão, cento e vinte e oito milhões, novecentos e trinta e quatro mil, quinhentos e oitenta e cinco) ações para 1.129.315.455 (um bilhão, cento e vinte e nove milhões, trezentos e quinze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. ***(ii)*** Aprovar a proposta, a ser submetida à assembleia geral de acionistas, de alteração do artigo 6° do Estatuto Social da Companhia de forma a contemplar o aumento do capital social aprovado no item (i) acima, dos atuais R$ 8.906.721.209,62 (oito bilhões, novecentos e seis milhões, setecentos e vinte e um mil, duzentos e nove reais e sessenta e dois centavos) para R$ 8.913.868.688,42 (oito bilhões, novecentos e treze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos), bem como da composição acionária, das atuais 1.128.934.585 (um bilhão, cento e vinte e oito milhões, novecentos e trinta e quatro mil, quinhentos e oitenta e cinco) ações para 1.129.315.455 (um bilhão, cento e vinte e nove milhões, trezentos e quinze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Desta forma, o Conselho de Administração ora propõe que o artigo 6 do Estatuto Social passe a vigorar com a seguinte nova redação: *"Artigo 6- O capital social é de R$ 8.913.868.688,42 (oito bilhões, novecentos e treze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.129.315.455 (um bilhão, cento e vinte e nove milhões, trezentos e quinze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal."* ***(iii)*** Aprovar a proposta, a ser submetida para a assembleia geral de acionistas, de consolidação do Estatuto Social da Companhia, para que passe a vigorar na íntegra com a nova redação aprovada no item (ii), conforme **Anexo I** à presente. ***(iv)*** Aprovar a convocação da Assembleia Geral Extraordinária para os acionistas discutirem e votarem a respeito das matérias indicadas no item (ii) e (iii) acima. ***(v)*** Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para efetivar o quanto aprovado na presente reunião. **ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelo Secretário da Mesa e pelo Presidente da Mesa, por si, na qualidade de Presidente da Mesa e membro do Conselho de Administração, e em representação dos demais membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 16, §4º, do Estatuto Social da Companhia. Certifico o registro 27/01/2023 sob o nº 20230072925, Carlos André de Morais Ferreira, Secretário-Geral - JUCEMA

Abrindo portas

História de que 'é você que constrói o seu sucesso' de certa forma funciona

Rodrigo Zeidan

Professor da New York University Shangai (China) e da Fundação Dom Cabral. É doutor em economia pela UFRJ

Negado. Uma semana depois, mais um envio de originais. Negado. Semana seguinte; mesma coisa. Ainda assim, Todd McFarlane não desistiu e continuou produzindo novas páginas e mandando para editoras das maiores editoras de quadrinhos dos EUA à época.

Até que um editor que precisava de um trabalho para ontem ofereceu um trabalho menor a McFarlane. O resultado? Uma carreira de sucesso de mais de 40 anos na área e um dos artistas de quadrinho mais bem-sucedidos do mundo.

O caso dele não é único. Uma das habilidades menos discutidas no mundo corporativo é o de autopromoção. Proatividade é algo que qualquer profissional deve desenvolver, especialmente em carreiras criativas. Mas no Brasil ainda temos a cultura de "pedir emprego".

Entrevistas de emprego são normalmente calcadas em relações de poder na qual organizações detêm todas as cartas e entrevistados são mesmo quase pedintes, tentando mostrar que eles devem ser os escolhidos. Mas existe outro mundo no qual as relações de trabalho são busca por geração compartilhada de valor. Há até mesmo exemplos de executivos que entram em contato com organizações e e criam um cargo que seja bom para todos.

Mas, no fundo, a principal lição é que temos que tomar as rédeas das nossas carreiras. Isso significa sempre buscar opções de emprego, manter boas relações com pessoas do ramo e até mesmo entrar em contato direto com outros executivos para sondar se há possibilidades em outras instituições. Se puder, tenha sempre na mesa ofertas de outras organizações para você nunca ficar descoberto.

Não entrei na Fundação Dom Cabral ou na NYU Shanghai por acaso. No primeiro caso, um amigo perguntou se eu gostaria de explorar a oportunidade de trabalhar na instituição, e eu disse: "Claro", mesmo tendo oferta de outra empresa na mão.

No caso da NYU, peguei o email do reitor com um amigo e escrevi uma mensagem sem conhecer ninguém na instituição: "Olá, estarei na China em dois meses, pois sou professor visitante na Universidade de Nottingham Ningbo. Gostaria de conhecer a NYU Shanghai para explorar oportunidades de pesquisas com professores daí". Mal sabia que a instituição estava desesperada para recrutar professores com o meu perfil. Enviei o email para a pessoa certa na hora certa.

*Não foi muito diferente na **Folha**. Depois de escrever uma série de colunas sobre a China, a cada 4 a 6 meses escrevia perguntando se havia espaço como colunista recorrente. No terceiro email, recebi uma resposta dizendo que um colunista estava saindo do jornal para concorrer à eleição. Será que eu gostaria de ocupar o espaço dele?*

Claro que autopromoção tem limites. Recentemente, um pesquisador escreveu para nossa reitora dizendo que tinha terminado um pós-doutorado e gostaria de emprego na NYU Shanghai. Bem, isso não é proatividade; é só arrogância mesmo.

*Se tem uma coisa que alguém aprende em uma instituição americana de ensino, é: ninguém é melhor para vender suas ideias do que você mesmo. E, muitas vezes, isso passa por colocar a cara à tapa. Mas não haveria outra forma de alguém de Madureira, sem contatos no mundo acadêmico ou profissional, sair de um doutorado no Brasil para virar professor nas melhores escolas do mundo. E em um jornal como a **Folha**.*

A história de que "é você que constrói o seu sucesso" parece algo de livro de autoajuda de segunda categoria. Mas de certa forma funciona, mesmo que não sempre.

| **DOM.** Samuel Pessôa | **SEG.** Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | **TER.** Michael França, Cecilia Machado | **QUA.** Bernardo Guimarães | **QUI.** Cida Bento, Solange Srour | **SEX.** André Roncaglia | **SÁB.** Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Carnaval eleva risco do 'golpe do fake erótico'; previna-se

Links divulgados em rede social levam a sites de pagamento disfarçados de plataformas de conteúdo adulto

TEC ALALAÔ

Pedro S. Teixeira

SÃO PAULO O engenheiro civil de Goiânia Adriano Teixeira, 31, descobriu, por mensagens de terceiros, um perfil erótico falso com fotos dele. Quando procurou tal conta, o goiano descobriu que estava bloqueado, mas já sabia que o fake apresentava um link fraudulento para o site "just4fan.com" —um simulacro do OnlyFans.

Ao procurar os termos "fotos", "instagram" e "fake" no Twitter, a **Folha** encontrou relatos de mulheres e homens GBT+ que tiveram a imagem apropriada por esse golpe, cujo alcance tende a crescer em temporada de festas, como o Carnaval. Ao menos oito pessoas confirmaram a situação.

Em todos os casos, os endereços virtuais divulgados nos fakes eróticos levam a páginas com formulários de pagamento, em meio a imagens explícitas borradas ou que não apresentam a face da pessoa gravada. Além de dinheiro, os estelionatários podem conseguir dados pessoais para usar em outras fraudes.

Perfil falso excluído pelo Instagram após denúncia Arquivo pessoal

No Instagram, os perfis apresentam imagens das vítimas em roupas de banho acompanhadas de descrições apelativas, como "fotos e vídeos sem censura estão agora sendo carregados na minha nova página!".

Teixeira conseguiu que o perfil fosse deletado após pedir a amigos e familiares que denunciassem a conta e as fotos lá publicadas. O Instagram demorou dois dias para tomar providências.

Mas o carioca Anderson Silva, 27, ainda aguardava ações da rede social, após descobrir a conta falsa com suas fotos na manhã de quinta (16). "Só queria que o Instagram fizesse algo, porque os criminosos continuam ganhando seguidores com minhas fotos", diz.

O fake do economista goiano Humberto Lima continuava no ar havia duas semanas.

No caso da catarinense Jessica Carolina Cieslik, 31, os criminosos usaram o perfil falso do Instagram para direcionar o público para uma conta fake na plataforma de bate-papo erótico Fansmine —o site não verifica se as fotos lá vinculadas são, de fato, do usuário.

Jessica reportou o abuso à plataforma adulta, que respondeu não ter encontrado relação entre as denúncias da vítima do golpe e o conteúdo veiculado pela conta que ela denunciou. Imagens da catarinense, roubadas do Instagram, continuam a circular na rede ao lado de conteúdo pornográfico.

A catarinense Luana Ramos, 24, também teve seu perfil clonado e disse que a conta com promessas eróticas seguiu seus familiares e amigos do gênero masculino.

Segundo o advogado especializado em direito digital Alexandre Atheniense, essas páginas falsas, além de estelionato, praticam crimes contra a honra, ao relacionar pessoas a material adulto, sem permissão.

As vítimas devem procurar registrar boletim de ocorrência e recorrer à Justiça para pedir a remoção das publicações, caso as próprias plataformas não o façam.

As páginas ficam hospedadas em plataformas que facilitam o desenvolvimento de sites, como Wix e Beacon —ambas ofertam pacotes de assinatura e oferecem formulários para denunciar abusos.

Procurada, a Meta, dona do Instagram, afirma que atividades fraudulentas que visem enganar, deturpar, cometer fraude ou explorar terceiros não são permitidas. "Recomendamos que as pessoas denunciem quaisquer atividades suspeitas no Instagram e que acreditem que possam ir contra as nossas diretrizes."

De acordo com a Divisão de Crimes Cibernéticos da polícia civil do Estado de São Paulo, esses criminosos têm agido de forma individual. "Temos investigações em andamento para identificar e prender os autores dessa modalidade de crime."

+

Proteja suas fotos no Instagram

- Seja seletivo ao aceitar seguidores
- Configure sua conta como privada, quando possível
- Verifique a identidade da pessoa antes de aceitá-la em sua rede
- Bloqueie contas falsas
- Evite compartilhar publicamente informações pessoais
- Ajuste o público-alvo das fotos que compartilha
- No Instagram, é possível ajustar quem pode ver as fotos nas configurações de privacidade. Os usuários ainda podem ativar a opção de só ser seguido por quem aprovar. Assim, só vê os stories quem tem aval para acompanhar as publicações
- O Instagram também mostra todas as pessoas que visualizaram o que foi publicado nos stories. Assim, a pessoa tem a opção de restringir o acesso de determinadas pessoas às publicações
- Denuncie a conta no Instagram

Fonte: Cartilha de Segurança para Internet do CERT.br (Centro de Estudos, Respostas e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil)

GREVE EM AEROPORTOS NA ALEMANHA AFETA 300 MIL PASSAGEIROS

Sindicalistas durante manifestação em terminal em Frankfurt por reajuste de 10,5% nos salários; 2.340 voos foram cancelados em 7 aeroportos Heiko Becker/Reuters

Qatar Airways faz promoção em voos para a Ásia

AEROIN A Qatar Airways lançou a campanha Cherry Blossom (do inglês "flor de cerejeira"), que, segundo a companhia aérea, é exclusiva para o Brasil. A ação estará disponível apenas na quarta (22) e na quinta (23).

Nessas datas, os viajantes terão acesso a pacotes a partir de US$ 1.577, com destino a diferentes cidades do Japão, China ou Coreia do Sul.

As viagens poderão ser realizadas entre 15 de março e 15 de maio de 2023, período que engloba o início da primavera no hemisfério Norte, quando desabrocham as cerejeiras nos países do Oriente.

A Qatar também anunciou um aumento de sua frequência de voos para Pequim, Guangzhou, Hangzhou e Xangai. Desde o dia 15 de fevereiro, os turistas passaram a ter mais opções de voos semanais para as quatro cidades.

Zona leste de SP tem menos blocos de Carnaval

Maioria das atrações de rua desfila na região central ou oeste da capital paulista; região tem escolas de samba e bailes

DELTAFOLHA

Letícia Padua
e Uirá Machado

SÃO PAULO Quem passa pelo centro de São Paulo na época do Carnaval pode ficar com a impressão de que é quase impossível andar pela cidade sem dar de cara com um grupo de foliões.

E pode até ser verdade —no centro de São Paulo. Em outras partes da capital paulista, o cenário é bem diferente. Dados da prefeitura compilados na quinta-feira (16) revelam uma "desigualdade carnavalesca" bastante acentuada.

A zona leste, por exemplo, é ao mesmo tempo a região com mais habitantes e com menos blocos de Carnaval. São 57, ou cerca de 12% do total (457), exatamente a metade dos 114 que circulam pelas ruas da região central e menos do que isso em relação aos 128 da zona oeste.

Com seus pouco mais de 4,4 milhões de moradores (dados do Censo de 2010, o mais recente) distribuídos entre 12 subprefeituras, a zona leste de São Paulo possui 1 bloco para cada 71 mil pessoas.

No centro, formado apenas pela Subprefeitura da Sé, essa proporção é de 1 bloco para cada 3.780 pessoas. É nessa parte da cidade que saiu o conhecido Acadêmicos do Baixo Augusta no domingo (12).

O Carnaval de São Paulo não é exclusivamente formado por blocos, e a zona leste tem escolas de samba e bailes em clubes. Mas, ao se observar a distribuição das festas de rua, nota-se o desequilíbrio.

A "desigualdade carnavalesca" dos blocos também existe dentro da própria região. Mooca e Penha, dois bairros mais próximos do centro, concentram 25 dos 57 blocos da região, enquanto Itaim Paulista, subprefeitura com mais moradores por metro quadrado, tem apenas duas dessas atrações.

Também existem diferenças expressivas quando se considera o tamanho das regiões. A zona sul, a mais extensa da capital, tem 0,13 bloquinho a cada km², enquanto o centro, sempre ele, tem 4,35 por km².

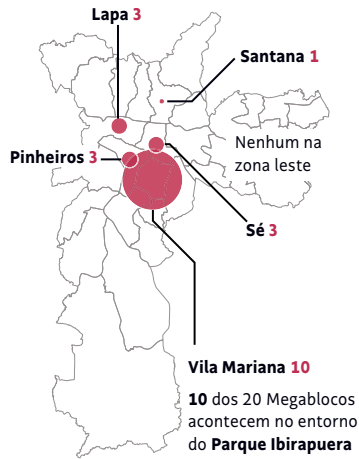
Mas nem tudo é desigual. Os estilos musicais dos blocos, por exemplo, distribuem-se de forma homogênea pela cidade, com marchinhas e samba dominando as paradas.

Nem os 20 megablocos se espalham pela cidade. Atrações com expectativa de reunir entre 100 mil e 500 mil foliões, nenhuma delas desfila pela região leste, enquanto dez ficam concentradas no entorno do parque Ibirapuera, na zona sul. São os casos do bloco da Pabllo Vittar, no domingo (19), às 13h, e do BaianaSystem, no dia 25, às 13h.

A julgar pela previsão do tempo, a chuva e o frio também serão igual para todos, com a virada no clima a partir de sábado (18). No final de semana de pré-Carnaval, essa já foi a tônica, o que contribuiu para esvaziar vários blocos.

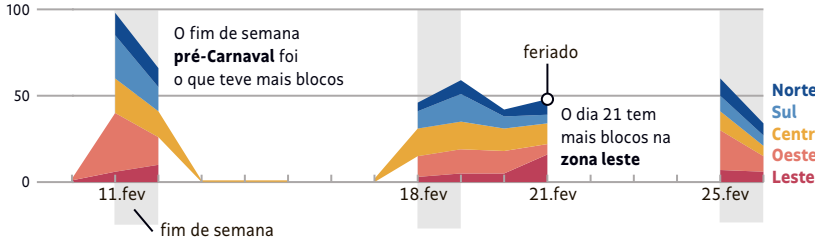
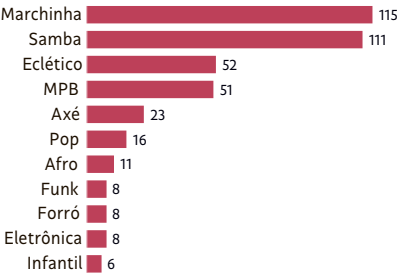
E, como acontece em todos os anos, os furtos e roubos, sobretudo de celulares, devem ser onipresentes. Desta vez, com uma novidade: ladrões usando spray de pimenta para atordoar foliões e levar seus pertences.

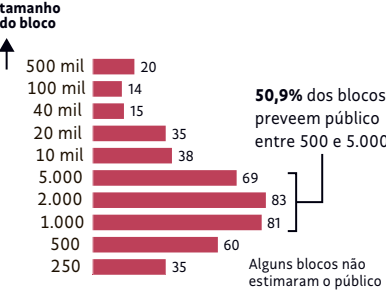
Região mais populosa de São Paulo, zona leste é a que tem menos blocos

Megablocos
Expectativa de público maior que 100 mil pessoas

Megablocos da Vila Mariana

Atrações como Pabllo Vitar, Preta Gil, Alceu Valença e BaianaSystem são exemplos que seguirão esse trajeto

Blocos na zona leste

Blocos por dia

Estilos musicais mais frequentes

Expectativa máxima de público

Fonte: Prefeitura de São Paulo. Dados de 16.fev às 13h00

Fantasias de 'White Lotus', rainha Elizabeth, e geleia da Shakira fazem sucesso

Bruno Lucca

SÃO PAULO Na volta do Carnaval às ruas do país, não são somente os hits, sejam novos ou atemporais, e dancinhas do TikTok que fazem sucesso. Um desfile de fantasias curiosas e criativas já deu as caras no pré-Carnaval.

Foliões vestidos como a rainha Elizabeth 2ª, morta em setembro, e como o Zé Gotinha, símbolo das campanhas de vacinação do Brasil, se juntaram nas festividades.

Betinha, como a monarca mais longeva da história britânica é apelidada nas redes sociais brasileiras, foi tema de uma turma de amigas que esteve no bloco do Suvaco do Cristo, histórico grupo do Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro, no domingo (12). Os foliões levaram à rua looks da monarca que foi o grande símbolo da Casa de Windsor.

Já o Zé Gotinha, que no auge da pandemia de Covid-19 chegou a aparecer com uma arma nas mãos, em imagem divulgada pelos filhos do então presidente Jair Bolsonaro (PL), se jogou no aperto caloroso do Acadêmicos do Baixo Augusta, que arrastou uma multidão no domingo (12), em São Paulo. O personagem foi a fantasia escolhida pelo professor universitário Tiago Campos, 35. "O Zé Gotinha não morreu, está vivíssimo e na farra com o povo que ajudou a vacinar", disse.

A vacinação contra a Covid foi também celebrada nos cortejos, assim como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na festa do Baixo Augusta, por exemplo, o petista foi aclamado durante o desfile.

E como não poderia deixar de ser quando se trata de Carnaval, a criatividade rolou solta. A história de que um pote de geleia da Shakira teria ajudado a cantora a descobrir a traição do ex-marido Gerard Piqué virou fantasia.

E são vários os foliões que tiveram essa mesma ideia, com inúmeras variações do mesmo tema. A imagem de um rapaz vestido de geleia da Shakira no metrô viralizou nas redes sociais.

Nas ruas, homens e mulheres também se mostraram dispostos a soltar suas feras. Felinos, equinos, bovinos, insetos e roedores pulavam eufóricos pelos blocos. E, como já é tradição, fadas, deuses, anjos e demônios deram as caras.

Produtos culturais de sucesso também inspiraram foliões. Além dos já carimbados super-heróis e heroínas, vilões e vilãs, uma frase que marcante da minissérie "The White Lotus" (HBO) também virou fantasia: "These gays, they're trying to murder me" (Estes gays, eles estão tentando me assassinar, em português).

As palavras de Tanya, personagem da vencedora do Globo do Ouro Jennifer Coolidge, 61, ficaram tão famosas quanto a própria trama, um fenômeno do audiovisual em 2022.

Objetos de polêmica, contudo, como homens travestidos de mulher, ainda aparecem por aí. A crítica a esse tipo de traje é a de reforçar a violência contra travestis.

No mais, pouca roupa também é fantasia quando se trata de Carnaval.

Gustavo Stephan - 12.fev.23/Riotur

Luciola Vilela - 12.fev.23/Riotur

Grupo personifica Elizabeth 2ª no bloco Suvaco do Cristo, e mulher fantasiada de geleia da Shakira no bloco Fogo e Paixão (ao lado), ambos no pré-Carnaval do Rio de Janeiro

Integrante da Independente Tricolor durante desfile no Sambódromo de São Paulo Zanone Fraissat/ Folhapress

Ansiedade toma conta da 1º noite no Sambódromo de SP

Escolas de samba do Grupo Especial do Carnaval desfilaram nesta sexta (17)

Lucas Laderda e Fábio Pescarini

SÃO PAULO Dona Isabel Ferreira, 68, sorriu quando uma mulher, mais velha que ela, acenou da pista do Sambódromo do Anhembi, onde integrantes de velhas guardas de várias escolas de samba desfilavam em uma espécie de esquenta para a primeira noite de apresentações do Grupo Especial do Carnaval de São Paulo, que começou às 23h15 desta sexta-feira (17).

"Ela é da Unidos do Peruche, escola que tem história, mas desta vez não está entre as principais", afirmou para a sobrinha Maria Carolina Ferreira, 23.

Dona Isabel afirmou já ter perdido as contas de quantas vezes assistiu aos desfiles das escolas de samba paulistanas. Mas deixou de sentar nas arquibancadas do sambódromo nos dois últimos anos, por causa da pandemia. "A ansiedade era grande", afirmou.

Ela torce para a Rosas de Ouro, quarta das sete escolas que se apresentariam entre a noite desta sexta e a madrugada de sábado (18). Mas confessa que gosta mesmo é de ver "todo mundo fazer bonito", da Independente Tricolor, a primeira a entrar na avenida, até a Gaviões da Fiel, a última, às 5h45.

Dois anos depois de restrições impostas pela pandemia, que impediram a realização do desfile em 2020 e "empurrou" o Carnaval para abril em 2022, as apresentações voltaram a ocorrer em fevereiro e a expectativa era grande, tanto do público quanto de integrantes de escolas de samba.

> A emoção é muito grande, até porque especial não é para qualquer um
>
> **Mariane Freitas**
> integrante da escola de samba Independente Tricolor

A Independente Tricolor abriu a primeira noite do Carnaval de São Paulo pontualmente às 23h15. O enredo "Samba no pé, lança na mão. Isso é uma invasão!" combina mitologia e vida real e conta a trama de traição e ambições que gerou a guerra entre Esparta e Troia. A escola, que chegou ao grupo especial após conquistar o vice-campeonato no grupo de acesso no ano passado, levou 1.800 integrantes ao sambódromo.

"A emoção é muito grande, até porque especial não é para qualquer um", disse Mariane Freitas, que desfila pela Independente há seis anos e estava confiante no título.

A ansiedade nas arquibancadas e as críticas à intolerância religiosa e ao racismo nos enredos que seriam exibidos na passarela deram o tom da primeira noite de desfiles, quando as escolas também passeariam pela história da Paraty (RJ) e do Pantanal.

Juntos na torcida pela Unidos de Vila Maria, Daniel Antônio Lorga, 35, e o pai, José Augusto Lorga, 71, acompanham os desfiles desde 1995. "Só não deu para vir no ano passado, porque já foi em abril, fora da época", diz Daniel. Voltar a torcer no sambódromo é um presente para pai e filho, mas José Augusto diz que faltaram placas de indicação no caminho. Ele também afirma que não viu os folhetos com as letras dos sambas-enredo deste ano.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) e o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) chegaram juntos ao sambódromo. Pouco antes de o desfile começar, eles foram à concentração. "Pela primeira vez atravessando a passarela, é extremamente gratificante. Parabéns a todos que se empenharam, sobretudo às escolas de samba, que vão fazer um grande espetáculo neste que já é o melhor Carnaval do Brasil", disse o governador, que é do Rio de Janeiro e mudou seu domicílio eleitoral para São José dos Campos, no Vale do Paraíba, para disputar as eleições no ano passado.

Algumas pessoas na plateia vaiaram Tarcísio e cantaram "olê, olê, olá, Lula, Lula".

"Depois de um Carnaval fora de época, por causa das restrições da pandemia, voltamos com praticamente 100%. Não tenho dúvida vida de que teremos o maior e melhor Carnaval do Brasil aqui é nas ruas", disse Nunes. "O sucesso foi tanto que esgotaram os 35 mil ingressos", completou.

Longe do camarote das autoridades e ao som de um sambinha que retratava a velha guarda do Carnaval pelo sistema de som do sambódromo, o gerente de empresa de segurança Leonardo Jaques, 34, e a estudante de psicologia Anna Laura Hidalgo, 19, não escondiam o semblante de entusiasmo pela primeira vez no sambódromo. Moradores de Ermelino Matarazzo, na zona leste da capital, eles não quiseram saber de correr risco e chegaram cedo, mais de quatro horas antes de o desfile começar. "Estamos com uma expectativa grande", afirmou a jovem. Corintianos, os dois iriam torcer pela Gaviões da Fiel.

A segunda noite de desfiles começa neste sábado, às 22h30, com a apresentação da Estrela do Terceiro Milênio, escola da zona sul paulistana, que subiu do ano passado ao Grupo Especial.

Mas é o miolo do desfile que irá reunir, em sequência, 3 das 4 agremiações que empataram no primeiro lugar no ano passado —a Mancha Verde foi declarada campeã em critério de desempate. A atual vencedora do Carnaval entra na avenida à 0h40. Na sequência, desfilam Império de Casa Verde (1h45) e Mocidade Alegre (2h50). As três e a Tom Maior, que desfiaria na primeira noite, alcançaram 269,9 pontos em 2022. "Se não viermos tão bem quanto a Mancha e não deixarmos a pista quente para a Mocidade, não ganhamos o título", afirma Rogério Figueira, o Tiguês, diretor de Carnaval da Império de Casa Verde, que aposta no samba-enredo da escola embalado por tambores afros.

Foliã no bloco Fogo e Paixão, no Rio de Janeiro Luciola Vilela - 12.fev.23/Riotur

Coletivos feministas fazem campanha contra assédio durante os dias de festa

SÃO PAULO O Carnaval é momento de festa e comemoração, mas também uma época em que algumas pessoas, especialmente as mulheres, correm maior risco de assédio, importunação sexual e estupro. Por isso, é importante saber o que fazer nessas situações.

Coletivos feministas têm divulgado nas redes sociais manuais com orientação sobre o que fazer nesses casos e como denunciar os agressores. Elas ressaltam que é importante conscientizar homens e mulheres sobre o que configura crime.

Por exemplo, um beijo forçado, puxão de cabelo ou uma passada de mão podem ser configurados como importunação sexual, que é um crime previsto no Código Penal.

Já o estupro é quando o ato sexual é praticado com violência ou grave ameaça. Há ainda a tipificação de estupro de vulnerável, quando a vítima não tem capacidade de consentimento, como alguém que está sob efeito de drogas ou álcool e sem a percepção completa da realidade.

No início do mês, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), sancionou uma lei que obriga bares, restaurantes, casas noturnas e eventos a adotarem medidas de auxílio a mulheres que se sintam em situação de risco. A nova legislação determina que os estabelecimentos de lazer devem adotar medidas que auxiliem mulheres que sintam em situação de agressão física, sexual ou psicológica.

Entre as novas regras está a determinação que o estabelecimento ofereça uma pessoa para acompanhar a mulher até algum meio de transporte ou até ela comunicar o problema à polícia.

Além disso, devem ser colocados cartazes nos banheiros femininos e em outros ambientes informando a disponibilidade do local para ajudar as mulheres em situação de risco.

Entre as orientações para quem passa por esse tipo de situação em blocos ou festas de Carnaval está denunciar o mais rápido possível. Por exemplo, em um bloco de rua, os organizadores podem ser acionados. Em bares ou festas, os funcionários também podem ser chamados para orientar e ajudar a vítima.

Também é possível fazer a denúncia em um posto policial ou em delegacias da mulher. Ou acionar a Polícia Militar pelo telefone 190.

"Sabemos que esses crimes vitimizam mulheres o ano inteiro em todo o Brasil, mas casos assim são intensificados durante o Carnaval, principalmente pela falsa sensação de que 'tudo é permitido' —uma sensação falsa, pois tudo isso é crime", destaca o Mapa do Acolhimento, uma iniciativa do grupo Nossas para o enfrentamento à violência de gênero.

Onde buscar ajuda

- em posto policial ou delegacias da mulher
- pelo telefone 190 da Polícia Militar
- pelo telefone 180, da Central de Atendimento à Mulher, para orientações

Fim de semana de folia tem risco de tempestades em São Paulo

SÃO PAULO O final de semana tem riscos de chuvas bastante intensas em diversas regiões do estado de São Paulo, com volumes de 80 mm a 250 mm até domingo (19). O alerta é da Defesa Civil estadual.

Segundo o meteorologista Willian Minhoto, da Defesa Civil de São Paulo, neste sábado (18) e no domingo (19), uma frente fria se aproximará do estado e criará condições para chuvas intensas, com momentos de temporais na faixa leste do estado. As chuvas terão raios, vento e granizo. A temperatura ficará mais amena no período.

O litoral norte é a região onde devem ser registrados os maiores volumes de precipitação, com possibilidade de até 250 mm neste final de semana. Na Baixada Santista, Serra da Mantiqueira, Vale do Ribeira e Itapeva, a previsão meteorológica indica que pode haver até 150 mm de chuvas.

Em São José dos Campos, Barretos e Franca, o total de chuvas pode alcançar até 100 mm. Já na capital e Grande São Paulo, Campinas, Sorocaba, Ribeirão Preto e Araraquara, o total previsto é de até 80 mm de precipitações.

Como muitas regiões estão com o solo encharcado por causa das chuvas do início do ano, há risco de deslizamentos, segundo o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que afirmou que a Defesa Civil está preparada para auxílio imediato em casos de emergência.

A Defesa Civil orienta os motoristas que, antes de pegar a estrada, verifiquem as condições do veículo e, em caso de chuvas fortes, procurem lugar seguro para parar o carro. Também não devem sair do carro em caso de enxurrada.

Se a diversão for em praias, rios, cachoeiras ou em bloquinhos, lembre-se que locais abertos são mais propensos à queda de raios. Em caso de tempestades se aproximando, procure um local coberto e proteja-se.

Em cachoeiras, é comum a ocorrência da cabeça d'água, fenômeno que provoca o aumento repentino do volume d'água. Portanto, fique atento aos sinais para não ser pego de surpresa: mudança de cor da água —normalmente fica mais escura—, surgimento de folhas, galhos e pedras rolando pelo rio.

Ao perceber esses sinais, saia da água e se afaste, pois a enchente invade as laterais do rio, e as pedras ao redor não são seguras.

Sempre que sair para lugares sujeitos a enchentes ou enxurradas, consulte a previsão do tempos. Jamais entre em áreas com enxurradas ou alagamentos. O melhor a fazer é esperar as águas baixarem para prosseguir viagem.

Os cuidados devem ser tomados também por pessoas que moram em área de risco. É importante ficar atento aos sinais de movimentação do solo, como postes e árvores inclinados, rachaduras nas paredes, além de portas e janelas emperradas. Com esses sinais, deve-se sair imediatamente e acionar a Defesa Civil pelo número 199.

Francisco Lima Neto

'Foi difícil ficar sem Carnaval', diz Bell Marques em Salvador

Desfile dos trios elétricos teve homenagem a Gal Costa e nomes de fora do axé

João Pedro Pitombo

SALVADOR Os termômetros marcavam 30°C em frente ao Farol da Barra, em Salvador, quando o cantor Bell Marques tocou o primeiro acorde de sua guitarra e as cordas que cercavam do bloco Vumbora subiram.

Depois de três anos, uma legião de fãs fiéis do cantor se reencontraram com o Carnaval nesta sexta-feira (17), primeiro dia de desfile do bloco Vumbora no circuito Barra-Ondina.

"Foi difícil. Mas agora estamos aqui, felizes", disse Bell Marques do alto do trio antes, pouco antes de tocar a primeira música. Abriu o desfile com "Voa, voa", clássico dos tempos da banda Chiclete com Banana.

No chão, foliões carregavam faixas e cartazes em homenagem ao cantor com mensagens como "eternos bellzeiros" e até uma boneca caracterizada como "Maria Eunice", nome da nova música de trabalho do cantor.

Cinco trios elétricos já haviam desfilado no circuito Barra-Ondina, mas a multidão tomou a avenida apenas quando o veterano cantor, com 70 anos e 44 carnavais, enfileirou dezenas de sucessos da sua carreira.

O cantor Bell Marques em apresentação no Carnaval de Salvador Max Haack/Futura Press/Folhapress

Os desfiles no circuito Barra-Ondina começaram às 14h30, sob sol inclemente, com uma avenida ocupada por poucos foliões além de cordeiros e vendedores ambulantes.

O primeiro desfile foi do Projeto balancê, uma homenagem a cantora Gal Costa, que morreu em novembro do ano passado. As cantoras Carla Visi, Márcia Short e Ana Mametto tocaram sucessos da trajetória de Gal como "Festa do Interior", Gabriela" e "Canta Brasil".

Na sequência, emendaram "Brasil", música de Cazuza que fez sucesso na voz da cantora baiana nos anos 1980. "Esse é o Brasil de Gal", disparou uma das cantoras do alto do trio.

O segundo trio elétrico foi um projeto do TikTok, um dos patrocinadores oficiais do Carnaval de Salvador deste ano, que desfilou sob uma mistura de pouca liga entre a Timbalada e a cantora Luísa Sonza.

A banda comandada por Denny Denan e Buja Ferreira, que completa 30 anos neste Carnaval, emendou sucessos como "Beija-flor" e "Camisinha". À frente do trio elétrico, um cercadinho reunia convidados que desfilavam com celulares em punho. Nas laterais, eram transmitidos vídeos de influencers da rede social.

Em seguida, desfilaram trios elétricos como cantor Lincoln e com o cantor JP Estourado. Menos conhecido, este último iniciou o desfile sem foliões à frente ou atrás do trio elétrico.

O intervalo curto entre os desfiles causou uma espécie de engarrafamento, com trios a pouca distância um do outro. Estacionado, o trio que seria comandado por Anitta tocava nos intervalos músicas de pop internacional, destoando do clima carnavalesco da rua.

A banda Psirico veio na sequência, aumentando a pressão entre os foliões que estavam na concentração no farol da Barra. Com o seu pagode percussivo, o cantor Márcio Vitor começou seu primeiro desfile no Carnaval deste ano pedindo licença.

"Axé para quem é de axé, amém para quem é de amém. Estamos de volta", disse o cantor Márcio Vitor antes de emendar a música "Firme e Forte", um dos maiores sucessos da banda.

Depois do desfile de Bell Marques, foi a vez do cantor Leo Santana entrar na avenida comandando o bloco Nana. No local, eram distribuídas plaquinhas em referência à música "Zona de Perigo", aposta do cantor no Carnaval.

Por entre os foliões, vendedores ambulantes circulavam com placas penduradas no pescoço. Em alguns casos, com o número de celular utilizado como Pix para as vendas. Outros carregavam placas com o QR Code em frente ao corpo.

No Pelourinho, o palco principal reuniu a cantora Baby do Brasil, um dos símbolos dos Novos Baianos, e o rapper Emicida.

Danilo Verpa/Folhapress

BLOCO DA CRACOLÂNDIA REÚNE 300 FOLIÕES NAS RUAS DE SÃO PAULO

Foliões com fantasias e cabelos e corpos pintados deram cor para a região da cracolândia, no centro de São Paulo, onde predomina o cinza. Assim como ocorre há oito anos, o bloco de Carnaval Blocolândia levou momentos de samba e alegria para quem vive nas ruas da Santa nesta sexta-feira (17).

A concentração teve início às 14h, no Teatro de Container, na rua dos Gusmões. O desfile, que reuniu cerca de 300 foliões, foi encerrado antes das 18h, em um bar na rua General Osório.

Antes mesmo de o grupo sair para o cortejo, equipes da GCM (Guarda Civil Municipal) passavam a todo instante pelo local. Os agentes, no entanto, não acompanharam o trajeto, que ainda passou pela rua dos Andradas e pela praça Júlio Prestes.

Uma equipe da Polícia Militar esteve presente em todo o percurso, além de agentes da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego).

Paulo Eduardo Dias

Folia em Artigas 'recicla' desfiles da Sapucaí no Uruguai

Caue Fonseca

PORTO ALEGRE No próximo domingo (19) e na segunda-feira (20), enquanto as escolas de samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro ganharem a Marquês de Sapucaí, carnavalescos do Uruguai estarão atentos para ver como a criatividade carioca pode ser reaproveitada em 2024.

A cidade uruguaia de Artigas, de 44 mil habitantes ao norte do país e vizinha à gaúcha Quaraí, emula em menor escala, mas com o máximo de fidelidade e glamour possível, o desfile de escolas de samba à moda brasileira.

Os sambas-enredo são cantados em português —uma escolha para manter "o magnetismo do samba", segundo os organizadores. Já as fantasias e outras alegorias são compradas de escolas do Rio de Janeiro e adaptadas aos temas locais.

Em 2022, por exemplo, a Grande Rio venceu o Carnaval do Rio com um samba-enredo sobre Exu, um dos orixás do candomblé. Já o Salgueiro levou para a avenida a história da população negra do Rio de Janeiro. E a Beija-Flor, cujo enredo foi "empretecer o pensamento", também trabalhou a ancestralidade do negro.

Com fantasias adquiridas das três escolas, a agremiação uruguaia Emperadores de la Zona Sur, atual campeã do Carnaval de Artigas, montou para 2023 um enredo em homenagem ao "candombe", um ritmo uruguaio de origens africanas.

"Como a origem do candombe é a cultura afro, tudo se encaixou perfeitamente. Em 2023, já temos um acerto novamente com o Salgueiro, para comprar novamente as fantasias. Isso dá uma grandiosidade para o Carnaval. O desfile de uma escola daqui sai por volta de R$ 600 mil a R$ 700 mil", diz o carnavalesco Fernando Tejeira Tavares, 37.

Desfile de Carnaval em Artigas, cidade ao norte do Uruguai, em fevereiro de 2018 Raul Zapata Santo Stéfano

Depois, parte das fantasias são revendidas novamente a outros Carnavais, como o de Uruguaiana, que terá seus desfiles em 9, 10 e 11 de março.

Natural de Artigas, mas radicado em Porto Alegre há 14 anos, Fernando deixou a capital na noite de quinta-feira (16) com o carro abarrotado de tecidos, cujo preço é muito mais barato no Brasil do que do outro lado da fronteira. Ao longo do ano, a escola também providencia o transporte em jamantas de esculturas de escolas cariocas para os carros alegóricos.

A importação dos Carnavais brasileiros inclui ainda parte da equipe. Nomes como o sambista Igor Sorriso, intérprete da São Clemente, no Rio, puxa o samba da Bario Rambla, principal concorrente da Emperadores.

No sábado (18), o mestre-sala Rodrigo França, 30 anos, sai direto da Sapucaí, onde desfila pela Porto da Pedra na Série Ouro, e pega um avião a Porto Alegre. Lá, encontra Ana Marilda Bellos, 42, renomada porta-bandeira da Império da Zona Norte, escola de samba de Porto Alegre.

O casal será conduzido por um motorista até Artigas, para desfilar no domingo e na segunda-feira pela Emperadores de la Zona Sur. Diferentemente do Carnaval brasileiro, as quatro escolas uruguaias repetem os desfiles nos dois dias, somando as notas.

Já é o quinto desfile de Ana Marilda em Artigas, que chamou a atenção dos uruguaios em outro Carnaval tradicional do Mercosul, o de Uruguaiana, na fronteira com a Argentina. Nos últimos anos, já adaptou fantasias da Estácio de Sá, do Rio, da Dragões da Real, de São Paulo, e da Império da Zona Norte. De lá, viaja ainda para Uruguaiana e Cruz Alta, cujos desfiles ocorrem em março.

"Artigas faz um Carnaval glamouroso, que atrai cada vez mais público. Brincamos que é uma mini-Sapucaí mesmo. Os uruguaios amam Carnaval. Bem mais do que imaginamos. Tanto que eles compõem e interpretam em português, o que eu vejo com um sinal de respeito e de admiração", diz Ana Marilda.

O Carnaval de Artigas compete em popularidade com ao menos outros dois no Mercosul: o de Montevidéu, capital uruguaia, e o de Paso de Los Libres, na Argentina, que realizam as festas em janeiro. Nessas festas, Artigas recebe 20 mil turistas, aumentando a população local em 50%.

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

Gilberto Gil
Saía do Carnaval quase deprimido porque me apaixonava por alguém

Cantor lembra como era a festa popular na sua adolescência em reencontro com a folia

A empresária Flora Gil e o marido, o cantor Gilberto Gil , durante apresentação do Camarote Expresso 2222, no Carnaval de Salvador Fotos Rafaela Araújo/Folhapress

João Pedro Pitombo

O trio elétrico de Ivete Sangalo ainda estava estacionado em frente ao Farol da Barra quando Gilberto Gil, 80, reencontrou o Carnaval de Salvador depois de três anos. Chegou calado, retirou a máscara de proteção contra a Covid-19 e se emprenhou pelos corredores labirínticos do Camarote Expresso 2222 no edifício Oceania, um dos mais icônicos de Salvador.

*

"Um mestre", "uma lenda", "um Orixá", derramavam-se os convidados ao se depararem com o anfitrião do camarote. Do lado de fora, caixas de som dos ambulantes tocavam hits de arrocha em sequência, enquanto os foliões às pencas começavam a ocupar a avenida, ávidos pelos primeiros acordes do trio.

*

Deu saudade da festa, Gil? Ele responde com sinceridade: "Não. A saudade é dos outros, tenho saudade pelos outros. Eu mesmo não porque nunca fui folião. Lembro que, na adolescência, eu saía do Carnaval quase deprimido porque sempre me apaixonava por alguém", afirmou ele ao repórter João Pedro Pitombo.

*

Gil disse que preferia não falar sobre política em meio ao Carnaval. Mas aquiesceu quando surgiu na conversa o nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e afirmou que os tempos instáveis devem permanecer no novo governo: "Turbulência é o tempo todo e no mundo inteiro. Não há vida sem turbulência. Aqui [Brasil] não é exceção, mesmo com o governo Lula".

*

O cantor baiano disse que cada governo tem o seu traço, e o de Jair Bolsonaro (PL) foi encarnar um fenômeno mundial de reação à institucionalidade, ao sindicalismo e à política com visão social. Afirmou ainda que "a socialdemocracia brasileira foi relativamente restaurada politicamente" nas urnas com a vitória de Lula: "Agora, vamos ver na sociedade, é sempre mais difícil".

*

Antes do início dos desfiles do Carnaval, Gil participou do lançamento do livro Expresso 2222, de Ana Oliveira, que celebra os 50 anos do disco lançado em 1972, o primeiro após a sua volta do exílio em Londres. Depois, ganhou de presente um livro sobre o Esporte Clube Bahia e se divertiu ao citar de memória a escalação do time que foi campeão brasileiro em 1959.

*

Na avenida, Ivete Sangalo fez a abertura do Carnaval com um desfile sem cordas, aberto ao público, emendando sucessos em sequência. Mas os foliões, que matavam a saudade do Carnaval depois de três anos, foram surpreendidos com um estranho no ninho. O ator José Loreto cantou em cima do trio elétrico: era uma encenação para a novela "Vai na Fé", da Rede Globo.

*

Além de Ivete Sangalo, desfilaram no circuito Barra-Ondina artistas como Carlinhos Brown, Iza, Ludmilla, Xanddy e Claudia Leitte. Foram ao todo 31 desfiles de trios elétricos, sendo 29 deles abertos ao público. As exceções foram a Banda Eva e Bell Marques, que desfilaram em blocos fechados com cordas.

*

Com uma agenda de sete desfiles e três shows em camarotes até a Quarta-feira de Cinzas, Bell Marques disse à coluna que ainda vê fôlego no modelo de blocos com cordas. Mas ponderou que o Carnaval tem vida própria e que a palavra final é do folião. "Dá para guiar a festa, organizar, mas não tem como mandar nela."

*

Com 70 anos de vida e 44 de Carnaval, Bell ainda disse que encarar um trio elétrico não é para qualquer um. "Não é que o Carnaval não aceite o pop, o sertanejo ou outros gêneros, mas o percurso naturalmente pede por uma forma de levar o trio que se adapta muito fácil ao que se chama genericamente de Axé Music, que é a essência do Carnaval baiano."

*

Um trio elétrico que pode voltar a Salvador no próximo ano é o Expresso 2222, que foi liderado por Gilberto Gil por vários Carnavais nos anos 2000. Desta vez, quem comandaria o percurso seriam os filhos e netos do cantor baiano: Preta, Nara, Flor e a banda Os Gilsons. "Seria lindo. O Gil poderia participar como convidado especial em uma ou duas músicas", disse Flora Gil.

*

A empresária, que comanda o camarote Expresso 2222, é uma das principais defensoras da permanência do Carnaval no circuito Barra-Ondina. No ano passado, a prefeitura ensaiou uma mudança da festa para o bairro da Boca do Rio, mas recuou diante das críticas. "Pode ser um terceiro circuito de Carnaval, mas sem acabar aqui. A Bahia tem espaço para isso."

*

Este ano, o camarote Expresso 2222 também abrigou a entrega das chaves da cidade do Rei Momo. O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, foi prestigiar a cerimônia: "É o reencontro com a alegria e o sonho. São dois anos de pandemia e quatro anos de pandemônio", disse, em referência ao governo Bolsonaro.

*

A entrega das chaves reuniu o prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), e o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues (PT). Adversários, os dois depois se cumprimentaram, mas mantiveram distância regulamente entre si durante os desfiles dos trios.

*

O prefeito disse que mantém uma relação cordial com o novo governo. Mas, ao ser questionado sobre a indicação de Aline Peixoto, esposa do ministro da Casa Civil, Rui Costa, para a vaga de conselheira no Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, provocou: "Pergunta para Jaques Wagner o que ele acha".

*

Na manhã de quinta-feira (16), o senador baiano e líder do governo Lula no Senado disse pela primeira vez publicamente que não concorda com a indicação da ex-primeira-dama da Bahia para o cargo. A declaração aprofundou a crise entre os dois principais caciques do PT baiano.

*

Mais tarde, Jerônimo Rodrigues se esquivou da polêmica: "Eu, na condição de governador, não posso tomar partido porque essa é uma vaga da Assembleia Legislativa. [Jaques] Wagner é senador e tem liberdade para se posicionar".

*

Jerônimo vai receber nos próximos dias o presidente Lula, que escolheu a praia de Inema, na Base Naval de Aratu, em Salvador, para descansar no Carnaval. Aliados do governador afirmam ser improvável uma vinda do presidente ao circuito da festa. Mas dizem que uma presença é quase certa: a da primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja.

A rainha do Carnaval de Salvador, Stephanie Lobo (ao centro), e as princesas Aline Ouro (à esquerda) e Mariele Paixão (à direita) na abertura da folia na capital baiana, na quinta (16)

O apresentador Zeca Camargo, colunista da Folha, conversa com o secretário municipal de Cultura e Turismo de Salvador, Pedro Tourinho

Criança indígena com desnutrição é atendida no Hospital da Criança Santo Antônio, em Roraima Michael Dantas - 27.jan.23/Reuters

Orçamento para saúde indígena no país é o menor em dez anos

Valor atual é 24% menor em relação ao de 2014, segundo boletim do Ieps

Samuel Fernandes

SÃO PAULO O orçamento de 2023 voltado à assistência de saúde dos povos indígenas no país é o menor dos últimos dez anos. Em comparação ao de 2014, o valor sofreu uma queda de 24%.

As informações constam de um novo boletim do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (Ieps) produzido em parceria com a Umane. O trabalho se baseia em dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

"A retração no orçamento pode agravar problemas na oferta de serviços de saúde que já existem nas comunidades indígenas", afirma Victor Nobre, assistente de políticas públicas do Ieps.

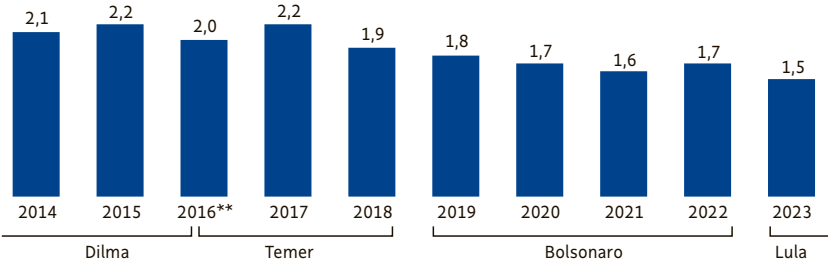
O Ministério da Saúde disse à **Folha** "a proposta orçamentária de 2023, encaminhada pela gestão anterior ao Congresso, era insuficiente para atender as despesas da saúde indígena". Então, a transição de governo, negociou para recompor o orçamento e chegar aos valores atuais.

Também afirmou que "a pasta está atenta às necessidades orçamentárias e mantém diálogo permanente com a área econômica e com o Congresso Nacional".

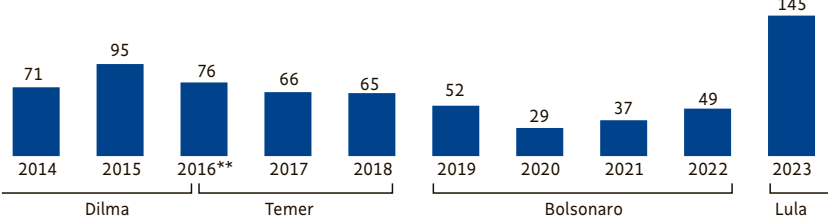
Os valores compilados pelo boletim se referem às Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) e foram corrigidos conforme o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de dezembro de 2022.

A lei orçamentária regula as despesas do governo federal. Ela é desenvolvida no ano anterior ao que se refere: por exemplo, a lei de 2023 foi projetada no ano passado. Inicialmente, elabora-se um plano, chamado de Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual), desenhado pelo Executivo e enviado ao Congresso Nacional.

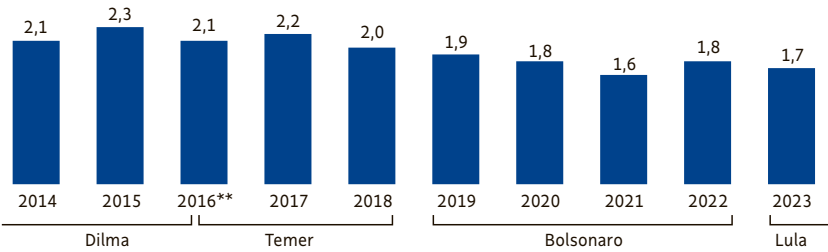
Em 2023, orçamento para assistência dos povos indígenas pela promoção a saúde é o menor desde 2014

LOA*, em R$ bilhões

*Considerando a subfunção "Assistência aos Povos Indígenas" do programa "Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena" e ajustando conforme o IPCA de dezembro de 2022

Orçamento da saúde indígena para saneamento básico registra crescimento em 2023

LOA*, em R$ milhões

*Considerando a subfunção "Saneamento Básico Rural" do programa "Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena" e ajustando conforme o IPCA de dezembro de 2022

Mesmo com incremento no saneamento básico, 2023 ainda é o segundo pior ano do orçamento total para saúde indígena

LOA*, em R$ bilhões

*Considerando as subfunções "Assistência aos Povos Indígenas" e "Saneamento Básico Rural" do programa "Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena" e ajustando conforme o IPCA de dezembro de 2022
**Dilma Rousseff foi afastada da presidência em agosto de 2016, e Michel Temer assumiu o posto
Fontes: Ieps e Siafi

Antes de ser promulgado, o projeto pode sofrer alterações. Um caso é da própria assistência à promoção da saúde indígena de 2023. Essa verba é usada para arcar com a maior parte dos custos envolvidos na saúde em aldeias indígenas, como fornecimento de remédios e pagamento dos salários de funcionários.

De início, destinavam-se cerca de R$ 609 milhões. Mas, na versão final, que quando sancionado passa a ser a LOA, o orçamento para a assistência ao programa da promoção da saúde indígena subiu para cerca de R$ 1,5 bilhão.

Entre 2014 e 2017, o montante ultrapassava os R$ 2 bilhões a cada ano. A partir de 2018, a quantia ficou abaixo desse total e, com exceção de 2022, manteve-se em queda com o passar dos anos.

Outro item do orçamento relacionado à saúde é o de saneamento básico, o que abrange medidas como a realização de obras para fornecimento de água potável. Esse atingiu um recorde em 2023: R$ 145 milhões, quase o triplo comparado ao ano anterior.

Somados, saneamento e assistência à saúde atingem R$ 1,7 bilhão. Mesmo assim, esse valor é o segundo menor dos últimos dez anos. Só perde para o de 2021, com aproximadamente R$ 1,6 bilhão.

O investimento na saúde indígena voltou à tona com a crise na terra yanomami, em Roraima. Desnutrição severa, malária e pneumonia foram algumas das condições observadas na comunidade. No território, faltam insumos básicos e unidades de saúde estão em péssimo estado de conservação.

Paulo Abati, médico infectologista especialista em saúde indígena e professor auxiliar da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, afirma que a diminuição do orçamento afeta de diferentes formas a saúde dos povos indígenas. Uma delas é o enxugamento de ação de vigilância sanitária.

"Parte dessa catástrofe [dos yanomamis] é em função de uma ausência de vigilância epidemiológica, que está diretamente relacionada a uma falta de financiamento para a gente mapear o que estava acontecendo naquele território nos últimos anos", diz.

Sem um mapeamento dos principais problemas de saúde, o desenho de uma estratégia adaptada de saúde, como para o fornecimento de medicamentos cuja necessidade é maior naquelas comunidades, fica prejudicado.

Abati visitou recentemente a comunidade. "Eu estive nos yanomamis no ano passado [...] e a gente levou todos os medicamentos, porque não tinha remédio no polo base. São medicamentos básicos de verminoses. Coisas muito simples."

Outro ponto que entra nessa equação é o modo como a saúde indígena é estruturada.

A responsabilidade para financiar essa porção da saúde é do Governo Federal ao viabilizar o financiamento diretamente aos DSEIs (Distritos Sanitários Especiais Indígenas). Em outras áreas da saúde pública, essa obrigação é compartilhada com estados e municípios —no caso dos indígenas, as esferas só podem ser atores complementares.

Por ser uma responsabilidade do governo federal, a redução dos investimentos na saúde indígena mostra-se ainda mais crítica, afirma Abati. "Se temos oscilações no financiamento da saúde indígena, temos a repercussão na ponta como resultado de um decréscimo [no orçamento]."

A **Folha** procurou os ex-ministros da Saúde que assumiram a pasta a partir de 2018.

Ricardo Barros, titular da pasta entre 2016 e março de 2018, disse que aumentou a execução orçamentária durante sua gestão. Também afirmou que fortaleceu os distritos sanitários indígenas, ampliando o atendimento a essa população, e que contou com a colaboração de lideranças indígenas na tomada de decisão.

Gilberto Ochhi, que assumiu em abril de 2018 a pasta e se manteve até o final do governo Temer, afirmou que o orçamento de 2018 já havia sido definido quando tomou posse. Mesmo assim, ele reiterou que não teve problema com os recursos financeiros destinados à Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena).

Henrique Mandetta, que comandou o ministério de janeiro de 2019 a abril de 2020, disse que já entrou no ministério com o orçamento de 2019 pronto para ser executado. Já para 2020, ele afirmou que o orçamento estava em consonância com as necessidades dos distritos indígenas.

Nelson Teich, substituto de Mandetta que figurou por menos de um mês como ministro em 2020, afirmou que não teve acesso ao projeto de orçamento da LOA. Teich acrescentou que, durante sua gestão, o foco principal era a Covid-19, considerando a gravidade da crise sanitária.

Eduardo Pazuello, que assumiu o ministério depois de quatro meses como interino e ocupou o cargo até março de 2021, e Marcelo Queiroga, que o sucedeu e se manteve no posto até o fim do governo Bolsonaro, não responderam.

> "A retração no orçamento pode agravar problemas na oferta de serviços de saúde que já existem nas comunidades indígenas
>
> **Victor Nobre**
> assistente de políticas públicas do Ieps

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Sociólogo, defendeu o bem-estar coletivo e a igualdade

SILVIO COSTA (1953 - 2023)

Bruno Lucca

SÃO PAULO O sociólogo Silvio Costa era apaixonado pela história do progresso humano e dedicou sua vida a estudá-la. Seus temas favoritos eram revoluções, vistas como pontos de inflexão entre a barbárie e a beleza da união pelo bem comum.

Nascido no município goiano de Pirenópolis, Silvio formou-se em ciências sociais pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1977. Um ano depois, já lecionava na PUC (Pontifícia Universidade Católica) de Goiás. Ficou na instituição por mais de 40 anos.

Ao seu lado, estava e estudiosa Lúcia Rincon, que se tornou sua esposa.

O jeito crítico, mas bem-humorado, era marca de Silvio. Ao falar de problemas do Brasil ou das belezas de seu povo, sempre utilizava alegorias históricas. Cativava. Mas havia um tema que fazia com que o professor mudasse abruptamente o tom: a desigualdade. O incômodo o levou para o ativismo. Silvio dedicou décadas de militância ao Partido Comunista Brasileiro, tendo sido dirigente da sucursal goiana. Nem os anos ou os críticos o fizeram abandonar sua luta.

"Firme defensor da democracia e pioneiro no movimento sindical de docentes em Goiás", disse, em nota, Orlando Lisita Júnior, diretor da Associação de Professores da PUC Goiás.

Silvio amava a vida. Animal ou vegetal. Plantas eram seus xodós, e ele passava incansáveis horas cuidando de seu jardim.

O acadêmico atuou ainda nos movimentos sociais e sindicais de Goiás. Nos anos 1980, foi presidente do sindicato dos professores do estado.

Ele também produziu materiais que se tornaram referências na área das ciências humanas, principalmente sobre a Revolução Francesa. Liberdade, igualdade e fraternidade eram tudo o que o sociólogo desejava para seu povo.

Silvio Costa morreu na quarta-feira (2), aos 69 anos, após um infarto fulminante. Além da esposa, ficam amigos, colegas, discípulos, seus filhos João, Silvio e Paula e três netos.

MARIO GRINBLAT Aos 79, divorciado. Sexta (17/2). Cemitério Israelita do Butantã, Jardim Educandário

7º DIA

JOSÉ ANTONIO ESPÓSITO Domingo (19/2) às 9h, Paróquia São Gabriel Arcanjo, Jardim Paulista

STELLIO RODOLPHO BASTOS SEABRA Domingo (19/2) às 11h30, Paróquia São Francisco de Assis, Vila Clementino

EM MEMÓRIA

GUILHERME OSVALDO VICENTE DE AZEVEDO Sábado (18/2) às 15h, Igreja do Calvário, Pinheiros

Mercado ilegal lucra com fuga de garimpeiros da terra yanomami

Governo decidiu promover a retirada de invasores, mas sem apoio logístico a quem se dispõe a deixar a região

Vinicius Sassine

BOA VISTA Um mercado clandestino se formou em torno da fuga de garimpeiros da Terra Indígena Yanomami, diante da decisão do governo federal de promover a retirada dos invasores sem apoio logístico a quem se dispõe a sair.

Grupos proprietários de aeronaves, embarcações, caminhonetes, ônibus e carros estão lucrando com a saída de milhares de garimpeiros do território, que tem difícil acesso —somente por ar ou água.

Órgãos do governo federal deram início no último dia 6 a ações para destruição da logística do garimpo ilegal e para retirada de mais de 20 mil invasores na terra yanomami. Até agora, foram destruídas 40 balsas, uma embarcação, quatro aeronaves e uma base de suporte logístico. As forças policiais apreenderam 16 toneladas de cassiterita.

A Operação Libertação envolve agentes do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), Força Nacional de Segurança Pública, PF (Polícia Federal) e Forças Armadas.

Diante da complexidade das ações de desocupação, planejadas para durar entre seis meses e um ano, o comando da operação —cujo centro de controle fica na superintendência da PF em Boa Vista (RR)— chegou a um consenso sobre a necessidade de deixar os garimpeiros saírem de forma espontânea.

Pistas clandestinas em fazendas no entorno da vila Samaúma, município de Mucajaí (RR), estão operando para receber voos com garimpeiros. As aeronaves são usadas por quem tem ouro suficiente para escapar por ar do cerco policial na terra indígena.

Os preços cobrados, segundo os relatos de quem tem conhecimento sobre a operação desse mercado clandestino, vão de 15 g de ouro (cerca de R$ 4.000, na cotação dos garimpeiros) a R$ 15 mil.

Invasores que não dispõem desse dinheiro precisam recorrer a varações por dias pela mata, até alcançar uma embarcação. Uma vaga num barco custa 4 g de ouro (pouco mais de R$ 1.000).

É em terra, já fora do território tradicional, que fica evidente como donos de veículos estão lucrando com a fuga dos garimpeiros.

Em postos de gasolina no caminho entre vilas e Boa Vista, dezenas de carros aguardam para o transporte de invasores recém-saídos da terra indígena. A presença desses carros é mais intensa à noite, uma forma de driblar eventuais fiscalizações na rodovia. O principal temor de garimpeiros é perder os gramas de ouro escondidos em roupas e objetos pessoais.

Nos pequenos núcleos urbanos, como a vila Reislândia (ou Paredão), de Alto Alegre (RR), caminhonetes operam um intenso transporte de garimpeiros, que precisam sair do portinho do Arame, no rio Uraricoera, e chegar às cidades. Os 30 km de estrada de chão entre o porto e a vila são quase intransitáveis. Apenas veículos traçados, adaptados, conseguem fazer o percurso.

Operadores da logística do garimpo fazem uso regular de um posto de gasolina, que parece abandonado, durante o dia, com abastecimento dos veículos.

O fluxo de caminhonetes também é mais intenso à noite. Há ainda ônibus particular operando no transporte de garimpeiros que chegam à vila.

A orientação do Ibama aos agentes é permitir que barcos transportem a gasolina usada nos motores, uma forma de garantir o fluxo de invasores para fora do território, e apreender e destruir galões com diesel, usado no maquinário que explora ouro e cassiterita na terra indígena.

Os operadores do transporte de garimpeiros também são garimpeiros, ou ex-garimpeiros, e dizem aproveitar o fluxo de pessoas para ganhar dinheiro, diante da expectativa de interrupção do garimpo ilegal.

PM usa meias com rosto do ex-presidente estampado, no Rio de Janeiro Bruna Fantti/Folhapress

PMs vestem meias com estampa de Bolsonaro, contrariando regulamento

Bruna Fantti

RIO DE JANEIRO Policiais militares do Rio de Janeiro estão usando meias com o rosto e o nome do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) com a farda da corporação e durante o serviço. A conduta contraria o regulamento de uniformes e pode ser considerada transgressão disciplinar.

O regimento determina que as meias sejam pretas e proíbe "sobrepor ao uniforme insígnias de sociedades particulares, entidades religiosas ou políticas, bem como medalhas desportivas, ou, ainda, usar indevidamente distintivos ou condecorações".

As penas aplicáveis variam desde prestação de serviço extraordinário a suspensão, exclusão e demissão do serviço ativo. A padronização do uniforme está descrita no Rupmerj (Regulamento de Uniformes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro).

Mesmo com a possível punição, a venda do acessório continua em alta, inclusive após as eleições. "Nós trabalhamos em sistema de reposição, sempre há procura. Vendemos cerca de 20 pares por semana ao custo de R$ 25 cada um", disse Gabriel Petrato, gerente de uma loja na zona oeste do Rio.

É nessa região da cidade que está a maior concentração de lojas credenciadas com a autorização para a venda de uniformes militares. Próximo às academias de formação de soldados e oficiais da Polícia Militar há cinco estabelecimentos. Em todos, a reportagem encontrou as meias com o rosto e o nome do ex-presidente. Nenhum deles vendia meias com a imagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Eu diria que 90% dos policiais militares são bolsonaristas. Teve gente que perguntou se tinha meia do Lula, mas não vendemos. Focamos mais no público-alvo", explica Petrato. Segundo ele, civis também procuram pelas meias.

> Nós trabalhamos em sistema de reposição, sempre há procura. Vendemos cerca de 20 pares por semana ao custo de R$ 25 cada um
>
> **Gabriel Petrato**
> gerente de uma loja no Rio

O fornecedor das meias é o mesmo para as lojas e distribui as vestimentas para diferentes estados.

A Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio disse que "o padrão [de vestimenta] previsto está no Regulamento de Uniformes da Polícia Militar, que deve ser de conhecimento e seguido por todos os entes da corporação".

Segundo o coronel Robson Rodrigues, especialista do Labes-Uerj (Laboratório de Estudos Socieducativos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro), o uso das meias com motivos bolsonaristas é contrário à finalidade da farda. "O uniforme serve para justamente padronizar e dar um sentido de espírito de corpo, com a finalidade do serviço público. É destoante desse princípio o uso da meia estilizada, partidária. Não se pode exercer a função pública com particularidades", disse.

Ele lembra ainda que policiais recebem auxílio-fardamento para a compra do uniforme. O valor varia de acordo com a graduação dos praças e patente dos oficiais e é pago a cada quatro anos. "Então, se compram meias fora do padrão com essa verba é um desvio", opina.

A **Folha** conversou com um sargento que usa as meias com o rosto do ex-presidente durante patrulhamento.

O policial, que pede para não ter o nome divulgado, conta que comprou a meia na época da eleição. Diz que se identifica com o ex-presidente por acreditar que ele seja uma pessoa de coração bom e que tenta não ser corrupta. Sobre as eleições, repetiu teorias conspiratórias sobre a urna eletrônica. E declarou que só reprimiria ataques golpistas, como os que ocorreram em Brasília em 8 de janeiro, se recebesse a ordem do seu comandante.

Após os ataques, uma imagem feita pelo fotógrafo Carlos Erbs viralizou nas redes. Internautas divulgaram a foto como registrada em Brasília, quando parte dos policiais foi acusada de colaboração ou omissão com as depredações. nA foto, contudo, foi tirada em janeiro de 2021, durante manifestação no Rio contra o atraso do governo Bolsonaro na compra das vacinas contra a Covid-19. O agente fotografado fez questão de levantar a barra da farda para deixar as meias à mostra aos manifestantes, segundo o fotógrafo. "[A foto] mostra como o bolsonarismo cooptou as forças de segurança", disse Erbs.

Uma das explicações para a popularidade de Bolsonaro entre as polícias é apontada por outro agente, que também utiliza as meias em serviço. Segundo ele, Bolsonaro conseguiu dar representatividade aos anseios da categoria abrindo caminho para cargos eletivos.

Levantamento do Instituto Sou da Paz contabilizou 103 representantes eleitos pela primeira vez ou reeleitos para o Congresso Nacional e para as assembleias com passagem pelas Forças Armadas ou polícias. O grupo é conhecido como bancada da bala.

Para eventuais denúncias, a PM diz que os canais da Ouvidoria e da Corregedoria "seguem ao dispor através do número (21) 2725-9098 ou pelo sitecintpm.rj.gov.br".

Ex-chanceler é indicado embaixador para mudança do clima

AMBIENTE

REUTERS E SÃO PAULO O Ministério das Relações Exteriores anunciou nesta sexta-feira (17) a indicação do ex-chanceler Luiz Alberto Figueiredo Machado como embaixador extraordinário para a mudança do clima, informou o Itamaraty.

Figueiredo chefiou o ministério no governo de Dilma Rousseff, de 2013 a 2014.

Segundo a pasta, Figueiredo "deverá complementar a representação de alto nível do Brasil em eventos internacionais, bem como contribuir para a divulgação do engajamento brasileiro no combate à mudança do clima".

O cargo foi recriado pelo novo governo. Antes, de 2007 a 2010, havia sido ocupado pelo embaixador Sergio Barbosa Serra.

Em janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), anunciaram que Belém foi lançada como candidata para receber a COP30, edição de 2025 da conferência do clima da ONU (Organização das Nações Unidas). A intenção é trazer o maior fórum mundial sobre mudanças climáticas para a Amazônia.

Lula já havia anunciado a intenção de sediar a COP30 em alguma cidade amazônica durante visita à COP27, no Egito, em novembro de 2022. No evento, no primeiro discurso ao mundo depois da vitória no segundo turno, ele afirmou que a agenda climática seria central no governo.

A decisão do local em que será realizada a COP30 ainda depende de decisão da ONU.

Terremoto e prisões

Na Turquia, normas de construção foram ignoradas por empresas

Luís Francisco Carvalho Filho

Advogado criminal, é autor de "Newton" e "Nada mais foi dito nem perguntado"

O sistema de punição criminal costuma aparecer no rescaldo das catástrofes. Tragédias naturais contaminam a política, a política contamina a segurança pública.

Com a prisão de mais de uma centena de empreiteiros na Turquia, o governo autocrático do presidente Erdogan se impõe e se protege diante da destruição, direcionando o ressentimento das vítimas para pessoas detentoras de rosto e voz.

Milhares de mortos. Cidades arrasadas. A natureza é implacável, mas alguém tem de pagar com vida, liberdade, patrimônio ou honra. Faz parte de uma tradição milenar.

Se quem constrói estruturas não resistentes a terremotos sofre punição por eventual negligência, imprudência e imperícia ou pelo descumprimento de normas de segurança, o agente do poder público que se omite é também odioso, suspeito e culpado.

O Código de Hamurabi, monumento jurídico esculpido em pedra na Mesopotâmia, nos tempos remotos da Babilônia (1780 a.C.), sistematiza o princípio do "olho por olho, dente por dente" com um modelo exato de retribuição: sugere a pena de morte do arquiteto que construir a casa que ruir, por não ser sólida, se, no acontecimento, morre o proprietário da casa; e se o filho do proprietário morre, condenado à morte será o filho do arquiteto.

Para reconstruir Lisboa depois de horroroso terremoto, seguido de tsunami e onda de incêndios, em novembro de 1755, Pombal, poderoso e notável ministro de dom José 1º (1750-1777), governa com mãos de ferro.

O desafio é gigantesco. Nada sobra. Nem as construções adequadas às normas da época. Limpar escombros. Alimentar sobreviventes. Em nome da saúde pública os cadáveres das vítimas são lançados ao mar, com a permissão do patriarca católico. Conceber um traçado urbano inovador e arejado, que se converteria na belíssima "baixa pombalina".

Naquele momento, pequenos delinquentes do patrimônio ameaçavam mais concretamente a ordem e a paz social do que a livre circulação de construtores relapsos dos tempos passados.

Rui Tavares, autor do ensaio "O Pequeno Livro do Grande Terremoto" (Tinta da China), assinala que o poder público estava mais preocupado com epidemias do que com a ira divina, supostamente lançada contra os habitantes de Lisboa.

A repressão era uma das metas fundamentais da estratégia real. Altas forcas seriam erguidas para justiçar sumariamente ladrões e saqueadores —as cabeças pregadas nas traves, propagandeando para sobreviventes, ao mesmo tempo, sinais de terror e de "emenda aos costumes perversos".

A crise humanitária que sucedeu o grande terremoto do Japão, em 2011, sua maior tragédia desde a bomba atômica, não se acentuou por episódios de saque, criminalidade ou violência. Para espanto dos observadores ocidentais, prevaleceu o exercício radical da disciplina e da civilidade.

Na Turquia, normas de segurança e roteiros técnicos para a construção de imóveis mais resistentes a terremotos foram ignoradas em construções recentes, o que agravou as consequências da tragédia. Mas qual será, afinal, a pena merecida dos construtores?

Paradoxalmente, em países afetados por desastres, os bombeiros são lembrados pela chama heroica, mas a ajuda solidária não chega aos necessitados: é desviada por corruptos, espertalhões e quadrilhas.

No Rio de Janeiro, as milícias se encarregam de construir prédios, sem alvarás, em áreas de risco ou de proteção ambiental.

A próxima tragédia ainda não assombra.

saúde

Novo contraceptivo masculino ainda deve demorar para chegar às prateleiras

Estudo realizado in vitro em animais vivos tem resultado positivo, mas é preliminar; testes em humanos são necessários para avaliar eficácia

Samuel Fernandes

SÃO PAULO A ideia de um homem ir a uma farmácia, comprar um remédio e tomá-lo antes de transar para evitar uma gravidez indesejada pode ser um sonho de inúmeras pessoas. O cenário fica ainda mais fascinante quando o comprimido não provoca efeitos colaterais como comprometimento do desempenho sexual e risco de infertilidade.

Esse método de contracepção ainda não existe, mas pode se tornar realidade ao considerar um estudo publicado na revista científica Nature Communications. O caminho para isso acontecer, no entanto, é longo. E pode ser que não dê certo.

Na pesquisa, os cientistas investigaram uma substância que afeta a motilidade —isto é, a capacidade de o espermatozoide se locomover de forma espontânea, "nadar". Como resultado da deficiência na locomoção, ele não chega ao óvulo e, assim, não há fecundação.

Matheus Groner, urologista especialista em reprodução humana e médico assistente do setor integrado de reprodução humana da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), afirma que é raro somente uma deficiência na motilidade causar a infertilidade natural. Ela, normalmente, está associada a outros fatores, como baixa quantidade de espermatozoides.

Ainda assim, o médico reitera que a baixa capacidade de locomoção dos gametas masculinos é um problema sério para quem deseja ter filhos. "A motilidade é importantíssima para ter uma gravidez natural", afirma Groner, que não faz parte do estudo.

A substância que faz com que o espermatozoide se movimente de forma adequada é a adenilil ciclase solúvel. E o que o novo estudo propõe é um medicamento que inibe sua ação —sem ela, os espermatozoides não iniciam a procura pelo óvulo.

Os resultados foram positivos em dois meios utilizados na pesquisa: in vitro e com animais vivos.

No primeiro caso, com espermatozoides tanto de humanos como de ratos, os pesquisadores observaram a eficácia da medicação em um tubo de laboratório. "Viram que a ação in vitro é efetiva. [O espermatozoide] para de mexer mesmo", explica Groner.

> **É uma maneira de tentar mexer na concepção masculina de uma forma que não tinha sido estudada**
>
> **Matheus Groner**
> urologista especialista em reprodução humana

Depois disso, a pesquisa utilizou ratos vivos para observar o efeito do medicamento na prática. A substância foi injetada nos animais, enquanto um segundo grupo não teve acesso à droga. Então eles foram colocados para acasalar com as fêmeas.

Os pesquisadores compararam os dois grupos para verificar a taxa de fecundidade entre eles. Também observaram o horário em que ocorreu o acasalamento a partir da injeção da substância. O objetivo era medir a eficácia do remédio em relação ao tempo que se passava.

De 30 minutos até 2 horas e meia depois da injeção, nenhum dos ratos que estava com o medicamento em seu organismo foi fértil. Enquanto isso, no outro grupo, cerca de 30% das fêmeas foram fecundadas. A eficácia do medicamento para esse intervalo foi de 100%.

Quando o período era de até 3 horas e meia a partir da injeção, um dos ratos fecundou uma fêmea entre 45 acasalamentos. No grupo sem a substância, por sua vez, foram 11 fecundações. Nesse cenário, os pesquisadores consideraram que a eficácia estava em torno de 91%.

O terceiro período analisado no estudo compreendia de 1 a 9 horas depois da aplicação do medicamento. A taxa de eficácia continuou alta, mas baixou um pouco: foi 78%. Cerca de 9% dos acasalamentos entre ratos com o remédio resultaram em fecundações, enquanto no outro grupo a taxa foi de 41%.

O último período analisado foi após 24 horas da aplicação. Nesse caso, não houve distinção entre os dois grupos. Ou seja, o remédio não era mais eficaz, o que é um indicativo de que a droga não afeta a fertilidade para sempre.

Groner afirma que os resultados são promissores. "É uma maneira de tentar mexer na concepção masculina de uma forma que não tinha sido estudada", disse.

Mesmo assim, ele chama atenção para a necessidade de mais pesquisas, principalmente em humanos.

equilíbrio

Público no Bloco das Obscênicas, na Barra Funda, em São Paulo Bruno Santos - 11.fev.23/Folhapress

Usar protetor e beber água ajudam curtir o Carnaval sem sustos

Especialistas dão dicas para cuidar da alimentação e evitar misturas de substâncias durante os dias de folia

Ana Gabriela Oliveira Lima

SALVADOR (BA) Testar o glitter no antebraço antes de aplicar no rosto, alongar o corpo e contar com a rede de apoio para evitar exageros podem ajudar os foliões a curtir o Carnaval sem perrengues antes ou depois da festa.

Especialistas ouvidos pela **Folha** dão dicas sobre como aproveitar a euforia causada pelo retorno do Carnaval, que foi cancelado ou adiado nos últimos anos em decorrência da pandemia da Covid.

Estabeleça sua rede de apoio

Para combater os excessos que podem causar arrependimento ou colocar a saúde em risco, Liliana Seger, psicóloga e doutora em psicologia pela USP (Universidade de São Paulo), recomenda aproveitar a festa sem abrir mão de redes de apoio.

A dica é fazer acordos com amigos (principalmente os que não bebem) para que eles possam ajudar a colocar limites. Seger também recomenda conhecer o trajeto dos blocos para saber onde procurar a ajuda de agentes públicos e buscar por dicas de segurança.

Atenção com substâncias

Eduardo Humes, médico psiquiatra e coordenador do Grapal (Grupo de Assistência Psicológica ao Aluno) da FMUSP (Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo), aponta sempre pode haver consequências quando o tema é o consumo ou a mistura de drogas.

Humes recomenda que o folião não se esqueça de conversar honestamente com algum médico se pretende consumir algum tipo de droga durante a festa. "Se for usar drogas, é importante fazer isso de forma responsável. Alguém que mistura antidepressivo com ecstasy, por exemplo, tem grande chance de passar mal."

"Isso pode impactar negativamente a sua saúde, então não deixe de conversar com seu médico, principalmente se você tem alguma doença crônica ou toma medicamento de uso contínuo."

Como bem e beba água

Quando estiver na folia, a dica é intercalar o álcool com água, segundo Sabrina Theil, nutricionista pós-graduada em fitoterapia pelo IPGS (Instituto de Pesquisas Ensino e Gestão em Saúde). A profissional afirma que a dica para beber com segurança é intercalar as doses de álcool com a ingestão de água.

"A toxicidade do álcool diminui quando intercalamos com o consumo de água. A gente também acaba bebendo menos álcool quando faz isso", afirma Theil.

Ela recomenda que o folião não se esqueça de comer entre uma dose e outra. Iogurte, açaí com granola, sanduíche de pão integral com pasta de atum, vitaminas de fruta e barrinha de proteína são opções boas e fáceis de encontrar, indica a nutricionista.

Antes da festa, o ideal é consumir uma refeição completa, com proteína, carboidrato e gordura. "Pode ser um almoço composto por arroz, feijão, carne e salada ou, em lugares quentes, refeições mais leves, como proteína e salada regada com azeite."

Escolha o calçado certo

Janaina Candido, educadora física e personal trainer com pós-graduação em Biomecânica do Movimento e Treinamento Feminino pela FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas), recomenda deixar de lado o salto alto para evitar torções no pé e preservar a coluna. Os solados muito planos, por outro lado, podem deixar o calcanhar dolorido, por isso a melhor opção é usar um tênis confortável.

Outra dica é fazer alongamento antes e depois da festa para evitar lesões.

Use protetor solar

Para cuidar da pele, Juliana Hypólito, médica especialista em dermatologia pela SBD (Sociedade Brasileira de Dermatologia), recomenda o uso de protetor solar com FPS 30 ou mais. O ideal é reaplicar a proteção a cada 2 horas, mas se não for possível, usar novamente o produto ao menos mais uma vez no dia já faz diferença, afirma a especialista.

"Antes de sair de casa, o melhor é passar o protetor antes de vestir a roupa para não esquecer nenhuma parte desprotegida", diz Hypólito. A especialista também recomenda o uso de chapéu para preservar o couro cabeludo.

Para evitar alergias com glitter, pinturas e maquiagens, o indicado é fazer um teste com o produto no antebraço um dia antes de usá-lo no rosto.

"Caso você perceba que a pele está vermelha, coçando, irritada ou ardida, o ideal é tentar remover a maquiagem o quanto antes e, se possível, procurar o auxílio do seu médico dermatologista."

PROCESSO Nº **3003229-28.2013.8.26.0238**, EDITAL DE CITAÇÃO, prazo 20 DIAS, nos autos da ação de Execução de Título Extrajudicial (contrato nº 385/5.171.551) movida por BANCO BRADESCO S/A contra WORLD NET SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E OUTROS, pelo Juízo de Direito e 2ª Vara, o Dr. AUGUSTO BRUNO MANDELLI, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Ibiúna/SP, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao coexecutado CARLOS HENRIQUE PFLUEGER RODRIGUES, que por este juízo promovem-se os termos da ação supra mencionada, onde se pleiteia o recebimento do valor abaixo, proveniente da cédula de crédito bancário nº 385/5.171.551, emitida em 08/11/2011 em favor do exequente pelo primeiro executado, com o aval dos demais, que proporcionou a abertura de crédito em conta corrente nº 19.910-9, no importe de R$ 89.500,00, para ser pago em 48 parcelas mensais e consecutivas no valor de R$ 3.937,19 cada, vencendo-se a primeira em 16/12/2011. Constando dos autos que este se encontra em lugar incerto, expediu-se o presente Edital, por meio do qual fica o mesmo CITADO, para no prazo de 03 (três) dias efetuar o pagamento do débito constante na inicial, devidamente atualizado e corrigido até a presente data, o qual no mês de março de 2015, perfazia o valor de R$ 147.705,95, ou nomear bens a penhora, sob pena de ser-lhe penhorados ou arrestados tanto de seus bens o quanto bastem para a integral satisfação do débito devidamente atualizado e corrigido até a presente data, podendo opor embargos no prazo legal de 15 dias, citação essa extensiva aos demais atos e termos do processo, até final, sob pena de revelia. E, para que não aleguem ignorância, expediu-se o presente que será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **0618441-16.1996.8.26.0100**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Requerente: Banco Financial Portugues S/A. Requerido: Antonio Bernabe Portigliatti. 9ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 9º Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0618441-16.1996.8.26.0100. O Dr. Rodrigo Galvão Medina, Juiz de Direito da 9ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Benedito de Pinho Filho, Benedito Félix de Pinho, Euclides Luiz Vigneron, Maria de Jesus Pinho Vianna, Maria Helena de Pinho Castro, Maria Lourdes Teixeira, Maria Regina de Pinho Rezende, Neuza Maria Aparecida de Pinho, Silvino Teixeira Leite e Vera Maria Vigneron, que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Banco Financial Portugues S/A, procedeu-se a penhora sobre a fração ideal de 2/6 do imóvel rural objeto da matrícula 3.053, do CRI de Ubatuba/SP, localizado na Praia de Picinguaba, cadastro INCRA nº 643.041.004/820-1, de copropriedade do executado Antônio Bernabe Portigliatti (CPF. 922.224.048-00). Estando os coproprietários em local ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, manifestem-se sobre o pedido de adjudicação sobre a fração ideal do imóvel acima descrito, pertencente ao coproprietário e executado Antônio Bernabe Portigliatti, sob pena de prosseguimento da ação. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, aos 08 de janeiro de 2023.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 041/2023
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONCERTINAS"
Processo Administrativo: 17.550/2021
Data e Hora do Pregão: 13/03/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão Pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de Licitação: LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
Número da Oferta de Compra: 855800801002023OC00066
A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Serviços Urbanos, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Habitação e Secretaria de Trânsito, torna público que, na data, horário e local acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR VALOR POR LOTE.
O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 17 de fevereiro de 2023.
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DAS ELEIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES DENTISTAS SÃO MIGUEL PAULISTA

A Diretoria da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas São Miguel Paulista -, no uso de suas atribuições e de acordo com os artigos 49,50,51,52 e 53 do Estatuto Social em vigor determina e torna pública a data de **24 de maio de 2023,** para as Eleições dos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, Central e Regionais; Diretor e Vice-Diretor dos Departamentos Científicos e Grupos de Estudos; Representantes das regionais para que em segunda votação os mesmos elegerão os membros titulares do Conselho Deliberativo da APCD (CODEL-APCD), referente à gestão 2023/2026. Membros do Conselho Fiscal (COFI-APCD) e Eleitoral (COEL-APCD), referente à gestão 2023/2029. Conselheiros dos Conselhos Deliberativo; Fiscal e Eleitoral das Regionais, quando previsto. As inscrições deverão ser feitas através de requerimentos próprios, em duas vias, enviados e protocolados na secretaria dos Conselhos da APCD-Central, sito à Rua Voluntários da Pátria, nº 547 – 1º andar, para a Central e na APCD São Miguel Paulista, sito á Rua Tenente Miguel Delia, nº 405 – São Miguel Paulista, com o encaminhamento da 1ª via dentro do prazo legal.
As inscrições para a Diretoria, Departamento Científico, Grupo de Estudo, serão por chapas Completas e para os Conselhos Deliberativo, Fiscal e Eleitoral individualmente. O Prazo de inscrição encerra-se no dia **27 de março de 2023 às 20:00h** na secretaria dos Conselhos da APCD-Central e na APCD São Miguel Paulista 18:00**h.**
Os candidatos ao cargo do Conselho Deliberativo APCD Central, eleitos no primeiro pleito como representantes das respectivas Regionais em 24/05/2023, reunir-se-ão até a primeira quinzena do mês de Junho nas suas respectivas Macrorregiões para elegerem por aclamação dos representantes presentes, os Conselheiros titulares e suplentes (CODEL-APCD), na proporção prevista no artigo 65 do Regulamento Eleitoral combinado com o artigo 41 do Estatuto Social da APCD Central, todo processo eleitoral será organizado pelos coordenadores da Macrorregião e conduzido pelo Delegado Eleitoral indicado pelo COEL Central, que deverá obedecer aos critérios eleitorais definidos no Regulamento Eleitoral da APCD Central.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2023.

Dra. Edmélia Barbaresco – Presidente da APCD São Miguel Paulista
Dra. Darlene Siqueira – Secretário Geral da APCD São Miguel Paulista

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS - PROCESSO Nº **0009254-22.2010.8.26.0624** - O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Tatuí, Estado de São Paulo, Dr(a). FERNANDO JOSE ALGUZ DA SILVEIRA, na forma da Lei, etc. - FAZ SABER a(o) MARIO LUIZ DE CAMARGO, CPF 062.762.778-19, com endereço à Rua José Vieira de Miranda, 199, Centro, CEP 18285-000, Cesário Lange - SP e MARIO LUIZ DE CAMARGO CESÁRIO LANGE - ME, CNPJ 62.380.607/0001-30, com endereço à Rua José Vieira de Miranda, 199, Centro, CEP 18285-000, Cesário Lange - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, alegando em síntese: "Receber a importância de R$ 524.852,22 (em julho/2021 - fls. 102) - Os requeridos emitiram em favor do requerente uma CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO nº. 3494232 em 19/01/2010, no importe de R$ 95.000,00, para ser pago por meio de 36 prestações mensais e consecutivas no valor de R$ 3.853,54 cada, todas já acrescidas de juros de 2% ao mês. Ocorre, porém que os devedores não cumpriram com suas obrigações, não efetuando o pagamento da parcela prevista para o dia 20.março.2010, sendo portanto devedores da importância cujo montante apurado até o dia 30.agosto.2010, nos termos da Lei 8593/1.994, é de R$ 111.050,65.". Encontrandose os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetuarem o pagamento da dívida, mais custas, despesas processuais e verba honorária de 10% do valor do débito ou oferecerem embargos no prazo de 15 dias. Caso o pagamento se realize no prazo assinalado, a verba honorária será reduzida à metade. No mesmo prazo de 15 dias, os executados poderão requerer o parcelamento do débito em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, sob pena de penhora e avaliação e que; foi declarado arrestado os valores depositados a fls. 134/135 (R$ 2.358,71). Não sendo apresentado embargos à execução, será considerada a revelia dos executados, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Tatuí, aos 29 de setembro de 2022.

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ nº 02.302.101/0001-42

AVISO DE CANCELAMENTO

A EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE, torna público o cancelamento da CHAMADA PÚBLICA EMAE Nº 01/2023.

ELETROPAULO METROPOLITANA
ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 61.695.227/0001-93 - NIRE 35.300.050.274

LICENÇA

• A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A (Enel Distribuição SP) torna público que requereu junto à Secretaria de Gestão Ambiental do Município de São Bernardo do Campo, mediante Req. nº 0123-2023, a Licença Ambiental de Operação para a Estação Transformadora de Distribuição (ETD) Vila Paulicéia, situada na RUA CAMARGO, 1415, Bairro Paulicéia, São Bernardo do Campo/SP.

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo

Pregão Eletrônico nº 014/2023

Processo Administrativo nº 17.710 /2021
Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ELÉTRICA IV"
Sessão pública: www.bec.sp.gov.br
Tipo de licitação: LICITAÇÃO COM RESERVA DE COTA PARA ME/EPP
Critério de Julgamento: MENOR VALOR POR LOTE
Números das Ofertas de Compras:
855800801002023OC00067 (COTA RESERVADA)
855800801002023OC00068 (AMPLA CONCORRÊNCIA)
COMUNICADO DE ALTERAÇÕES DO EDITAL E NOVA DATA PARA A SESSÃO PÚBLICA
Pelo presente comunicamos a todos os interessados que esta Prefeitura efetuou alteraçõs no Edital do Pregão supramencionado, e houve a necessidade de cancelar as Ofertas de Compras nº. 855800801002023OC00018 e 855800801002023OC00021, devido à atualização dos códigos BEC, com a consequente liberação das Ofertas de Compras nº. 855800801002023OC00067 e 855800801002023OC00068. Face ao exposto, informamos que a data da Sessão Pública do Pregão Eletrônico, inicialmente designada para o dia 07/02/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF), foi transferida para o dia 10/03/2023 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF).
Informamos ainda que o Edital ALTERADO poderá ser retirado GRATUITAMENTE por quem já o adquiriu presencialmente e também estará disponível para consulta e download de todos os interessados de forma gratuita nos sites www.praiagrande.sp.gov.br e www.bec.sp.gov.br.
Este comunicado encontra-se disponível no site www.praiagrande.sp.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 17 de fevereiro de 2023.
SORAIA M. MILAN - Secretária Municipal de Serviços Urbanos

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ nº 02.302.101/0001-42

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº ASL/APP/5001/2023. Prestação de Serviços de Fiscalização em Áreas Patrimoniais da EMAE. O edital que estabelece as condições de participação estará disponível para download a partir desta data no sítio da EMAE: www.emae.com.br/Licitações/Licitações Eletrônicas/Pregão Eletrônico. Para a obtenção de senha e credenciamento, condicionantes à participação, acessar o mesmo endereço eletrônico - Solicite sua Senha de Negociação - Contato: cadastro.fornecedores@emae.com.br. tels. (11) 2763-6647/6645. Envio das propostas, a partir de 00h00 de 08/03/2023 até as 09h00 de 09/03/2023. Às 09h00 será iniciada a Sessão Pública do Pregão no sítio acima. Informações com Marcio, telefone (11) 2763-6658, e-mail marcio.bueno@emae.com.br e licitacoes@emae.com.br.

emae

LEILAO ON LINE

Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213 torna público que nos dias 24/02/23 às 19:00 Leilão On Line de moedas, medalhas, cédulas antigas.
Acesse:
www.filatelicabrasil.com.br

Carlos Eduardo Toledo Vailati, PF torna público que requereu ao Semasa, a **Licença Ambiental Prévia - LP,** para Residencial - Unifamiliar no endereço: Rua Cervo do Pantanal N34B, Clube de Campo, Santo André - SP, 0934-270 e declara aberto o prazo de 30 dias para manifestação escrita, endereçada ao Semasa.

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE ITAPECERICA DA SERRA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO COM DEVOLUÇÃO DE PRAZO. A Diretoria de Ensino Região de Itapecerica da Serra, COMUNICA REPUBLICAÇÃO COM DEVOLUÇÃO DE PRAZO do PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/2023 do tipo MENOR PREÇO – Processo nº SEDUC-PRC-2022/76319 – Oferta de Compra 080279000012023OC00002 - objetivando a Prestação de Serviços Contínuos de Preparo e Distribuição de Alimentação Escolar. A Sessão Pública do Pregão será realizada à Avenida Quinze de Novembro, 1668, Centro, Itapecerica da Serra/SP e dar-se-á no dia 07/03/2023, com início previsto para as 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº E-007/2023

Encontra-se aberta na Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. E-007/2023 - Processo Digital FF.000131/2023-69 para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE DOCUMENTO DE LEGITIMAÇÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO (CESTA BÁSICA), POR MEIO DE CARTÕES MAGNÉTICOS, EQUIPADOS COM CHIP DE SEGURANÇA, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS "IN NATURA" EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CREDENCIADOS EM TODO O ESTADO DE SÃO PAULO. A abertura das Propostas dar-se-á no dia 07/03/2023 às 09:00 horas, no site **www.bec.sp.gov.br**, Oferta de Compra nº 261101260452023OC00007. As propostas serão recebidas no site a partir do dia 23/02/2023.
Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites **http://www.fflorestal.sp.gov.br**; **https://www.imprensaoficial.com.br/**; **http://www.bec.sp.gov.br**. Qualquer dúvida ou esclarecimento deverá ser encaminhado pelo site **http://www.bec.sp.gov.br**, e será respondido no mesmo.
PARECER AJ Nº 076/2023 (17/02/2023)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº E-06/23

Encontra-se aberta na Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. E-06/23 - PROCESSO DIGITAL FF.008737/2022-44, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONSERVAÇÃO DO MICO-LEÃO-DA-CARA-PRETA (LEONTOPITHECUS CAISSARA) PARA O PARQUE ESTADUAL LAGAMAR DE CANANÉIA, conforme as especificações constantes do Termo de Referência Anexo I. A abertura das Propostas dar-se-á no dia 07/03/2023 às 09:00 horas, no site **www.bec.sp.gov.br**, Oferta de Compra nº 261101260452023OC00008. As propostas serão recebidas no site a partir do dia 23/02/2023. Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites **https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/category/edital-licitacao/**; **https://www.imprensaoficial.com.br/**; **http://www.bec.sp.gov.br**.
Qualquer dúvida ou esclarecimento deverá ser encaminhado pelo site **http://www.bec.sp.gov.br**, e será respondido no mesmo. PARECER AJ Nº 054/2023 DATADO DE 30/01/2023

esporte

ESPORTE AO VIVO

9h30 Aston Villa x Arsenal Inglês, ESPN/STAR+

16h Resende x Flamengo Carioca, BAND/BANDSPORTS/DALE APP

17h Osasuna x Real Madrid Espanhol, ESPN/STAR+

Ramon Menezes durante treino da seleção masculina sub-20 Adriano Fontes - 14.nov.22/CBF

Ramon assume a seleção do Brasil e tenta repetir Scaloni

Vitorioso no Sul-Americano, ele será 1º interino no time masculino após 23 anos

Klaus Richmond

SANTOS O técnico Ramon Menezes desembarcou na manhã da última terça-feira (14) no aeroporto internacional Tom Jobim, o Galeão, no Rio de Janeiro, visivelmente cansado.

Foram 30 dias longe do país, 39 afastado de casa, do início da preparação até a conquista do título do Sul-Americano sub-20, na Colômbia —feito que findou jejum de 12 anos do Brasil na competição.

Poucas horas depois, ele já estava na sede da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) para, após reunião com o presidente Ednaldo Rodrigues, assumir interinamente a seleção principal. A formação verde-amarela fará um amistoso contra Marrocos, em Tânger, em 25 de março.

Primeiro interino a comandar a seleção após 23 anos, ele tem a chance de tentar repetir o que alcançou Lionel Scaloni, que foi de solução provisória a campeão mundial à frente da Argentina.

"Cheguei aqui e já me reuni com o presidente. Não houve tempo nem para comemorar o título. A minha vida, agora, é o estudo e o trabalho", afirmou à **Folha**. "Já comecei a estudar o adversário. Vou pensar muito nessa convocação para montarmos uma seleção muito forte", acrescentou.

O caso foi parecido com o que o mineiro viveu no Vasco, há quase três anos. Nem bem havia terminado a conversa com então presidente Alexandre Campello, em março de 2020, que anunciara para a vaga deixada por Abel Braga, e já estava ao telefone com os jogadores explicando o que pretendia com a nova metodologia e por que acreditava que poderia recuperar um time em baixa na temporada.

O perfil "workaholic" já não surpreende os familiares. Durante os seis meses à frente do time cruzmaltino, quando chegava à sua casa, mesmo exausto após viagens, tinha como hábito esticar a madrugada estudando lances das partidas.

"Ouço da minha esposa: 'Pelo amor de Deus, você vai ver futebol de novo?'. Mas considero fundamental para tirar lições e conclusões novas", disse.

Ex-meia com passagens por Vasco, Atlético Mineiro, Vitória e outros 12 clubes, conhecido pela habilidade nas cobranças de falta, ele foi elogiado no comando do Vasco por criar uma equipe doutrinada taticamente, com raros chutões, que sofria poucos contra-ataques. Lá, diz, também aprendeu a não se iludir com o futebol.

A equipe chegou a liderar nas primeiras rodadas do Brasileiro de 2020, mas acabou perdendo o ritmo ao longo da competição. Ele foi demitido após seis partidas consecutivas sem vitória. O Vasco terminaria a competição rebaixado.

"Sem dúvida, a vida nos ensina muito, e a cada dia ficamos mais preparados. Hoje eu me sinto mais preparado do que antes. Foi muito bom aquele momento vivido no Vasco. Acho que criaram uma expectativa muito grande, também por causa do trabalho", recordou.

Após a saída de São Januário, Ramon teve passagem pelo CRB, que durou somente nove jogos, além de 18 partidas no comando do Vitória —com somente três vitórias.

Assumiu, após quase um ano parado, a seleção sub-20, muito por causa do perfil discreto e estudioso pelo qual é conhecido. "Quando eu voltei à CBF como treinador da seleção sub-20, passando por todas as preparações até chegar a essa conquista do Sul-Americano, nós trabalhamos muito. Então, a minha vida sempre foi pautada em cima de muito esforço, muito trabalho", afirmou.

Ainda como jogador, em 2012, pediu licença de uma semana ao presidente do Joinville para realizar um curso para treinadores no Rio. Era o despertar para a nova carreira.

Na escolha do elenco de 23 jogadores que disputaria o Sul-Americano na Colômbia, precisou remontar boa parte da equipe pela não liberação de oito atletas —entre eles os atacantes Endrick, do Palmeiras, e Ângelo, do Santos.

Ouço da minha esposa: 'Pelo amor de Deus, você vai ver futebol de novo?'. Mas considero fundamental para tirar lições e conclusões novas

Ramon Menezes
técnico que foi campeão do Sul-Americano sub-20 e agora assumirá interinamente a seleção principal do Brasil

"Desde o dia 5 de janeiro, na nossa apresentação, todas as vezes em que fui questionado sobre a ausência de alguém, sempre disse: 'Deus sabe de todas as coisas; era e é para estar quem está aqui'", afirmou aos atletas, no vestiário, logo após a conquista diante do Uruguai.

O Brasil terminou a competição como o único invicto, com sete vitórias e dois empates, com o melhor ataque e a melhor defesa. Ao todo, Ramon tem 17 jogos à frente da formação verde-amarela de juniores: 11 vitórias, quatro empates e duas derrotas, um aproveitamento de 72,5%.

"Com o grupo que formamos, conseguimos buscar um equilíbrio da fase ofensiva e da fase defensiva. Fomos a equipe que menos sofreu gols e a que mais marcou. Isso prova [esse equilíbrio]", disse.

Ramon ganhou a primeira oportunidade como técnico em 2014, na modesta Associação Esportiva Evangélica, da terceira divisão goiana. Deixou-a como campeã invicta.

No Joinville, em 2015, dirigiu a equipe em 12 jogos, com 44% de aproveitamento, e não evitou o rebaixamento para a Série C. No mesmo ano, já havia caído no Campeonato Mineiro com o Guarani de Divinópolis.

Questionado se pode repetir a trajetória feita por Lionel Scaloni, de interino em 2018 a campeão do mundo com a Argentina em 2022, ele evitou responder. Scaloni, após alguns jogos em 2018, resolveu ousar —ainda que discretamente. Na primeira data Fifa de 2019, chamou oito jogadores que jamais haviam defendido o país, entre eles Gonzalo Montiel, Lisandro Martínez e Rodrigo De Paul, peças importantes para o triunfo no Qatar.

"É a cabeça deste time. Construiu tudo desde o zero. A verdade é que é um dos principais artífices de tudo o que foi conquistado", elogiou De Paul, em entrevista à TyC Sports.

No Brasil, a última vez de um técnico interino foi com Candinho, há 23 anos. Ele foi a solução imediata depois da demissão de Vanderlei Luxemburgo, de quem era auxiliar.

Luxemburgo perdeu o emprego após a eliminação para Camarões, em Sydney-2000. Em seu único teste, Candinho venceu a Venezuela por 6 a 0, pelas Eliminatórias, com quatro gols de Romário. "É um contexto bem diferente. Ganhamos a Copa América de 1999, e eu já era técnico havia muitos anos. O Ramon está vindo de um trabalho com os jovens, precisa viver muita coisa. Continuar depende muito da personalidade para fazer as coisas da maneira dele", disse Candinho à **Folha**.

Enquanto aguarda a decisão sobre o possível substituto de Tite —o favorito é o italiano Carlo Ancelotti, do Real Madrid—, Ramon promete fazer o de sempre: trabalhar.

O que você, Brady e Phelps têm em comum

Jogador fala em sonho completo e astro das piscinas trata de depressão

Marina Izidro

É jornalista e vive em Londres. Cobriu seis Olimpíadas, Copa e Champions. Mestre e professora de jornalismo esportivo na St Mary's University College

De que você tem medo? Talvez lhe venha à cabeça: morrer, ficar doente, perder o emprego. Há quem, por lidar diariamente com riscos, consiga transformar o medo em algo positivo.

Anos atrás, perguntei ao surfista de onda gigantes Eraldo Gueiros se ele tinha medo de encarar aquele muro de oceano em cima de uma prancha. Ele respondeu que sim e que isso era importante porque o deixava alerta. Ter consciência do perigo o fazia se preparar, para continuar vivo.

Atletas profissionais podem sentir ainda outro medo. Algo com que a maioria de nós não precisa lidar muito cedo: aposentadoria.

Claro, há quem deixe o esporte convicto de que o fez na hora certa. Mesmo assim, a transição não é necessariamente suave. Deve ser imensamente frustrante parar, aos 30 e poucos anos, uma carreira para a qual você se dedicou intensamente desde criança, quando corpo e mente são jovens. Há inúmeros relatos de perda de identidade e propósito.

O esporte traz senso de pertencimento, rede de apoio, atletas são amados.

Como lidar com esse corte de um dia para o outro? Fora a questão financeira, já que vínculos com clubes e patrocínios acabam. Abreviar a carreira por lesão pode ser ainda pior se ficar a sensação de algo inacabado.

Enquanto lidava com o problema crônico no quadril, Andy Murray admitiu que tinha "zero interesse" em fazer qualquer coisa longe do tênis. Recentemente, Serena Williams se disse dividida pela decisão de deixar as quadras por saber que ainda consegue competir em alto nível.

O tema é recorrente e voltou há poucos dias, quando o quarterback Tom Brady, 45, anunciou a aposentadoria um ano após ter deixado o esporte pela primeira vez. Voz embargada, disse que viveu um "sonho completo". Com sete títulos de Super Bowl, é considerado por muitos o maior jogador de futebol americano de todos os tempos, foi casado com Gisele Bündchen, já fechou contrato milionário para ser comentarista de TV.

Por que ficar triste? Uma reportagem do The Atlantic intitulada "O desespero silencioso de Tom Brady" fala sobre o vazio que deixar o esporte pode lhe causar.

Pode ser tão devastador que vários, como Brady, recuam da decisão. Michael Phelps se aposentou depois dos Jogos de Londres, mas retornou às piscinas. No Rio de Janeiro, em 2016, se tornou o maior medalhista olímpico da história, com 28 pódios.

O ótimo documentário "O Peso do Ouro", narrado e produzido por Phelps, traz depoimentos de ex-atletas, inclusive do nadador, sobre saúde mental, dificuldades na carreira e o que ele chama de "depressão pós-Olimpíada". Se alguém se prepara a vida toda para apenas uma corrida, uma luta, como aguentar o que vem depois —quando câmeras de televisão são desligadas, arenas fecham e o atleta de repente não é mais relevante? Volta o vazio e o medo da perda.

O documentário trata de aposentadoria e de como atletas não falam muito sobre as próprias fraquezas. Vai de encontro ao que sempre aprenderam: campeões não sentem pressão nem mostram insegurança ao adversário.

Debater transição de carreira é mais comum, mas há muito a evoluir. O que super-heróis do esporte e você têm em comum? Pode até não ser a conta bancária, títulos, ouros olímpicos, mas algo simples e profundo ao mesmo tempo. Como nós, eles e elas têm medos, tomam decisões, mudam de ideia. Como resume Phelps: "Somos humanos".

Não é justo subestimar a dor de quem deixa de fazer o que ama, não importa o tamanho do sucesso.

COZINHA BRUTA

Marcos Nogueira
folha.com/cozinhabruta

Carnaval é o túmulo da gastronomia

Passei algum tempo matutando sobre o que escrever nesta coluna. Se despejava meu mau humor contra a ditadura da alegria no Carnaval. Ou se, alternativamente, jogava para a torcida com elogios ao ziriguidum, ao balacobaco e ao telecoteco.

Em ambos o caso, estaria mentindo. Não odeio nem amo o Carnaval. Eu simplesmente não me encaixo.

Não sei dançar, tenho fobia de multidão e aversão séria a banheiros químicos. Sou um corpo estranho no Carnaval, transpareço inadequação sempre que desafio minha própria natureza e vou pular —minto: andar morosamente— atrás do cordão.

O desencaixe se manifesta até na área que escolhi para escrever. O Carnaval é o túmulo da gastronomia.

É fácil atrelar quase qualquer assunto à cultura alimentar —pois todo mundo come, e a alimentação perpassa toda atividade humana. Política, música, esporte, literatura, construção civil.

No Carnaval, porém, os prazeres são outros. A gula fica trancada, de castigo, enquanto o folião vai atrás dos demais pecados. Comida, cozinha, culinária e gastronomia não cabem no Carnaval. Ou, melhor, não cabem no Carnaval brasileiro.

Estive, em São Paulo, num evento para a promoção do Mardi Gras —o Carnaval de Nova Orleans, no sul dos Estados Unidos.

A festa, como se fosse um aniversário, tinha bolo. Uma rosca típica carnavalesca, de açúcar e canela, com confeitos coloridos.

Era boa? Sei lá. Claro que não comi. Onde já se viu comer bolo no Carnaval?

É evidente que as pessoas precisam se alimentar também no Carnaval. Sucede que o ato de comer se despe de qualquer conotação sensual, vira mera necessidade fisiológica.

Meio porque se está ocupado com outros prazeres, meio porque é um perrengue se alimentar na bagunça instalada.

Os antigos preconizavam a canja para repor a energia gasta no Carnaval, mas raramente há uma sopinha de avó à espera do folião estropiado.

Depois de passar o dia todo sem lembrar de se alimentar, o carnavalesco traça o que está ao seu alcance. O pão de batata murcho do Oxxo. O último quibe da estufa do mais suspeito boteco. Pão amanhecido com banana e glitter na cozinha de algum desconhecido.

Quem se rebela contra a festa não tem sorte melhor. Os restaurantes aproveitam para dar folga aos funcionários. E os que abrem são fisicamente inatingíveis.

Leva alguns episódios de encalacramento, entre um bloco e outro, até o ser humano aprender que é uma péssima ideia tirar o carro da garagem no Carnaval. Sair para comer, só se for a pé, no sujinho da esquina, onde o chapeiro foi trabalhar virado depois do desfile do Sambódromo.

Comer em casa é uma saída resignada para quem foge dos tambores. Cozinhar é meio que um protesto tolo contra o estado das coisas. Amizade, o mundo está pouco se lixando para o seu jantar. É Carnaval. Ninguém quer saber.

A boca, no Carnaval, serve para beijar, beber e cantar. Na ordem ou desordem que você bem entender.

Após passar a vida inteira só trabalhando, Keith Mackrill monta em camelo no Egito, na companhia de Kami Queiroz Arquivo pessoal

É LOGO ALI

Luiza Pastor
folha.com/elogoali

Voluntária brasileira abre novos horizontes a aposentado inglês

Hoje vou contar a história da sulmatogrossense de Campo Grande Kami Queiroz, 33, que resolveu estudar inglês na Inglaterra. Era março de 2022, o mundo engatinhava para fora do pior momento da pandemia de Covid. Com anos de trilhas, ela quis conhecer a montanha mais alta do Reino Unido, a Ben Nevis, com seus 1.344 m. Mas não bastava chegar lá —foi caminhando os 150 km da capital Glasgow até Fort William, sim, a cidade de Harry Potter, de onde chegamos a conversar para falar de sua caminhada.

Ao terminar a trilha, porém, Kami se inscreveu em programa de voluntariado, o Workaway Volunteer que atende a cada vez maior população idosa do Reino Unido. E assim foi parar na cidade de Margate, no sudoeste da Inglaterra, onde conheceu Keith Mackrill, 68, e onde começa outra história bem mais emocionante.

Contador aposentado e sem familiares próximos, Keith ficou muito debilitado no isolamento da pandemia. Precisava de ajuda para tudo e cabia a Kami fazer a faxina, preparar o café da manhã, arrumar a bagunça de quem tinha como único hobby comprar tralhas pela internet. "Eu o achava muito peculiar", conta ela, "quieto, tímido, não falava nada, sempre sozinho". Com ela puxando assunto e contando piadas, a amizade se instalou.

"Um dia perguntei o que gostaria de conhecer em seu país, e ele disse: Oxford", diz a assistente de pós-produção audiovisual, que preparou roteiro acessível para a visita com o novo amigo, a cadeira de rodas e a bengala, que o sustenta por, no máximo, alguns minutos em pé. "Fomos passear de barco e ele chorou muito." Da boa experiência que tirou Keith do isolamento, veio a ideia de levá-lo a Chipre, onde passariam o Natal e o Ano Novo.

> Vejo que há julgamento de quem não entende o voluntariado, pensa que pode ser interesse, não vê que o futuro é que cada vez vai haver mais idosos precisando de apoio no mundo e que estão cada vez mais abandonados
>
> **Kami Queiroz**
> voluntária

"Eu havia saído da Inglaterra, mas mantinha contato com ele e sabia da história de seu último Natal, quando ficou sozinho." Ante o convite de Kami, seguiram para Chipre e de lá ele disse que não queria voltar ao Reino Unido por causa do inverno. "Ele não gosta de frio."

A dupla, então, seguiu de Chipre para o Egito, onde viu que não é fácil assegurar acessibilidade e transporte para pessoas com deficiências ou restrições alimentares como tem Keith, que perdeu dentes na pandemia e só come alimentos pastosos. De lá, foram até a Turquia, de onde Kami falou com o blog. "Ele quer conhecer as sete maravilhas do mundo." E a programação segue até maio, passando por Israel, Jordânia e de volta para a Inglaterra, porque ele quer ir a Liverpool. "A vida dele foi só trabalhar, não casou nem teve filhos. Só juntou dinheiro".

Para o próximo inverno europeu, a dupla tem planos de passar seis meses no Brasil, e o Natal será com a família de Kami. "Esse foi um dos pedidos que ele colocou na lista de ano novo que fez pela primeira vez", diz ela. Nada mal para quem há um ano estava em acelerado processo de depressão, sofrendo de síndrome de acumulação, bebendo litros de licor de amarula largado numa cama e perdendo massa muscular devido à imobilidade. "Ele agora quer viver, depois de ter sido resgatado pelo programa de voluntariado", destaca Kami.

Ela, que se descreve como "viajante do mundo", diz que todas as suas viagens incluem o voluntariado. "Já fazia antes de sair do Brasil e, em todo lugar do mundo a que vou, vou fazendo voluntariado." E, embora as tarefas envolvidas nos cuidados do dia a dia com seu amigo inglês não lhe tenham permitido filmar as viagens, Kami estuda viabilizar o maior sonho de Keith: conhecer as sete maravilhas do mundo moderno (Cristo Redentor, Machu Picchu, Chichén Itzá, Coliseu de Roma, as ruínas de Petra, o Taj Mahal e a Muralha da China). "É um desafio imenso levar uma pessoa com tantas restrições a esses lugares."

Como voluntária, as despesas ficam por conta de Keith. "Eu só gasto com minhas despesas pessoais", diz ela, que trabalha remotamente na pós-produção de um reality show que deve estrear em breve em uma emissora brasileira.

"Eu cheguei para o Keith em um momento em que ele ainda consegue fazer muita coisa, vai haver uma hora em que não vai dar mais, então tem que aproveitar enquanto não chega a esse estágio, porque a mudança de vida para ele, viajar, trouxe muita energia e vitalidade para seu corpo, então é possível concluir que o mais importante é viver o agora, a cada momento." Alguém duvida que ela tem razão?

ACERVO FOLHA
Há 50 anos 18.fev.1973

Morre, aos 75, Pixinguinha, um dos maiores ícones da música do país

O compositor, instrumentista, regente e arranjador Alfredo da Rocha Vianna Filho, o Pixinguinha, morreu aos 75 anos neste sábado (17), no Rio de Janeiro. Ele sofreu um infarto durante um batizado em que seria padrinho na igreja Nossa Senhora da Paz, em Ipanema.

Desde criança, Pixinguinha teve muito com contato com a música e já integrava o conjunto de se seu pai em bailes familiares e em serenatas. Ele cresceu e se tornou uma das maiores figuras da história da cultura do Brasil.

O músico, um expoente do choro, deixa incríveis obras, como "Carinhoso", "Acerta o Passo", "Aguenta Seu Fulgêncio", "Um a Zero", "Rosa" e "Lamentos", entre tantas outras.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

FOLHA DE S. PAULO

Médici e Caldera ativarão integração

VOCÊ VIU?

Russomano é ríspido com o sr. da Kombi Reprodução/TikTok

Acostumado a lidar com problema dos outros na TV, agora o deputado federal e jornalista Celso Russomanno terá de solucionar o próprio transtorno causado por batida de trânsito, em que seu carro importado colide com uma Kombi.

Enquanto o carro dele estava parado, a Kombi se aproximou e virou um pouco à direita para estacionar. Nesse momento o motorista de Russomanno acelerou. "Os dois estão errados", era o que gritava vendedores de lojas da Santa Ifigênia.

Em vídeos feitos, é possível ver o motorista da Kombi nervoso. "Você vai pagar", é o que Celso diz em leitura labial —ele não se pronunciou sobre o caso.

Carro do deputado e Kombi batem Reprodução/TikToka

Pé no freio

Depois de anos de enredos patrocinados e baterias metralhadoras, as escolas de samba recuperam memória afro e diminuem o ritmo

Momento do desfile do ano passado da escola de samba Grande Rio, que integra a divisão de elite do Carnaval carioca, em passagem pela Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro Eduardo Anizelli/Folhapress

Lucas Brêda

SÃO PAULO No Carnaval deste ano, Mestre Ciça preparou um andamento um pouco mais lento. Mestre de bateria há mais tempo em atividade no Rio de Janeiro, ele —em conjunto com diretores e carnavalescos— puxou as rédeas da bateria da Unidos do Viradouro, escola de samba conhecida pela agilidade e pelo expressivo naipe de caixas, honrando o apelido de Furacão Vermelho e Branco.

"A bateria é pegada, mas com um andamento mais confortável", afirma Ciça. "Puxei um pouco para trás, para o samba poder ser bem evoluído na avenida. Estou feliz pela cadência da bateria. Essa é a proposta da escola."

Vice em 2019 e campeã no ano seguinte, a Viradouro volta à Sapucaí com um desfile sobre Rosa Maria Egipcíaca, escravizada com dons espirituais que foi a primeira mulher negra a escrever um livro no Brasil. A escola canta a "santa que o povo aclamou" por cima de um andamento que não passa de 144 BPM, ou batidas por minuto.

Essas são duas movimentações que vêm se intensificando nos últimos carnavais —a redução do tempo de algumas baterias e a retomada de enredos mais conectados com o povo, com destaque para o resgate da memória afro-brasileira. Segundo Luiz Antônio Simas, historiador e coautor do livro "Samba de Enredo: História e Arte", essas são algumas das razões para o que considera uma melhora recente nos sambas-enredo.

"O Carnaval deste ano confirma uma tendência —um bom enredo já é meio caminho andado para um bom samba", ele diz. "Houve um período em que o samba de enredo realmente estava por baixo. Tivemos uma queda muito grande de qualidade."

Simas liga essa decadência, bem acentuada nas décadas de 1990 e 2000, ao processo de profissionalização das escolas e à consequente seleção de enredos que privilegiam acordos comerciais em detrimento dos interesses do público.

DECADÊNCIA DO SAMBA-ENREDO
Para o historiador Luiz Antônio Simas, o samba de enredo viveu um período de decadência nos anos 1990 e 2000, quando as escolas apostavam em andamentos mais rápidos e letras patrocinadas por empresas, já que a economia ia bem

É um paradoxo —os sambas começaram a piorar conforme as escolas enriqueceram.

Era uma época em que a economia do país ia bem, e grandes empresas passaram a patrocinar os enredos. "Só que eram patrocínios difíceis de carnavalizar", afirma Simas. "É difícil desfilar com um enredo sobre companhia aérea ou de gás, marca de xampu ou camisinha. Ou então com grana de prefeituras de cidades com histórias. Como você vai carnavalizar?"

Continua na pág. C2

Desfile da escola Beja-Flor de Nilópolis, da divisão de elite do Rio de Janeiro, durante passagem pela Sapucaí no Carnaval do ano passado Eduardo Anizelli/Folhapress

Pé no freio

Continuação da pág. C1

Se os anos 1970 e 1980 marcaram um auge de popularidade dos sambas de enredo, impulsionados por uma pujante indústria fonográfica, as duas décadas seguintes não foram tão brilhantes. Estudiosos como Spirito Santo, no livro "Do Samba ao Funk do Jorjão", também apontam para uma estagnação criativa nas baterias daquela época.

"A espontaneidade que o ritmista tinha no passado acabou —e eu sinto falta. Hoje o desfile é todo perfilado, antes botava lá 200 e tantos homens e vamos embora", diz Ciça, com 66 anos de idade, mais da metade deles comandando baterias.

É um processo de resposta aos critérios dos jurados, cada vez mais técnicos, já que os diretores de bateria trabalham todo o ano para corrigir o que foi apontado como erro no Carnaval anterior. De certa forma, as baterias já saem com um dez, mas a cada detalhe vão perdendo pontos.

"Um prato, pandeiro ou um ganzá que eles achem que está sendo tocado na frente perde ponto. Então, isso não existe mais nas escolas", diz Ciça. "Hoje você faz uma afinação da marcação de primeira e tudo tem que estar igual. Os jurados hoje pegam muito nisso. Tem que tocar tudo direitinho, não pode oscilar."

Ganhar o Carnaval, também consequência da entrada de dinheiro, se tornou mais importante do que ter um samba na boca do povo. "A gente é tolhido. As escolas se profissionalizaram demais. Existe muita regra dentro do samba, porque a competição é de alto nível. As baterias ficaram comportadas demais."

Mas a última década trouxe mudanças. Hoje, se um ritmista não consegue ir a um ensaio por motivos de trabalho, ele pode aprender o desenho, por exemplo, de um tamborim, por meio de vídeos enviados pela internet, para tocar no dia do desfile.

O perfil do ritmista, diz Ciça, também mudou. "A garotada estuda música, faz aula de percussão, coisa que não existia. São muito bons, chegam perto de mim e fico assustado. Se deixar, querem voar. Minha experiência, com a juventude deles, faz a coisa acontecer."

Em março, Simas publica uma nova edição de seu livro sobre os sambas-enredo, parceria com Alberto Mussa, originalmente lançado em 2009. No posfácio, eles refletem sobre os últimos anos de desfiles.

"O fim dele era melancólico. A gente praticamente decretava a possibilidade da morte do gênero", diz Simas. "Mas o posfácio constata melhoria."

Simas esclarece que não está fazendo uma "apologia da miséria", mas acredita na relação do dinheiro com a qualidade dos enredos. "Quando o dinheiro começou a sumir, as escolas de samba tiveram que apelar para enredos autorais, né? Então você deu mais liberdade ao artista, ao carnavalesco, e isso melhorou."

A gente é tolhido. As escolas se profissionalizaram demais. Existe muita regra dentro do samba, porque a competição é de alto nível. Fiquei calado por muitos anos em relação a isso, mas agora eu tenho falado

Mestre Ciça
mestre de bateria

O ano de 2012 foi marcante nesse sentido. A Porto da Pedra desfilou um enredo patrocinado, chamado "Iogurte, Do Império Otomano às Cortes Europeias". "Mas, ao mesmo tempo, você tem dois sambas de excepcional qualidade —da Portela, sobre a Bahia, e da Vila Isabel, sobre as relações entre Angola e Brasil. Vem melhorando com o tempo, não teve uma virada. Vem se desenhando uma melhoria."

Nesse processo, a ascensão de políticos que faziam ataques ao Carnaval, como o ex-prefeito Marcelo Crivella, do Republicanos, no Rio de Janeiro, e Jair Bolsonaro, do PL, no governo federal, geraram reações das escolas. A mais marcante delas é o desfile da Mangueira, em 2019, com um samba exaltando Marielle Franco.

Neste ano, além da Viradouro, temas brasileiros e afro-brasileiros surgem na Mangueira, com "As Áfricas que a Bahia Canta", e na Beija-Flor, com "O Grito dos Excluídos no Bicentenário da Independência", entre outros enredos.

Há também um olhar autorreferente, como a comemoração do centenário da Portela.

No ano passado, a Vila Isabel homenageou Martinho da Vila, e, neste ano, a Grande Rio —vencedora no ano passado com um samba-enredo sobre Exú— celebra Zeca Pagodinho. O Império Serrano dedica o desfile a Arlindo Cruz.

Em paralelo, a velocidade está diminuindo. "As baterias estão cadenciando mais. Gente que trabalha com formação de opinião em escolas de samba desceu o sarrafo nesse tipo de coisa", afirma Simas, o pesquisador. "É claro que não vão tocar a 113 BPM como tocavam em meados da década de 1970. Mas, na virada dos anos 1990 para os 2000, eram metralhadoras, estavam virando frevo."

Nos últimos anos, a Mocidade Independente de Padre Miguel chegou a desfilar com uma bateria a 137 BPM —redução considerável comparada aos quase 160 BPM de baterias dos anos 2000. De 2020 até 2022, a Grande Rio levou à avenida um samba a 143 BPM.

Mestre Ciça fez parte desse processo. "Fiquei calado por muitos anos em relação a isso, mas agora tenho falado —a responsabilidade pelo andamento é de todo mundo", diz. "Em escola organizada, mestre de bateria não decide o andamento. Você senta para conversar com o presidente e diretores. Se decide o que é melhor para a escola."

Ele fez carreira tocando perto dos 150 BPM na Estácio de Sá e levou essa abordagem para a Viradouro, com baterias mais pegadas e as caixas em evidência. "Minha levada de caixa me propunha a fazer isso. Então, posso tocar em 148 BPM, mas vou tocar suingado, fazer todas as viradas."

Ele admite que "houve um exagero lá atrás" e se considera um dos responsáveis, mas agora faz uma autocrítica. "Mudou para melhor, com andamentos mais confortáveis."

O que não mudou —e parece algo insolúvel— é o distanciamento do chamado "povo do samba" dos sambódromos. Os ingressos, caros, passaram a atrair mais turistas e uma classe média pouco versada na musicalidade que vai à avenida, com camarotes disputados e recheados de atrações e distrações paralelas.

"O público que vive aquilo não tem acesso ao espetáculo", diz Simas. "Isso prejudica o desempenho. As arquibancadas em geral são frias, tanto no Anhembi quanto na Sapucaí."

Hoje, de acordo com Ciça, para sentir o samba de enredo em sua pulsação máxima, é melhor ir a um ensaio técnico. "No dia do desfile, cai mais ou menos uns 50% do que você viu no ensaio. Carnaval é caro, né? Estou reclamando com você, mas tenho que aceitar isso."

Mônica Bergamo
A coluna é publicada no caderno B nesta edição

Comédia que abre a Berlinale se opõe aos discursos políticos

Filme de Rebecca Miller foi exibido após participação de Volodimir Zelenski

Ivan Finotti

BERLIM Com a exibição do filme “She Came to Me”, de Rebecca Miller, e uma cerimônia de abertura com a participação virtual do presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, o festival de cinema de Berlim começou na quinta-feira.

Zelenski falou via videoconferência após o apresentador receber no palco Sean Penn, que dirigiu e apresenta na Berlinale o documentário “Superpower”, a respeito da invasão da Ucrânia pela Rússia há um ano. “O cinema deveria estar fora da política? Essa é uma eterna questão, que voltou a ser extraordinariamente relevante”, afirmou o presidente ucraniano.

Na parte final do evento, a atriz iraniana Golshifteh Farahani, que faz parte do júri internacional presidido pela também atriz Kristen Stewart, famosa por “Crepúsculo”, foi ainda mais incisiva ao lembrar a situação das manifestações do povo de seu país contra o repressivo regime religioso do aiatolá Khamenei.

Os protestos, que já duram seis meses, começaram depois da morte de uma jovem de 22 anos, detida por usar incorretamente o véu obrigatório e morta na prisão. Mais de 500 pessoas já morreram.

“Precisamos de todos vocês”, disse Farahani, que atuou em “Paterson”, de 2016, de Jim Jarmusch, e “Rede de Mentiras”, longa de 2008, de Ridley Scott. “Precisamos que vocês fiquem do lado certo da história, com o povo iraniano e contra o regime. Esse regime vai cair. Nós precisamos apenas de todos vocês.”

O filme de abertura, por outro lado, é a comédia de erros típica de Hollywood, com pessoas que mudam de vida ao se apaixonar e na qual todos os dramas são resolvidos no final de forma satisfatória.

Conforme contou na entrevista coletiva, a diretora Rebecca Miller partiu da ideia de alguém com bloqueio criativo que encontra outra pessoa que muda toda a sua vida.

Essa pessoa é o compositor de ópera Steven, vivido por Peter Dinklage —o Tyrion Lannister da série “Game of Thrones”—, e “She Came to Me” conta com o grande trunfo de ter o ator escalado para um papel de um homem comum, e não de uma pessoa com nanismo.

Casado com uma terapeuta, papel de Anne Hathaway, que tem mania de limpeza, Steven tem dificuldades de escrever sua próxima peça até que conhece e tem um caso com a capitã de um barco, vivida por Marisa Tomei. O encontro rende a ele o fim do bloqueio, mas abre todo um novo problema com relação à traição conjugal.

“Esse papel é exatamente o que eu precisava agora, porque nós, atores, muitas vezes esperamos sentados até que outros nos chamem. Quero dizer, nós não criamos sozinhos, não podemos fazer isso. Escritores escrevem, pintores pintam e músicos tocam sua música, mas nós precisamos dos outros”, disse ele, agradecendo à diretora.

Questionada se seu coração bate mais forte por filmes independentes —que não são projetos de grandes estúdios e constituem a razão de ser da maioria dos festivais de cinema, como a Berlinale—, Anne Hathaway disse que não especificamente.

“Não só por independentes. Meu coração bate por qualquer filme. Sou viciada em cinema, e é importante que exista de todos os tipos”, afirmou a estrela de Hollywood.

Ao mesmo tempo em que Steven se vê às voltas com as duas mulheres, seu enteado de 18 anos namora uma colega da escola de 16 anos.

Quando o supercareta pai dela vê fotos do casal nu, resolve levar o rapaz à Justiça por estupro de menor.

Nesse momento, o filme se encaminha para a franca tragédia, mas mais não é possível dizer, sob o risco de revelação do final do filme.

She Came to Me
EUA, 2023. Dir.: Rebecca Miller. Com: Anne Hathaway, Peter Dinklage, Marisa Tomei

O ator Jay Baruchel em cena do filme ‘BlackBerry’, do diretor Matt Johnson, lançado ontem no Festival de Berlim

Longa ‘BlackBerry’ conta a ascensão e a queda do primeiro smartphone do mundo e ri das big techs

BERLIM Lançado inicialmente em 1999 acomo uma espécie de pager —outro aparelho da época dos dinossauros—, que permitia que você conversasse com outro possuidor do aparelho via mensagens de texto, o BlackBerry mudou o mundo em 2002, quando conseguiu incorporar fax —lá vamos nós de novo—, emails e o telefone móvel, tudo na palma da mão.

“BlackBerry”, longa de Matt Johnson, lançado nesta sexta-feira, no Festival de Berlim, conta de forma bastante divertida a história da empresa canadense que lançou esses aparelhos, uma história real de ascensão explosiva e queda brutal, adaptada do livro “Losing the Signal” —ou perdendo o sinal—, da jornalista Jacquie McNish.

Apesar de engraçado, o filme de Johnson não escapa aos clichês desse mundo. Há citações nerds para todo lado, há o gênio geek, há o amigo doidão, há o local de trabalho com diversão, há o empresário implacável.

É inescapável a sensação de assistir a um longa baseado na série “Silicon Valley”, que repisa os mesmos clichês. O filme também remete a “The Office” pela forma como é filmado e pelas piadas cáusticas de passar vergonha alheia.

Mike Lazaridis, papel de Jay Baruchel, é um nerd gaguejante que manja tudo de eletrônica e constrói os aparelhos praticamente sozinho.

Seu amigo doidão é Doug, interpretado pelo diretor Matt Johnson. E o executivo que se une a eles para fazer o negócio prosperar é vivido pelo ator Glenn Howerton.

Ver a empresa se tornar uma das mais valiosas do mundo é divertido, mas a graça mesmo acontece quando uma outra companhia lança um smartphone que, em vez de possuir minúsculas teclas físicas para digitar, apresenta um aparelho no qual o teclado some e aparece da tela.

A chegada do iPhone, lançado pela Apple em 2007, levou a companhia canadense a uma longa sangria, até desistir de produzir em 2016.

Na entrevista coletiva da Berlinale, Johnson contou que não planejava atuar no filme, e que essa ideia chegou a ser rechaçada pelos parceiros, que não o viam no papel de Doug. “Mas o Jay [Baruchel] disse que só entraria na produção se eu atuasse com ele, então eu tive que fazer”, disse. Foi uma ótima chantagem. Os dois são pontos altos de “BlackBerry”. **IF**

BlackBerry
EUA, 2023. Dir.: Matt Johnson. Com: Jay Baruchel, Glenn Howerton, Matt Johnson

COMO COMPRAR

Site da coleção: folclore paracriancas. folha.com.br

Telefone: (11) 3224-3090 (Grande São Paulo) e 0800 775 8080 (outras localidades)

Frete grátis: SP, RJ, MG e PR (na compra da coleção completa)

Nas bancas: por R$ 22,90 o volume

Coleção completa: R$ 549,60; lote avulso: R$ 109,92

Ilustração de ‘Como a Noite Apareceu’ Fotos Divulgação

Coleção Folha chega ao fim com história sobre a origem da noite

Otávio Tronco

SÃO PAULO Neste domingo, os leitores poderão conhecer a lenda indígena sobre o surgimento da noite. “Como a Noite Apareceu” é o último volume da Coleção Folha Folclore Brasileiro para Crianças, disponível em bancas e livrarias.

O livro traz a história do amor do jovem Aimberê com Uira, filha de Cobra-Grande, visto como o Rei das Águas.

A escritora Rosane Pamplona narra que a jovem impôs uma condição. Diz a lenda que no mundo não havia noite, só o dia, o Sol, luz o tempo todo, e Uira exigiu que só se casaria se o jovem trouxesse a noite.

Diante da exigência, Aimberê ordenou a três indígenas da tribo que fossem procurar a noite guardada pelo Rei das Águas. Os três seguiram com a expedição e encontraram Cobra-Grande, que deu um coco selado com resina e fez uma única exigência —“só Uira pode abrir esse fruto sagrado”.

Diante da curiosidade e notando sons estranhos vindos do fruto, os meninos queimaram a resina e abriram o coco. Assim, a noite foi liberada.

Diante da calamidade, Uira, que possui poderes mágicos, arranca um fio de seu cabelo para conter a noite. Para marcar a divisão, a personagem se transforma no pássaro cajubi, que anuncia o raiar do dia, e transforma Aimberê no pássaro urutau, que canta para iniciar o anoitecer.

Vou desfilar no bloco ‘Filhos de Glande’!

Depois de dois anos sem Carnaval não é mais Carnaval, é exorcismo!

José Simão
Jornalista, precursor do humor jornalístico

Buemba! Buemba! Macaco Simão Urgente!

O esculhambador-geral da República! É Carnaval! A grande festa da gandaia nacional!

A partir de hoje é proibido pensar! E depois de dois anos sem Carnaval não é mais Carnaval, é exorcismo! E alguém sabe onde tem máscara do Xandão para vender? Quero assustar gado neste Carnaval! Rarará!

E o grande bafo da semana: o balão chinês! Que na realidade é um drone para entregar frango xadrez! Drone do China in Box. Delivery do China in Box!

O Marcelo Médici perseguiu o balão por dez quilômetros e aí percebeu que era uma cagada de pássaro no para-brisa do carro! Rarará!

E já tem um novo trio para 2023: o Rivotrio! Eu vou sair no Rivotril.

Já um amigo meu vai ficar no retiro: retiro e ponho, retiro e ponho e retiro e ponho! E um outro vai passar pulando. Pulando e copulando! Rarará!

E acabo de receber a mensagem de um amigo baiano: “O Carnaval tá quase acaabando e você não vem?”. Baiano não sabe quando vai terminar o Carnaval porque não lembra quando começou!

E a internauta Barbiesemken vai sair em três blocos: Acadêmicos da Netflix! Unidos da Minha Cama! Mocidade da Come Tudo que Tiver na Geladeira!

E adoro os blocos. Direto de Belém: “Filhos de Glande”! O bloco mais democrático que existe. Somos todos filhos de glande!

E no Méier: “Me Perco na Reta Me Acho na Curva”. É a história da minha vida: me perco na reta, me acho na curva!

Direto de Cabo Frio (RJ): “É Mole, Mas É Meu”! O cúmulo da boa autoestima! Rarará!

E direto do Recife: “Cumêro Mãe! Agora Eu Tô Aqui”. É a história da humanidade.

E torno a repetir que neste ano temos duas novidades: “Geleia da Shakira” e “Caloteiros da USP”! Rarará!

E umas psicanalistas cearenses organizaram o “Cansei de Ser Densa”. Eu também!

Nóis sofre, mas nóis goza!

Que eu vou pingar o meu colírio alucinógeno!

Fê

| **DOM.** **Ricardo Araújo Pereira** | **SEG.** Bia Braune | **TER.** Manuela Cantuária | **QUA.** Hmmfalemais | **QUI.** Flávia Boggio | **SEX.** Renato Terra | **SÁB.** José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Série em formato documental cria investigação de rainhas africanas

Rainhas Africanas: Nzinga
Netflix, 14 anos
A atriz Jada Pinkett Smith é a produtora-executiva desta série documental sobre as mais poderosas mulheres da história da África. O primeiro episódio conta a história da rainha Nzinga, ou Jinga, que defendeu os territórios de Ndongo e Matomba, hoje pertencentes a Angola, da invasão portuguesa no século 17.

Olá, Amanhã!
Apple TV+, 16 anos
Num futuro imaginário com muita cara de passado, vendedores oferecem créditos de tempo na lua. Billy Crudup, de “The Morning Show”, estrela esta nova série cômica, que também tem Hank Azaria e Alison Pill no elenco.

Glô na Rua
Globo, 15h30, livre
A partir deste sábado, a emissora transmite um giro diário pelos blocos de rua que agitam algumas das maiores cidades do país. Apresentação de Érico Brás e Rita Batista.

Trace Trends
Multishow, 18h, livre
A apresentadora Xan Ravelli explora os bastidores da maior festa do Brasil, percorrendo bailes, blocos e escolas de samba no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Salvador. Depoimentos de Maju Coutinho, Thelma Assis e muitos outros.

Era Uma Vez na China
A&E, 21h20, 14 anos
Em Cantão, no final do século 19, um rebelde vivido por Jet Li se insurge contra a pilhagem da China por potências ocidentais. Dirigido por Tsui Hark no ano de 1991, este clássico restaurado em 4K deu origem a uma franquia com cinco longas para o cinema e uma série de TV.

Tiro Certo
Telecine Premium, 22h, 16 anos
Um grupo de elite da Marinha dos Estados Unidos precisa transferir um suspeito que está numa prisão de segurança máxima. Mas o lugar é atacado por terroristas que estão atrás do mesmo cara.

O Duque
HBO, 22h, 14 anos
Em 1961, um homem roubou em Londres um retrato do duque de Wellington pintado pelo espanhol Goya. O caso real rendeu esta comédia britânica estrelada por Jim Broadbent e Helen Mirren.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

	8							
		6	5		7			
7		5	2			8		4
			1			4		
1	3			7			5	6
		9			5			
5		3			8	1		7
			6		2	3		
							2	

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com novas lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

3	8	2	9	1	4	6	7	5
4	1	6	5	8	7	9	3	2
7	9	5	2	6	3	8	1	4
8	5	7	1	2	6	4	9	3
1	3	4	8	7	9	2	5	6
2	6	9	3	4	5	7	8	1
5	2	3	4	9	8	1	6	7
9	7	1	6	5	2	3	4	8
6	4	8	7	3	1	5	2	9

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Causar mal moral (desprazer, raiva, ressentimento, mágoa, afronta) a alguém **2.** Fruto do chocolate / O nome da sexta letra do nosso alfabeto **3.** Abreviatura de ultravioleta / Famosa marca brasileira de material esportivo **4.** Gruta pequena / Ferramenta usada para polir e desbastar metais **5.** Indivíduo, equipe ou clube campeão pela terceira vez em competição ou torneio / A meta do alpinista **6.** Enrugar **7.** Sinal para indicar o caminho **8.** Pequeno órgão vegetal que se desenvolve para formar outro maior / De + um **9.** Som prolongado emitido por cães e lobos / Gente, turma **10.** O parceiro de Fumaça, no antigo desenho animado / As iniciais do cineasta e ator Woody, de "A Era do Rádio" **11.** Não creem em Deus **12.** Lamartine Babo, músico / Terreno em subida **13.** O ex-tenista Agassi, um dos melhores da história dessa modalidade / Forma oblíqua tônica do pronome eu.

VERTICAIS

1. Uma ciência como a cabala / O animal que fornece leite para a fabricação de um tipo de muçarela **2.** Obséquio / A frente que provoca chuva e queda da temperatura / Biblioteca Nacional **3.** As iniciais do escritor Euclides, de "Os Sertões" / Pista para a circulação de bicicletas **4.** Parte densa e substanciosa do leite, matéria-prima para a manteiga / Crestar novamente **5.** Dupla de cantores ou instrumentistas / Parte do intestino / Cheiro ruim de suor **6.** Tecido aveludado, muito macio / O pintor francês Cézanne **7.** Que comeu muito / Advérbio que exprime afirmação **8.** Qualquer ser do sexo feminino / As letras que separam o T e o X / A metade de XII **9.** (Pop.) Diz-se de ou indivíduo exímio no que sabe ou faz / Ato de triturar novamente até reduzir a pó.

HORIZONTAIS: 1. Ofender, **2.** Cacau, Efe, **3.** UV, Topper, **4.** Loca, Lima, **5.** Tri, Cume, **6.** Crespar, **7.** Flecha, **8.** Broto, Dum, **9.** Uivo, Povo, **10.** Faísca, WA, **11.** Ateus, **12.** LB, Aclive, **13.** André, Mim. **VERTICAIS: 1.** Oculta, Búfala, **2.** Favor, Fria, BN, **3.** EC, Ciclovia, **4.** Nata, Retostar, **5.** Duo, Ceco, Cê-cê, **6.** Plush, Paul, **7.** Repimpado, Sim, **8.** Fêmea, UVW, VI, **9.** Fera, Remoagem.

Bruna Barros

Sublime lá e barraco cá

Emmanuel Carrère atinge o nirvana em 'Ioga' e aí se enterra na baixaria

Mario Sergio Conti
Jornalista, é autor de 'Notícias do Planalto'

Quatro relatos se misturam em "Ioga", o penúltimo livro de Emmanuel Carrère, publicado agora no Brasil (Alfaguara, 268 págs.). Há primeiro a busca do nirvana, a imersão do autor num retiro radical, destinado à meditação oriental.

Embora penosa, a trilha do autocontrole conduz à dissolução do ego no todo, ao cume sublime além das dores do mundo. A descrição convence até os céticos mais empedernidos.

Mas as dores do mundo não dão trégua. Refugiados na França, terroristas islâmicos atacam o jornal Charlie Hebdo. Chacinam 15 pessoas, entre elas um amigo de Carrère. Ele é chamado para fazer sua elegia no funeral e é tragado pelo caos.

Como o escritor não escapa ao torvelinho, a terceira parte de "Ioga" é lancinante. Ele conta o surto de depressão que o levou à internação num hospital.

Recebeu diagnóstico de bipolaridade e levou eletrochoques. Cogitou suicidar-se e buscou François Roustang, ex-jesuíta papa da psicanálise lacaniana.

O analista escuta sua "lúgubre ladainha", olha-o nos olhos e diz: "Se você que tiver que morrer disso, vai morrer. Não procure nem motivo nem meio de sair disso. Não faça nada, deixe estar: é a única condição para que possa acontecer uma mudança".

Mais uma vez, o relato é convincente. Contempla-se por dentro as chagas latejantes de uma depressão cachorra. Entende-se melhor a angústia aguda, lancetada por alguém castigado por ela, mas capaz de expressá-la a quente e racionalizá-la a frio.

Começa a quarta parte do livro. O autor conta sua estada em Leros, uma ilha na Grécia. Fica ali um centro de triagem de refugiados que fogem das misérias sem fim no Oriente e na África. Eles cruzam o mar Mediterrâneo e tentam se refugiar na Europa.

Carrère convive por dois meses com um grupo de garotos. São meninos que, caso não sejam assimilados pelo Ocidente, irão se radicalizar.

Há o risco premente de se tornarem terroristas como os que trucidaram o seu amigo do Charlie Hebdo.

O convívio entre o intelectual filantropo e os garotos sem nada é tocante. O autor toma consciência das atrocidades pelas quais passaram: um deles viu um bebê ser atropelado de propósito por um caminhão. E os refugiados aprendem que a Europa é uma terra de gente de boa fé.

Apesar do final desconjuntado, "Ioga" recebeu resenhas gloriosas e vendeu centenas milhares de exemplares em semanas. Fofocou-se que ganharia o Goncourt. No lugar do prêmio literário mais prestigiado da França, porém, houve um barraco de assustar cavalos.

Hélène Devynck é uma jornalista de TV ultraconhecida. Viveu com Carrère por 15 anos, nove dos quais casados, e tiveram uma filha. Ela foi conselheira e personagem de seus livros, que a exaltam em prosa e em verso. Até que se separaram por causa de um caso extraconjugal dele.

Assinaram um acordo pós-nupcial no qual o escritor concordava em só publicar algo sobre a ex-mulher com a sua anuência. Ela fez valer o documento e podou os trechos de "Ioga" sobre o divórcio. Eram páginas que apimentavam o livro e que punham mais drama na confissão do autor.

Carrère fez o corte drástico, mas acrescentou uma longa citação de um livro anterior, em que fala de, bingo, Hélène Devynck. Daí se entende por que o final é desconexo: o autor troca uma elipse esdrúxula por um enxerto sem "lé" com "cré".

Ela reclamou, e o escritor disse que era absurdo censurar o que já fora publicado. Devynck revidou com um artigo que desmantela "Ioga". Informou que o visitava diariamente no hospital, e ele inventou suas lembranças do período.

Esclareceu que os dois meses em Leros não passaram de alguns dias. Como a estada na ilha foi antes da hospitalização, o diálogo com os refugiados não serviu, como insinua o livro, para superar a depressão. Ao contrário, o episódio foi o preâmbulo da crise que levou aos eletrochoques.

Ela concluiu o libelo afirmando que "a crítica saudou como verdadeira a fábula do homem exposto, honesto e sofredor, que claudicou ladeira acima porque queria se tornar 'um ser humano melhor'".

Embora ele tenha mentido, Carrère sustenta que "a literatura é o lugar no qual não se mente". É duvidoso que tenha feito isso para recriar a verdade da sua vida. Porque seu livro proclama o tempo todo a autenticidade da franqueza.

Apesar da crença e da prática da meditação iogue, Carrère parece sussurrar ao ouvido do leitor: fique aí com sua vidinha aborrecida enquanto eu, um grande artista, desfruto, medito e ganho a vida com aventuras físicas e metafísicas.

O nome disso é autoficção.

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Wilson Gomes | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

guiafolha

Reprodução de esqueleto de um carnotauro em exibição no Museu de Zoologia da USP Ronny Santos/Folhapress

Passeios e shows são opção para quem quer fugir de blocos de rua do Carnaval

Filmes no streaming e delivery também são alternativas para viver um feriado de sossego em SP

Matheus Ferreira

SÃO PAULO As ruas de São Paulo vão lotar no Carnaval com marchinhas, fantasias e suor. A alegria festiva, porém, não impede que antifoliões encontrem atividades mais calmas para fazer na capital.

As opções incluem museus, shows, delivery e filmes. A seguir, um roteiro para curtir com tranquilidade o feriado.

*

PASSEIOS

Catavento: Museu de Ciências
Com mostras que tratam de astronomia, história, evolução e física, o museu fica aberto no feriado, com exceção da segunda (20). No piso superior, há uma mostra sobre química. Na terça (21), quando a entrada é gratuita, há uma exposição sobre como o cérebro age em momentos de alegria.
Av. Mercúrio, s/n, Pq Dom Pedro 2º, região central. Sáb., dom. e ter., das 9h às 16h. R$ 15

Museu de Zoologia da USP
Aberto no sábado (18) e no domingo (19), o museu traz um dos maiores acervos zoológicos da América Latina, que inclui réplicas de borboletas e onças, e também reprodução do esqueleto de dinossauros. Melhor ir ao local no domingo pela manhã, porque o bairro vai receber foliões às 14h.
Avenida Nazaré, 481, Ipiranga, região sul. Sáb. e dom., das 10h às 17h. Grátis; uso obrigatório de máscara no local

Parque do Carmo
O parque na zona leste não vai abrigar eventos de Carnaval. Então dá para curtir lagos, ciclovias, quiosques, redário, aparelhos de ginástica e um bosque de leitura. É possível ver o famoso Bosque das Cerejeiras com seus monumentos em homenagem à imigração japonesa. O parque ficará aberto todos os dias.
Av. Afonso de Sampaio e Sousa, 951, Itaquera, zona leste. Seg. a dom., das 5h30 às 20h.

Parque Estadual da Cantareira
No fim de semana, visitantes podem fazer trilhas em três pontos de visitação (Pedra Grande, Águas Claras e Engordador) com rotas de várias dificuldades e conhecer o que resta da mata atlântica.
Rua do Horto, 931, Horto Florestal, zona norte. Sáb. e dom., das 8h às 17h. R$ 30.

SHOWS

JazzB
No sábado (18) à noite, os integrantes da Fizz Jazz sobem ao palco e mostram seu repertório ao estilo de New Orleans do início do século 20. Na segunda, a Jazz Band Ball toca, às 21h. Fechando o feriado, na terça, às 21h, Tito Martino Jazz Band se apresenta.
R. General Jardim, 43, Vila Buarque, região central. Ingressos entre R$15 e R$25 (combo família, a R$60, dá direito à entrada de dois adultos e duas crianças de até 12 anos). Ingressos disponíveis em jazzb.com.br

Vista do Parque da Cantareira, que oferece trilhas na mata atlântica Divulgação

Público descansa entre cerejeiras no Parque do Carmo, na zona leste Adriano Vizoni/Folhapress

Mark Lambert: Tributo a Sting e The Police
A banda iglesa The Police, dos hits "Every Breath You Take", "Roxanne", recebe homenagem no sábado, no Blue Note.
Avenida Paulista, 2.073, Jardim Paulista, região oeste. Sáb., a partir das 19h. R$ 90 a R$ 108; ingressos à venda em bluenotesp.com

FILMES NO STREAMING

Alguém que Eu Costumava Conhecer
Uma produtora de reality show volta à sua cidade natal. Ao ver o ex-namorado prestes a se casar, ela decide reconquistá-lo a dias da cerimônia. A comédia romântica tem final feliz, mas nega os clichês do gênero.
EUA, 2023. Direção: Dave Franco. Disponível no Amazon Prime Video

O Método de Stutz
O ator Jonah Hill explora a sua relação com seu psiquiatra, que tem Parkinson. O documentário apresenta ferramentas desenvolvidas pelo analista para lidar com luto, ansiedade e fracasso.
EUA, 2022. Direção: Jonah Hill. Disponível na Netflix

RESTAURANTES

Chimi Choripanes
Dá para pedir por delivery o choripán, famoso pão com linguiça argentino, durante a folia. O kit semipronto vem com quatro pães, quatro linguiças artesanais e um frasco de chimichurri. (R$ 79,90 no restaurante ou R$89,90 no iFood).
R. Itapura, 714, Tatuapé, zona leste. Sáb., dom. e, ter., das 18h às 23h.

Le Jazz Brasserie
Em um espaço tranquilo dentro do shopping Higienópolis, serve clássicos franceses como foie gras e lula à la plancha. Para as crianças, há opções como bifinhos de filé-mignon e peixe grelhado.
Shopping Pátio Higienópolis, Av. Higienópolis, 618, região central. Sáb., das 12h à 0h; dom. e ter., das 12h às 23h.

Mesa 3
A rotisseria tem pratos semiprontos para quem quiser evitar as ruas fechadas pelos blocos. O ravióli de meia cura com banana (R$50, 500g) ou com creme de ervas (R$75, 500g) é um destaque. Dá para pedir a trouxa de palmito fresco e espinafre (R$140) para mais de uma pessoa. Entrega em toda capital com pedidos no site.
R. Doutor Paulo Vieira, 21, Sumaré, região oeste. Sex., das 9h às 19h; sáb., das 9h às 16h; dom. a ter., das 9h às 14h. tel (11) 94746-2417, mesa3.com.br

Milk & Mellow Gelato
Oferece opções autorais, como o chocomellow, tradicionais, como morango, e uma versão vegana. Atende no salão e por delivery.
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 101, Vila Nova Conceição, zona sul. Seg. e ter., 12h à 0h; sab., das 12h às 4h; dom., das 12h às 2h. Pedidos pelo iFood.

Taberna 474
O endereço de cozinha portuguesa com toques brasileiros também oferece comida para ser finalizada em casa. Como exemplo, o polvo à tasquinha, com batatas, cebolas caramelizadas e salsinha, que serve duas pessoas (R$ 121) e pode ser pedido pelo iFood ou no delivery do restaurante.
R. Maria Carolina,474. Jd. Paulistano, zona oeste. Sáb., das 12h às 23h; dom. a ter., das 12h às 22h. @taberna474

Parques e museus têm programação para as crianças no feriado

Natalia Nora

SÃO PAULO O feriado de Carnaval guarda opções para quem tem filhos ou netos e quer fugir da agitação dos megablocos de rua na capital paulista.

Alguns dos museus e parques temáticos da cidade estarão abertos durante a folia e contarão com uma programação especial, que inclui oficinas e miniblocos.

*

Mundo Animal
A nova unidade da rede de restaurantes temáticos foi inaugurada na Vila das Mercês. Serve sanduíches, tábuas de aperitivos e torres de batata frita com complementos variados. O restaurante tem um espaço infantil com brinquedos e monitores. Leonel, leão mascote da rede, faz apresentações e tira fotos com as crianças.
R. Dom Vilares, 493, Vila das Mercês, região sul, tel. (11) 99999-5777. Todos os dias, das 18h às 0h.

Museu do Futebol
No final de semana, o museu estará aberto normalmente. Ele só não vai funcionar na segunda (20), como de costume. Na Quarta-feira de Cinzas, o expediente começa às 12h. Na terça-feira, a entrada é grátis, e, na área externa, o museu vai contar com a apresentação de um bloquinho infantil.
Pça. Charles Miller, s/n, Pacaembu, região central, tel. (11) 3664-3848. Qua. a sáb., das 10h às 17h. R$ 20, em sympla.com.br

Parque da Ciência
Os museus Biológico e da Microbiologia terão atividades infantis. O local traz oficina em que as crianças vão usar materiais caseiros para montar um modelo de vírus capaz de combater bactérias. Elas também podem participar do jogo da memória, cara a cara e dominó, todos com temas sobre o reino animal.
Av. Vital Brasil, 1.500, Butantã, região oeste. Sáb. (18), das 7h às 17h. R$ 6, na bilheteria

Parque Gloob Super Jump
O parque de brinquedos infláveis terá marchinhas, música ao vivo, banda de fanfarra e os palhaços do Circo Alegre. As atrações temáticas incluem os personagens de "Detetives do Prédio Azul", "Miraculous" e "Bugados", os principais desenhos do canal de televisão.
Shopping Interlagos – Avenida Interlagos, 2.255, Jardim Umuarama, região sul. Todos os dias, das 13h às 21h. A partir de R$ 69, em eventim.com.br

Zoo SP
A programação vai misturar artes e sustentabilidade, com oficinas de pintura com tintas naturais. Crianças poderão fazer máscaras utilizando elementos como urucum, beterraba, terra e açafrão. Quem estiver visitando o local durante o feriado poderá participar da brincadeira sem nenhum custo adicional.
Av. Miguel Stefano, 4241, Água Funda, região sul. Todos os dias, das 10h às 17h. R$ 69,90, zoologico.com.br

folhinha

Crianças se divertem pintando unhas e cabelos

Dermatologista dá dicas para uso seguro de tintas na infância e também para quem quer furar orelha e usar brincos

TODO MUNDO LÊ JUNTO

Marcella Franco

SÃO PAULO Alice C. G. mostra a unha do dedinho: um cotoco coberto por um tantinho de pele. Tem também um roxo ali do lado, coisa de quem teve casquinha recente. "Eu fui puxando, puxando, e saiu um pedação", diz rindo, sem revelar se um dia (ou hoje mesmo) roeu as unhas das mãos.

Agora, elas estão pintadas de azul, uma cor chamativa como são todas as cores favoritas de Alice, 10 anos, desde que ela começou a passar esmaltes, ainda pequenininha. "Lembro uma vez que a gente saiu pra comprar esmalte verde, porque minha mãe queria fazer uma melancia nas minhas unhas. Ela também fazia joaninha", conta.

Na sua escola, Alice conhece algumas meninas que também curtem pintar as unhas, "mas são poucas", e também já viu meninos "que pintam de preto". "E conheço um menino que pintou de vermelho e todo mundo gostou."

Nos cabelos, a primeira vez que ela passou tinta foi aos 5 anos de idade —era uma mecha roxa. Todas as vezes, digamos, "oficiais" que Alice tingiu os fios aconteceram em salões de beleza, mas recentemente houve um desvio do padrão.

"Essa aqui pintei sozinha, no dia 25 de janeiro deste ano", revela, mostrando uma foto no celular. "Passei uma tinta que tenho aqui em casa. Pintar no salão é muito caro, e da última vez demorou tanto que eu fiquei com fome."

Os gêmeos Benjamin e Theodoro M. B., 14 anos, são amigos de Alana Beatriz A. R., 13 anos —o trio adora se enfeitar também com brincos, esmaltes e tinta no cabelo. A cor favorita deles todos nas unhas, por exemplo, é o preto.

"Comecei a pintar de branquinho, e ninguém falou coisas chatas para mim [na escola]", lembra Benjamin. Há dois anos, ele e o irmão começaram a descolorir os fios e passar tons vibrantes por cima. Ben, como é chamado na família, começou com azul e Theo foi de vermelho.

Alana, por sua vez, estreou com um rosa. "Minha família topou. Tive que descolorir e foi bem chato, o cheiro me fez passar mal", lembra. Os furos nas orelhas dos meninos vieram ano passado, e os dois escolheram brincos parecidos, argolas com uma cruz.

Alice, 10 anos, mostra as unhas pintadas de azul Fotos Bruno Santos/Folhapress

Alguns dos brincos que Alice faz para si mesma

Esmalte preto é o favorito dos gêmeos Ben e Theo

Theodoro e Benjamin, de 14 anos, curtem descolorir o cabelo e têm orelhas furadas

Mia O. L, de 10 anos, aproveitou a vontade de pintar as unhas como as que ela vê na internet para parar de roê-las. "Agora eu vou poder pintar, fazer desenhos, deixar ela muito bonita, fazer várias artes, e acho isso bem legal", conta, animada.

Os cabelos de Mia também já ganharam mechas roxa e rosa. Já os furos na orelha vão ter que esperar um pouco. A mãe de Mia conta que, porque ela faz lutas, ainda não poderá usar brincos.

Para todos eles, Mia, Theo, Ben, Alana e Alice, as cores e adornos pelo corpo são uma forma de se expressar, mas também uma grande brincadeira. Eles se divertem não só com o resultado, mas também durante todo o processo de escolha do que vão fazer.

A dermatologista Julia Peres, graduada pela USP (Universidade de São Paulo), avisa que o mais importante é que tudo parta de uma vontade da criança, e que não seja algo imposto pela família.

Em relação aos esmaltes, por exemplo, Julia alerta que o ideal é que só crianças a partir dos 4 anos de idade usem o produto. "Porém, hoje em dia existem alguns esmaltes que são feitos à base de álcool e saem com água, são temporários", explica.

Depois dos 12 anos, já é possível migrar para os esmaltes comuns. Na hora de removê-los, Julia sugere o uso de produtos à base de óleo e que não contenham acetona. E será que pode tirar a cutícula? "Não recomendo. A cutícula é uma proteção da unha", diz.

Para pintar os cabelos, ela acredita que o ideal seja esperar até os 12 anos, para evitar o contato das tintas com a raiz dos cabelos e o couro cabeludo, que poderia absorver as tintas. Sprays temporários estão liberados para os menores, desde que não se durma com eles, para que não encostem na pele durante o sono.

Furos na orelha, por sua vez, não são um problema, segundo a dermatologista, desde que ao longo de ao menos um mês a família higienize com cuidado o local, usando antisséptico e deixando tudo sempre limpinho.

TODO MUNDO LÊ JUNTO
Texto com este selo é indicado para ser lido por educadores e responsáveis com a criança

Curioso e o rinoceronte que virou marchinha

Marcelo Duarte

É escritor, jornalista e, acima de tudo, curioso

Cacareco chegou a São Paulo há 65 anos —em 16 de fevereiro de 1958. O rinoceronte veio do Rio de Janeiro especialmente para a inauguração do zoo paulistano, que aconteceria um mês depois. A ideia é que ela (sim, apesar do nome, Cacareco era fêmea) ficasse em São Paulo por seis meses.

Mas ela caiu nas graças dos visitantes. O empréstimo foi renovado e houve até uma campanha pela sua permanência. Virou brinquedo da Estrela e até marchinha de Carnaval.

"Cacareco É o Maior" foi interpretada pelo cantor Risadinha (Francisco Ferraz Neto), que também assinou a letra ao lado de José Roy.

A letra começava assim: "Ca-ca-ca-ca-re-co/Cacareco, Cacareco é o maior/Ca-ca-ca-ca-re-co/Cacareco de ninguém tem dó". O animal era tão falado que, em 1959, recebeu quase 100 mil votos nas eleições municipais para vereador.

Espera um pouco: um bicho pode ser candidato?
Não, claro que não. A votação maciça de Cacareco é considerada o primeiro caso de voto de protesto no Brasil.

Irritado com os casos de corrupção que noticiava, o jornalista paulistano Itaboraí Martins resolveu lançar a candidatura da rinoceronte na eleição a vereador. Eram 450 candidatos. Cacareco recebeu mais votos que todos os outros.

O que aconteceu com Cacareco depois disso?
Os políticos conseguiram mandar Cacareco de volta para o Rio de Janeiro em 1º de outubro, dois dias antes da eleição, pensando em herdar seus votos. Não funcionou.

O partido mais votado atingiu cerca de 95 mil votos, enquanto a rinoceronte obteve aproximadamente 100 mil (nunca se soube o número exato, pois os votos de Cacareco foram considerados nulos pelo Tribunal Regional Eleitoral).

Cacareco morreu em dezembro de 1962, com oito anos.

Em 1984, o Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária da USP recebeu seus restos mortais. Seu esqueleto está em exposição até hoje. Sua história foi contada por Antonio F. Costella no livro "Cacareco, o Vereador", de 1996.

Ilustração Catarina Pignato

UM ADULTO RESPONDE

Seja na cidade, seja na estrada, às vezes acontece de nos sentirmos mal enquanto estamos em um veículo em movimento. A pergunta deste sábado (18) é sobre este tema, e quem responde é o neurologista Saulo Nardy Nader.

Quem tiver dúvidas a respeito de qualquer assunto também pode pedir ajuda mandando um email para folhinha@grupofolha.com.br. Encontraremos um especialista e traremos a solução até você.

*

Por que a gente enjoa às vezes quando está no carro?
Vanessa S., 10 anos

Isso se chama cinetose. Nome estranho, não é?

A cinetose ocorre quando há uma espécie de "bug" no cérebro quando estamos dentro de algum veículo em movimento, como carro, metrô, ônibus, barco ou avião. É cada coisa que pode acontecer com nosso corpo!

O cérebro não consegue interpretar direito as informações que estão chegando para ele sobre a movimentação do nosso corpo através dos nossos olhos (visão) e dos nossos labirintos, orgãozinhos minúsculos que ficam dentro do nosso ouvido e servem para captar o movimento que fazemos.

Ocorre, então, uma "briga" lá dentro do cérebro entre essas duas informações, a visão e os labirintos, gerando assim a tontura e o enjoo.

Muita gente até mesmo vomita dentro do carro. Eu, quando criança, sempre levava saquinho de emergência porque numa viagem maior sempre vomitava.

A cinetose pode acontecer em qualquer idade, mas é mais comum iniciar na infância, entre 6 a 8 anos. Existem remédios e até mesmo reabilitação vestibular (treinos feito por fisioterapeutas ou fonoterapeutas) para tratar a cinetose, se ela for um grande incômodo na sua vida. Busque um médico em caso de necessidade.

A boa notícia para você, querida Vanessa, é que a maior parte das crianças que sofrem com a cinetose vai melhorar sozinha durante a adolescência. Eu mesmo melhorei da minha. **MF**

Bloco Sainha de Chita no Carnaval 2023 Aline Braga/Divulgação

Blocos de Carnaval paulistas também são lugar de criança

Pesquisador conta como sugiram os grupos, que hoje somam mais de 600

DEIXA QUE EU LEIO SOZINHO

Marcella Franco

SÃO PAULO Não é de hoje que São Paulo tem um monte de gente fantasiada e maquiada circulando feliz em fevereiro. A cidade tem registros de blocos de Carnaval desde a primeira metade do século 20, por volta de 1915. Um dos que surgiram nessa época se chamava Camisas Verdes —hoje, ele é conhecido como Camisa Verde e Branco, e virou uma das mais famosas escolas de samba paulistas.

Quem conta essa história é o professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador de Carnaval Guilherme Varella, integrante dos blocos Saia de Chita e Sainha de Chita, feito para as crianças.

Ele sabe tudo de folia. Sabe, por exemplo, que a festa que a gente conhece hoje é nascida de uma folia muito antiga, de origem portuguesa e espanhola. Era século 18 ainda quando as pessoas saíam às ruas e se divertiam jogando frutas, farinha e líquidos umas nas outras (às vezes acontecia de alguém jogar xixi, eca).

Ao longo do tempo, essa tradição (sem o xixi, ainda bem) foi ganhando elementos, especialmente a música e as fantasias. Daí, lá naqueles 1900 e alguns anos, aparecem os blocos no Rio de Janeiro e depois em São Paulo.

"Os blocos saíam em muitos lugares das cidades. Eram feitos por famílias que estavam ali brincando, não tinha muita regra. Acontece que tudo que sai na rua espontaneamente começa a dar trabalho na cidade. E, então, o poder público começou a tentar criar regramentos para os blocos", conta Guilherme.

"Ficou definido que eles tinham ruas específicas para sair e um tempo para não fazer algazarra até tarde. E nisso começa a surgir o desfile das escolas de samba. Muitos blocos tiveram que ceder e virar escolas, e outros se mantiveram como blocos."

São Paulo hoje tem mais de 600 blocos de Carnaval cadastrados. Até chegar a isso foi um longo caminho. Depois que nascem as escolas de samba, por exemplo, e os sambódromos (no Rio foi na década de 1980, e em São Paulo foi na década de 1990), os blocos ficam, como diz Guilherme, "marginalizados".

"Parecia que eram poucos, mas é que muitos estavam saindo meio escondidinho, fugindo da polícia e da prefeitura, que reprimiam sua existência", lembra o pesquisador.

Daí, em São Paulo, Guilherme conta que tudo mudou de verdade por volta de 2013, quando surge um documento chamado "Manifesto Carnavalista". Nesse papel, ele diz, havia uma reivindicação interessante: o "direito à folia".

"Ou seja, os blocos falaram que o queriam fazer na rua era o exercício de um direito, o direito à liberdade de expressão através do Carnaval", explica. E, nesse mesmo ano, a prefeitura de São Paulo começou a elaborar uma política pública para organizar a festa na cidade.

Nessa organização entram vários itens como o trajeto que cada bloco percorre, a disponibilização de banheiros químicos para os foliões, fechamento de ruas para carros não passarem enquanto o bloco desfila, ambulâncias e limpeza das ruas antes e depois.

Quando o tal "Manifesto Carnavalista" foi entregue ao então prefeito Fernando Haddad, em 2013, havia cerca de 50 blocos em São Paulo. Quando começa o apoio da prefeitura, esse número sobe para cerca de 200. Em 2020, eram mais de 800.

"O Carnaval de São Paulo passou a ser um dos maiores do Brasil. A alcunha [apelido] histórica de 'túmulo do samba', dita pelo [poeta e músico] Vinicius de Moraes, começou a ser derrubada na prática pelo crescimento dos blocos", ensina Guilherme.

Para quem nunca foi a um bloco e ficou curioso, ele relata qual é o clima. "A primeira coisa a fazer é acordar animado, tomar um bom café da manhã e colocar uma fantasia. Escolha uma roupa que combine coisas diferentes", diz.

"Quando você chegar no bloco, vai ver pessoas fantasiadas de toda forma possível, muito felizes, ocupando a rua de uma forma que a gente não ocupa no dia a dia, tocando música. Você pode brincar e pular, tocar um instrumento, cantar, correr", sugere.

"Basicamente, você pode fazer tudo que quiser, desde que seja alegre e respeitoso com todo mundo. Isso é Carnaval."

> Quando você chegar no bloco, vai ver pessoas fantasiadas de toda forma possível, muito felizes, ocupando a rua de uma forma que a gente não ocupa no dia a dia
>
> **Guilherme Varella**
> professor, pesquisador e pulador de Carnaval

DEIXA QUE EU LEIO SOZINHO
Ofereça este texto para uma criança praticar a leitura autônoma

Ilustração da autora Wanda Gág Divulgação

CASAL LEVA 'MILHÕES DE GATOS' PARA CASA EM LIVRO

DEIXA QUE EU LEIO SOZINHO

SÃO PAULO Tudo na história de "Milhões de Gatos" é extremo: o homem é muito velho, a mulher é muito velha, eles são muito sozinhos, eles arrumam muitos gatos, tudo dá muito errado, e eles acabam o livro sendo muito felizes. Também são muitos os prêmios que "Milhões de Gatos" ganhou desde a sua primeira edição, em 1928.

Escrita e ilustrada pela norte-americana Wanda Gág, morta em 1946, a trama costurada por questionamentos sobre o valor das coisas em demasia foi publicada no Brasil pela primeira vez em 2018 pela Edições Barbatana.

Tudo começa quando o casal de velhinhos não consegue ser feliz. A velha sugere que um gatinho peludo poderia ajudar —seu marido, um querido, rapidamente se dispõe a vasculhar o mundo atrás do presente. Até que ele se depara com "centenas de gatos, milhares de gatos, milhões e bilhões e trilhões de gatos".

Esta frase segue sendo repetida ao longo de todo o livro. Ela está lá quando os bichanos causam um grande estrago em uma lagoa e numa colina, e também aparece quando o velhinho mostra à mulher o que conseguiu.

É que, diante de tantos gatos lindos, perfeitos e gostosos, o marido simplesmente não conseguiu se decidir sobre qual seria o melhor. Levou para casa as centenas, milhares, milhões e bilhões e trilhões de gatos e agora tinha um pepino para resolver.

Como só podem ficar com um dos gatinhos, os dois velhinhos propõem que só o mais bonito deles permaneça. E aqui acontece uma cena bem tensa, que vai deixar todo mundo de boca aberta.

De todo modo, como dito lá no começo do texto, todo mundo acaba a história feliz e sem grandes traumas. Mas o que "Milhões de Gatos" tem de mais legal não é seu final apaziguador, e sim as reflexões que ele traz para cada pessoa que o lê.

Dá para pensar, por exemplo, em qual o real valor da beleza na vida da gente, para quê afinal ela realmente serve. Ou refletir se há alguma medida equilibrada entre a modéstia e a arrogância, e o preço que cada uma delas pode cobrar de nós.

"Milhões de Gatos" é um daqueles livros que pegam cada leitor em um ponto diferente, e talvez seja essa a razão pela qual ele conseguiu se manter tão vivo nas estantes e na mente das pessoas através de seus 95 anos de idade. **MF**

Milhões de Gatos
Wanda Gág. Edições Barbatana. R$ 45 (40 páginas).

DEIXA QUE EU LEIO SOZINHO
Ofereça este texto para uma criança praticar a leitura autônoma

Ufólogo lembra 'A Noite Oficial dos Óvnis' e fala sobre os objetos no céu dos EUA

TODO MUNDO LÊ JUNTO

SÃO PAULO O que parecia ser apenas assunto de filmes entrou no noticiário na semana passada: óvnis no céu dos Estados Unidos e Canadá. Óvni é a sigla para "objeto voador não identificado", o que, por mais que se ache o contrário, não indica necessariamente uma nave extraterrestre. Em resumo: um disco voador é um óvni, mas nem todo óvni é um disco voador.

Embora não haja registros oficiais de que existe vida inteligente fora do planeta Terra, há muitas pessoas, no Brasil e no mundo, que se dedicam a estudar este assunto —são os chamados ufólogos. O paraense Alex Lauzid, 62 anos, é um deles.

Ele dá sua opinião sobre os óvnis interceptados pelos governos americano e canadense entre os dias 10 e 12 deste mês sobre os territórios do Alasca, Yukon e Michigan. Antes disso, no dia 4, um suposto balão chinês tinha sido abatido na Carolina do Sul.

"Estes objetos que foram derrubados não são discos voadores", diz Alex. "Eles podem ser drones espiões, por exemplo. Discos voadores não são assim."

Ele estuda óvnis desde os 17 anos e lembra que no Brasil houve "A Noite Oficial dos Óvnis", em 19 de maio de 1986, quando 21 objetos voadores não identificados foram avistados por dezenas de testemunhas em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás.

Alguns dos óvnis tinham até 100 metros de diâmetro. Eles foram detectados por radares do Centro Integrado de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta), o que quer dizer que eram sólidos. Em uma cidade de São Paulo chamada Guaratinguetá, cerca de 2.000 militares, entre cadetes e oficiais, da Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR), testemunharam o fenômeno, a olho nu (sem instrumentos) ou usando binóculo.

Quem viu os óvnis no céu disse que eles faziam zigue-zague, ficavam "estacionados", mudaram de cor e se mexiam muito rápido. Entre essas pessoas que testemunharam o episódio estão pilotos de cinco caças da Força Aérea Brasileira (FAB), que foram acionados pelo Centro de Operações da Defesa Aérea (CODA) para interceptar os objetos.

"Um brigadeiro falou que parecia uma grande brincadeira lá em cima", completa o ufólogo Alex, sobre um dos oficiais que participaram da operação. **MF**

TODO MUNDO LÊ JUNTO
Texto com este selo é indicado para ser lido por responsáveis e educadores com a criança

Balão sobrevoa estado da Carolina do Sul, nos EUA Randall Hill - 4.fev.23/Reuters

ZURICH

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

CNPJ: 14.387.387/0001-95

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da **Zurich Resseguradora do Brasil S.A.** relativas ao exercício 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Conjuntura Econômica:** O ano foi marcado por volatilidades nos preços a nível global, incluindo commodities e energia, adicionando mais incertezas aos investidores assim como a maior precaução na condução da política monetária pelos Bancos Centrais. Durante a primeira metade do ano o Banco Central conduziu uma política monetária mais restritiva elevando a SELIC de 9,25% para 13,25%. Visando a manutenção do controle inflacionário, o último aperto monetário foi realizado em agosto, onde o Banco Central elevou a taxa básica de juros para 13,75%, mantendo-a constante até o fechamento do ano. A inflação (IPCA) fechou o ano em 5,79%, ainda acima do teto da meta. Também é esperado um PIB em patamar positivo para o ano de 2022, com últimas projeções sinalizando 3,03% de crescimento no ano. Para o ano de 2023 as projeções mais atuais apontam para um crescimento no patamar positivo de 0,77% e uma inflação de 5,39% assim como uma taxa de juros de aproximadamente 12,50%. **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras em títulos de renda fixa, e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do período findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R$ 510 milhões (R$ 507 milhões em 31 de dezembro de 2021). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" em atendimento a Circular SUSEP nº 648/21 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. **Provisões Técnicas:** O valor contabilizado das provisões técnicas no período findo em 31 de dezembro de 2022 atingiu R$ 1.503 milhões (R$ 1.209 milhões em 31 de dezembro de 2021) enquanto os ativos de retrocessão atingiram em 31 de dezembro de 2022 R$ 968 milhões (R$ 788 milhões em 31 de dezembro de 2021). **Desempenho Operacional:** O volume de negócios emitidos em 31 de dezembro de 2022 atingiu R$ 640 milhões o que representa um crescimento de 27% em relação a R$ 504 milhões de prêmios emitidos em 31 de dezembro de 2021. Os prêmios ganhos atingiram R$ 584 milhões em 31 de dezembro de 2022, 27% acima dos R$ 460 milhões de prêmios ganhos em 31 de dezembro de 2021. O crescimento do exercício foi impulsionado principalmente pelo seguro de Automóvel, onde em 31 de dezembro de 2022 atingiu R$ 298 milhões o que representa um crescimento de 56% em relação a R$ 192 milhões de prêmios emitidos em 31 de dezembro de 2021. O resultado com retrocessão atingiu R$ 15 milhões de despesa em 31 de dezembro de 2022 (R$ 163 milhões de despesa em 31 de dezembro de 2021). O índice de sinistralidade geral (líquido de retrocessão) ficou em 67% em 31 de dezembro de 2022 e 63% em 31 de dezembro de 2021. O aumento do custo das peças de reposição e do preço dos carros novos e usados, devido ao alto índice inflacionário afetou negativamente a sinistralidade da carteira de automóvel, principalmente no primeiro semestre de 2022 sendo este o principal motivo do aumento da sinistralidade. As despesas administrativas e despesas com tributos, representaram 2,4% dos prêmios ganhos em 31 de dezembro de 2022 e 5,1% em 31 de dezembro de 2021. A Zurich Resseguradora Brasil S.A. apresentou lucro líquido em 31 de dezembro de 2022 de R$ 17 milhões e (R$ 12 milhões em 31 de dezembro de 2021), com tal resultado atingido a companhia decidiu distribuir dividendos no montante de R$ 7 milhões. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 atingiu R$ 134 milhões (R$ 206 milhões em 31 de dezembro de 2021), tal diminuição relacionada a redução de capital realizada em 2022 no valor de R$ 80 milhões. **Controles Internos e Compliance:** O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, que se utiliza da metodologia interna de controles internos, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionados às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe controles internos, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles. Todos os processos e controles das demonstrações financeiras são registrados e monitorados (inclusive com armazenamento de histórico) no sistema RACE, uma aplicação corporativa, gerida pelo Grupo Risk Management e Compliance, para garantir a gestão adequada dos controles, sejam eles locais ou globais. A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, dentro da governança corporativa de riscos da Zurich. A Unidade de Conformidade, que também faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, é totalmente independente em suas avaliações e apontamentos, tem reporte indireto ao "Diretor de Controles Internos" e direto ao Diretor Regional de Compliance do Grupo Zurich e deve garantir a ética e conduta, bem como com a melhoria contínua dos processos e procedimentos para atendimento aos requerimentos regulatórios dos Órgãos Reguladores Locais e exigências e controles requeridos pelo Grupo. É de responsabilidade da área de Compliance a implementação de políticas internas de conformidade, bem como o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações. Também é de responsabilidade do Compliance a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de ética e conduta na empresa e o monitoramento do cumprimento dos padrões do Grupo Zurich. **Perspectivas:** O resultado financeiro do Grupo Zurich em níveis mundiais está muito além das expectativas e se mostrou resiliente em um ano de catástrofes e especialmente devido a guerra da Ucrânia. Além disso, a base de clientes de varejo continua crescendo e ao mesmo tempo verificamos uma melhora na satisfação do cliente. Continuamos a progredir com o nosso compromisso com a sustentabilidade, principalmente devido este ano termos celebrado o nosso 150º aniversário, portanto sabemos perfeitamente a importância e sermos sustentáveis e bem-sucedidos durante um longo período, estabelecendo metas arrojadas de nos tornarmos uma empresa de zero emissões líquidas até 2050 expandindo a Zurich Forest para cerca de 200 mil árvores. Permanecemos comprometidos com nossos colaboradores, apoiando no desenvolvimento e garantindo as habilidades necessárias para enfrentar futuros desafios. Em 2022 a maioria das vagas de trabalho disponíveis foram preenchidas por candidatos internos demonstrando que o investimento e o foco no desenvolvimento de nossos funcionários têm tido êxito. Na opinião da administração estamos bem-posicionados para alcançar nossas metas para o ano de 2023. Nosso crescimento está sustentado com uma estratégia multicanal, multissegmento e multiproduto. Parcerias estratégicas na distribuição de produtos e desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira nos torna mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich. Temos a confiança de nossos clientes e investidores e somos muito fortes financeiramente. Olhando para o futuro, permanecemos com a estratégia de empresa verdadeiramente focada no cliente, por meio da simplificação dos nossos negócios e operações e da ampliação dos nossos recursos de análise de dados. **Agradecimentos:** A Zurich Resseguradora Brasil S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Ativo			
Circulante		**1.386.784**	**1.105.628**
Disponível	5	**2.796**	**12.558**
Caixa e bancos		**2.796**	**12.558**
Aplicações	6	**26.829**	**12.580**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**390.230**	**319.473**
Operações com seguradoras	7(a)	381.431	311.385
Operações com resseguradoras	7(b)	8.799	8.087
Outros créditos		–	**1**
Ativo de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	8(a)	**903.525**	**718.398**
Títulos e créditos a receber		**58.751**	**39.047**
Créditos tributários e previdenciários	9(a)	58.751	39.046
Outros créditos		–	1
Despesas Antecipadas		**331**	**310**
Custos de aquisição diferidos		**4.322**	**3.262**
Resseguros	10	4.322	3.262
Não circulante		**623.845**	**592.976**
Aplicações	6	**483.714**	**494.688**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**48.925**	**6.930**
Operações com seguradoras	7(a)	42.875	1.679
Operações com resseguradoras	7(b)	6.050	5.251
Ativo de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	8(a)	**64.697**	**69.303**
Títulos e créditos a receber		**26.509**	**22.055**
Créditos tributários e previdenciários	9(a)	26.509	22.055
Total do ativo		**2.010.629**	**1.698.604**

	Nota explicativa	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		**1.732.333**	**1.356.044**
Contas a pagar		**37.519**	**31.664**
Obrigações a pagar	13(a)	7.068	11.945
Impostos e encargos sociais a recolher		17.103	7.871
Impostos e contribuições	13(b)	13.228	11.728
Outras contas a pagar	13(c)	120	120
Débitos de operações com seguros e resseguros	8(b)	**292.331**	**214.227**
Operações com resseguradoras		287.794	211.803
Corretores de resseguros		4.537	2.424
Provisões técnicas - resseguro	11(a)	**1.402.483**	**1.110.153**
Não circulante		**144.320**	**136.188**
Provisões técnicas - resseguro	11	**100.718**	**99.444**
Outros débitos		**43.602**	**36.744**
Obrigações fiscais	12(a)	43.602	36.744
Patrimônio líquido		**133.976**	**206.372**
Capital social	15(a)	124.003	204.003
Reservas de lucros	15(b)	22.689	12.739
Ajuste de avaliação patrimonial		(12.716)	(10.370)
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.010.629**	**1.698.604**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	16(a)	**639.612**	**503.709**
(–) Variações das provisões técnicas		(55.511)	(43.562)
(=) Prêmios ganhos	16(b)	**584.101**	**460.147**
(–) Sinistros ocorridos	16(c)	**(571.749)**	**(288.373)**
(–) Custo de aquisição	16(d)	**(6.678)**	**(5.718)**
(+/–)Outras receitas e despesas operacionais		**173**	**186**
(-) Resultado com retrocessão	16(e)	**(14.725)**	**(162.577)**
(+) Receitas com retrocessão		264.449	106.152
(–) Despesas com retrocessão		(279.174)	(268.729)
(–) Despesas administrativas	16(f)	**(8.824)**	**(9.301)**
(–) Despesas com tributos	16(g)	**(5.039)**	**(14.010)**
(+) Resultado financeiro	16(h)	**50.325**	**41.901**
(=) Resultado operacional		**27.584**	**22.255**
(=) Resultado antes dos impostos e contribuições		**27.584**	**22.255**
(–) Imposto de renda	9(b)	(6.539)	(5.727)
(–) Contribuição social	9(b)	(4.460)	(4.347)
(=) Lucro líquido do exercício		**16.585**	**12.181**
(/) Quantidade média das ações no período		131.994	217.148
(=) Lucro básico por ação em reais mil		0,1256	0,0561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do Exercício	**16.585**	**12.181**
Ajuste de avaliação patrimonial - ativos disponíveis para venda	(3.910)	(60.664)
Tributos diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	1.564	24.265
Total do resultado abrangente do exercício	**14.239**	**(24.218)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**204.003**	**12.130**	**26.029**	**–**	**242.162**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(36.399)	–	(36.399)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	12.181	12.181
Reserva Legal	–	609	–	(609)	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	(11.572)	(11.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**204.003**	**12.739**	**(10.370)**	**–**	**206.372**
Redução de Capital	(80.000)	–	–	–	(80.000)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(2.346)	–	(2.346)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	16.584	16.584
Reserva Legal	–	829	–	(829)	–
Reserva Legal	–	9.121	–	(9.121)	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	(6.634)	(6.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**124.003**	**22.689**	**(12.716)**	**–**	**133.976**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do Exercício	**16.585**	**12.181**
Ajustes para:		
Redução ao valor recuperável	1.160	(189)
Constituição de provisão para contingências	6.858	2.682
Tributos diferido	–	(17.352)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(5.621)	(31.899)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(113.913)	(10.550)
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	(180.521)	42.040
Créditos tributários e previdenciários	(24.158)	1.996
Despesas antecipadas	(21)	(51)
Custos de aquisição diferidos	(1.060)	(561)
Outros ativos	–	–
Impostos e contribuições	25.727	2.334
Obrigações a pagar	(4.877)	(22.134)
Débitos de operações com seguros e resseguros	78.104	(2.408)
Provisões técnicas - resseguro	293.605	44.861
Outros passivos	–	(7.572)
Caixa gerado nas atividades operacionais	**91.868**	**13.378**
Impostos sobre os lucros pagos	(14.996)	(10.720)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**76.872**	**2.658**
Atividades de financiamento		
Redução de Capital	(80.000)	–
Distribuição de dividendos	(6.634)	(11.572)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(86.634)**	**(11.572)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(9.762)**	**(8.914)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**12.558**	**21.472**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**2.796**	**12.558**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Zurich Resseguradora Brasil S.A. ("Resseguradora") constituída através de Assembleia Geral em 11 de agosto de 2011, obteve autorização para operar, como resseguradora local, em todo o território nacional por meio da portaria nº 4.378 de 05 de janeiro de 2012. A Resseguradora é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a realização de operações de resseguro e retrocessão nos termos da legislação e regulamentos vigentes. O capital social da Resseguradora é constituído por 131.993.591 ações ordinárias divididas em dois acionistas. A Zurich Insurance Company Ltd. possui 99,9999% das ações, enquanto a Zurich Life Insurance Company Ltd. possui 0,0001%. Sediados na Suíça, os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça. Conforme a Circular SUSEP nº 535/16 e alterações posteriores, a Resseguradora opera com grupos de ramos e é autorizada a operar nos grupos de ramo patrimonial, riscos especiais, responsabilidades, automóvel, transportes, riscos financeiros, pessoas, habitacional e rural. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 17 de fevereiro de 2023.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Resseguradora em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Resseguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras , estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Moeda funcional, moeda de apresentação e transação com moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Resseguradora atua, ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Resseguradora é o real. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem, e posteriormente sofrem variações cambiais de acordo com a taxa de fechamento do Banco Central do Brasil. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado financeiro. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros:** a) Classificação: A Resseguradora pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As aplicações financeiras da Resseguradora são classificadas como ativos disponíveis para venda. i) *Ativos disponíveis para venda:* Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até o seu vencimento ou venda, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. ii) *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Resseguradora compreendem "Créditos das operações com seguros e resseguros" e "Títulos e créditos a receber", e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo seu valor de realização anualmente avaliado por teste de *impairment*. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Resseguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Resseguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo, tendo como contrapartida a conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor, justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem *impairment* (perda), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, também são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte das receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Resseguradora de receber pagamentos. A Resseguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: i) *Ativos contabilizados ao custo amortizado:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira. As perdas decorrentes do teste de *impairment* são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. A redução ao valor recuperável para ativos de retrocessão cedidos é constituída com base no fluxo de prestação de conta, uma vez que os valores pagos pela Resseguradora aos retrocessionários são líquidos dos valores a receber. A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída com período de inadimplência superior a 180 dias da data do vencimento do crédito. Para os prêmios a receber da Zurich Minas Brasil Seguros S.A., empresa do mesmo grupo, não se aplica nenhum tipo de *impairment*, por não haver risco de perda. A Resseguradora constituiu Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em 31 de dezembro de 2022 conforme Nota 7 a (ii). Mediante as avaliações detalhadas acima, a Resseguradora entende que a redução ao valor recuperável, em consonância com determinações da SUSEP, está adequada. ii) *Ativos classificados como disponíveis para venda:* A Resseguradora avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos e títulos privados, a Resseguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado. d) Instrumentos financeiros derivativos: Durante os exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Resseguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos. **2.5. Contratos de resseguro:** O contrato de resseguro é o instrumento jurídico através do qual é materializada a intenção das partes para transferência de riscos. Com o objetivo de apoiar as companhias cedentes a atingir suas metas estratégicas, seja na obtenção de capacidade de subscrição, pulverização de riscos, equilíbrio de carteira, estabilização de resultados ou para proteger seu portfólio de riscos assumidos, a Resseguradora emite contratos de resseguro, proporcionais e não proporcionais, automáticos e facultativos, para riscos pertencentes aos grupos de ramos em que está autorizada a operar. **2.6. Ativos relacionados à retrocessão:** Os mesmos objetivos que ensejam as companhias cedentes a buscar proteção de resseguro, igualmente ensejam os resseguradores a buscar proteção de retrocessão. Assim, para proteger seu portfólio de riscos assumidos, os resseguradores necessitam igualmente de capacidade de subscrição, pulverização de seus riscos, equilíbrio da sua carteira, estabilização dos seus resultados, entre outros. Logo, a Resseguradora retrocede parte dos riscos assumidos, através dos contratos de retrocessão, no curso normal de suas atividades. Nos relatórios e demonstrativos contábeis os passivos relacionados às operações de retrocessão são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas. Os ativos relacionados à retrocessão também são submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indício de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados (Nota 2.4 (c) (i)). **2.7. Impairment de ativos não financeiros:** Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de resseguros) são avaliados para *impairment* no mínimo anualmente e/ou quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01/(R1) como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Resseguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs). Em 31 de dezembro de 2022, não houve necessidade de constituição de perda por *impairment* na Resseguradora. **2.8. Provisões judiciais e ativos contingentes:** As provisões estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. A Resseguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 648/21, e suas respectivas alterações. (a) *Ativos contingentes*: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo. (b) *Provisões judiciais*: são constituídas pela Administração levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. (c) *Provisões fiscais e previdenciárias*: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). **2.9. Provisões técnicas:** a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): A PPNG é constituída pela parcela de prêmios correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculada com base nas características de cada contrato de resseguro. Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG RVNE) - A metodologia de cálculo é baseada em um histórico mensal de prêmios emitidos em atraso em relação ao início de vigência. Para os contratos facultativos, considera-se o prêmio emitido por contrato. Para os contratos proporcionais, a metodologia é aplicada considerando-se os prêmios das apólices cobertas. Os contratos não proporcionais não foram contemplados na análise por não possuírem atraso em sua emissão. b) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): *(i) Processos administrativos* - é constituída por estimativa com base nas notificações dos sinistros recebidas pela Resseguradora até o encerramento do período e contempla, na data de sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados e respectivas despesas alocadas. *(ii) Processos judiciais* - a Resseguradora só reconhece como sinistro judicial aquele em que participa da ação, ou seja, o sinistro em demanda judicial para a cedente sem que a Resseguradora participe diretamente da ação é considerado como sinistro administrativo. Até o momento, não há sinistros judiciais avisados à Resseguradora. *(iii) Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não suficientemente Avisados (IBNER)* - a Resseguradora constitui a provisão de IBNER quando identifica a necessidade de ajuste na provisão de sinistro a liquidar, para casos de sinistros muito grandes ou catástrofes, onde tiver informação de que o valor do sinistro é maior do que o que já está avisado. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não foi identificado necessidade de constituição da IBNER. c) Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): A provisão de IBNR deve ser constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da Resseguradora. A Resseguradora adota os métodos da sinistralidade inicial esperada ("SIE") e de Bornhuetter-Ferguson sobre sinistros incorridos ("BF") para a determinação da provisão. A análise é segmentada por ano de ocorrência, onde é usado, preferencialmente, o método da SIE para o ano de ocorrência atual e o BF para os anos anteriores, caso exista experiência para a seleção de um padrão. Se a aplicação do método da SIE para o ano de ocorrência atual em determinado grupo contábil resultar em valor de IBNR negativo, então, em geral é adotado o método BF para este caso. Na ocorrência de grande sinistro, se a Resseguradora considerar mais prudente a realização de avaliação individual do IBNR para o mesmo, com base nas informações disponíveis, este caso poderá ser extraído da análise usual, e receber tratamento individualizado. A análise da IBNR é realizada bruta de retrocessão. Para os contratos de retrocessão proporcionais, o valor cedido em retrocessão é obtido aplicando o respectivo percentual cedido sobre a IBNR bruta. Para os contratos não proporcionais, assume-se que não há IBNR cedida. d) Provisão Complementar de Cobertura (PCC): A Resseguradora constitui a provisão complementar de cobertura quando identificada insuficiência na provisão de prêmios não ganhos, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivo (TAP), de acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e suas respectivas alterações. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não foi identificada insuficiência no TAP, não havendo assim constituição da PCC. e) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A Resseguradora constituirá, quando houver provisão de despesas alocadas a sinistros a ser incorridas pela própria Resseguradora. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não foi identificada necessidade de constituição da PDR. **2.10. Teste de Adequação do Passivo (TAP):** O teste de adequação de passivos é realizado, a cada data de balanço, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, de acordo com o CPC 11 e premissas mínimas determinadas pela Circular SUSEP nº 648/21 e suas respectivas alterações. A taxa adotada para descontar os fluxos de caixa projetados foi a taxa a termo livre de risco divulgada pela SUSEP. Para o fluxo cuja A moeda original é o real, foi utilizada a taxa pré-fixada. Para o fluxo cuja a moeda original é estrangeira, foi utilizada a taxa cupom cambial. No TAP, são comparadas as provisões técnicas da data-base, líquidas dos eventuais custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, com os valores presente dos respectivos fluxos de caixa projetados. Na realização do teste, a Administração da Resseguradora utiliza as melhores estimativas para os fluxos de caixa futuros, incluindo sinistros e despesas administrativas esperadas. Se for encontrada deficiência, ela é contabilizada, conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/21, na provisão complementar de cobertura. As premissas de sinistralidade e padrões de desenvolvimento de sinistros adotados no TAP foram selecionadas da mesma forma que para a análise da provisão de IBNR. A seguir, demonstramos a sinistralidade utilizada no estudo do TAP:

Patrimonial	Riscos Especiais	Responsabilidades	Automóvel	Transportes	Riscos Financeiros	Pessoas	Marítimo
56,80%	56,80%	61,50%	70,04%	41,20%	14,60%	76,63%	41,20%

A Resseguradora realizou o cálculo de TAP, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e não identificou necessidade de ajuste das provisões técnicas. **2.11. Principais tributos:** A contribuição social foi constituída pela alíquota de 16% e o imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 no exercício. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente, base no estatuto social da Resseguradora e Lei das Sociedades Anônimas nº 11.638/07. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.12. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.13. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Resseguradora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final de cada exercício, com base no estatuto social da Resseguradora e Lei das Sociedades Anônimas nº 11.638/07. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.14. Apuração do resultado:** Os prêmios de resseguro contabilizados por ocasião da vigência do risco dos contratos são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao respectivo prazo de vigência. As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades de retrocessão são contabilizadas conforme Circular SUSEP nº 648/21, e suas respectivas alterações. **2.15. Demonstração dos resultados abrangentes:** A demonstração dos resultados abrangentes está apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPC's. **2.16. Resultado por ação:** O resultado por ação básico da Resseguradora em 31 de dezembro de 2022 é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média das ações da Resseguradora de acordo com os requerimentos do CPC 41. **2.17. Normas contábeis, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente:** CPC 48, "Instrumentos Financeiros". Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novo modelo de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment*; e (iii) nova diretriz para a adoção de contabilização de *hedge*. A norma será aplicável quando referendada pela SUSEP. CPC 50 "Contratos de Seguros", emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o CPC 11 publicado em 2014. O CPC 50 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. O CPC 50 passa vigorar em 01 de janeiro de 2023, sendo permitido a aplicação antecipada. Aguardando aprovação desta norma pela SUSEP. **2.18. Segregação Ativos e Passivos - Circulante e Não Circulante:** Os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante com base em revisões mensais no caso de ativos e passivos com vencimento. Conforme o CPC 26 quando espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço serão classificados em circulante, ao contrário serão classificados como não circulante.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Resseguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; realização de créditos tributários; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão dos respectivos contratos e as provisões técnicas de resseguro. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de resseguros, descrito a seguir. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados. a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de resseguro: As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de resseguro da Resseguradora representam a área onde a Resseguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Resseguradora irá liquidar em última instância. A Resseguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos, cujo evento ressegurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

continua ★

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

CNPJ: 14.387.387/0001-95

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Resseguradora. Entendemos ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente e devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os *stakeholders*, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores e etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas. Nesse contexto, nosso processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Resseguradora permite que os riscos de resseguro, crédito, liquidez e mercado sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Resseguradora, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico financeiro. a) Risco de resseguro aceito: O gerenciamento de risco de resseguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de resseguro de grupo de ramos, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de resseguro. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros e benefícios seja maior do que o estimado. i) *Estratégia de subscrição:* A estratégia de Resseguradora é prover capacidade de resseguro tanto para as empresas do Grupo Zurich, como para empresas fora do grupo, através de soluções eficientes que garantam solidez financeira. Os principais objetivos estratégicos da Resseguradora são dar suporte à estratégia de subscrição, mitigar riscos e proteger os resultados do Grupo Zurich. A atuação está concentrada nos grupos de ramos patrimonial, responsabilidades, automóvel, transportes, riscos financeiros, riscos especiais, pessoas e rural. A estratégia de subscrição do Grupo Zurich permite identificar diferentes riscos, fatores que os agravam ou os atenuam, como tipos de indústria e setores da economia, localização do segurado, complexidade de projetos, experiência, efetividade de controles, entre outros. Estes fatores são considerados conforme o produto que está sendo analisado impactando diretamente nas diferentes metodologias de precificação existentes para cada produto. Os contratos de resseguro são revisados anualmente para garantir aderência aos princípios e estratégias da Resseguradora. ii) *Estratégia de retrocessão:* A contratação de operações de retrocessão tem o objetivo de prover à Resseguradora a capacidade para aceitação de riscos, sempre com o objetivo de proteger o balanço e atender as exigências quanto à solvência. As operações de retrocessão são contratadas sempre em observância aos requerimentos legais vigentes no país e normas internas do Grupo Zurich. Os contratos de retrocessão são revisados anualmente para garantir aderência aos princípios e estratégias da Resseguradora no país. iii) *Gerenciamento de ativos e passivos:* Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), que aprova semestralmente as metas, limites e condições de investimentos, bem como acompanha a maturidade dos ativos e passivos envolvidos na provisão técnica, a fim de prevenir o descasamento de ambos. A equipe atuarial faz a análise da maturidade dos passivos de resseguro e a disponibiliza para o Comitê. iv) *Gerenciamento de riscos por segmento de negócios:* O monitoramento da carteira de contratos de resseguro permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas. A Resseguradora atua com grupo de ramos elementares como principal segmento de gestão de risco de resseguro. *Riscos de resseguro com grupo de ramos elementares:* O risco de resseguro com grupo de ramos elementares inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos ressegurados, bem como na gravidade dos créditos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de retrocessão ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas. O departamento de gerenciamento de riscos monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, retrocessão, provisões técnicas de resseguro e ativos de retrocessão. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pelos departamentos técnicos para cada área de risco. *Resultados da análise de sensibilidade:* Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido 2022	
	Bruto de retrocessão	**Líquido de retrocessão**
Premissas atuariais		
Aumento de 5% na sinistralidade	(17.638)	(4.057)
Redução de 5% na sinistralidade	17.638	4.057
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(472)	(152)
Redução de 5% nas despesas administrativas	472	152
Aumento de 1% na taxa de juros	11.287	6.464
Redução de 1% na taxa de juros	(11.631)	6.672

	Impacto no resultado e no patrimônio líquido 2021	
	Bruto de retrocessão	**Líquido de retrocessão**
Premissas atuariais		
Aumento de 5% na sinistralidade	(11.567)	(7.182)
Redução de 5% na sinistralidade	11.567	7.182
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(331)	(331)
Redução de 5% nas despesas administrativas	331	331
Aumento de 1% na taxa de juros	9.862	3.335
Redução de 1% na taxa de juros	(10.182)	(3.455)

Concentração de riscos: Segue abaixo a concentração de risco aberto por ramo e região, salientando que segundo o disposto no inciso III do artigo 2º da Circular SUSEP nº 648/21 na definição dos segmentos de mercado.

	Sudeste	
Grupos de ramos	**2022**	**2021**
Patrimonial	158.690	152.169
Riscos especiais	673	481
Responsabilidades	112.098	99.304
Automóvel	298.268	191.560
Transportes	6.068	7.482
Riscos Financeiros	61.401	49.053
Pessoas coletivo	130	–
Marítimos	2.284	3.660
Total	**639.612**	**503.709**

b) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Resseguradora. A Resseguradora está exposta ao risco de crédito em: • Ativos financeiros; • Ativos de retrocessão; e • Prêmio de resseguro. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de risco, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's (S&P), Moody's entre outras. i) *Exposições ao risco de crédito:* A Resseguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Resseguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de retrocessão, limitando aos resseguradores que poderão ser usados, e o impacto das inadimplências dos resseguradores é avaliado regularmente. Os ativos são analisados na tabela abaixo usando o *rating* da Standard & Poors (S&P), ou equivalente quando o da S&P não estiver disponível, tais como Fitch Ratings, Moody's e A.M. Best Company.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	A-	BB-	BB++	Sem Rating	2022
Caixa e bancos	2.796	–	–	–	–	2.796
Aplicações disponíveis para venda:						
Públicos	–	–	451.814	–	–	451.814
Privados	58.729	–	–	–	–	58.729
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–
Operações com seguradoras	–	–	–	–	424.306	424.306
Operações com resseguradoras	–	8.140	–	6.104	606	14.849
Exposição máxima ao risco de crédito	**61.525**	**8.140**	**451.814**	**6.104**	**424.912**	**952.494**

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	A-	BB-	BB++	Sem Rating	2021
Caixa e bancos	12.558	–	–	–	–	12.558
Aplicações disponíveis para venda:						
Públicos	–	–	451.968	–	–	451.968
Privados	55.300	–	–	–	–	55.300
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–
Operações com seguradoras	–	–	–	–	312.882	312.882
Operações com resseguradoras	–	3.182	10.337	–	–	13.519
Outros créditos	–	–	–	–	1	1
Exposição máxima ao risco de crédito	**67.858**	**3.182**	**462.305**	**–**	**312.883**	**846.228**

ii) *Retrocessionários: Discriminação dos resseguradores por categoria de risco*

Resseguradores	Agência	Rating
Allianz Global Corporate	A.M.Best Company	A+
BTG Pactual Resseguradora	A.M.Best Company	B++
Chubb Resseguradora do Brasil S.A.	A.M.Best Company	–
IRB Brasil Resseguros S.A.	A.M.Best Company	A-
Junto Resseguros S.A.	A.M.Best Company	A-
Munich Re do Brasil Resseg. S.A.	A.M.Best Company	–
Everest Reinsurance Company	A.M.Best Company	A+
General Reinsurance AG	A.M.Best Company	A++
Hannover Rück SE	A.M.Best Company	A+
Mapfre Re Compañia de Reaseguros S.A.	A.M.Best Company	A
SCOR Reinsurance Company	A.M.Best Company	A-
Zurich Insurance Company Group Re P&C	A.M.Best Company	A+
Zurich Insurance Company Ltd	A.M.Best Company	AA-
Agrinational Insurance Company	A.M.Best Company	A-
Lloyd's	A.M.Best Company	A+
Markel International Insurance Co. Ltd	A.M.Best Company	A
MS Amlin AG	A.M.Best Company	A
Reaseguradora Patria	A.M.Best Company	A-
Validus Reinsurance (Switzerland)	A.M.Best Company	A
Zurich Insurance Public Limited Company	A.M.Best Company	AA-+

Os *ratings* foram extraídos dos sites das respectivas agências certificadoras.

Discriminação dos resseguradores por classe

Resseguradores	Classe	Ativo	Passivo	Líquido 2022
Allianz Global Corporate	Local	–	(18)	(18)
BTG Pactual Resseguradora	Local	6.104	(12.903)	(6.799)
Chubb Resseguradora do Brasil S.A.	Local	605	(446)	159
IRB Brasil Resseg. S.A.	Local	13.378	(79)	13.299
Junto Resseg. S.A.	Local	8.140	(10.242)	(2.102)
Munich Re do Brasil Resseg. S.A.	Local	12.941	(3.940)	9.001
Everest Reinsurance Company	Admitido	219.830	(7.133)	212.697
General Reinsurance AG	Admitido	40	–	40
Hannover Rück SE	Admitido	2.910	(738)	2.172
Mapfre Re Compañia de Reaseguros S.A.	Admitido	2.047	(559)	1.488
SCOR Reinsurance Company	Admitido	4	–	4
Zurich Insurance Company Group Re P&C	Admitido	101.659	(18.836)	82.823
Zurich Insurance Company Ltd	Admitido	595.020	(240.748)	354.272
Agrinational Insurance Company	Eventual	51	(29)	22
Lloyd's	Eventual	5.730	(1.678)	4.052
Markel International Insurance Co. Ltd	Eventual	1.037	–	1.037
MS Amlin AG	Eventual	4.669	(1.299)	3.370
Reaseguradora Patria	Eventual	4.997	(1.361)	3.636
Validus Reinsurance (Switzerland)	Eventual	9.578	(2.656)	6.922
Zurich Insurance Public Limited Company	Eventual	336	–	336
Total		**989.076**	**(302.665)**	**686.411**

Resseguradores	Classe	Ativo	Passivo	Líquido 2021
Allianz Global Corporate	Local	–	(28)	(28)
BTG Pactual Resseguradora S.A.	Local	10.157	(17.633)	(7.476)
IRB Brasil Resseguros S/A	Local	16.569	(158)	16.411
Junto Resseguros S.A.	Local	3.182	(5.042)	(1.860)
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	9.050	(2.827)	6.223
Everest Reinsurance Company	Admitido	228.833	(6.385)	222.448
General Reisurance AG	Admitido	319	–	319
Hannover Rück SE	Admitido	2.413	(659)	1.754
Lloyd's	Admitido	4.018	(1.159)	2.859
Mapfre Re Compañia de Reaseguros S.A.	Admitido	2.413	(647)	1.766
SCOR Reinsurance Company	Admitido	8	(4)	4
Zurich Insurance Company Ltd	Admitido	507.930	(173.031)	334.899
Agrinational Insurance Company	Eventual	79	(29)	50
Markel International Insurance Co. Ltd	Eventual	1.523	(23)	1.500
MS Amlin AG	Eventual	3.379	(906)	2.473
Reaseguradora Patria	Eventual	3.741	(1.003)	2.738
Validus Reinsurance (Switzerland)	Eventual	7.022	(1.935)	5.087
Zurich Insurance Public Limited Company	Eventual	403	–	403
Total		**801.039**	**(211.469)**	**589.570**

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não foram excedidos os limites de exposição ao crédito e não houve evidência objetiva de *impairment* para os ativos de retrocessão. c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de a Resseguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Resseguradora é manter uma liquidez adequada e uma liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Resseguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Resseguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. i) *Gerenciamento de risco de liquidez:* O gerenciamento de risco de liquidez é realizado pela área de gerenciamento de investimentos e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como, a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco é crucial, sobretudo para permitir à Resseguradora de liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. ii) *Exposição ao risco de liquidez:* O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de resseguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Resseguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. O passivo circulante é superior ao ativo circulante, entretanto as aplicações financeiras de longo prazo podem ser resgatadas antecipadamente, conforme a necessidade, mantendo a liquidez da Resseguradora. A tabela abaixo demonstra o agrupamento dos passivos para análise de liquidez. Todos os passivos financeiros são apresentados em uma base de fluxo de caixa contratual com exceção dos passivos de resseguro que estão apresentados pelos fluxos de caixa esperados. O passivo de resseguro é o principal passivo da Resseguradora.

2022	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	2.796	–	–	–	2.796
Aplicações	–	30.362	349.836	130.345	510.543
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	390.229	42.470	6.456	439.155
Ativos de resseguro	–	903.525	51.745	12.952	968.222
Títulos e créditos a receber	–	58.751	–	–	58.751
Custo de aquisição diferidos	–	4.322	–	–	4.322
Total do ativo	**2.796**	**1.387.189**	**444.051**	**149.753**	**1.983.789**
Passivo					
Contas a pagar	–	37.520	–	–	37.520
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	292.331	–	–	292.331
Provisões técnicas - resseguro	–	1.402.483	77.382	23.336	1.503.201
Total do passivo	**–**	**1.732.334**	**77.382**	**23.336**	**1.833.052**

2021	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	12.558	–	–	–	12.558
Aplicações	–	12.580	494.688	–	507.268
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	319.473	6.930	–	326.403
Ativos de resseguro	–	718.398	56.917	12.386	787.701
Títulos e créditos a receber	–	39.047	–	–	39.047
Custo de aquisição diferidos	–	3.262	–	–	3.262
Total do ativo	**12.558**	**1.092.760**	**558.535**	**12.386**	**1.676.239**
Passivo					
Contas a pagar		31.664	–	–	31.664
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	214.227	–	–	214.227
Provisões técnicas - resseguro	–	1.110.153	78.007	21.437	1.209.597
Total do passivo	**–**	**1.356.044**	**78.007**	**21.437**	**1.455.488**

d) Risco de mercado: i) *Gerenciamento de risco de Mercado:* O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. ii) *Controle do risco de mercado:* O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Resseguradora. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área de gerenciamento de investimentos, cujas principais atribuições são: • Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização; • Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial); • Avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais; • Avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras; • Analisar a política de liquidez; • Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; e • Realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados. Dentre as principais atividades da área de *Risk Management*, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR. iii) *Análise do risco de mercado:* A política da Resseguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que os limites de VaR são definidos pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), onde o cumprimento destes são acompanhados mensalmente por área independente à do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 250 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e a sensibilidade dos participantes dos trabalhos. A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições *intraday*, taxas de corretagem e comissões). O principal objetivo do *backtesting* é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem. Considerando o modelo de simulação histórica para o cálculo do VaR, é possível medir a perda máxima em um dia para uma carteira de ativos, dado um intervalo de confiança.

5. Caixa e equivalente de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	2.796	12.558
	2.796	**12.558**

6. Aplicações - circulante e não circulante

a) Classificação das aplicações: As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos:

	2022	%	2021	%
Títulos disponíveis para venda				
Debentures (DEBIN)	1.641	0,32%	–	–
Letras Financeiras (LF)	57.088	11,18%	55.300	10,90%
Letras Financeiras Nacional (LFT)	48.619	9,52%	17.733	3,50%
Tesouro Prefixado (LTN)	340.134	66,62%	146.536	28,89%
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	63.061	12,35%	287.699	56,71%
Total	**510.543**	**100,00%**	**507.268**	**100,00%**

Títulos disponíveis para venda	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	De 61 a 120 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Ajustes de avaliação patrimonial (liquido de imposto)	Custo atualizado
Debentures (DEBIN)	–	–	–	1.641	1.641	(13)	1.654
Letras Financeiras (LF)	–	–	–	57.088	57.088	(5.991)	63.079
Letras Financeiras Nacional (LFT)	–	–	–	48.619	48.619	(29)	48.648
Tesouro Prefixado (LTN)	–	–	26.830	313.304	340.134	(4.265)	344.399
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	3.532	–	–	59.529	63.061	(2.418)	65.479
Total em 31 de dezembro de 2022	**3.532**	**–**	**26.830**	**480.181**	**510.543**	**(12.716)**	**523.259**
Total em 31 de dezembro de 2021	**2.472**	**–**	**10.106**	**494.690**	**507.268**	**(10.370)**	**517.638**

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

b) Movimentação das aplicações financeiras

Movimentação das aplicações financeiras	Saldo em 2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 2022
Títulos disponíveis para venda						
Debentures (DEBIN)	–	28.613	(26.282)	(669)	(21)	1.641
Letras Financeiras (LF)	55.300	–	(2.472)	4.558	(298)	57.088
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	17.733	361.852	(333.410)	2.490	(46)	48.619
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	146.536	318.988	(143.106)	20.873	(3.157)	340.134
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	287.699	420.180	(669.198)	24.768	(388)	63.061
Total	**507.268**	**1.129.633**	**(1.174.468)**	**52.020**	**(3.910)**	**510.543**

Movimentação das aplicações financeiras	Saldo em 2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 2021
Títulos disponíveis para venda						
Quotas de fundos de investimentos	86	–	(87)	1	–	–
Debentures (DEBIN)	–	106.726	(105.257)	(1.469)	–	–
Letras Financeiras (LF)	72.042	9.843	(20.219)	3.604	(9.970)	55.300
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	–	40.276	(22.925)	385	(3)	17.733
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	42.542	198.527	(92.139)	3.487	(5.881)	146.536
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	397.098	39.303	(137.719)	33.827	(44.810)	287.699
Total	**511.768**	**394.675**	**(378.346)**	**39.835**	**(60.664)**	**507.268**

c) Estimativa do valor justo: A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável. Em 2022, a Resseguradora não apresenta nenhum título classificado no Nível 3.

	Nível 1 (2022)	Nível 2 (2022)	Total (2022)	Nível 1 (2021)	Nível 2 (2021)	Total (2021)
Títulos disponíveis para venda						
Debentures (DEBIN)	–	1.641	1.641	–	–	–
Letras Financeiras (LF)	57.088	–	57.088	55.300	–	55.300
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	48.619	–	48.619	17.733	–	17.733
Tesouro Prefixado (LTN)	340.134	–	340.134	146.536	–	146.536
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	63.061	–	63.061	287.699	–	287.699
Total das aplicações	**508.902**	**1.641**	**510.543**	**507.268**	**–**	**507.268**

d) Taxas de juros contratadas

Título	Classe	Taxa de Juros Contratada	Valor de mercado	Percentual 2022
Debentures	Títulos privados pré-fixados	De 6,00% até 06,99%	1.641	0,32%
LF	Títulos privados pré-fixados	De 5,00% até 08,99%	57.088	11,18%
LFT	Títulos públicos pós-fixados	De 0,15% até 01,99%	48.619	9,52%
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 7,00% até 14,99%	340.134	66,62%
NTN-F	Títulos públicos pré-fixados	De 8,00% até 12,99%	63.061	12,35%
			510.543	**100,00%**

Título	Classe	Taxa de Juros Contratada	Valor de mercado	Percentual 2021
LF	Títulos privados pré-fixados	De 5,00% até 08,99%	55.300	10,90%
LFT	Títulos públicos pós-fixados	De 2,00% até 09,99%	17.733	3,50%
LTN	Títulos públicos pré-fixados	De 7,00% até 11,99%	146.536	28,89%
NTN-F	Títulos públicos pré-fixados	De 8,00% até 15,99%	287.699	56,71%
			507.268	**100,00%**

As taxas de juros contratadas para os títulos pré-fixados são indicadas ao ano.

e) Instrumentos financeiros por categoria

2022	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	510.543	100,00%	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	439.155	88,20%
Títulos e créditos a receber	–	–	58.751	11,80%
	510.543	**100,00%**	**497.906**	**100,00%**

2021	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	507.268	100,00%	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	326.402	89,32%
Títulos e créditos a receber	–	–	39.047	10,68%
	507.268	**100,00%**	**365.449**	**100,00%**

f) Análise de sensibilidade

2022	Títulos públicos federais	Títulos privados	Total
Aplicações	451.814	58.729	510.543
SELIC - % a.a.	13,65	–	13,65
CDI - % a.a.	–	12,39	12,39
Projeção rentabilidade próximos 12 meses			
Resultado:			
Provável	61.673	7.277	68.950
Queda 25%	46.254	5.457	51.711
Queda 50%	30.836	3.638	34.474
Elevação 25%	77.091	9.096	86.187
Elevação 50%	92.509	10.915	103.424

2021	Títulos públicos federais	Títulos privados	Total
Aplicações	451.968	55.300	507.268
SELIC - % a.a.	9,15	–	9,15
CDI - % a.a.	–	4,42	4,42
Projeção rentabilidade próximos 12 meses			
Resultado:			
Provável	41.355	2.444	43.799
Queda 25%	31.016	1.833	32.849
Queda 50%	20.678	1.222	21.900
Elevação 25%	51.694	3.055	54.749
Elevação 50%	62.033	3.666	65.699

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do Banco Central. / Fonte CDI: Taxas efetivas retiradas da CETIP

7. Crédito das operações com seguros e resseguros

a) Operações com seguradoras - prêmios a receber por grupo de ramo de resseguro

	2022	2021
Patrimonial	151.226	122.409
Riscos especiais	774	339
Responsabilidades	102.734	49.269
Automóvel	93.931	84.283
Transportes	7.108	2.622
Riscos financeiros	67.390	51.512
Pessoas coletivo	130	–
Marítimos	1.013	2.630
	424.306	**313.064**

i) *Movimentação dos prêmios a receber*	2022	2021
Saldo inicial	**313.064**	**297.481**
(+) Prêmios emitidos	638.392	497.991
(+) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	1.695	6.005
(–) Recebimentos	(528.845)	(488.413)
Saldo final	**424.306**	**313.064**

ii) *Aging List de prêmios a receber- curto e longo prazo*

2022	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
A Vencer	109.210	–	–	–	–	–	109.210
Vencidos (*)	61.661	26.695	44.511	36.515	102.843	42.887	315.112
Redução ao valor recuperável	–	–	–	–	(4)	(12)	(16)
	170.871	**26.695**	**44.511**	**36.515**	**102.839**	**42.875**	**424.306**

2021	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
A Vencer	46.126	132.058	6.977	5.098	1.284	1.680	193.223
Vencidos (*)	1.383	77.572	184	–	22.350	18.361	119.850
Redução ao valor recuperável	–	–	–	–	(5)	(4)	(9)
	47.509	**209.630**	**7.161**	**5.098**	**23.629**	**20.037**	**313.064**

(*) Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os valores com aging acima de 180 dias são apenas com a empresa Zurich Minas Brasil Seguros S.A. que faz parte do Grupo Zurich, mesmo conglomerado da Resseguradora.

b) Operações com resseguradoras - prêmios a receber por grupo de ramo de resseguro	2022	2021
Patrimonial	605	–
Riscos financeiros	14.244	13.338
	14.849	**13.338**

i) *Movimentação das operações com resseguradoras*	2022	2021
Saldo inicial	**13.338**	**18.181**
(+) Prêmios emitidos	367	2.252
(+) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	65	(195)
(–) Recebimentos	1.079	(6.899)
Saldo final	**14.849**	**13.338**

Prazo médio recebimento (dias) - O prazo médio de parcelamento (dias) dos prêmios a receber de resseguro assumido é de 190 dias em 31 de dezembro de 2022 (206 dias em 31 de dezembro de 2021).

8. Ativos de retrocessão

a) Ativos de retrocessão - provisões técnicas

2022	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	69.771	74.381	46.918	191.070
Riscos especiais	349	–	179	528
Responsabilidades	46.812	471.068	120.990	638.870
Automóvel	1	435	124	560
Transportes	1.370	–	488	1.858
Riscos financeiros	97.148	8.327	29.809	135.284
Pessoas Coletivo	51	1	–	52
Marítimos	–	–	–	–
Circulante e não circulante	**215.502**	**554.212**	**198.508**	**968.222**

2021	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	81.569	108.657	57.705	247.931
Riscos especiais	326	–	660	986
Responsabilidades	35.118	281.459	77.178	393.755
Automóvel	2	1.331	202	1.535
Transportes	2.144	845	3.340	6.329
Riscos financeiros	100.745	8.534	27.886	137.165
Circulante e não circulante	**219.904**	**400.826**	**166.971**	**787.701**

i) *Movimentação dos ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas*

2022	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do exercício	**219.904**	**400.826**	**166.971**	**787.701**
Constituições	110.489	–	–	110.489
Diferimento pelo risco	(114.891)	–	–	(114.891)
Variação de IBNR	–	–	31.537	31.537
Aviso de sinistro	–	180.631	–	180.631
Recuperação de sinistro	–	(27.245)	–	(27.245)
Saldo no final do exercício	**215.502**	**554.212**	**198.508**	**968.222**

2021	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do exercício	220.769	461.779	147.193	829.741
Constituições	108.672	–	–	108.672
Diferimento pelo risco	(109.537)	–	–	(109.537)
Variação de IBNR	–	–	19.778	19.778
Aviso de sinistro	–	83.970	–	83.970
Recuperação de sinistro	–	(144.923)	–	(144.923)
Saldo no final do exercício	**219.904**	**400.826**	**166.971**	**787.701**

b) Débitos de operações com seguros e resseguros	2022	2021
Prêmio a restituir	17.263	15.466
Prêmio de retrocessão a pagar	270.531	196.337
Corretores de resseguros	4.537	2.424
(a) Total do débitos de operações com seguros e resseguros	**292.331**	**214.227**

i) *Movimentação de operações com seguros e resseguros*	2022	2021
Saldo inicial	**214.227**	**216.635**
(+) Prêmios a restituir	1.797	13.374
(+) Prêmios cedidos	74.194	261.534
(+) Prêmios de riscos vigentes e não emitidos	2.200	5.107
(–) Pagamentos	(87)	(282.424)
Saldo final	**292.331**	**214.227**

9. Créditos tributários e previdenciários

a) Créditos tributários e previdenciários	2022	2021
IRPJ e CSLL a compensar	25.840	34.789
Antecipação de IRPJ e CSLL	14.996	–
PIS e COFINS a compensar	4.553	4.257
Total dos créditos tributários e previdenciários - circulante	**45.389**	**39.046**
IRPJ e CSLL diferidos	26.509	22.055
PIS e COFINS diferidos	13.362	–
Total dos créditos tributários e previdenciários - não circulante	**39.871**	**22.055**
Total dos créditos tributários e previdenciários - circulante e não circulante	**85.260**	**61.101**

b) Imposto de renda e contribuição social	2022	2021
Resultado antes dos Impostos e Juros sobre Capital Próprio	**27.583**	**22.255**
Juros Sobre Capital Próprio	**–**	**–**
Resultado antes dos Impostos	**27.583**	**22.255**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% Respectivamente	(11.033)	(8.902)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(222)	(783)
Incentivos Fiscais	–	364
Outros ajustes	256	(34)
Majoração CSLL 5%	–	(718)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(10.999)**	**(10.074)**

c) Ativos e passivos fiscais - natureza e origem dos créditos tributários

Sobre diferenças temporárias	Saldo em 2021	Constituição	Realização	Saldo em 2022
Provisão para riscos fiscais, honorários advocatícios e provisão de devedores duvidosos.	15.142	2.890	–	18.032
Ganhos (Perdas) não Realizados MTM (i)	6.913	8.477	(6.913)	8.477
Saldo dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**22.055**	**11.367**	**(6.913)**	**26.509**

Sobre diferenças temporárias	Saldo em 2020	Constituição	Realização	Saldo em 2021
Provisão para riscos fiscais, honorários advocatícios e provisão de devedores duvidosos.	14.110	1.032	–	15.142
Ganhos (Perdas) não Realizados MTM (i)	(17.352)	6.913	17.352	6.913
Saldo dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**(3.242)**	**7.945**	**17.352**	**22.055**

(i) Em 31 de Dezembro de 2020, a Sociedade constituía um passivo fiscal diferido sobre o MTM. Em 2021, o passivo diferido foi realizado e, em decorrência da mudança da posição da marcação a mercado, foi constituído um ativo fiscal diferido.

continua→★

Zurich Resseguradora Brasil S.A.

CNPJ: 14.387.387/0001-95

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Realização de créditos tributários

Composição	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Provisão para Riscos Fiscais	17.441	–	–	–	–	(17.441)
Outros	591	(591)	–	–	–	–
Ganhos (Perdas) Não Realizados (MtM)	8.477	(86)	(1.342)	(3.067)	–	(3.982)
Lucro tributável	**26.509**	**(677)**	**(1.342)**	**(3.067)**	**–**	**(21.423)**

10. Custos de aquisição diferidos

a) Premissas e prazos de diferimento: Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes a comissões no valor de R$4.322 em 31 de dezembro de 2022 e (R$3.262 em 31 de dezembro de 2021) relativos à comercialização de contratos de retrocessão. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato e apropriados ao resultado, *pro-rata die*, de acordo com a vigência do contrato, média de 12 meses.

i) *Movimentação dos custos de aquisição diferidos*	2022	2021
Saldo inicial do exercício	**3.262**	**2.702**
Constituições	2.020	5.718
Diferimento	(960)	(5.158)
Saldo final do exercício	**4.322**	**3.262**

11. Provisões técnicas - resseguro

a) Resseguro aceito

2022

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	81.675	82.112	54.304	218.091
Riscos especiais	350	–	179	529
Responsabilidades	63.534	484.622	142.579	690.735
Automóvel	165.748	155.333	69.634	390.715
Transportes	1.374	–	480	1.854
Riscos financeiros	149.492	9.049	41.562	200.103
Pessoas Coletivo	51	1	–	52
Marítimos	907	215	–	1.122
Circulante e não circulante	**463.131**	**731.332**	**308.738**	**1.503.201**

2021

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	92.369	114.758	64.277	271.404
Riscos especiais	327	–	662	989
Responsabilidades	48.031	288.404	93.694	430.129
Automóvel	124.618	117.247	69.978	311.843
Transportes	2.148	934	3.359	6.441
Riscos financeiros	139.757	9.186	37.383	186.326
Marítimos	2.131	334	–	2.465
Circulante e não circulante	**409.381**	**530.863**	**269.353**	**1.209.597**

i) *Movimentação das provisões técnicas de resseguro aceito*

2022

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do exercício	**409.381**	**530.863**	**269.353**	**1.209.597**
Constituições	311.282	–	–	311.282
Diferimento pelo risco	(257.532)	–	–	(257.532)
Variação de IBNR	–	–	39.385	39.385
Aviso de sinistro	–	–	–	–
Pagamento de sinistro	–	200.469	–	200.469
Saldo no final do exercício	**463.131**	**731.332**	**308.738**	**1.503.201**

2021

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Saldo no início do exercício	365.550	563.823	235.363	1.164.736
Constituições	246.047	–	–	246.047
Diferimento pelo risco	(202.216)	–	–	(202.216)
Variação de IBNR	–	–	33.990	33.990
Aviso de sinistro	–	254.383	–	254.383
Pagamento de sinistro	–	(287.343)	–	(287.343)
Saldo no final do exercício	**409.381**	**530.863**	**269.353**	**1.209.597**

ii) *Garantias das provisões técnicas:* Os valores contábeis vinculados a SUSEP em cobertura de provisões técnicas são os seguintes:

	2022	2021
Total das provisões técnicas	1.503.201	1.209.597
Ativos de retrocessão redutores de cobertura	(806.647)	(648.534)
Direitos creditórios	(219.404)	(189.796)
Total das provisões técnicas a ser coberto	**477.150**	**371.267**
Ativos oferecidos em garantia		
Letras Financeiras (LF)	57.088	55.300
Letras Financeiras Nacional (LFT)	48.619	17.733
Tesouro Prefixado (LTN)	340.134	146.536
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	63.061	287.699
Debentures	1.641	–
Total dos ativos oferecidos em garantia	**510.543**	**507.268**
Suficiência de garantia das provisões técnicas	**33.393**	**136.001**
Suficiência de liquidez	**33.393**	**136.001**

(i) Resolução CNSP432/21 extingue a liquidez em relação ao CR. A Companhia apresentava o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR.

12. Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

a) Saldos patrimoniais das provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais por natureza

	2022	2021
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	43.602	36.744
	43.602	**36.744**

i) *Movimentação das provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais por natureza*

	Saldo em 2021	Constituição	Atualização monetária	Saldo em 2022
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	**36.744**	**3.200**	**3.658**	**43.602**
PIS/COFINS Receitas financeiras	36.744	3.200	3.658	43.602
Saldo dos créditos tributários registrados	**36.744**	**3.200**	**3.658**	**43.602**

	Saldo em 2020	Constituição	Atualização monetária	Saldo em 2021
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	**34.062**	**1.413**	**1.269**	**36.744**
PIS/COFINS Receitas financeiras	34.062	1.413	1.269	36.744
Saldo dos créditos tributários registrados	**34.062**	**1.413**	**1.269**	**36.744**

Obrigação legal - PIS/COFINS: Em 31 de março de 2015, impetramos Mandado de Segurança visando a declaração da inexistência de relação jurídico-tributária capaz de impor a Resseguradora o dever de se sujeitar a Contribuição ao PIS e a COFINS sobre suas receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem suas reservas técnicas, por não configurarem receitas de prestação de serviços ou receitas da atividade principal. Foi proferida decisão liminar favorável, motivo pelo qual deixamos de recolher o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem as reservas técnicas e passamos a provisionar este valor. Em julho de 2015, foi proferida sentença favorável, confirmando a liminar. Houve interposição de Apelação pela Fazenda Nacional e Contrarrazões pela Resseguradora, recursos pendentes de julgamento. Prognóstico de Perda: Possível.

13. Contas a pagar

a) Obrigações a pagar	2022	2021
Dividendos a pagar	6.766	11.704
Pagamentos em trânsito	302	241
Total	**7.068**	**11.945**

b) Impostos e contribuições	2022	2021
IR	8.345	6.347
CSLL	5.544	4.759
COFINS	755	687
PIS	(1.416)	(65)
Total	**13.228**	**11.728**

14. Desenvolvimento de Sinistros

Os padrões de desenvolvimento de sinistros adotados no teste de adequação de passivos são selecionados a partir da experiência das seguradoras do mesmo grupo empresarial no Brasil.

a) Sinistros bruto de retrocessão

Ano de Ocorrência	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Incorridos + IBNR										
Até a data-base	150.636	498.056	511.149	370.401	366.029	316.663	277.228	303.211	323.619	454.339
Um ano mais tarde	230.686	676.813	609.233	431.210	386.405	408.318	363.196	309.428	314.598	
Dois anos mais tarde	234.574	635.371	612.321	480.235	404.908	379.457	341.530	278.357		
Três anos mais tarde	210.417	671.926	724.080	455.755	439.052	379.739	529.713			
Quatro anos mais tarde	228.598	651.717	836.486	385.414	422.006	389.587				
Cinco anos mais tarde	213.602	625.574	761.352	386.221	421.039					
Seis anos mais tarde	207.852	564.167	769.591	380.610						
Sete anos mais tarde	158.607	537.490	767.629							
Oito anos mais tarde	159.272	532.030								
Nove anos mais tarde	158.951									
Posição em 31/12/2022	**158.951**	**532.030**	**767.629**	**380.610**	**421.039**	**389.587**	**529.713**	**278.357**	**314.598**	**454.339**

Pago Acumulado	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Até a data-base	62.978	151.901	234.144	195.403	195.472	161.269	58.486	126.982	111.919	232.382
Um ano mais tarde	107.052	409.025	373.838	273.122	281.434	319.980	111.962	198.093	180.047	
Dois anos mais tarde	114.646	446.922	406.393	311.831	302.581	339.594	186.750	206.763		
Três anos mais tarde	125.797	468.022	402.058	336.068	376.366	347.611	214.999			
Quatro anos mais tarde	134.917	474.767	452.152	344.088	383.052	349.674				
Cinco anos mais tarde	136.497	479.854	614.119	348.015	385.748					
Seis anos mais tarde	137.813	484.364	633.020	352.591						
Sete anos mais tarde	142.304	488.462	638.774							
Oito anos mais tarde	144.726	490.674								
Nove anos mais tarde	146.918									
Posição em 31/12/2022	**146.918**	**490.674**	**638.774**	**352.591**	**385.748**	**349.674**	**214.999**	**206.763**	**180.047**	**232.382**
Provisão de Sinistros em 31/12/2022	**12.033**	**41.356**	**128.855**	**28.019**	**35.291**	**39.913**	**314.714**	**71.594**	**134.551**	**221.957**
Diferença com Estimativa Inicial	**(8.315)**	**(33.974)**	**(256.480)**	**(10.209)**	**(55.010)**	**(72.924)**	**(252.485)**	**24.854**	**9.021**	**–**

b) Sinistros líquido de retrocessão

Ano de Ocorrência	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Incorridos + IBNR										
Até a data-base	131.922	231.341	379.724	286.543	310.892	233.062	71.851	185.284	213.103	375.478
Um ano mais tarde	119.261	221.886	337.439	258.824	290.771	193.449	74.330	169.485	185.408	
Dois anos mais tarde	115.247	227.402	321.328	270.902	292.629	193.060	77.126	163.483		
Três anos mais tarde	120.432	226.858	329.990	262.425	287.917	192.308	73.248			
Quatro anos mais tarde	120.095	228.046	322.059	259.821	273.947	200.737				
Cinco anos mais tarde	112.268	221.804	317.518	262.611	271.624					
Seis anos mais tarde	108.957	206.954	320.830	258.931						
Sete anos mais tarde	105.792	209.888	320.356							
Oito anos mais tarde	101.915	206.803								
Nove anos mais tarde	102.433									
Posição em 31/12/2022	**102.433**	**206.803**	**320.356**	**258.931**	**271.624**	**200.737**	**73.248**	**163.483**	**185.408**	**375.478**

Pago Acumulado	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Até a data-base	61.895	127.838	223.273	176.595	188.309	148.951	31.204	110.014	108.047	226.492
Um ano mais tarde	93.782	187.023	287.676	233.659	244.667	186.002	52.418	137.902	147.175	
Dois anos mais tarde	95.257	190.234	288.501	236.209	249.125	189.870	54.669	140.227		
Três anos mais tarde	96.384	190.758	292.675	238.464	251.685	192.437	73.248			
Quatro anos mais tarde	97.523	191.702	295.380	240.106	253.261	212.592				
Cinco anos mais tarde	98.021	193.521	297.728	242.743	255.906					
Seis anos mais tarde	98.465	195.068	302.731	246.036						
Sete anos mais tarde	99.100	197.560	307.697							
Oito anos mais tarde	99.599	199.949								
Nove anos mais tarde	100.141									
Posição em 31/12/2022	**100.141**	**199.949**	**307.697**	**246.036**	**255.906**	**212.592**	**73.248**	**140.227**	**147.175**	**226.492**
Provisão de Sinistros em 31/12/2022	**2.292**	**6.854**	**12.659**	**12.895**	**15.718**	**(11.855)**	**–**	**23.256**	**38.233**	**148.986**
Diferença com Estimativa Inicial	**29.489**	**24.538**	**59.367**	**27.612**	**39.268**	**32.325**	**(1.397)**	**(21.801)**	**(27.695)**	**–**

15. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2022 é R$ 124.003 (em 31 de dezembro de 2021 R$ 204.003), e é representado por 131.994 ações ordinárias. Ressaltamos que a diferença no Capital Social entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 se deve a redução do capital realizada no exercício de 2022 no valor de R$ 80.000.

b) Reservas de lucros

	2022	2021
Reserva legal (i)	22.045	12.095
Reserva estatutária (ii)	644	644
Total	**22.689**	**12.739**

(i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. (ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da Lei Societária e sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral. c) Dividendos mínimo e juros sobre capital próprio: São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária, após a constituição da reserva legal. A Companhia provisionou em dezembro de 2022 dividendos no valor de R$ 6.634, acima dos dividendos mínimos dos 25% obrigatórios.

d) Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido	2022	2021
Patrimônio líquido	133.976	206.371
Ajustes contábeis:	**(10.904)**	**(10.945)**
Despesas antecipadas	(331)	(310)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(10.573)	(10.635)
Ajustes econômicos:	**34.885**	**12.941**
Superávit entre as provisões constituídas e fluxo realista de entrada e saída	34.885	12.941
PLA Total	**157.957**	**208.368**
Capital base (a)	60.000	60.000
Capital adicional baseado no risco de subscrição	72.808	43.362
Capital adicional baseado no risco de crédito	38.894	33.042
Capital adicional baseado no risco operacional	6.163	4.959
Capital adicional baseado no risco de mercado	5.999	12.932
Benefício da diversificação	**(17.618)**	**(18.160)**
Capital base de risco (b)	106.246	76.136
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b).	106.246	76.136
PLA de nível 1 (i)	107.135	184.007
PLA de nível 2 (ii)	34.885	12.941
PLA de nível 3 (iii)	15.937	11.420
Patrimônio líquido ajustado	**157.957**	**208.368**
Ajustes de excesso do PLA de nível 2 e de nível 3	–	–
Suficiência de capital	**51.711**	**132.233**

(i) - PLA de nível 1: valor do patrimônio líquido contábil ou do patrimônio social contábil aplicadas as deduções contábeis, previstas no inciso I do caput, e acrescido dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes das alíneas "a" e "b" do inciso II do caput da resolução 432/21; (ii) - PLA de nível 2: soma dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos nas alíneas "c", "d", "e" e "f" do inciso II do caput da resolução 432/21; e (iii) -PLA de nível 3: soma dos acréscimos contábeis no PLA, definidos no inciso I do caput da resolução 432/21, e dos valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "d" e "f" daquele inciso.

16. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado

a) Prêmios emitidos

Grupos de ramos	2022	2021
Patrimonial	158.690	152.169
Riscos especiais	673	481
Responsabilidades	112.098	99.304
Automóvel	298.268	191.560
Transportes	6.068	7.482
Riscos financeiros	61.401	49.053
Pessoas coletivo	130	–
Marítimos	2.284	3.660
Total	**639.612**	**503.709**

b) Prêmios ganhos: *Resseguro aceito e retrocessão aceita*

2022

Grupos de ramos	Prêmios ganhos	Taxa de sinistralidade	Taxa de Comissionamento
Patrimonial	169.146	1,30%	1,27%
Riscos especiais	635	(76,06)%	–
Responsabilidades	95.251	293,99%	4,28%
Automóvel	257.137	112,17%	–
Transportes	6.776	(37,37)%	–
Riscos financeiros	51.662	7,96%	–
Pessoas Coletivo	79	1,27%	–
Marítimos	3.415	–	13,18%
Total	**584.101**		

2021

Grupos de ramos	Prêmios ganhos	Taxa de sinistralidade	Taxa de Comissionamento
Patrimonial	161.109	51,84%	1,37%
Riscos especiais	410	84,63%	–
Responsabilidades	88.274	59,32%	3,59%
Automóvel	149.626	111,11%	–
Transportes	7.830	(19,76)%	–
Riscos financeiros	49.524	(26,02)%	–
Marítimos	3.374	9,96%	10,02%
Total	**460.147**		

c) Sinistros ocorridos

2022

Grupos de ramos	Sinistros	Salvados e Ressarcimentos	Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	(12.211)	36	9.973	(2.202)
Riscos especiais	–	–	483	483
Responsabilidades	(231.151)	8	(48.885)	(280.028)
Automóvel	(344.240)	55.475	344	(288.421)
Transportes	(3.265)	2.918	2.879	2.532
Riscos financeiros	68	–	(4.180)	(4.112)
Pessoas Coletivo	(1)	–	–	(1)
Total	**(590.800)**	**58.437**	**(39.386)**	**(571.749)**

2021

Grupos de ramos	Sinistros	Salvados e Ressarcimentos	Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Total
Patrimonial	72.564	(1.111)	12.067	83.520
Riscos especiais	–	–	348	348
Responsabilidades	29.986	(116)	22.490	52.360
Automóvel	199.977	(37.787)	4.052	166.242
Transportes	(1.317)	(1.170)	940	(1.547)
Riscos Financeiros	(6.979)	–	(5.907)	(12.886)
Marítimos	336	–	–	336
Total	**294.567**	**(40.184)**	**33.990**	**288.373**

d) Resultado com custos de aquisição

	2022	2021
Despesas de corretagem	**(7.825)**	**(6.207)**
Resseguros	(7.825)	(6.207)
Variação das despesas de corretagem diferidas	**1.147**	**489**
Resseguros	1.147	489
Custo de aquisição	**(6.678)**	**(5.718)**

e) Resultado com retrocessão

2022

Grupos de ramos	Sinistros, salvados e ressarcimentos	IBNR (*)	Prêmio	Variação da provisão de prêmios não ganhos	Total
Patrimonial	7.997	(10.787)	(129.249)	(11.625)	(143.664)
Riscos especiais	–	(482)	(709)	38	(1.153)
Responsabilidades	222.680	43.813	(96.039)	12.896	183.350
Automóvel	(896)	(78)	(257)	(1)	(1.232)
Transportes	346	(2.851)	(5.350)	(706)	(8.561)
Riscos Financeiros	(173)	1.923	(41.244)	(3.596)	(43.090)
Pessoas Coletivo	1	–	(180)	51	(128)
Marítimos	–	–	(247)	–	(247)
Total	**229.955**	**31.538**	**(273.275)**	**(2.943)**	**(14.725)**

2021

Grupos de ramos	Sinistros, salvados e ressarcimentos	Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Prêmio	Variação da provisão de prêmios não ganhos	Total
Patrimonial	67.792	10.898	(137.339)	(7.120)	(65.769)
Riscos especiais	–	346	(481)	71	(64)
Responsabilidades	25.175	16.498	(75.630)	8.366	(25.591)
Automóvel	520	(90)	(282)	–	148
Transportes	(2.482)	958	(7.467)	(347)	(9.338)
Riscos financeiros	(7.034)	(8.832)	(44.097)	(1.773)	(61.736)
Marítimos	–	–	(227)	–	(227)
Total	**83.971**	**19.778**	**(265.523)**	**(803)**	**(162.577)**

f) Despesas administrativas

	2022	2021
Pessoal	(6.378)	(7.302)
Serviços de terceiros	(712)	(831)
Localização e funcionamento	(365)	(108)
Despesas com publicações	(161)	(157)
Despesas administrativas diversas	(102)	(870)
Despesa com donativos	(1.107)	(33)
Total	**(8.825)**	**(9.301)**

g) Despesas com tributos

	2022	2021
Impostos federais	(3.798)	(12.921)
Taxa de fiscalização	(1.241)	(1.089)
Total	**(5.039)**	**(14.010)**

h) Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras	**71.454**	**53.856**
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	57.944	46.476
Receitas financeiras com operações de resseguro	10.883	6.514
Outras receitas financeiras	2.627	866
Despesas financeiras	**(21.129)**	**(11.955)**
Despesas financeiras com renda fixa	(5.533)	(6.641)
Despesas financeiras com operações de resseguro	(7.827)	(147)
Despesas financeiras com operações de resseguro	(1.617)	–
Outras despesas financeiras	(6.152)	(5.167)
Total	**50.325**	**41.901**

17. Partes relacionadas

a) Despesas compartilhadas: Refere-se às despesas com remuneração dos administradores que a Zurich Resseguradora Brasil S.A. paga para a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. e os valores de despesas, devido ao compartilhamento da Administração. b) Operações com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., Zurich Insurance Company e Zurich Insurance Public Limited Company: A Resseguradora possui operações com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., Seguradora, de resseguro aceito, com a Zurich Insurance Company, Resseguradora admitida e com a Zurich Insurance Public Limited Company, Resseguradora eventual, de retrocessão cedida. A Seguradora, a Resseguradora admitida e a Resseguradora eventual fazem parte do Grupo Zurich Financial Services. Os valores contemplam todos os saldos operacionais, incluindo reversas atuariais, prêmios, comissão e sinistro.

	2022 Ativo e passivo	2021 Ativo e passivo
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	30.319	217.128
Zurich Insurance Company	200.229	48.376
Zurich Insurance Public Limited Company	(26.871)	6.070

	2022 Receitas e despesas	2021 Receitas e despesas
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	(17.552)	159.237
Zurich Insurance Company	55.047	(112.739)
Zurich Insurance Public Limited Company	(44.155)	(41.481)

18. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento contábil até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORES

José Borba Bailone — **Samya Belarmino Monterio de Paiva Macedo** — **Sven Feistel**

CONTADOR

Gustavo Lauretti - CRC 1SP 304255/O-0

ATUÁRIA

Fernanda Lores - MIBA 1740

COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução: Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da **Zurich Resseguradora Brasil S.A.** O Comitê Integrado de Auditoria e Riscos ("Comitê") da Zurich Resseguradora Brasil S.A ("Seguradora"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, composto por três membros indicados pelo Conselho de Administração, se reuniu em 2022 em 14 (quatorze) oportunidades. O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades, que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna da Seguradora. O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração da Seguradora e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2022, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência executiva da Seguradora. Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e *compliance*, e nas suas próprias análises. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade das operações da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. O Comitê, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da Zurich Resseguradora Brasil S.A., a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício social de 2022.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

Membros do Comitê Integrado de Auditoria e Riscos

Benildo de Araujo Costa

Luiz Pereira de Souza

Fernando Antônio Sodré Faria

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Zurich Resseguradora Brasil S.A.
São Paulo - SP - CNPJ: 14.387.387/0001-95

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Resseguradora Brasil S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Resseguradora Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam

continua ★

Zurich Resseguradora Brasil S.A.
CNPJ: 14.387.387/0001-95

→★ continuação

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, referentes a sinistros (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial) em seus aspectos mais relevantes, para o exercício auditado, tendo sido definido pela Sociedade um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023
ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Anderson Gomes Ferreira da Silva - Atuário - MIBA 2.043

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da **Zurich Resseguradora Brasil S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Resseguradora Brasil S.A. ("Resseguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Resseguradora Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022 , o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Resseguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ambiente de Tecnologia da Informação:** A Resseguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Resseguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Resseguradora. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. **Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de resseguro:** Conforme divulgado na notas explicativa n° 2.9 e 11 a), em 31 de dezembro de 2022, o saldo das provisões técnicas decorrentes dos contratos de resseguros firmados pela Resseguradora era de R$ 1.503.201 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da Diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto, cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. Adicionalmente, a Diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de resseguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 2.10. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. **Transações com partes relacionadas:** Conforme divulgado na nota explicativa n° 17, em 31 de dezembro de 2022 o saldo de receitas com partes relacionadas decorrente de contratos de resseguros aceitos pela Resseguradora era de R$ (17.552) mil com a companhia ligada Zurich Minas Brasil Seguros S.A., R$ 55.047 mil com a também companhia ligada Zurich Insurance Company e R$(44.155) mil com a Zurich Insurance Public Limited Company. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Avaliação do processo de gestão para identificar e registrar transações com partes relacionadas e o processo de aceitação e repasse de riscos de seguro; (ii) Leitura de contratos e acordos com partes relacionadas para entender a natureza das transações; (iii) Ao longo da execução de nossos procedimentos de auditoria, permanecemos alertas para quaisquer transações com partes relacionadas fora do curso normal dos negócios da Resseguradora; (iv) Leitura de contratos de resseguro para aceitação e repasse de riscos para entender se estes possuem características similares ao mercado; (v) Testes de recálculo e liquidação financeira por amostragem; (vi) Testes sobre o processo de reconhecimento da receita pelo regime de competência contábil; e (vii) Verificação sobre as divulgações de partes relacionadas nas demonstrações financeiras , se são consistentes com os resultados de nossos procedimentos de auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Resseguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras , nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras , a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Resseguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras , a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Resseguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Resseguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras , tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras . Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Resseguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras , independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Resseguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Resseguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Resseguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras , inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Gilberto Bizerra De Souza
Sócio - Contador CRC-RJ076.328/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

Zurich Brasil Capitalização S.A.

CNPJ: 17.266.009/0001-41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Submetemos à V.Sas. as Demonstrações Financeiras da **Zurich Brasil Capitalização S.A.**, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, associadas às normas e instruções dos órgãos reguladores e supervisores aplicáveis às operações de seguros, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório do Comitê de Auditoria e Relatório dos Auditores Independentes. **Conjuntura Econômica:** O ano foi marcado por volatilidades nos preços a nível global, incluindo commodities e energia, adicionando mais incertezas aos investidores assim como a maior precaução na condução da política monetária pelos Bancos Centrais. Durante a primeira metade do ano o Banco Central conduziu uma política monetária mais restritiva elevando a Selic de 9,25% para 13,25%. Visando a manutenção do controle inflacionário, o último aperto monetário foi realizado em agosto, onde o Banco Central elevou a taxa básica de juros para 13,75%, mantendo-a constante até o fechamento do ano. A inflação (IPCA) fechou o ano em 5,79%, ainda acima do teto da meta. Também é esperado um PIB em patamar positivo para o ano de 2022, com últimas projeções sinalizando 3,03% de crescimento no ano. Para o ano de 2023 as projeções mais atuais apontam para um crescimento no patamar positivo de 0,77% e uma inflação de 5,39% assim como uma taxa de juros de aproximadamente 12,50%. **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras, que são ativos garantidores das provisões técnicas, composto por títulos de renda fixa atingiram ao final do exercício, o montante de R$60.402 mil em 31 de dezembro de 2022 (R$59.332 mil em 31 de dezembro 2021). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" em atendimento a Circular SUSEP nº 648/21 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. **Desempenho Operacional:** A arrecadação com títulos de capitalização atingiu em 31 de dezembro de 2022 R$55.322 mil o que representa um aumento de 15% em relação ao mesmo exercício do ano anterior no montante de R$47.158 mil. A Zurich Brasil Capitalização S.A. apresentou em 31 de dezembro de 2022 um lucro líquido de R$4.802 mil (R$4.937 mil em 31 de dezembro de 2021), com tal resultado atingido a companhia decidiu distribuir dividendos no montante de R$ 4.562. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 atingiu R$24.912 mil (R$25.813 mil em 31 de dezembro de 2021). Os ativos totais atingiram o montante de R$74.874 mil ao final de 31 de dezembro de 2022 (R$82.153 mil em 31 de dezembro de 2021). **Controles Internos e Compliance:** O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, que se utiliza da metodologia interna de controles internos, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe controles internos, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles. Todos os processos e controles das demonstrações financeiras são registrados e monitorados (inclusive com armazenamento de histórico) no sistema RACE, uma aplicação corporativa, gerida pelo Grupo Risk Management e Compliance, para garantir a gestão adequada dos controles, sejam eles locais ou globais. A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, dentro da governança corporativa de riscos da Zurich. A Unidade de Conformidade, que também faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, é totalmente independente em suas avaliações e apontamentos, tem reporte indireto ao "Diretor de Controles Internos" e direto ao Diretor Regional de Compliance do Grupo Zurich e deve garantir a ética e conduta, bem como com a melhoria contínua dos processos e procedimentos para atendimento aos requerimentos regulatórios dos Órgãos Reguladores Locais e exigências e controles requeridos pelo Grupo. É de responsabilidade da área de Compliance a implementação de políticas internas de conformidade, bem como o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações. Também é de responsabilidade do Compliance a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de ética e conduta na empresa e o monitoramento do cumprimento dos padrões do Grupo Zurich. **Perspectivas:** O resultado financeiro do Grupo Zurich em níveis mundiais está muito além das expectativas e se mostrou resiliente em um ano de catástrofes e especialmente devido à guerra da Ucrânia. Além disso, a base de clientes de varejo continua crescendo e ao mesmo tempo verificamos uma melhora na satisfação do cliente. Continuamos a progredir com o nosso compromisso com a sustentabilidade, principalmente devido este ano termos celebrado o nosso 150º aniversário, portanto sabemos perfeitamente a importância de sermos sustentáveis e bem-sucedidos durante um longo período, estabelecendo metas arrojadas de nos tornarmos uma empresa de zero emissões líquidas até 2050 expandindo a Zurich Forest para cerca de 200 mil árvores. Permanecemos comprometidos com nossos colaboradores, apoiando no desenvolvimento e garantindo as habilidades necessárias para enfrentar futuros desafios. Em 2022 a maioria das vagas de trabalho disponíveis foram preenchidas por candidatos internos demonstrando que o investimento e o foco no desenvolvimento dos nossos funcionários têm tido êxito. Na opinião da administração estamos bem-posicionados para alcançar nossas metas para o ano de 2023. Nosso crescimento está sustentado com uma estratégia multicanal, multissegmento e multiproduto. Parcerias estratégicas na distribuição de produtos e desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira nos torna mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich. Temos a confiança de nossos clientes e investidores e somos muito fortes financeiramente. Olhando para o futuro, permanecemos com a estratégia de empresa verdadeiramente focada no cliente, por meio da simplificação dos nossos negócios e operações e da ampliação dos nossos recursos de análise de dados. **Agradecimentos:** A Zurich Brasil Capitalização S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Ativo			
Circulante		**30.003**	**28.387**
Disponível	5	**982**	**4.770**
Caixa e bancos		982	4.770
Aplicações	6	**15.585**	**5.615**
Créditos das operações de capitalização	7	**2.844**	**3.334**
Créditos das operações capitalização		2.844	3.334
Títulos e créditos a receber		**10.574**	**14.650**
Créditos a receber		4.992	9.523
Créditos tributários e previdenciários	8	5.582	5.127
Despesa antecipada		**18**	**18**
Não circulante		**44.871**	**53.766**
Realizável a longo prazo		**44.871**	**53.766**
Aplicações	6	**44.817**	**53.717**
Títulos e créditos a receber	8	**54**	**49**
Créditos tributários e previdenciários		54	49
Total do ativo		**74.874**	**82.153**

	Nota explicativa	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		**47.302**	**53.813**
Contas a pagar		**8.143**	**9.679**
Obrigações a pagar	9	4.563	5.754
Impostos e contribuições	8(c)	3.580	3.925
Outras contas a pagar		**63**	**77**
Débitos de operações com capitalização		**175**	**26**
Depósitos de terceiros	10	**–**	**6.751**
Provisões técnicas - capitalização	11	**38.921**	**37.280**
Provisão para resgates		26.103	26.834
Provisão para sorteio		12.723	10.171
Outras provisões		95	275
Não circulante		**2.660**	**2.527**
Contas a pagar		**–**	**278**
Tributos Diferidos	8(b)	–	278
Provisões técnicas - capitalização	11	**523**	**689**
Provisão para resgates		421	620
Provisão para sorteio		14	51
Outras provisões		88	18
Outros débitos	12	**2.137**	**1.560**
Patrimônio líquido		**24.912**	**25.813**
Capital social	13(a)	21.867	21.867
Reservas de lucros	13(b)	3.770	3.530
Ajuste de avaliação patrimonial		(725)	416
Total do passivo e patrimônio líquido		**74.874**	**82.153**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeira

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**21.867**	**3.283**	**4.579**	**–**	**29.729**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(4.163)	–	(4.163)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.937	4.937
Reserva legal	–	247	–	(247)	–
Dividendos a pagar (nota 13(c))	–	–	–	(4.690)	(4.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**21.867**	**3.530**	**416**	**–**	**25.813**
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(1.141)	–	(1.141)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	4.802	4.802
Reserva legal	–	240	–	(240)	–
Dividendos a pagar (nota 13(c))	–	–	–	(4.562)	(4.562)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**21.867**	**3.770**	**(725)**	**–**	**24.912**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado básico por ação)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita com títulos de capitalização		**18.076**	**14.806**
Arrecadação com títulos de capitalização	14(a)	55.322	47.158
Variação da provisão para resgate		(37.246)	(32.352)
Variações das provisões técnicas		**110**	**1.387**
Resultado com sorteio	**14(a)**	**(15.654)**	**(11.091)**
Custos de aquisição	14(a)	**(137)**	**(178)**
Outras receitas/despesas operacionais		**(31)**	**(120)**
Despesas administrativas		**(705)**	**(719)**
Despesa com pessoal próprio		(357)	(331)
Serviços de terceiros		(45)	(152)
Localização e funcionamento		(97)	(90)
Publicações		(64)	(51)
Donativos e contribuições		(100)	(67)
Despesas administrativas diversas		(42)	(28)
Despesas com tributos	14(b)	**(589)**	**(429)**
Resultado financeiro	14(c)	**6.978**	**4.929**
Receitas financeiras		7.221	5.035
Despesas financeiras		(243)	(106)
Resultado operacional		**8.048**	**8.585**
Resultado antes dos impostos e contribuições		**8.048**	**8.585**
Imposto de renda	8(a)	(1.995)	(2.127)
Contribuição social	8(a)	(1.251)	(1.521)
Lucro líquido do exercício		**4.802**	**4.937**
Quantidade de ações		2.187.173	21.867.173
Lucro básico por ação em R$		0,2196	0,2258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do Exercício	**4.802**	**4.937**
Ajuste de avaliação patrimonial (nota 6(c))	(1.902)	(6.938)
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	761	2.775
Total do resultado abrangente do exercício	**3.661**	**774**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		**4.802**	**4.937**
Ajustes para:			
Constituição de provisão para contingências	12(a)	577	226
Variação nas contas patrimoniais:			
Aplicações		(2.211)	(359)
Créditos a receber		4.531	(3.814)
Créditos das operações de capitalização		489	(2.238)
Créditos tributários e previdenciários		(460)	(3.435)
Despesas antecipadas		–	(3)
Obrigações a pagar		(1.191)	1.427
Outras contas a pagar		(14)	77
Impostos e contribuições		2.878	7.033
Tributos diferidos		(278)	(2.775)
Débitos de operações com capitalização		150	17
Depósitos de terceiros		(6.751)	4.394
Provisões técnicas - capitalização		1.474	3.849
Caixa consumido nas atividades operacionais		**3.996**	**9.336**
Impostos pagos		(3.222)	(3.240)
Caixa consumido nas atividades operacionais		**774**	**6.096**
Atividades de financiamento			
Dividendos		**(4.562)**	**(4.690)**
Caixa gerado nas atividades de financiamento		**(4.562)**	**(4.690)**
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(3.788)**	**1.406**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**4.770**	**3.364**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**982**	**4.770**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Informações gerais

A Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a exploração de planos de capitalização da modalidade tradicional e incentivo em todo o território nacional. O capital social da Companhia é constituído por 21.867.173 (21.867.173 em 2021) ações ordinárias divididas em dois acionistas. A Seguradora Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, possui 99,9999% das ações enquanto a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,0001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 17 de fevereiro de 2023.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (n° 11.638/07), em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 648/21, e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado, segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentado pelo método indireto, de acordo com o anexo XI da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. **2.2. Moeda funcional e transação com moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. **2.3. Caixa e bancos:** Caixa e bancos incluem o caixa e os depósitos bancários da Companhia. **2.4. Ativos financeiros:** a) Classificação: A Companhia pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. i) *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros disponíveis para venda não são derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. ii) *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Créditos das operações com capitalização" e "Títulos e créditos a receber". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (perda) no mínimo anualmente. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem *impairment* (perda), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em receitas financeiras. A Companhia avalia, anualmente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: i) *Ativos contabilizados ao custo amortizado:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A redução ao valor recuperável é avaliada mensalmente. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira; • As perdas decorrentes do teste de *impairment* são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito, para os títulos a receber da Zurich Minas Brasil Seguros S.A. e Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A., empresas do mesmo grupo, não se aplica nenhum tipo de *impairment,* por não haver risco de perda. ii) *Ativos classificados como disponíveis para venda:* A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos, a Companhia usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* em ações reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado. d) Instrumentos financeiros derivativos: Durante o exercício de 31 de dezembro de 2022 e dezembro de 2021 a Companhia não negociou instrumentos financeiros derivativos. **2.5. *Impairment* de ativos não financeiros:** Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* no mínimo anualmente e/ou quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPC 01/(R1) como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Companhia consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs). **2.6. Provisões técnicas:** A Companhia comercializa o produto de capitalização da modalidade tradicional e incentivo. a) Provisão Matemática para Capitalização (PMC): É calculada sobre o valor nominal para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. b) Provisão para Resgate (PR): É constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da sua liquidação financeira, ou conforme os demais casos previstos em lei. c) Provisão para Sorteios a Realizar (PSR): É constituída a provisão para os sorteios que, na data da constituição, já tenham sido custeados, mas ainda não foram realizados. d) Provisão para Sorteios a Pagar (PSP): É constituída a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei. e) Provisão para Despesas Administrativas (PDA): É constituída com o objetivo de refletir o valor presente esperado das despesas administrativas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição. f) Provisão Complementar de Sorteios (PCS): É constituída para complementar a PSR, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar. g) Taxa de carregamento: O quadro abaixo apresenta as taxas de carregamento dos produtos comercializados pela Companhia.

Plano	Pagamento	% Cota de carregamento
	1° ao 3°	81,54434
	4° ao 10°	21,54434
	11° ao 38°	30,00000
	39°	27,23024
Tradicional PM	40° ao 84°	0,00000
	1° ao 3°	82,92259
Tradicional PMTR	4° ao 10°	22,92259
	11° ao 38°	30,00000
	39°	27,23023
	40° ao 84°	0,00000
Incentivo PU I05	1°	25,124378
Incentivo PU I08, PU I21	1°	25,124400
Incentivo PU I11, PU I24,PU IN11, PU IN21, PU I04, PU I07, PU IN02, PU IN06	1°	15,124400
Incentivo PU I13, PU I18, PU I19, PU I23, PU I30, PU I31, PU IN13, PU IN19, PU IN23, PU IN30, PU IN31, PU IN32	1°	5,124400
Incentivo PU IN01, PU IN05	1°	5,124378
Incentivo PU IN12	1°	5,000000
Incentivo PU I17, PU IN17, PU IN18	1°	9,124400
Incentivo PU I03, PU IN03	1°	20,124378
Incentivo PU I26	1°	20,124400
Incentivo PU I12	1°	5,000000
Incentivo PU IN14	1°	14,302700
Incentivo PU IN08, PU IN09, PU IN10	1°	6,137800
Incentivo PU IN35	1°	4,075300
Incentivo PU IN26	1°	20,124400
Incentivo PU IN34	1°	9,124400

2.7. Principais tributos: A contribuição social foi constituída pela alíquota de 15% e o imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 no exercício. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP n° 648/21 e alterações posteriores. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.8. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.9. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.10. Apuração do resultado:** As receitas de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de produtos de pagamento único (PU) ou da 1ª parcela de produto de pagamento mensal (PM) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos (PM) ou de pagamentos periódicos (PP). O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanham a forma de contabilização da receita. **2.11. Lucro líquido básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Companhia. Durante os exercícios de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação e consequentemente o lucro básico por ação é equivalente ao lucro por ação diluído. **2.12. Normas contábeis, alterações e interpretações em vigor, ainda não aprovadas pela SUSEP e ainda não adotadas:** CPC 48, "Instrumentos Financeiros". Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novo modelo de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment*; e (iii) nova diretriz para a adoção de contabilização de *hedge*. A norma será aplicável quando referendada pela SUSEP. **2.13. Segregação Ativos e Passivos - Circulante e Não Circulante:** Os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante com base em revisões mensais no caso de ativos e passivos com vencimento. Conforme o CPC 26 quando espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço serão classificados em circulante, ao contrário serão classificados como não circulante

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado e as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de provisões técnicas de capitalização e as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados. a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de capitalização: As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de capitalização da Companhia representam a área onde a Companhia aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração da Companhia para a definição de premissas e da melhor estimativa do valor de liquidação de suas obrigações. b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros: A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os créditos das operações de capitalização. A Companhia segue as orientações do CPC 38 e pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia. A Companhia considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Companhia permite que os riscos de crédito, liquidez, operacional e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Companhia, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado Econômico-financeiro. a) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. As áreas-chave em que a Companhia está exposta ao risco de crédito são: • Caixa e equivalente de caixa; • Ativos financeiros; • Créditos das operações de capitalização. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	982	4.770
Disponíveis para venda (nota 6)		
Títulos públicos	60.402	59.332
Empréstimos e recebíveis		
Créditos das operações de capitalização (nota 7)	2.844	3.334
Títulos e créditos a receber	4.992	9.523
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de capitalização	**69.220**	**76.959**

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	A	BB-	Sem *Rating*	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	979	3	–	–	982
Disponíveis para venda					
Títulos públicos	–	–	60.402	–	60.402
Empréstimos e recebíveis					
Créditos das operações de capitalização	–	–	–	2.844	2.844
Títulos e créditos a receber	–	–	–	4.992	4.992
Exposição máxima ao risco de crédito	**979**	**3**	**60.402**	**7.836**	**69.220**

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	BBB	BB-	Sem *Rating*	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4.765	5	–	–	4.770
Disponíveis para venda					
Títulos públicos	–	–	59.332	–	59.332
Empréstimos e recebíveis					
Créditos das operações de capitalização	–	–	–	3.334	3.334
Títulos e créditos a receber	–	–	–	9.523	9.523
Exposição máxima ao risco de crédito	**4.765**	**5**	**59.332**	**12.857**	**76.959**

Os ativos são analisados na tabela acima usando o *rating* da Fitch Rating, Standard & Poor's (S&P) ou equivalente quando o da Fitch ou S&P não estiver disponível. A concentração do risco de crédito não alterou substancialmente comparada ao exercício anterior. b) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de a Companhia não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Companhia é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Companhia avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Companhia tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. i) *Controle do risco de liquidez:* O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Companhia liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. ii) *Gerencia*

continua →★

Zurich Brasil Capitalização S.A.

CNPJ: 17.266.009/0001-41

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

mento de Ativos e Passivos (Assets and Liabilities Management - ALM): Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. ii) *Gerenciamento de Ativos e Passivos (Assets and Liabilities Management - ALM):* O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela área financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra os montantes entre ativos e passivos:

2022	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	982	–	–	982
Títulos disponíveis para venda				
Títulos de renda fixa públicos (*)	15.585	41.002	3.815	60.402
Empréstimos e recebíveis				
Créditos das operações de capitalização	2.844	–	–	2.844
Títulos e créditos a receber	4.992	–	–	4.992
Total dos ativos financeiros	**24.403**	**41.002**	**3.815**	**69.220**
Provisões técnicas - capitalização	38.921	523	–	39.444
Obrigações a pagar	4.563	–	–	4.563
Impostos e contribuições	3.580	–	–	3.580
Outras contas a pagar	63	–	–	63
Total dos passivos financeiros	**47.127**	**523**	**–**	**47.650**

(*) Todos os investimentos são classificados como disponíveis para venda e mesmo havendo títulos com vencimento acima de 1 ano a companhia possui uma liquidez imediata.

2021	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4.770	–	–	4.770
Títulos disponíveis para venda				
Títulos de renda fixa públicos	5.615	49.103	4.614	59.332
Empréstimos e recebíveis				
Créditos das operações de capitalização	3.014	320	–	3.334
Títulos e créditos a receber	7.580	1.943	–	9.523
Total dos ativos financeiros	**20.979**	**51.366**	**4.614**	**76.959**
Provisões técnicas - capitalização	37.280	689	–	37.969
Obrigações a pagar	5.754	–	–	5.754
Impostos e contribuições	3.925	–	–	3.925
Outras contas a pagar	77	–	–	77
Total dos passivos financeiros	**47.036**	**689**	**–**	**47.725**

iii) *Análise de sensibilidade:* A Companhia realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, atrelados à taxa SELIC e IPCA. Conforme destacado no quadro a seguir:

2022	Títulos federais	Títulos federais
Aplicações	60.402	60.402
SELIC - % a.a.	13,65	–
IPCA - % a.a.	–	5,79
Projeção rentabilidade próximos 12 meses		
Resultado:		
Provável	8.245	3.497
Queda 25%	6.184	2.623
Queda 50%	4.122	1.749
Elevação 25%	10.306	4.372
Elevação 50%	12.367	5.246

iii) *Análise de sensibilidade:*

2021	Títulos federais	Títulos federais
Aplicações	59.332	59.332
SELIC - % a.a.	9,15	–
IPCA - % a.a.	–	10,06
Projeção rentabilidade próximos 12 meses		
Resultado:		
Provável	5.429	5.969
Queda 25%	4.072	4.477
Queda 50%	2.714	2.984
Elevação 25%	6.786	7.461
Elevação 50%	8.143	8.953

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do Banco Central. Fonte IPCA: Índices efetivos retirados do IBGE.

c) Risco operacional: A Companhia define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. d) Risco de mercado: i) *Gerenciamento de risco de mercado:* O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. ii) *Controle do risco de mercado:* O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Companhia. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são: • Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização; • Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial); • Avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais; • Avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras; • Analisar a política de liquidez;• Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; • Realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e Bancos	982	4.770
Total	**982**	**4.770**

6. Aplicações

a) Classificação das aplicações: As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações:

Títulos e classificações	Taxa de juros contratadas (%)	2022	%
Títulos disponíveis para venda		**60.402**	**100%**
Tesouro Selic (LFT)	Pós-fixado	18.441	30,53%
Tesouro Prefixado (LTN)	De 9,00% a 11,99%	15.537	25,72%
Tesouro Prefixado (LTN)	De 6,00% a 8,99%	11.583	19,18%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 16,00% a 17,99%	–	0,00%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 12,00% a 13,99%	2.010	3,33%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 9,00% a 11,99%	12.831	21,24%
Total		**60.402**	**100%**

Títulos e classificações	Taxa de juros contratadas (%)	2021	%
Títulos disponíveis para venda		**59.332**	**100%**
Tesouro Selic (LFT)	Pós-fixado	14.414	24,30%
Tesouro Prefixado (LTN)	De 9,00% a 11,99%	5.615	9,46%
Tesouro Prefixado (LTN)	De 6,00% a 8,99%	10.482	17,67%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 16,00% a 17,99%	13.423	22,62%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 12,00% a 13,99%	2.065	3,48%
Tesouro Prefixado (NTN-F)	De 9,00% a 11,99%	13.333	22,47%
Total		**59.332**	**100%**

	De 1 a 365 dias ou sem vencimento	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado	Ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários	Custo Atualizado, líquidos dos efeitos tributários
Títulos disponíveis para venda						
Tesouro SELIC - (LFT)	4.002	12.440	1.999	18.441	(4)	18.445
Tesouro Prefixado (LTN)	11.583	15.537	–	27.120	(282)	27.402
Tesouro Prefixado (NTN-F)	–	13.025	1.816	14.841	(439)	15.280
Total em 2022	**15.585**	**41.002**	**3.815**	**60.402**	**(725)**	**61.127**
Total em 2021	**5.615**	**49.103**	**4.614**	**59.332**	**416**	**58.916**

b) Estimativa do valor justo: A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

• Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo.

2022	Nível 1	Total
Títulos disponíveis para venda	**60.402**	**60.402**
Tesouro SELIC (LFT)	18.441	18.441
Tesouro Prefixado (LTN)	27.120	27.120
Tesouro Prefixado (NTN-F)	14.841	14.841
Total	**60.402**	**60.402**

2021	Nível 1	Total
Títulos disponíveis para venda	**59.332**	**59.332**
Tesouro SELIC (LFT)	14.414	14.414
Tesouro Prefixado (LTN)	16.097	16.097
Tesouro Prefixado (NTN-F)	28.821	28.821
Total	**59.332**	**59.332**

c) Movimentação das aplicações financeiras:

	Saldo em 2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos Atualizações	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 2022
Tesouro SELIC (LFT)	14.414	29.123	(27.292)	2.147	49	18.441
Tesouro Prefixado (LTN)	16.097	14.628	(5.617)	1.738	274	27.120
Tesouro Prefixado (NTN-F)	28.821	–	(14.975)	3.220	(2.225)	14.841
Total	**59.332**	**43.751**	**(47.884)**	**7.105**	**(1.902)**	**60.402**

	Saldo em 2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos Atualizações	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 2021
Tesouro SELIC (LFT)	14.536	1.344	(2.111)	627	18	14.414
Tesouro Prefixado (LTN)	14.733	1.635	–	1.149	(1.420)	16.097
Tesouro Prefixado (NTN-F)	33.867	–	(2.730)	3.220	(5.536)	28.821
Total	**63.136**	**2.979**	**(4.841)**	**4.996**	**(6.938)**	**59.332**

d) Instrumentos financeiros por categoria:

2022 – Ativos financeiros	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%
Aplicações financeiras	60.402	100,00%		
Créditos das operações de capitalização	–	–	2.844	36,29%
Títulos e créditos a receber desconsiderado créditos tributários	–	–	4.992	63,71%
TOTAL	**60.402**	**100,00%**	**7.836**	**100,00%**

2021 – Ativos financeiros	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%
Aplicações financeiras	59.332	100,00%	–	–
Créditos das operações de capitalização	–	–	3.334	25,93%
Títulos e créditos a receber desconsiderado créditos tributários	–	–	9.523	74,07%
TOTAL	**59.332**	**100,00%**	**12.857**	**100,00%**

7. Créditos das operações de capitalização

a) Movimentação de créditos das operações de capitalização:

Saldo em 2021	**3.334**
Títulos comercializados	55.323
Recebimentos no exercício	(55.813)
Saldo em 2022	**2.844**
Saldo em 2020	**1.095**
Títulos comercializados	47.159
Recebimentos no exercício	(44.920)
Saldo em 2021	**3.334**

Aging list

2022	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima 365 dias	Total
Total de títulos a receber (*)	2.829	9	6	–	–	–	2.844
Redução ao valor recuperável	–	–	–	–	–	–	–
Total de prêmios a receber	**2.829**	**9**	**6**	**–**	**–**	**–**	**2.844**

2021	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima 365 dias	Total
Total de títulos a receber (*)	275	368	247	1.156	968	394	3.408
Redução ao valor recuperável	–	–	–	–	–	(74)	(74)
Total de prêmios a receber	**275**	**368**	**247**	**1.156**	**968**	**320**	**3.334**

(*) Os valores com *aging* acima de 61 dias não constitui PDD, são títulos a receber da empresa Zurich Minas Brasil Seguros S.A. e Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A. que fazem parte do Grupo Zurich, mesmo conglomerado.

8. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	2022	2021
Antecipação de IR e CS	3.222	3.380
IRPJ e CSLL a compensar	995	1.123
PIS e COFINS a compensar	63	57
IRPJ e CSLL diferido	1.356	616
Total	**5.636**	**5.176**

Expectativa de realização dos impostos diferidos:

	2022	2023	2024	2025	2026
Provisão para Riscos Fiscais	847	–	–	–	847
Provisão para publicação	26	25	–	–	–
Ganhos não realizados com MtM	483	151	37	126	169
Total	**1.356**	**176**	**37**	**126**	**1.016**

a) Apuração do imposto de renda e contribuição social:

Descrição	2022	2021
Resultado antes dos impostos e contribuições	8.048	8.586
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente	(3.219)	(3.434)
Baixa de créditos tributários concernentes a anos anteriores	–	–
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(11)	(8)
Demais ajustes	24	9
Majoração CSLL 5%	(40)	(215)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(3.246)**	**(3.648)**

b) Ativos e passivos fiscais diferidos: Os tributos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são compostos como segue:

Ativos diferidos	2021	Constituição	Realização	2022
Provisão para riscos fiscais	616	257	–	873
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	–	483	–	483
Total dos ativos diferidos	**616**	**740**	**–**	**1.356**
Passivos diferidos	**2021**	**Constituição**	**Realização**	**2022**
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	278	–	(278)	–
Total dos passivos diferidos	**278**	**–**	**(278)**	**–**
Ativos diferidos	**2022**	**Constituição**	**Realização**	**2021**
Provisão para riscos fiscais	526	90	–	616
Total dos ativos diferidos	**526**	**90**	**–**	**616**
Passivos diferidos	**2020**	**Constituição**	**Realização**	**2021**
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	3.053	–	(2.775)	278
Total dos passivos diferidos	**3.053**	**–**	**(2.775)**	**278**

c) Impostos e contribuições:

	2022	2021
Imposto de Renda	2.223	2.324
Contribuição Social	1.347	1.572
Outros	10	29
Total	**3.580**	**3.925**

9. Obrigações a pagar

	2022	2021
Dividendos a pagar	4.562	4.692
Fornecedores	1	1.018
Outras obrigações a pagar	–	44
Total	**4.563**	**5.754**

10. Depósitos de terceiros

a) Discriminação de depósitos de terceiros:

	2022	2021
Prêmios e emolumentos	–	6.751
Total	**–**	**6.751**

(*) Durante o ano de 2022 a companhia realizou uma força tarefa para sanar as pendências de conciliação relacionadas a depósitos de terceiros.

b) Aging list depósitos de terceiros:

	2022	2021
De 1 a 30 dias	–	314
De 31 a 60 dias	–	337
De 61 a 120 dias	–	746
De 121 a 180 dias	–	1.076
De 181 a 365 dias	–	3.827
Acima 365 dias	–	451
Total	**–**	**6.751**

11. Provisões técnicas - capitalização

	2022	2021
Provisão Matemática para Capitalização	17.651	17.360
Provisão para Resgate	8.873	10.094
Provisão para Sorteios a Realizar	2.544	2.060
Provisão para Sorteios a Pagar	10.193	8.162
Provisão para Despesas Administrativas	183	293
Total	**39.444**	**37.969**

a) Movimentação das provisões técnicas - capitalização:

	2021	Constituição	Reversão/ Pagamento	Atualização monetária e juros	2022
Provisão Matemática para Capitalização	17.360	36.939	(36.955)	307	**17.651**
Provisão para Resgate	10.094	36.955	(38.210)	34	**8.873**
Provisão para Sorteios a Realizar	2.060	14.106	(13.728)	106	**2.544**
Provisão para Sorteios a Pagar	8.162	15.501	(13.470)	–	**10.193**
Provisão para Despesas Administrativas	293	–	(110)	–	**183**
Total	**37.969**	**103.501**	**(102.473)**	**447**	**39.444**

	2020	Constituição	Reversão/ Pagamento	Atualização monetária e juros	2021
Provisão Matemática para Capitalização	18.444	31.582	(33.329)	663	17.360
Provisão para Resgate	6.162	33.329	(29.397)	–	10.094
Provisão para Sorteios a Realizar	1.408	11.576	(11.028)	104	2.060
Provisão para Sorteios a Pagar	6.180	11.954	(9.972)	–	8.162
Provisão para Despesas Administrativas	1.681	484	(1.872)	–	293
Provisão Complementar de Sorteios	245	–	(245)	–	–
Total	**34.120**	**88.925**	**(85.843)**	**767**	**37.969**

b) Ativos garantidores das provisões técnicas: Os valores contábeis vinculados a SUSEP em coberturas de provisões técnicas são os seguintes:

	2022	2021
Total das provisões técnicas a ser coberto	**39.444**	**37.969**
Ativos oferecidos em garantia		
Títulos Públicos (LFT, LTN e NTN)	60.402	59.332
Total dos ativos oferecido em garantia	**60.402**	**59.332**
Suficiência de garantia das provisões técnicas	**20.958**	**21.363**

12. Outros débitos - Provisões judiciais

a) Movimentação das provisões para processos fiscais e obrigações legais:

	2021	Constituição líquida de reversão e atualização monetária	2022
PIS/COFINS Receitas financeiras	1.560	577	2.137
Saldo das provisões judiciais	**1.560**	**577**	**2.137**

	2020	Constituição líquida de reversão e atualização monetária	2021
PIS/COFINS Receitas financeiras	1.334	226	1.560
Saldo das provisões judiciais	**1.334**	**226**	**1.560**

Obrigação legal - PIS/COFINS: Em 31 de março de 2015, a Companhia impetrou um Mandado de Segurança visando à declaração da inexistência de relação jurídico-tributária capaz de impor à Companhia o dever de se sujeitar à contribuição ao PIS e à COFINS sobre suas receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem suas reservas técnicas, por não configurarem receitas de prestação de serviços ou receitas da atividade principal.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$21.867, está representado por 21.867.173 ações ordinárias nominativas, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros:

	2022	2021
Reserva legal (i)	898	658
Reserva estatutária (ii)	2.872	2.872
Reservas de lucros	**3.770**	**3.530**

(i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social, e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. (ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da lei societária. c) Dividendos propostos: São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária, após a constituição da reserva legal. A Companhia provisionou em dezembro de 2022 dividendos no valor de R$ 4.562, acima dos dividendos mínimos dos 25% obrigatórios.

d) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido:

	2022	2021
Patrimônio líquido	24.912	25.813
Ajustes contábeis:	**(18)**	**(18)**
Despesas antecipadas	(18)	(18)
PLA Total	**24.894**	**25.795**
Capital base (a)	10.800	10.800
Capital adicional baseado no risco de subscrição	645	648
Capital adicional baseado no risco de crédito	1.005	1.437
Capital adicional baseado no risco operacional	404	379
Capital adicional baseado no risco de mercado	1.959	2.154
Benefício da diversificação	**(865)**	**(1.029)**
Capital base de risco (b)	3.148	3.589
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b)).	10.800	10.800
PLA de nível 1	23.538	25.795
PLA de nível 3	1.356	–
Patrimônio líquido ajustado	**24.894**	**25.795**
Suficiência de capital	**14.094**	**14.995**

A Companhia apurou o Capital Mínimo Requerido utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos Anexos da Resolução CNSP n° 432/21, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. A Companhia adotou a premissa de utilizar 100% do capital adicional baseado no risco de mercado para efeito do cálculo de capital.

14. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado

a) Emissão com títulos de capitalização por modalidade:

Modalidade (2022)	Emissão	Sorteios	Comissionamento
Incentivo	54.931	(15.645)	(134)
Tradicional	391	(9)	(3)
Total	**55.322**	**(15.654)**	**(137)**

Modalidade (2021)	Emissão	Sorteios	Comissionamento
Incentivo	46.151	(11.326)	(169)
Tradicional	1.007	235	(9)
Total	**47.158**	**(11.091)**	**(178)**

b) Despesas com tributos:

	2022	2021
COFINS	(445)	(329)
PIS	(72)	(77)
Taxa de fiscalização	–	(15)
Contribuição sindical	(48)	–
Impostos Municipais	(4)	(3)
Impostos Estaduais	(2)	(1)
Outros Tributos	(18)	(4)
Total de despesas com tributos	**(589)**	**(429)**

c) Resultado financeiro:

	2022	2021
Rendimento das aplicações de renda fixa (nota 6(c))	7.121	5.005
Receita com atualização de impostos a compensar	100	30
Despesas financeiras com renda fixa (nota 6(c))	(16)	(9)
Despesas com atualização de débitos tributários	(227)	(97)
Total resultado financeiro	**6.978**	**4.929**

15. Partes relacionadas

A Zurich Brasil Capitalização S.A. teve transação de despesas administrativas compartilhadas com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A.:

	2022 Ativo e passivo	2021 Ativo e passivo	2022 Receitas e despesas (*)	2021 Receitas e despesas (*)
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	(2.953)	(4.719)	14.727	10.764
Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A.	(20)	(63)	212	601

a) Remuneração do pessoal-chave da administração: (*) Em 31 de dezembro de 2022 R$ 349 (R$ 684 em dezembro de 2021) referem-se às despesas com remuneração dos administradores que a Zurich Brasil Capitalização S.A., paga para a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., devido ao compartilhamento da Administração.

16. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento contábil até a data de publicação das demonstrações financeiras.

DIRETORES

Edson Luis Franco
Adriana Heideker
Luis Henrique Meirelles Reis

Marcio Benevides Xavier
Sven Feistel
Fábio José Pereira Leme

Marcelo Carlos Alvalá
Samya Belarmino de Paiva Macedo
Rodrigo Monteiro de Barros

CONTADOR

Gustavo Lauretti
CRC 1SP304255/O-0

ATUÁRIA

Fernanda Lores
MIBA 1740

COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Zurich Brasil Capitalização S.A.: O Comitê Integrado de Auditoria e Riscos ("Comitê") da Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Companhia"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, composto por três membros indicados pelo Conselho de Administração, se reuniu em 2022 em 14 (quatorze) oportunidades. O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades, que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna da Seguradora. O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração da Seguradora e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2022, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência executiva da Seguradora. Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e *compliance,* e nas suas próprias análises. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade das operações da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. O Comitê, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da **Zurich Brasil Capitalização S.A.** a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício social de 2022.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

Membros do Comitê Integrado de Auditoria e Riscos
Benildo de Araujo Costa
Luiz Pereira de Souza
Fernando Antônio Sodré Faria

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Zurich Brasil Capitalização S.A.
São Paulo - SP - CNPJ: 17.266.009/0001-41

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Zurich Brasil Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos**: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Anderson Gomes Ferreira da Silva - Atuário - MIBA 2.043

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da **Zurich Brasil Capitalização S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ambiente de Tecnologia da Informação:** A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles

continua ★

Zurich Brasil Capitalização S.A.
CNPJ: 17.266.009/0001-41

→★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o semestre de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Gilberto Bizerra De Souza
Sócio - Contador CRC-RJ076.328/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

Zurich Brasil Companhia de Seguros

CNPJ: 96.348.677/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da **Zurich Brasil Companhia de Seguros** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Conjuntura Econômica:** A economia brasileira continuou a demonstrar recuperação durante o segundo semestre de 2022, ainda que aquém do projetado no início do ano. A retomada gradual foi impulsionada, principalmente, pelo arrefecimento da pandemia, com a diminuição dos contágios e menor fatalidade da Covid-19. Juntamente com essa retomada, acumularam-se os efeitos inflacionários derivados da continuidade da pressão altista das commodities, câmbio e preço da energia. Com isso, a inflação (IPCA) fechou o ano 5,79%, o que levou o Banco Central a acelerar o ciclo de aperto monetário em 2022, conduzindo a taxa básica de juros (Selic) a fechar o ano em 13,75%. As contas externas continuam a apresentar situação relativamente confortável, impulsionadas pelas exportações de commodities e manutenção do nível de reserva. **Contexto:** A Zurich Brasil Companhia de Seguros, por se tratar de uma companhia em processo de "run-off" não possui nos próximos anos expectativas de crescimento na produção ou qualquer outra estratégia relacionada, porém por ser uma Seguradora pertencente ao grupo Zurich Internacional, seguirá adotando todas as medidas de controles, riscos e compliance necessários. **Aplicações Financeiras:** As aplicações em títulos de renda fixa, variável e quotas de fundos de investimentos atingiram ao final do exercício de 2022, o montante de R$25.467 milhões (R$77.596 milhões em 31 de dezembro de 2021). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" em atendimento a Circular SUSEP nº 648/21, e alterações posteriores. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. **Provisões Técnicas:** O valor contabilizado das provisões técnicas, em 2022 é de R$8.019 mil (R$11.211 mil em 31 de dezembro de 2021), enquanto os ativos de resseguro em 2022 eram R$163 (R$ 189 mil em 31 de dezembro de 2021). **Desempenho Operacional:** A Zurich Brasil Companhia de Seguros apresentou lucro líquido em dezembro de 2022 de R$5.373 (R$3.982 mil em 31 de dezembro de 2021). O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 atingiu o valor de R$24.770 (R$78.505 mil em 31 de dezembro de 2021), tal diminuição relacionada a redução de capital realizada em 2022 no valor de R$ 60 milhões. **Controles Internos e *Compliance*:** O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, que se utiliza da metodologia interna de controles internos, para garantir a acuracidade das Demonstrações financeiras intermediárias. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às Demonstrações financeiras intermediárias é responsabilidade da equipe controles internos, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles. Todos os processos e controles das Demonstrações financeiras intermediárias são registrados e monitorados (inclusive com armazenamento de histórico) no sistema RACE, uma aplicação corporativa, gerida pelo Grupo Risk Management e Compliance, para garantir a gestão adequada dos controles, sejam eles locais ou globais. A estrutura de controles internos para as Demonstrações financeiras intermediárias faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, dentro da governança corporativa de riscos da Zurich. A Unidade de Conformidade, que também faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, é totalmente independente em suas avaliações e apontamentos, tem reporte indireto ao "Diretor de Controles Internos" e direto ao Diretor Regional de Compliance do Grupo Zurich e deve garantir a ética e conduta, bem como com a melhoria contínua dos processos e procedimentos para atendimento aos requerimentos regulatórios dos Órgãos Reguladores Locais e exigências e controles requeridos pelo Grupo. É de responsabilidade da área de Compliance a implementação de políticas internas de conformidade, bem como o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações. Também é de responsabilidade do Compliance a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de ética e conduta na empresa e o monitoramento do cumprimento dos padrões do Grupo Zurich. **Perspectivas:** O resultado financeiro do Grupo Zurich em níveis mundiais está muito além das expectativas e se mostrou resiliente em um ano de catástrofes e especialmente devido a guerra da Ucrânia. Além disso, a base de clientes de varejo continua crescendo e ao mesmo tempo verificamos uma melhora na satisfação do cliente. Continuamos a progredir com o nosso compromisso com a sustentabilidade, principalmente devido ao nosso 150º aniversário, portanto sabemos perfeitamente a importância de sermos sustentáveis e bem-sucedidos durante um longo período, estabelecendo metas arrojadas de nos tornarmos uma empresa de zero emissões líquidas até 2050 expandindo a Zurich Forest para cerca de 200mil árvores. Permanecemos comprometidos com nossos colaboradores, apoiando no desenvolvimento e garantindo as habilidades necessárias para enfrentar futuros desafios. Em 2022 a maioria das vagas de trabalho disponíveis foram preenchidas por candidatos internos demonstrando que o investimento e o foco no desenvolvimento dos nossos funcionários têm tido êxito. Na opinião da administração estamos bem-posicionados para alcançar nossas metas para o ano de 2023. Nosso crescimento está sustentado com uma estratégia multicanal, multissegmento e multiproduto. Parcerias estratégicas na distribuição de produtos e desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira nos torna mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich. Temos a confiança de nossos clientes e investidores e somos muito fortes financeiramente. Olhando para o futuro, permanecemos com a estratégia de empresa verdadeiramente focada no cliente, por meio da simplificação dos nossos negócios e operações e da ampliação dos nossos recursos de análise de dados. **Agradecimentos:** A Zurich Brasil Companhia de Seguros agradece à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2022	2021
Circulante		**43.253**	**68.058**
Disponível		**3.562**	**1.239**
Caixa e bancos	5	3.562	1.239
Aplicações	6	**19.235**	**35.138**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**1.687**	**2.587**
Prêmios a receber	7.a.c	1.060	1.391
Operações com seguradoras	7.c	616	432
Operações com resseguradoras		11	764
Outros créditos operacionais	8	**5.634**	**5.963**
Ativos de resseguro e retrocessão		**163**	**189**
Títulos e créditos a receber		**11.892**	**16.483**
Títulos e créditos a receber	9.a	6.454	11.701
Créditos tributários e previdenciários	9.b	5.373	4.782
Outros créditos		65	–
Outros valores e bens		**441**	**797**
Bens a venda		441	797
Despesas antecipadas		**88**	**176**
Custos de aquisição diferidos	10	**551**	**5.486**
Seguros		551	5.486
Não circulante		**7.319**	**43.969**
Realizável a longo prazo		**7.319**	**43.969**
Aplicações	6	**6.232**	**42.458**
Títulos e créditos a receber		**1.079**	**1.044**
Depósitos judiciais e fiscais		965	930
Outros créditos operacionais	9.a	114	114
Custos de aquisição diferidos	10	**8**	**467**
Seguros		8	467
Total do Ativo		**50.572**	**112.027**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2022	2021
Circulante		**23.726**	**30.738**
Contas a pagar		**6.947**	**7.269**
Obrigações a pagar	11	4.270	4.820
Impostos e encargos sociais a recolher		650	711
Impostos e contribuições		2.027	1.738
Débitos de operações com seguros e resseguros		**5.847**	**5.417**
Prêmios a restituir		1.353	1.353
Operações com seguradoras		24	38
Operações com resseguradoras		–	752
Corretores de seguros e resseguros		1.647	372
Outros débitos operacionais	12	2.823	2.902
Depósitos de terceiros	13	**2.927**	**3.066**
Provisões técnicas - seguros	14	**8.005**	**14.986**
Danos		4.785	10.881
Pessoas		3.220	4.105
Não Circulante		**2.076**	**2.784**
Provisões técnicas - seguros	14	**14**	**793**
Danos		14	788
Pessoas		–	5
Outros débitos		**2.062**	**1.991**
Provisões judiciais	19	2.062	1.991
Patrimônio líquido		**24.770**	**78.505**
Capital social	18.a	207.028	207.028
Aumento/(Redução) de capital (em aprovação)		(60.000)	–
Ajuste de avaliação patrimonial		(408)	(1.299)
Prejuízos acumulados		(121.850)	(127.224)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**50.572**	**112.027**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Prêmios emitidos	4.a	10.386	13.588
Variação das provisões técnicas		7.778	28.171
Prêmios ganhos	**20.a**	**18.164**	**41.759**
Sinistros ocorridos	**20.b**	(3.012)	(1.845)
Custos de aquisição	**20.c**	(10.265)	(39.273)
Outras receitas e despesas operacionais		1.029	8.342
Resultado com resseguro		**(1.703)**	**(884)**
Receita com resseguro		(3)	(395)
Despesa com resseguro		(22)	(22)
Outros resultados com resseguro		(1.678)	(467)
Despesas administrativas	**20.d**	(1.067)	(1.544)
Despesas com tributos	**20.e**	(2.088)	(3.164)
Resultado financeiro	**20.f**	6.472	2.551
Resultado operacional		**7.530**	**5.942**
Resultado antes dos impostos e participações		**7.530**	**5.942**
Imposto de Renda	**16**	(1.384)	(1.179)
Contribuição Social	**16**	(772)	(781)
Lucro do exercício		**5.374**	**3.982**
Quantidade de ações (em milhares)		646.061	909.710
Média ponderada de números de ação (em milhares)		0,0083	0,0044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro Líquido do exercício	**5.374**	**3.982**
Ajuste de avaliação patrimonial	1.485	(3.321)
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	(594)	1.328
Total do resultado abrangente do exercício	**6.265**	**1.989**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**207.028**	**–**	**694**	**(131.395)**	**76.327**
Ajuste saldos anteriores	–	–	–	189	189
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	(1.993)	–	(1.993)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.982	3.982
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**207.028**	**–**	**(1.299)**	**(127.224)**	**78.505**
Aumento/(Redução) do capital em aprovação	–	(60.000)	–	–	(60.000)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	891	–	891
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.374	5.374
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**207.028**	**(60.000)**	**(408)**	**(121.850)**	**24.770**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro do exercício	**5.374**	**3.982**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	–	444
Provisão/Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.978	1.590
Variações das contas patrimoniais		
Aplicações	53.020	2.854
Créditos das operações de seguros e resseguros	(1.078)	10.819
Ativos de resseguro e retrocessões - provisões técnicas	26	1.015
Créditos fiscais e previdenciários	2.114	5.445
Depósitos judiciais e fiscais	(35)	(13)
Despesas antecipadas	88	(170)
Custo de aquisição diferidos	5.394	31.282
Outros valores e bens	356	–
Outros ativos	5.511	(11.388)
Impostos e contribuições	289	(5.617)
Outras contas a pagar	(550)	(1.571)
Débitos de operações com seguros e resseguros	430	(11.284)
Depósitos de terceiros	(139)	197
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(7.760)	(37.341)
Provisões judiciais	–	(358)
Outros Débitos	10	(5.752)
Caixa Gerado/Consumido pelas Operações	**65.028**	**(15.866)**
Imposto sobre o lucro - pago	**(2.705)**	**(2.503)**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**62.321**	**(18.369)**
Atividades de financiamento		
Redução de capital	(60.000)	–
Outros	–	188
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**(60.000)**	**188**
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**2.321**	**(18.154)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.239	19.393
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.562	1.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Zurich Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares, em todo o território nacional. A Seguradora é controlada pela Zurich Minas Brasil Seguros S.A., detentora de 99,99% das ações ordinárias e Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. com 0,01% das ações ordinárias, que totalizam 646.061.551 ações. A Zurich Minas Brasil Seguros S.A., possui dois acionistas: a Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, com 99,9999% das ações enquanto a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,0001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça. A Zurich Brasil Vida e Previdência, possui um único acionista a Seguradora Zurich Minas Brasil Seguros S.A. Por se tratar de uma companhia em processo de "run-off" não possui nos próximos anos expectativas de crescimento na produção ou qualquer outra estratégia relacionada. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 17 de fevereiro de 2023.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras as principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado, segundo a premissa de continuação dos negócios da Companhia em curso normal. **2.2. Moeda funcional e transação com moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora é o real. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e bancos incluem, o caixa e os depósitos bancários da Companhia. **2.4. Ativos financeiros:** a) Classificação: A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. i) *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros disponíveis para venda são: não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. ii) *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Operações de crédito com congêneres e resseguradoras", "Outros créditos operacionais", "Outros Créditos" e "Títulos e créditos a receber, não associados a créditos tributários a imposto sobre renda". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (perda) no mínimo anualmente. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em receita financeira. A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. c) Redução ao valor recuperável (*impairment)* de ativos financeiros: *i) Ativos contabilizados ao custo amortizado:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa, estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira. • As perdas decorrentes do teste de *impairment* são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. • A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. Essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada. • A redução ao valor recuperável para ativos de resseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 180 dias da data do vencimento do crédito, quando o crédito for com terceiros. Para os ativos de cosseguro cedido relacionado a sinistro, a Seguradora efetua a redução ao valor recuperável com período de inadimplência superior a 180 dias do vencimento do crédito. ii) *Ativos classificados como disponíveis para venda:* A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos, a Companhia usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* em ações reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. d) Instrumentos financeiros derivativos: Durante o exercício de 2022 e 2021, a Seguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos. **2.6. Ativos e passivos relacionados a resseguro:** A cessão de resseguro é efetuada pela Seguradora no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar um risco e eventual perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguro são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados. **2.7. Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. **2.8. Créditos tributários e previdenciários:** Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a impostos a compensar. **2.9. Provisões judiciais e ativos contingentes:** Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetários incorridos. A Seguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores que estabelece a constituição de Provisões considerando o histórico de perdas: Ativos contingentes, Provisões judiciais, Provisões fiscais e previdenciárias. **2.10. Depósitos judiciais e fiscais:** Referem-se, basicamente, a garantias de processos judiciais de sinistros em julgamento, cujos valores reclamados encontram-se registrados na provisão de sinistros a liquidar, e a processo fiscal referente à composição das bases de cálculo do PIS dos anos de 1997, 1998 e 1999. **2.11. Provisões técnicas - seguros:** A legislação vigente que institui regras e procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras é a Resolução CNSP nº 432/21 e a Circular SUSEP nº 648/21, e suas respectivas alterações, juntamente com documentos de orientação ao mercado preparados pela SUSEP. a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): A PPNG é constituída pela parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério "pro rata die" para todos os ramos de seguros. b) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): (i) Processos administrativos - é constituída por estimativa com base nas notificações dos sinistros recebidas pela Seguradora até o encerramento do período e contempla, na data de sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados deduzidos a parcela relativa à recuperação de cosseguros cedidos. (ii) Processos judiciais - é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendo-se ao risco para cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido, levando-se em consideração a probabilidade de desembolso financeiro, baseado na análise do departamento jurídico interno da Seguradora, que leva em consideração o histórico passado e o curso das ações. A Seguradora efetua atualização monetária dos processos de acordo com o índice IGPM e juros. Os honorários de sucumbências são igualmente estimados e são registrados na provisão de despesa relacionada. c) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A PDR deve ser constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, e deve abranger tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. No grupo de PDR é registrada também a estimativa de despesas não alocáveis sinistro a sinistro. Para efetuar o cálculo da estimativa de despesas não alocáveis é considerada a relação entre os valores pagos com despesas não alocadas e o montante de indenizações pagas com sinistros. d) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR): O IBNR sobre operações de seguro direto e cosseguro aceito é constituído em consonância com as normas do CNSP e está sendo calculado utilizando o método *Bornhuetter-Ferguson*, que é baseado na combinação de sinistralidade esperada e evolução de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos, mas não avisados apurada através dos conhecidos Triângulos de *Run-Off.* e) Provisão de Sinistros Ocorridos, e Não Suficientemente Avisados (IBNER): A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela Seguradora, relativos a sinistros que foram objetos de seguros e de cosseguros aceitos e ainda não indenizados, também está sendo constituída para cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo da regulação até a sua liquidação final. f) Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE): A PPNG-RVNE é calculada com base em estudo técnico-atuarial e constituída em consonância com as normas do CNSP. A metodologia de cálculo consiste na construção de triângulos de Run-Off (início de vigência por emissão), que estimam o volume de prêmios referentes às apólices vigentes, mas que ainda não foram emitidas. A partir do comportamento histórico das emissões em atraso é calculado o valor da PPNG-RVNE. g) Provisão Complementar de Cobertura (PCC): A PCC é constituída quando é identificada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos, conforme. **2.12. Teste de Adequação do Passivo (TAP):** Objetivo e resultados obtidos: O teste de adequação do passivo é realizado com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, de acordo com o CPC 11 e premissas mínimas determinadas pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. O teste é efetuado utilizando as melhores estimativas dos fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. A taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa em valores nominais, foi a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco pré-fixada. Para obter a melhor estimativa de sinistros a ocorrer, optou-se por utilizar um percentual de sinistralidade obtido através do Plano de Negócios da Seguradora para os próximos 3 anos, ou seja, uma sinistralidade esperada pela Administração. Nos casos em que a sinistralidade observada no último ano estiver mais "adequada" que a sinistralidade esperada, o atuário responsável pelo cálculo pode optar por utilizar a que melhor se adequar a experiência atual da Seguradora. *Sinistralidades*

Patrimonial	Vida
20,7%	7,25%

Em dezembro de 2022 a Seguradora realizou o cálculo de TAP e não identificou insuficiência de provisões técnicas. **2.13. Principais tributos:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 no período. A provisão para contribuição social sobre lucro foi constituída à alíquota de 15%. (CSLL). Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no exercício de ocorrência do fato e são calculados com alíquotas de 25% para o IRPJ e 15% para CSLL. O imposto diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alteração posteriores. A companhia não constituiu créditos tributários nos exercícios de 2021 e 2022. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.14. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.15. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.16. Normas contábeis, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente:** CPC 49 "Instrumentos Financeiros": emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novo modelo de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment;* e (iii) nova diretriz para a adoção de contabilização de *hedge*. A norma será aplicável quando referendada pela SUSEP. CPC 50 "Contratos de Seguro": emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o IFRS 4 publicado em 2014. O CPC 50 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. O CPC 50 passa vigorar em 01/01/2023, sendo permitido a aplicação antecipada. A administração está aguardando a aprovação dessa norma pela SUSEP e avaliando os impactos.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a empresa adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões para as contingências inclusive as que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de seguros, as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros e não financeiros e as estimativas para perdas em contingências e processos administrativos e judiciais, descritas a seguir. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados. a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros: As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de capitalização da Companhia representam a área onde a Companhia aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informações internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração da Companhia para a definição de premissas e da melhor estimativa do valor de liquidação de suas obrigações. b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros e não financeiros: A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os créditos das operações de capitalização. A Companhia segue as orientações do CPC 38 e pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está impaired. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Companhia avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro. c) Provisões para contingências: São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia. A Companhia considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e compliance (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Companhia permite que os riscos de crédito, liquidez, operacional e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado Risk Management, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Companhia, tendo por atribuição assessorar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado Econômico-financeiro. a) Risco de seguro: O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares, vida e previdência, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A Seguradora atua com ramos elementares como principal segmento de gestão de risco de seguro. ***Riscos de seguros ramos elementares:*** O risco de seguros com ramos elementares inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos créditos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas. ***Resultados da análise de sensibilidade:*** Os resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Análise de Sensibilidade

2022		
Premissas	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**
Aumento de 5% na sinistralidade	(7)	(7)
Aumento de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	40	39
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(2)	(2)
Premissas	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**
Redução de 5% na sinistralidade	7	7
Redução de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	(41)	(40)
Redução de 5% nas despesas administrativas	2	2

2021 — Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido		
Premissas	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**
Aumento de 5% na sinistralidade	(69)	(69)
Aumento de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	63	61
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(8)	(8)

Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido

Premissas	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**
Redução de 5% na sinistralidade	69	69
Redução de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	(64)	(63)
Redução de 5% nas despesas administrativas	8	8

continua →★

Zurich Brasil Companhia de Seguros

CNPJ: 96.348.677/0001-94

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os diferentes impactos das suposições econômicas sobre o lucro e o patrimônio líquido decorrem da classificação de determinados ativos como "Disponíveis para venda", para os quais as movimentações nos ganhos ou prejuízos não realizados afetam diretamente o patrimônio líquido.

Total de prêmios emitidos por regiões geográficas:

Total de prêmios emitidos por região geográfica
Linhas de negócios

	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-oeste	Total
Compreensivo Residencial	781	–	–	–	**781**
Garantia Estendida/Extensão de Garantia - Bens em Geral	–	–	–	20	**20**
Riscos Diversos	–	–	263	–	**263**
Acidentes Pessoais	2.562	–	1.615	–	**4.177**
Eventos Aleatórios	2.190	–	547	23	**2.760**
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	670	–	707	–	**1.377**
Vida	634	–	–	374	**1.008**
Total em 31 de dezembro 2022 (i)	**6.837**	**–**	**3.132**	**417**	**10.386**
Total em 31 de dezembro 2021 (i)	**9.252**	**(97)**	**3.515**	**918**	**13.588**

(i) Os valores acima não contemplam os saldos de RVNE, cosseguro aceito e cedido que somam um montante de (R$ 1.189) em 31 de dezembro de 2022 e (R$ 4.265) em 31 de dezembro de 2021. Foram previstos carregamentos variáveis sobre as taxas puras de cada cobertura, sendo que estes são compostos por despesas administrativas, margem de lucro e corretagem com intervalos que variam entre 1% e 99%. b) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. *(i) Exposições ao risco de crédito:* A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	**2022** BB-	Saldo contábil
Disponível para venda		
Aplicações		
Títulos de renda fixa - públicos	25.467	25.467
Total	**25.467**	**25.467**

(*) Rating do gestor do fundo - Banco Santander Brasil S/A

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	**2021** BB-	Saldo contábil
Disponível para venda		
Aplicações		
Títulos de renda fixa - públicos	77.596	77.596
Total	**77.596**	**77.596**

(*) Rating do gestor do fundo - Banco Santander Brasil S/A

c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de a Companhia não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Companhia é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Companhia avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Companhia tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. *(i) Gerenciamento de risco de liquidez:* O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. ii) *Exposição ao risco de liquidez:* O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro.

2022

Ativo	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Aplicações	–	19.235	–	6.232	**25.467**
Prêmios a receber de segurados	–	1.060	–	–	**1.060**
Operações com seguradoras	–	616	–	–	**616**
Operações com resseguradora	–	11	–	–	**11**
Outros créditos operacionais	–	5.634	114	–	**5.748**
Total do ativo	**–**	**26.556**	**114**	**6.232**	**32.902**

2021

Ativo	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Aplicações	–	77.596	–	–	**77.596**
Prêmios a receber de segurados	–	1.391	–	–	**1.391**
Operações com seguradoras	–	432	–	–	**432**
Operações com resseguradora	–	764	–	–	**764**
Outros créditos operacionais	–	5.963	114	–	**6.077**
Total do ativo	**–**	**86.146**	**114**	**–**	**86.260**

A tabela a seguir demonstra a maturidade dos passivos de seguros da Seguradora.

2022

Passivo	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Contas a pagar	–	4.270	–	–	4.270
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	5.847	–	–	5.847
Depósitos de terceiros	–	2.927	–	–	2.927
Total do passivo	**–**	**13.044**	**–**	**–**	**13.044**

2021

Passivo	Sem vencimento	Até um ano	De um a três anos	Acima de três anos	Total
Contas a pagar	–	7.270	–	–	7.270
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	5.416	–	–	5.416
Depósitos de terceiros	–	3.066	–	–	3.066
Total do passivo	**–**	**15.752**	**–**	**–**	**15.752**

d) Risco de mercado: O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Companhia. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são: • Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização; • Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial); • Avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais; • Avaliar e definir os limites de VaR (Value at Risk) e das carteiras; • Analisar a política de liquidez; • Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; • Realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos (*)	3.562	1.239
	3.562	**1.239**

6. Aplicações - circulante e não circulante

a) Composição: As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações:

2022

Descrição	Vencimento	Custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas	Valor de mercado
Disponíveis para venda		**26.147**	**(680)**	**25.467**
Tesouro Prefixado (LTN)	até 1 ano	19.913	(678)	19.235
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	entre 1 e 2 anos	5.250	–	5.250
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	entre 3 e 4 anos	984	(2)	982
	Total	**26.147**	**(680)**	**25.467**

2021

Descrição	Vencimento	Custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas	Valor de mercado
Disponíveis para venda		**79.761**	**(2.165)**	**77.596**
Tesouro Prefixado (LTN)	até 1 ano	28.861	(2.116)	26.745
Tesouro Prefixado (LTN)	entre 1 e 2 anos	18.162	68	18.230
Tesouro Prefixado (LTN)	entre 3 e 4 anos	8.199	(2)	8.197
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	até 1 ano	8.396	(4)	8.392
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	entre 2 e 3 anos	180	–	180
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	entre 3 e 4 anos	651	(3)	648
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	entre 4 e 5 anos	15.312	(108)	15.204
	Total	**79.761**	**(2.165)**	**77.596**

A Seguradora não possui operações com derivativos nos exercícios apresentados. As Letras do tesouro nacional (LTN), Letras financeiras do tesouro (LFT) estão classificadas como "disponíveis para venda". As taxas de juros das aplicações contratadas estão demonstradas abaixo:

31/12/2022

Título	Classe	Data de aplicação	Data de vencimento	Taxa de juros contratada	Valor de mercado
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	30-11-2022	01-03-2024	0,00%	5.250
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	30-03-2020	01-03-2026	0,03%	982
LTN	Título público Prefixado	03-01-2020	01-07-2023	6,04%	19.235
					25.467

31/12/2021

Título	Classe	Data de aplicação	Data de vencimento	Taxa de juros contratada	Valor de mercado
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	30-03-2020	01-03-2026	0,02%	12.610
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	04-07-2018	01-09-2022	0,09%	7.523
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	03-01-2020	01-03-2026	0,02%	2.595
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	31-08-2018	01-03-2024	0,00%	179
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	02-01-2019	01-03-2025	0,04%	648
LFT	Título público Pós fixado (SELIC)	01-07-2021	01-09-2022	0,03%	869
LTN	Título público Prefixado	28-04-2020	01-09-2025	3,33%	8.197
LTN	Título público Prefixado	03-01-2020	01-07-2023	12,24%	18.230
LTN	Título público Prefixado	02-02-2021	01-01-2022	6,04%	26.745
					77.596

b) Estimativa do valor justo: A Seguradora mensura o valor justo com base nos seguintes níveis: • Nível 1: Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • Nível 2: *Inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora com suas respectivas classificações:

	Nível 1	Total
Títulos disponíveis para venda	**25.467**	**25.467**
Tesouro Prefixado (LTN)	19.235	19.235
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	6.232	6.232
Total aplicações	**25.467**	**25.467**

	Nível 1	Total
Títulos disponíveis para venda	**77.596**	**77.596**
Tesouro Prefixado (LTN)	53.172	53.172
Tesouro Pós-fixado SELIC (LFT)	24.424	24.424
Total aplicações	**77.596**	**77.596**

c) Movimentação das aplicações financeiras: Abaixo é apresentada a movimentação das aplicações financeiras durante o exercício.

	Saldo em 2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos Atualizações	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 2022
Tesouro Pós-fixado (LFT)	24.426	18.475	(40.066)	3.284	113	6.232
Tesouro Prefixado (LTN)	53.170	–	(39.101)	3.794	1.372	19.235
Total	**77.596**	**18.475**	**(79.167)**	**7.078**	**1.485**	**25.467**

Aplicações	Saldo em 2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos Atualizações	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 2021
Tesouro Pós-fixado (LFT)	25.835	8.709	(11.240)	966	156	24.426
Tesouro Prefixado (LTN)	56.608	16.573	(17.869)	1.336	(3.478)	53.170
Total	**82.443**	**25.282**	**(29.109)**	**2.302**	**(3.322)**	**77.596**

d) Ativos e Passivos Financeiros:

2022

	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%
Ativos financeiros				
Aplicações	25.467	100%	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	1.687	18%
Títulos e créditos a receber (*)	–	–	7.533	82%
	25.467	**100%**	**9.220**	**100%**
Passivos financeiros				
Contas a pagar	–	–	6.947	44%
Débitos das operações com seguros e resseguros	–	–	5.847	37%
Depósitos de terceiros	–	–	2.927	19%
	–	**–**	**15.721**	**100%**

(*) Exclui créditos tributários e depósitos judiciais e fiscais.

2021

	Disponível para venda	%	Empréstimos e recebíveis	%
Ativos financeiros				
Aplicações	77.596	100	–	–
Créditos das operações com seguros e resseguros	–	–	2.587	17
Títulos e créditos a receber (*)	–	–	12.745	83
	77.596	**100%**	**15.332**	**100%**
Passivos financeiros				
Contas a pagar	–	–	7.270	47
Débitos das operações com seguros e resseguros	–	–	5.416	34
Depósitos de terceiros	–	–	3.066	19
	–	**–**	**15.752**	**100%**

(*) Exclui créditos tributários e depósitos judiciais e fiscais.

7. Prêmios a receber

a) *Prêmios a receber por ramos de seguros*

	2022	2021
Acidentes pessoais	–	216
Demais ramos	128	276
Vida em grupo	932	311
Rendas de Eventos Aleatórios	–	588
Total	**1.060**	**1.391**

b) *Movimentação de prêmios a receber*

	2022	2021
Saldo no início do exercício	**1.391**	**13.416**
Emissões (*)	9.725	23.906
Cancelamentos e Restituição	(441)	(28.426)
Recebimentos	(9.030)	(1.067)
Constituição - RVNE	(585)	(6.438)
Saldo no final do exercício	**1.060**	**1.391**

(*) O saldo inclui IOF.

c) *Aging list de prêmios a receber de seguros e créditos de operações com seguradoras:*

2022

	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 364 dias	Acima de 365 dias	Total
Total de prêmios a receber bruto	**1.288**	**274**	**101**	**269**	**213**	**10.102**	**12.247**
A Vencer	1.232	–	–	–	–	–	1.233
Vencidos	56	274	101	269	213	10.102	11.014
Redução ao valor recuperável	**–**	**–**	**(101)**	**(268)**	**(212)**	**(9.990)**	**(10.571)**
A Vencer	–	–	–	–	–	–	–
Vencidos	–	–	(101)	(268)	(212)	(9.990)	(10.571)
Total de prêmios a receber (*)	**1.289**	**274**	**–**	**1**	**1**	**112**	**1.676**

(*) Os valores com créditos das operações com as seguradoras referem-se ao prêmio de cosseguro aceito vencidos são de R$ 616 (em 31 de dezembro de 2021 de R$432).

2021

	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 364 dias	Acima de 365 dias	Total
Total de prêmios a receber bruto	**1.568**	**142**	**107**	**63**	**254**	**9.815**	**11.949**
A Vencer	1.325	–	–	–	–	–	1.325
Vencidos	243	142	107	63	254	9.815	10.624
Redução ao valor recuperável	**–**	**–**	**(105)**	**(63)**	**(243)**	**(9.715)**	**(10.126)**
A Vencer	–	–	–	–	–		–
Vencidos	–	–	(105)	(63)	(243)	(9.715)	(10.126)
Total de prêmios a receber (*)	**1.568**	**142**	**2**	**–**	**11**	**100**	**1.823**

(*) Os valores com créditos das operações com as seguradoras referem-se ao prêmio de cosseguro aceito vencidos são de R$ 432 (em 31 de dezembro de 2020 de R$351). d) Movimentação da redução ao valor recuperável de prêmios.

	2022	2021
Saldo no início do exercício	**(10.126)**	**(9.059)**
Aumento na provisão (*)	(1.750)	(1.732)
Baixa na provisão	1.305	665
Saldo no final do exercício	**(10.571)**	**(10.126)**

8. Créditos das operações de seguros e resseguros

	2022	2021
Créditos de sinistros a regularizar (1)	199	143
Direito de resgate capitalização	4.533	4.971
Restituição a regularizar	1.015	857
Recuperação de investimentos	5.207	5.207
Redução valor recuperável - outros créditos	(5.207)	(5.207)
Outros valores	(114)	(8)
Total	**5.634**	**5.963**

(1) Créditos de sinistros descontados do valor de repasse efetuados pelos estipulantes.

9. Títulos e Créditos a receber e Outros créditos operacionais

(a) A tabela abaixo demonstra a composição dos títulos e créditos a receber

	2022	2021
Outros créditos a receber (*)	6.568	11.815
Total	**6.568**	**11.815**

(*) Valores referentes as recuperações com parceiros. (b) A tabela abaixo demonstra a composição dos créditos tributários e previdenciários.

Descrição	2022	2021
Impostos a compensar (IR e CS)	2.297	1.640
Impostos a compensar (PIS e COFINS)	371	647
Antecipação de impostos (IR e CS)	2.705	2.495
Total dos créditos tributários e Previdenciários	**5.373**	**4.782**

A tabela abaixo demonstra a movimentação dos créditos tributários durante o exercício.

Descrição	2021	Movimentação	2022
Impostos a compensar (IR e CS)	1.640	657	2.297
Impostos a compensar (PIS e COFINS)	647	(276)	371
Antecipação de impostos (IR e CS)	2.495	210	2.705
Total	**4.782**	**591**	**5.373**

"A Seguradora, por conta do histórico de prejuízos fiscais em períodos pretéritos e falta da expectativa de geração de lucros futuros não registra saldo de ativo fiscal diferido, seja sobre diferenças temporárias ou prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL., em atendimento ao disposto no artigo 146 da circular SUSEP nº 648/21."

10. Custo de aquisição diferido

Os custos de aquisição diferidos em 31 de dezembro de 2022 são no valor de R$ 559 (R$ 5.953 em 31 de dezembro de 2021). Os valores constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São consideradas como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros.

11. Obrigações a pagar

	2022	2021
Fornecedores	3.360	3.910
Outras Obrigações	910	910
Total	**4.270**	**4.820**

12. Outros débitos operacionais

	2022	2021
Agentes e correspondentes	634	630
Estipulantes de seguros	494	468
Lucros atribuídos	1.695	1.804
Total	**2.823**	**2.902**

13. Depósitos de terceiros

O saldo de depósitos de terceiros é composto conforme abaixo:

	2022	2021
Cobrança antecipada de prêmios	2.927	3.066
Total	**2.927**	**3.066**

A seguir é apresentado o "aging" dos depósitos de terceiros.

2022

	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 364 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada e prêmios e emolumentos	104	91	151	372	559	1.650	2.927
Total de prêmios Emolumentos	**104**	**91**	**151**	**372**	**559**	**1.650**	**2.927**

2021

	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	181 a 364 dias	Acima de 365 dias	Total
Cobrança antecipada e prêmios e emolumentos	–	–	102	64	1.189	1.711	3.066
Total de prêmios Emolumentos	**–**	**–**	**102**	**64**	**1.189**	**1.711**	**3.066**

14. Provisões técnicas - seguros

a) Saldos: A seguir, são apresentados os saldos das provisões técnicas dos principais ramos de atuação:

2022

Ramos	Provisão de Prêmios não Ganhos	Provisão de Sinistros à Liquidar	Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados	Provisão de Despesas Relacionadas	Total
Pessoas Individual	5	492	204	65	766
Patrimonial	789	448	433	116	1.786
Pessoas Coletivo	–	817	1.145	222	2.184
Outros	–	3.114	28	141	3.283
Total	**794**	**4.871**	**1.810**	**544**	**8.019**

2021

Ramos	Provisão de Prêmios não Ganhos	Provisão de Sinistros à Liquidar	Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados	Provisão de Despesas Relacionadas	Total
Pessoas Individual	1.043	509	197	87	1.836
Patrimonial	7.523	727	552	153	8.955
Pessoas Coletivo	6	774	1.107	222	2.109
Outros	–	2.755	35	89	2.879
Total	**8.572**	**4.765**	**1.891**	**551**	**15.779**

b) Movimentação: A tabela abaixo demonstra a movimentação das provisões técnicas durante o exercício.

Provisões Técnicas	Saldo em 2021	Constituições	Reversões e baixas	Pagamentos efetuados	Saldo em 2022
Provisão de prêmios não ganhos e RVNE	**8.571**	126.492	(134.269)	–	**794**
Provisão de sinistros à liquidar	**4.765**	25.664	(22.784)	(2.774)	**4.871**
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	**1.892**	33.861	(33.943)	–	**1.810**
Provisão de despesas relacionadas	**551**	5.907	(5.460)	(454)	**544**
Total	**15.779**	**191.924**	**(194.456)**	**(3.228)**	**8.019**

Provisões Técnicas	Saldo em 2020	Constituições	Reversões e baixas	Pagamentos efetuados	Saldo em 2021
Provisão de prêmios não ganhos e RVNE	36.742	331.769	(359.940)	–	**8.571**
Provisão de sinistros a liquidar	9.165	527.773	(521.855)	(10.318)	**4.765**
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	5.187	34.106	(37.401)	–	**1.892**
Provisão de despesas relacionadas	2.026	8.212	(7.855)	(1.832)	**551**
Total	**53.120**	**901.860**	**(927.051)**	**(12.150)**	**15.779**

c) Ativos garantidores das provisões técnicas: Foram vinculados para garantia das provisões técnicas os seguintes títulos e valores mobiliários:

Descrição	2022	2021
(+) Total das provisões técnicas	8.019	15.779
(–) Carregamento de comercialização - extensão de garantia	(559)	(5.042)
(–) Recuperação de sinistros - Prov. sinistros a liquidar	(127)	(125)
(–) Recuperação de sinistros - IBNR	(24)	(50)
(–) Provisão de despesas Relacionadas	(12)	(14)
(–) Depósitos judicias vinculados a sinistros	–	(11)
(–) Direitos Creditórios RVNE	–	(6)
Provisões técnicas para garantia	**7.297**	**10.531**
Ativos vinculados		
Títulos Públicos	25.467	77.596
Total dos ativos vinculados	**25.467**	**77.596**
20% do capital de risco (CMR)	–	–
Suficiência	**18.170**	**67.595**

(i) Resolução CNSP432/21 extingue a liquidez em relação ao CRA Companhia apresentava o montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR. a 20% (vinte por cento) do CRM.

15. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Evolução da Provisão de sinistros - bruto de resseguro:

Administrativos	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Estimativa de provisão - bruto de Resseguro						
No Final do Período	348.557	106.786	32.121	9.445	4.605	978
Um ano depois	373.879	116.810	33.510	9.775	4.722	–
Dois anos depois	382.212	115.969	33.969	9.768	–	–
Três anos depois	383.571	116.182	33.958	–	–	–
Quatro anos depois	384.425	116.272	–	–	–	–
Cinco anos depois	384.654	–	–	–	–	–
Diferença Estimativa Inicial	36.097	9.486	1.837	323	117	–
Estimativa Acum.	384.654	116.272	33.958	9.768	4.722	978
Pagamentos Acum.	(384.654)	(115.977)	(33.958)	(9.768)	(4.719)	(915)
PSL	–	295	–	–	3	63

Evolução da Provisão de sinistros - bruto de resseguro:

Judicial	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Estimativa de provisão - bruto de Resseguro						
No Final do Período	50.236	3.432	837	412	669	62
Um ano depois	74.261	4.970	1.162	648	703	–
Dois anos depois	78.311	5.281	1.552	871	–	–
Três anos depois	79.998	5.445	1.756	–	–	–
Quatro anos depois	81.167	5.800	–	–	–	–
Cinco anos depois	85.285	–	–	–	–	–
Diferença Estimativa Inicial	35.049	2.368	919	459	34	–
Estimativa Acum.	85.285	5.800	1.756	871	703	62
Pagamentos Acum.	(82.732)	(5.573)	(1.727)	(838)	(673)	(12)
PSL	2.553	227	29	33	30	50
PSL GROSS	2.553	522	29	33	33	113
						3.283
IBNER						1.436
IBNR						1.810
Retrocessão						152
Provisões de Sinistros - Bruto de Resseguro						6.681

Evolução da Provisão de sinistros - líquido de resseguro:

Administrativo	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Estimativa de provisão - líquido de Resseguro						
No Final do Período	324.102	102.625	25.549	9.422	4.587	975
Um ano depois	349.061	109.433	26.447	9.752	4.699	–
Dois anos depois	357.377	108.567	26.646	9.741	–	–
Três anos depois	358.736	108.780	26.619	–	–	–
Quatro anos depois	359.584	108.796	–	–	–	–
Cinco anos depois	359.812	–	–	–	–	–
Diferença Estimativa Inicial	35.710	6.171	1.070	319	112	–
Estimativa Acum	359.812	108.796	26.619	9.741	4.699	975
Pagamentos Acum	(359.812)	(108.575)	(26.619)	(9.741)	(4.696)	(912)
PSL	–	221	–	–	3	63

Evolução da Provisão de sinistros - líquido de resseguro:

Judicial	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Estimativa de provisão - líquido de Resseguro						
No Final do Período	31.348	3.428	829	412	668	35
Um ano depois	54.944	4.957	1.156	648	682	–
Dois anos depois	58.952	5.267	1.546	664	–	–
Três anos depois	60.625	5.434	1.513	–	–	–
Quatro anos depois	61.705	5.542	–	–	–	–
Cinco anos depois	65.036	–	–	–	–	–
Diferença Estimativa Inicial	33.688	2.114	684	252	14	–
Estimativa Acum	65.036	5.542	1.513	664	682	35
Pagamentos Acum	(62.485)	(5.332)	(1.485)	(630)	(653)	–
PSL	2.551	210	28	34	29	35
PSL NET	2.551	431	28	34	32	98
						3.174
IBNER						1.417
IBNR						1.786
Retrocessão						152
Provisões de Sinistros - Líq. de Resseguro						6.529

16. Apuração do imposto de renda e contribuição social

a) Apuração do imposto de renda:

Descrição	Imposto de Renda 2022	Imposto de Renda 2021	Contribuição Social 2022	Contribuição Social 2021
Resultado antes dos Impostos e Participações	7.530	5.942	7.530	5.942
Juros sobre o Capital Próprio	–	–	–	–
Resultado antes dos Impostos	**7.530**	**5.942**	**7.530**	**5.942**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas aplicáveis	(1.883)	(1.485)	(1.130)	(891)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(40)	–	(24)	–
Outros	30	24	90	–
Compensação de Prejuízo Fiscal/Base Negativa de CSLL	606	516	364	309
Créditos tributários não constituídos (i)	(97)	(234)	(58)	(140)
Majoração Alíquota CSLL	–	–	(14)	(59)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(1.384)**	**(1.179)**	**(772)**	**(781)**

(i)A Seguradora não reconheceu os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e ajustes temporais em consonância com a Circular SUSEP nº 648/22 e alterações posteriores. Em dezembro de 2022, a Seguradora possui R$ 62.865 de créditos tributários não reconhecidos, sendo R$ 58.001 referente à prejuízo fiscal e base negativa de CSLL e R$ 4.864 referente as diferenças temporárias.

17. Sinistros judiciais

A tabela a seguir detalha o saldo de sinistros judiciais pendentes de pagamento, com segregação por faixa de idade. Provisão para sinistros a liquidar judicial - por período de vencimento:

31/12/2022

Período	Quantidade	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Até 1 ano	8	50	35
1 a 3 anos	25	61	61
3 a 7 anos	70	373	354
Mais de 7 anos	8	2.438	2.438
Total	**111**	**2.922**	**2.889**

2021

Período	Quantidade	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Até 1 ano	29	20	20
1 a 3 anos	54	99	99
3 a 7 anos	67	304	301
Mais de 7 anos	13	2.007	2.001
Total	**163**	**2.430**	**2.421**

18. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social, subscrito e integralizado no valor de R$ 207.028 em dezembro de 2022 e uma redução de capital social em aprovação de R$ (60.000) (R$ 207.028 em dezembro de 2021), é representado por 909.710.772 em 2022 e (263.649.221) em aprovação devido a redução em aprovação (909.710.772 em 2021) ações ordinárias. b) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido: A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido considerando a data base de 2022 e 2021, utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos Anexos da Resolução CNSP n° 432/21, apresentando suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado. A Seguradora adotou a premissa de utilizar 100% do capital adicional baseado no risco de mercado para efeito do cálculo de capital.

	2022	2021
Patrimônio líquido	24.770	78.505
Ajustes contábeis:	**(88)**	**(176)**
Despesas antecipadas	(88)	(176)
Ajustes	**–**	**–**
PLA Total	**24.682**	**78.329**
Capital base (a)	15.000	15.000
Capital adicional baseado no risco de subscrição	1.841	3.876
Capital adicional baseado no risco de crédito	1.726	2.659
Capital adicional baseado no risco operacional	78	184
Capital adicional baseado no risco de mercado	1.361	2.477
Benefício da diversificação	**(1.217)**	**(2.183)**
Capital base de risco (b)	3.807	7.013
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b)	15.000	15.000
PLA de nível 1	**24.682**	**78.328**
Patrimônio líquido ajustado	24.682	78.328
Suficiência de capital	**9.682**	**63.328**

(I) - PLA de nível 1: valor do patrimônio líquido contábil ou do patrimônio social contábil aplicadas as deduções contábeis, previstas no inciso I do caput, e acrescido dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes das alíneas "a" e b do inciso II do caput da resolução 432/21; (II) - PLA de nível 2: soma dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos nas alíneas "c", "d", "e" e "f" do inciso II do caput da resolução 432/21; e (III) - PLA de nível 3: soma dos acréscimos contábeis no PLA, definidos no inciso I do caput da resolução 432/21, e dos valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "d" e "f" daquele inciso.

19. Contingências

As contingências totalizam um no valor de R$2.062 em dezembro de 2022 (R$ 1.991 em dezembro de 2021) são demonstradas abaixo: a) Fiscais: A Seguradora possui as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados. Não existem ações classificados como remota e possível.

Fiscais	2022 Quantidade	2022 Valor em risco	2022 Valor contábil	Fiscais	2021 Quantidade	2021 Valor em risco	2021 Valor contábil
Remota	–	–	–	Remota	–	–	–
Possível	–	–	–	Possível	–	–	–
Provável	4	1.241	1.241	Provável	4	1.210	1.210
Total	**4**	**1.241**	**1.241**	Total	**4**	**1.210**	**1.210**

b) Trabalhistas: A contingência foi realizada quanto aos processos trabalhistas atualmente em trâmite e apenas 6 deles se encontram em fase de execução com cálculos já realizados pela Vara do Trabalho e houve o respectivo depósito da quantia em conta judicial à disposição dos reclamantes. A Seguradora possui as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

Trabalhista	2022 Quantidade	2022 Valor em risco	2022 Valor contábil	Trabalhista	2021 Quantidade	2021 Valor em risco	2021 Valor contábil
Remota	2	393	–	Remota	–	–	–
Possível	–	–	–	Possível	1	39	24
Provável	3	170	254	Provável	2	110	143
Total	**5**	**563**	**254**	**Total**	**3**	**149**	**167**

c) Cíveis: Os processos de natureza cível versam principalmente quanto à inconformidade com questões securitárias, resultando em perdas e danos, bem como danos morais. A Seguradora possui as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

Cíveis	2022 Quantidade	2022 Valor em risco	2022 Valor contábil	Cíveis	2021 Quantidade	2021 Valor em risco	2021 Valor contábil
Remota	31	147.686	–	Remota	23	210	–
Possível	59	951	–	Possível	59	497	–
Provável	86	453	567	Provável	79	565	614
Total	**176**	**149.090**	**567**	**Total**	**161**	**1.272**	**614**

A tabela abaixo demonstra a movimentação das provisões durante o exercício.

2022

	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Atualização monetária	Saldo Final
Fiscais					
Valor em risco	1.210	–	–	31	1.241
Valor provisionado	1.210	–	–	31	1.241
Cíveis					
Valor em risco	1.272	147.818	–	–	149.090
Valor provisionado	614	–	(47)	–	567
Trabalhista					
Valor em risco	149	414	–	–	563
Valor provisionado	167	401	(314)	–	254

2021

	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Atualização monetária	Saldo Final
Fiscais					
Valor em risco	1.199	–	–	11	1.210
Valor provisionado	1.199	–	–	11	1.210
Cíveis					
Valor em risco	1.426	–	(154)	–	1.272
Valor provisionado	579	35	–	–	614
Trabalhista					
Valor em risco	593	–	(444)	–	149
Valor provisionado	571	16	(420)	–	167

continua ★

ZURICH

Zurich Brasil Companhia de Seguros

CNPJ: 96.348.677/0001-94

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Detalhamento das principais contas de resultado

a) Prêmio Ganho:

	2022	2021
Prêmios diretos	9.197	17.853
Prêmios de cosseguros aceitos de congêneres	1.327	2.048
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(138)	(6.313)
Variação das Provisões Técnicas de Prêmio	7.778	28.171
Total	**18.164**	**41.759**

b) Sinistros ocorridos:

	2022	2021
Sinistros diretos e de cosseguro aceito	(2.466)	(7.107)
Serviços de assistência	(131)	(42)
Salvados	(39)	679
Ressarcimentos (a)	(69)	59
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (b)	140	3.295
Var. prov. de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	(447)	1.271
Total	**(3.011)**	**(1.845)**

c) Custo de aquisição:

	2022	2021
Comissões	(1.919)	(1.842)
Agenciamento	–	(793)
Pró-labore	(2.952)	(5.299)
Variação dos custos de aquisição diferidos	(5.394)	(31.339)
Total	**(10.265)**	**(39.273)**

d) Despesas administrativas:

	2022	2021
Pessoal próprio	(9)	407
Serviços de terceiros	(615)	(736)
Localização e manutenção	(181)	(1.001)
Locomoção	–	–
Comunicação	(97)	(216)
Outras despesas administrativas	(165)	2
Total	**(1.067)**	**(1.544)**

e) Despesas com tributos:

	2022	2021
COFINS e PIS	(1.340)	(2.223)
Contr. s/oper. Prev. Contr. Sind.	(131)	–
Taxa de Fiscalização da SUSEP	(617)	(871)
Outros Tributos	–	(70)
Total	**(2.088)**	**(3.164)**

f) Resultado financeiro:

	2022	2021
Receita com aplicações renda fixa	6.728	2.903
Receita com atualização de depósitos judiciais	14	–
Outras receitas/despesas financeiras	334	157
Encargos sobre saldos a pagar de operações de seguros (juros, atualização monetária e oscilação cambial)	(413)	–
Despesa com atualização de contingências passivas	(31)	(11)
Outras despesas financeiras	(160)	(498)
Total resultado financeiro	**6.472**	**2.551**

21. Partes Relacionadas

	2022 Ativo e passivo	2021 Ativo e passivo	2022 Receitas e despesas (*)	2021 Receitas e despesas (*)
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	–	5.611	–	–
Zurich Brasil Capitalização S.A.	20	63	(212)	(601)

22. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORES

Edson Luis Franco
Adriana Heideker
Luis Henrique Meirelles Reis

Marcio Benevides Xavier
Sven Feistel
Fábio José Pereira Leme

Marcelo Carlos Alvalá
Samya Belarmino de Paiva Macedo
Rodrigo Monteiro de Barros

CONTADOR

Gustavo Lauretti
CRC 1SP304255/O-0

ATUÁRIA

Fernanda Lores
MIBA 1740

COMITÊ INTEGRADO DE AUDITORIA E RISCOS

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A. O Comitê Integrado de Auditoria e Riscos ("Comitê") da **Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A.** ("Seguradora"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, composto por três membros indicados pelo Conselho de Administração, se reuniu em 2022 em 14 (quatorze) oportunidades. O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades, que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna da Seguradora. O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração da Seguradora e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2022, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência executiva da Seguradora. Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e *compliance*, e nas suas próprias análises. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade das operações da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. O Comitê, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da **Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A.**, a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício social de 2022.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

Membros do Comitê Integrado de Auditoria e Riscos
Benildo de Araujo Costa
Luiz Pereira de Souza
Fernando Antônio Sodré Faria

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A.
São Paulo - SP - CNPJ: 96.348.677/0001-94

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Anderson Gomes Ferreira da Silva - Atuário - MIBA 2.043

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da **Zurich Brasil Companhia de Seguros -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Run-off das atividades:** Chamamos a atenção, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, para o fato de a Seguradora estar em processo de run-off de suas atividades. Por conseguinte, a Seguradora poderá depender de eventual suporte de seu acionista para honrar eventuais compromissos e assumir potenciais direitos no futuro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ambiente de Tecnologia da Informação:** A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Seguradora. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. **Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas:** Conforme divulgado na nota explicativa n° 14, em 31 de dezembro de 2022, os saldos das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros, firmados pela Seguradora eram de R$ 8.019 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da Administração na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa n°2.12. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Administração na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vi) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (vii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras i, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Gilberto Bizerra De Souza
Sócio - Contador CRC-RJ076.328/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

CNPJ: 01.206.480/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias da **Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.** relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Conjuntura Econômica:** O ano foi marcado por volatilidades nos preços a nível global, incluindo commodities e energia, adicionando mais incertezas aos investidores assim como a maior precaução na condução da política monetária pelos Bancos Centrais. Durante a primeira metade do ano o Banco Central conduziu uma política monetária mais restritiva elevando a Selic de 9,25% para 13,25%. Visando a manutenção do controle inflacionário, o último aperto monetário foi realizado em agosto, onde o Banco Central elevou a taxa básica de juros para 13,75%, mantendo-a constante até o fechamento do ano. A inflação (IPCA) fechou o ano em 5,79%, ainda acima do teto da meta. Também é esperado um PIB em patamar positivo para o ano de 2022, com últimas projeções sinalizando 3,03% de crescimento no ano. Para o ano de 2023 as projeções mais atuais apontam para um crescimento no patamar positivo de 0,77% e uma inflação de 5,39% assim como uma taxa de juros de aproximadamente 12,50%. **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras, que são ativos garantidores das provisões técnicas, compostas por títulos de renda fixa e aplicação em fundos de investimentos atingiram o montante de R$ 3.024 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.705 milhões em 31 de dezembro de 2021). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" e "Ao Valor Justo por Meio do Resultado" em atendimento à Circular SUSEP nº 648/21 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. **Provisões Técnicas:** O valor contabilizado das provisões técnicas, do ano findo em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 2.996 milhões (R$ 2.684 milhões em 31 de dezembro de 2021). **Desempenho Operacional:** O volume de prêmios emitidos e rendas de contribuição atingiram R$ 263 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R$ 313 milhões em 31 de dezembro de 2021). Excluindo-se efeitos pontuais de fundos exclusivos que possuíram movimento extraordinário em 2021, o crescimento foi de 34% na receita de prêmios emitidos e receitas de contribuições. As receitas com taxa de gestão atingiram R$12 milhões em 31 de dezembro de 2022, 30% acima do montante de R$ 9 milhões em 31 de dezembro de 2021. As despesas com comercialização de R$ 8 milhões reduziram 29% em relação ao ano anterior. As despesas administrativas atingiram R$ 4 milhões em 31 de dezembro de 2022 tendo ficado 8% acima do ano anterior, em linha com o índice de inflação de 2022. A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A., seguiu o plano de forte reestruturação e apresentou em 31 de dezembro de 2022 prejuízo de R$ 477 mil (prejuízo de R$ 7.488 mil em 31 de dezembro de 2021) o que representa uma melhora de R$7.011 mil em relação ao ano de 2021. Os ativos totais atingiram o montante de R$ 3.072 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.745 milhões em 31 de dezembro de 2021), enquanto o patrimônio líquido atingiu R$ 47.059 mil em 31 de dezembro de 2022 (R$ 47.528 mil em 31 de dezembro de 2021). **Controles Internos e *Compliance*:** O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, que se utiliza da metodologia interna de controles internos, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras intermediárias. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionadas às demonstrações financeiras intermediárias é responsabilidade da equipe controles internos, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles. Todos os processos e controles das demonstrações financeiras intermediárias são registrados e monitorados (inclusive com armazenamento de histórico) no sistema RACE, uma aplicação corporativa, gerida pelo Grupo *Risk Management e Compliance*, para garantir a gestão adequada dos controles, sejam eles locais ou globais. A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras intermediárias faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, dentro da governança corporativa de riscos da Zurich. A Unidade de Conformidade, que também faz parte da Estrutura de Gestão de Riscos integrada ao Sistema de Controles Internos, é totalmente independente em suas avaliações e apontamentos, tem reporte indireto ao "Diretor de Controles Internos" e direto ao Diretor Regional de Compliace do Grupo Zurich e deve garantir a ética e conduta, bem como com a melhoria contínua dos processos e procedimentos para atendimento aos requerimentos regulatórios dos Órgãos Reguladores Locais e exigências e controles requeridos pelo Grupo. É de responsabilidade da área de Compliace a implementação de políticas internas de conformidade, bem como o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações. Também é de responsabilidade do *Compliace* a elaboração de treinamentos, visando à criação de uma cultura de ética e conduta na empresa e o monitoramento do cumprimento dos padrões do Grupo Zurich. **Perspectivas:** O resultado financeiro do Grupo Zurich em níveis mundiais está muito além das expectativas e se mostrou resiliente em um ano de catástrofes e especialmente devido à guerra da Ucrânia. Além disso, a base de clientes de varejo continua crescendo e ao mesmo tempo verificamos uma melhora na satisfação do cliente. Continuamos a progredir com o nosso compromisso com a sustentabilidade, principalmente devido este ano termos celebrado o nosso 150º aniversário, portanto sabemos perfeitamente a importância de sermos sustentáveis e bem-sucedidos durante um longo período, estabelecendo metas arrojadas de nos tornarmos uma empresa de zero emissões líquidas até 2050 expandindo a Zurich Forest para cerca de 200 mil árvores. Permanecemos comprometidos com nossos colaboradores, apoiando no desenvolvimento e garantindo as habilidades necessárias para enfrentar futuros desafios. Em 2022 a maioria das vagas de trabalho disponíveis foram preenchidas por candidatos internos demonstrando que o investimento e o foco no desenvolvimento dos nossos funcionários têm tido êxito. Na opinião da administração estamos bem-posicionados para alcançar nossas metas para o ano de 2023. Nosso crescimento está sustentado com uma estratégia multicanal, multissegmento e multiproduto. Parcerias estratégicas na distribuição de produtos e desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira nos torna mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantíssimos para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich. Temos a confiança de nossos clientes e investidores e somos muito fortes financeiramente. Olhando para o futuro, permanecemos com a estratégia de empresa verdadeiramente focada no cliente, por meio da simplificação dos nossos negócios e operações e da ampliação dos nossos recursos de análise de dados. **Agradecimentos:** A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A., agradece à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**3.026.996**	**2.725.705**
Disponível	5	**2.346**	**6.077**
Caixa e bancos		2.346	6.077
Aplicações	6	**2.998.136**	**2.703.767**
Outros créditos operacionais	7 (b)	**19.738**	**10.493**
Títulos e créditos a receber		**2.915**	**2.098**
Créditos tributários e previdenciários	7	2.915	2.098
Despesas antecipadas		**543**	**541**
Custos de aquisição diferidos	9 (b)	**3.318**	**2.729**
Não circulante		**46.609**	**23.010**
Realizável a longo prazo		**46.609**	**23.010**
Aplicações	6	**23.526**	**1.485**
Títulos e créditos a receber		**4.388**	**4.104**
Depósitos judiciais e fiscais	10 (a)	4.388	4.104
Custos de aquisição diferidos	9 (b)	**18.695**	**17.421**
Total do ativo		**3.073.605**	**2.748.715**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		**3.015.959**	**2.692.201**
Contas a pagar		**22.209**	**10.692**
Obrigações a pagar	8	11.977	8.119
Impostos e encargos sociais a recolher		9.831	1.724
Impostos e contribuições		191	43
Outras contas a pagar		210	806
Débitos de operações com seguros e resseguros		**1.901**	**1.096**
Prêmios a restituir		1.013	866
Corretores de seguros e resseguros		888	230
Débitos de operações com previdência complementar		**177**	**12**
Outros débitos operacionais		177	12
Provisões técnicas - seguros	11 (a)	**1.808.369**	**1.693.141**
Vida com cobertura por sobrevivência		1.808.369	1.693.141
Provisões técnicas - previdência complementar	11 (b)	**1.183.303**	**987.260**
Planos não bloqueados		50	47
PGBL		1.183.253	987.213
Não circulante		**10.587**	**8.986**
Provisões técnicas - seguros	11 (a)	**999**	**1.012**
Vida com cobertura por sobrevivência		999	1.012
Provisões técnicas - previdência complementar	11 (b)	**3.504**	**2.379**
Planos não bloqueados		380	367
PGBL		3.124	2.012
Outros débitos	10 (a)	**6.084**	**5.595**
Provisões judiciais		6.084	5.595
Patrimônio líquido		**47.059**	**47.528**
Capital social	12 (a)	61.628	51.628
Aumento de capital (em aprovação)		–	10.000
Ajuste de avaliação patrimonial		(8)	(12)
Prejuízos acumulados		(14.561)	(14.088)
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.073.605**	**2.748.715**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Capital social em aprovação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**51.628**	**–**	**(58)**	**(6.600)**	**44.970**
Aumento de capital em aprovação	–	10.000	–	–	10.000
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	46	–	46
Prejuízo do exercício	–	–	–	(7.488)	(7.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**51.628**	**10.000**	**(12)**	**(14.088)**	**47.528**
Aumento de capital	10.000	(10.000)	–	–	–
Ajuste de avaliação patrimonial	–	–	4	–	4
Prejuízo do exercício	–	–	–	(473)	(473)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**61.628**	**–**	**(8)**	**(14.561)**	**47.059**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
(+) Contribuições para cobertura de riscos		94	99
(=) Prêmios ganhos		**94**	**99**
Rendas de contribuições e prêmios	13 (a)	262.578	333.300
Constituição da provisão de benefícios a conceder	13 (b)	(260.464)	(333.005)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		**2.114**	**295**
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas	13 (c)	12.397	9.540
(+/–) Variações de outras provisões técnicas		(219)	7
(–) Benefícios retidos		(1.269)	(592)
(–) Custos de aquisição	13 (d)	(7.587)	(10.735)
(–) Outras receitas e despesas operacionais		–	(14)
(–) Despesas administrativas	13 (e)	(3.976)	(3.688)
(–) Despesas com tributos	13 (f)	(2.472)	(2.209)
(+) Resultado financeiro	13 (g)	574	(182)
(=) Resultado operacional		**(344)**	**(7.479)**
Resultado antes dos impostos e contribuições		**(344)**	**(7.479)**
Imposto de renda	7 (a)	(69)	(5)
Contribuição social	7 (a)	(60)	(4)
Prejuízo do exercício		**(473)**	**(7.488)**
Quantidade de ações	2.13	1.048.316	1.048.316
Prejuízo básico por ação em R$	2.13	(0,45)	(7,14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	**(473)**	**(7.488)**
Ajuste de avaliação patrimonial	7	77
Efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial	(3)	(31)
Total do resultado abrangente do exercício	**(469)**	**(7.442)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

Atividades operacionais	**Nota**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Prejuízo do exercício		**(473)**	**(7.488)**
Ajustes para:			
Provisões judiciais	10 (b)	489	183
Variação das contas patrimoniais:			
Aplicações		(316.406)	(142.774)
Outros créditos operacionais		(9.245)	5.778
Créditos tributários e previdenciários		(817)	(283)
Depósitos judiciais e fiscais		(284)	(105)
Despesas antecipadas		(2)	(201)
Custo de aquisição diferidos		(1.863)	(86)
Obrigações a pagar		3.858	4.036
Impostos e contribuições		148	(30)
Outras contas a pagar		(596)	(941)
Débitos de operações com seguros e resseguros		805	186
Débitos de operações com previdência complementar		165	12
Provisões técnicas - seguros		115.215	42.240
Provisões técnicas - previdência		197.168	89.196
Outros passivos		8.107	841
Caixa consumido nas atividades operacionais		**(3.731)**	**(9.436)**
Atividades de financiamento			
Aumento de Capital		**–**	**10.000**
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**–**	**10.000**
(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(3.731)**	**564**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**6.077**	**5.513**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**2.346**	**6.077**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Informações gerais

A Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que opera nos ramos de seguro de vida e previdência complementar aberta, em qualquer de suas modalidades ou formas, em todo o território nacional, podendo participar em outras sociedades, observadas as disposições pertinentes. O capital social da Seguradora é constituído por 1.048.098 ações ordinárias, tendo como único acionista a Seguradora Zurich Minas Brasil Seguros S.A. que por sua vez, possui dois acionistas: a Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, com 99,9999% das ações enquanto a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,0001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça. Conforme a Circular SUSEP nº 535/16 e alterações posteriores, a Seguradora opera com grupo de ramos e é autorizada a operar com pessoas coletivo, pessoas individual e previdência complementar e atualmente, a Seguradora opera com produto de previdência. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 17 de fevereiro de 2023.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Declaração de conformidade: As Demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras , e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Base de preparação:** As Demonstrações financeiras foram preparadas seguindo o regime de competência, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. As Demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal. A preparação de Demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentado pelo método indireto, de acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. **2.2. Moeda funcional, moeda de apresentação e transação com moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas Demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das Demonstrações financeiras da Seguradora é o real. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado financeiro. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros:** a) Classificação: A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. i) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes independentes da sua data de vencimento. ii) *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de vencimento. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. iii) *Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem, "Outros créditos operacionais". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (perda) no mínimo anualmente. b) Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem *impairment* (perda), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, também são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em receitas financeiras. A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: i) *Ativos contabilizados ao custo amortizado:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros, incluindo títulos patrimoniais, perderam valor, incluem, mas não se limitam a: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; • Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira. A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment.* O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. ii) *Ativos classificados como disponíveis para venda:* A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos públicos, a Seguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* em ações, reconhecidas na demonstração do resultado não serão revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado. d) Instrumentos financeiros derivativos: Durante o exercício de 31 de dezembro de 2022 e dezembro de 2021, a Seguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos. **2.5. Contratos de seguros:** A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem risco de seguro. O contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo, no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico ou adverso ao segurado. Risco significativo de seguro é quando a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) é maior do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. **2.6. Provisões judiciais e ativos contingentes:** Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetários incorridos. A Seguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 648/21, e alterações posteriores. (a) Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo. (b) Provisões judiciais não relacionadas a sinistro: são constituídos pela Administração levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. (c) Provisões fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). **2.7. Provisões técnicas:** a) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC): Será calculada de acordo com o valor das contribuições pagas, deduzido, quando for o caso, o carregamento, e o valor das portabilidades de recursos de outros planos previdenciários, calculados diariamente de acordo com a rentabilidade das quotas de fundos de investimentos especialmente constituídos (FIE), onde estão aplicados os referidos recursos. b) Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): A Provisão matemática de benefícios concedidos corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros decorrente do evento gerador, calculada de acordo com a Nota Técnica Atuarial do plano e de acordo com as características da cobertura do mesmo. c) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR): A finalidade desta provisão é cobrir despesas administrativas futuras, em função de eventos já ocorridos e a ocorrer. Desta forma, é estimado o valor de despesa unitária de acordo com as despesas administrativas incorridas durante um período de 12 meses anteriores ao estudo. d) Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG): A constituição da Provisão de Prêmios não Ganhos visa cobrir os sinistros a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer referente aos riscos vigentes em determinada data-base de cálculo. O cálculo é *"pro rata die",* tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco, no mês de constituição. e) Provisão Complementar de Cobertura (PCC): A Provisão complementar de cobertura é resultado do Teste de Adequação de Passivos, conforme nota 2.8. f) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): Refere-se aos valores de pecúlios e rendas aleatórias, inclusive atualização destes valores, não pagos em decorrência de eventos ocorridos. g) Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR): Os valores que integram essa provisão são apurados com base nos resgates a regularizar, devoluções de prêmios ou contribuições e portabilidades solicitadas ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora. h) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (IBNR): A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) deve ser constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros ocorridos e não avisados de pecúlios e rendas. É calculada com base e experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de run-off que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. i) Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados

Produtos comercializados	Tábua Biométrica	Taxa de juros	Distribuição comercialização
PGBL	AT2000 F	0%	0,4689%
PGBL	AT2000 M	0%	0,7882%
PGBL	AT2000 male suavizada 10%	0%	0,0017%
PGBL	AT83 F	4%	0,1834%
PGBL	AT83 M	4%	0,3686%
PGBL	BR-EMSsb-f	0%	8,6322%
PGBL	BR-EMSsb-m	0%	29,0918%
VGBL	AT2000 F	0%	0,3192%
VGBL	AT2000 female suavizada 10%	0%	0,0109%
VGBL	AT2000 M	0%	0,7700%
VGBL	AT2000 male suavizada 10%	0%	0,0400%
VGBL	AT83 F	4%	0,0547%
VGBL	AT83 M	4%	0,1673%
VGBL	BR-EMSsb-f	0%	27,3669%
VGBL	BR-EMSsb-m	0%	31,7363%
Total			**100,000%**

2.8. Teste de Adequação do Passivo - TAP: O Teste de Adequação de Passivos (TAP) é realizado para as datas-bases de junho e dezembro, conforme determina a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, com o objetivo de avaliar a suficiência das provisões técnicas em relação ao fluxo das obrigações da Seguradora. As provisões técnicas mencionadas são líquidas de custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis. Ao resultado desta apuração, dá-se o nome de *Net Carrying Amount*. Para a estimativa dos fluxos de caixa futuros, de contribuições, benefícios e despesas, a Seguradora utiliza os parâmetros definidos pela norma, com destaque para as estimativas de sobrevivência, utilizadas de acordo com a tábua BR-EMS, e a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco, obtida no sítio da SUSEP, de acordo com o indexador da obrigação. Cabe ressaltar que neste teste o agrupamento de informações é realizado por carteira, com compensação entre produtos (processos SUSEP), em uma mesma provisão técnica. Se o valor presente dos fluxos de caixa mencionados for superior às provisões contabilizadas, a insuficiência é registrada em Provisão Complementar de Cobertura (PCC), correspondente à fase do plano em que a insuficiência foi constatada, seja durante a fase de acumulação (PCC-PMBaC) ou na fase de concessão de benefício (PCC-PMBC), ou ainda em PCC-PPNG para os benefícios de risco. Para as demais provisões, o ajuste (cobertura da insuficiência) é realizado no saldo da própria provisão. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Seguradora realizou o cálculo de TAP e não identificou insuficiência de provisões técnicas. **2.9. Principais tributos:** A contribuição social foi constituída pela alíquota de 20% e o imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 mil no período. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas, em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores (Vide nota 7.b). As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.10. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido, (vide nota 12 (a)). **2.11. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Seguradora é reconhecida como um passivo nas Demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral (vide nota 12 (c)). **2.12. Apuração do resultado:** As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento. **2.13. Resultado por ação:** O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média de ações da Seguradora. Durante os períodos de dezembro de 2022 e 2021 a Seguradora não possuía instrumentos ou transações que gerassem tal efeito. **2.14. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente:** CPC 48 "Instrumentos Financeiros". Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o CPC 38/IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novo modelo de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment*; e (iii) nova diretriz para a adoção de contabilização de *hedge*. A norma será aplicável quando referendada pela SUSEP. CPC 50 "Contratos de Seguro", emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o CPC 11 publicado em 2014. O CPC 50 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguro. O CPC 50 passa vigorar em 01 de janeiro de 2023, sendo permitido a aplicação antecipada. Aguardando aprovação desta norma pela SUSEP. **2.15. Segregação Ativos e Passivos - Circulante e Não Circulante:** Os ativos e passivos são segregados em circulante e não circulante com base em revisões mensais no caso de ativos e passivos com vencimento. Conforme o CPC 26 quando se espera que seja realizado até doze meses após a data do balanço serão classificados em circulante, ao contrário serão classificados como não circulante.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas práticas contábeis requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações financeiras, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos mobiliários avaliados pelo valor de mercado; as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de seguros, descrito no item (a) abaixo, e as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros, descrita a seguir. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados. a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros: As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das Demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração da Seguradora para a definição de premissas e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de vida e previdência complementar. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações financeiras estão incluídas na nota 11. b) Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (*impairment*) de ativos financeiros: A Seguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. A Seguradora segue as orientações do CPC 38 e pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Seguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro. c) Provisões para contingências: As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. Cabe a Administração a avaliação final da probabilidade de perda e o valor da provisão judicial. A Administração acredita que essas provisões para contingência estão corretamente apresentadas nas Demonstrações financeiras.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Seguradora. A Seguradora considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma seguradora e proteger os *stakeholders*, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e

continua →★

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

CNPJ: 01.206.480/0001-04

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez e mercado sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Para assegurar unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um departamento específico, denominado *Risk Management*, com o intuito de obter sinergia entre estas atividades na Seguradora, tendo por atribuição assessorar a alta administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico-financeiro. a) Risco de seguro: O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de vida e previdência, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. i) *Estratégia de subscrição:* A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros. A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais. ii) *Gerenciamento de ativos e passivos:* Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. O gerenciamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), que aprova trimestralmente as metas, limites e condições de investimentos, bem como acompanha a maturidade dos ativos e passivos envolvidos na provisão técnica, a fim de prevenir o descasamento de ambos. A equipe atuarial faz a análise da maturidade dos passivos de seguros e a disponibiliza para o Comitê. iii) *Gerenciamento de riscos por segmento de negócios:* O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos. Além disso, o Teste de Adequação do Passivo é realizado, semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado à título de provisões técnicas. *Riscos de seguro vida e previdência:* Os riscos que abrangem o seguro de vida e previdência são: • Risco de mortalidade, é o risco que a experiência real da morte do tomador de seguros de vida seja maior do que o esperado; • Risco de longevidade, é o risco de que pensionistas vivam mais do que o esperado; • Risco de morbidade, é o risco que as alegações de segurados relacionados com a saúde sejam maiores que o esperado; • Risco do comportamento do segurado, é o risco em que os segurados que apresentam descontinuidade e redução nas contribuições de períodos anteriores para realizarem suas apólices sejam piores que o esperado, reduzindo o fluxo de caixa de negócios subscritos impactando na habilidade de cobertura das despesas de comissão diferida; • Risco de despesa, é o risco de que as despesas de aquisição e gestão das políticas sejam maiores do que o esperado. Um portfólio mais diversificado de riscos é menos suscetível de ser afetado por uma alteração em qualquer subconjunto dos riscos. A Seguradora conta com comitês locais de desenvolvimento de produto e um comitê de aprovação do produto, sob a liderança do *Chief Risk Officer Global Life*, para potenciais produtos de vida nova que poderá aumentar significativamente ou alterar a natureza de seus riscos. Estes exames permitem a Seguradora gerir novos riscos inerentes às suas proposições de novos negócios. A Seguradora analisa periodicamente a adequação continuada e os riscos potenciais dos produtos existentes. Segue uma visão geral das principais linhas de grupo de negócio: • Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL). É um plano de previdência complementar, que objetiva a concessão de benefícios, em vida, ao participante, cujo valor do benefício é livre, ou seja, irá variar de acordo com as contribuições pagas e a rentabilidade do fundo no qual suas provisões estão aplicadas. A Seguradora conta em sua carteira com planos com atualização de valores pelo IGP-M/FGV e IPCA/IBGE. As tábuas-base para conversão em renda são a AT-83, AT-2000 e a BR-EMSsb, esta última adotada nos planos lançados mais recentemente. • Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). É um seguro de vida com cobertura por sobrevivência, que objetiva a concessão de indenizações em vida ao Segurado, cujo valor do benefício é livre, ou seja, irá variar de acordo com os prêmios pagos e a rentabilidade do fundo no qual suas provisões estão aplicadas. A Seguradora conta em sua carteira com planos com atualização de valores pelo IGP-M/FGV e IPCA/IBGE. As tábuas-base para conversão em renda são a AT-83, AT-2000 e a BR-EMSsb, esta última adotada nos planos lançados mais recentemente. iv) *Análise de sensibilidade:* Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. A Seguradora não tem cessão de riscos em resseguro, razão pela qual não apresentamos o impacto sobre valores líquidos. Também não apresentamos um teste para a variável sinistralidade, pois a carteira da Seguradora é composta apenas de planos de previdência, e por se tratar de obrigações de longo prazo, o modelo de projeções utiliza para a estimativa dos sinistros as tábuas de mortalidade e de sobrevivência. Os efeitos sobre as variáveis mortalidade e sobrevivência estão consolidados no teste de sensibilidade para a taxa de mortalidade, por estarem interligados. O cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte utilizaram as tábuas BR-EMS, versão 2021, conforme determina Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP, conforme o indexador de cada plano e de acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. A premissa de conversão em renda foi estimada a partir da experiência da Seguradora nos últimos 5 anos. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido	
		31/12/2022
Premissas atuariais	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**
Aumento de 1% na taxa de juros	(1.985)	(9.832)
Redução de 1% na taxa de juros	4.447	23.007
Aumento de 5% na taxa de mortalidade	(367)	(367)
Redução de 5% na taxa de mortalidade	463	463
Aumento de 20% na conversão em renda	3.499	13.311
Redução de 20% na conversão em renda	(1.735)	(12.771)

Em 31 de dezembro de 2022 a premissa de conversão em renda com base na estimativa atual de conversão da carteira é de 0,0939379076185615%.

	Impacto no resultado do período e no patrimônio líquido	
		31/12/2021
Premissas atuariais	**Bruto de Resseguro**	**Líquido de Resseguro**
Aumento de 1% na taxa de juros	362	362
Redução de 1% na taxa de juros	(378)	(378)
Aumento de 5% na taxa de mortalidade	(4)	(4)
Redução de 5% na taxa de mortalidade	9	9
Aumento de 20% na conversão em renda	95	95
Redução de 20% na conversão em renda	(85)	(85)

(*) Em 31 de dezembro de 2021 a premissa de conversão em renda com base na estimativa atual de conversão da carteira é de 0,10355601%.

Os diferentes impactos das suposições econômicas sobre o resultado e o patrimônio líquido decorrem da classificação de determinados ativos como "Disponíveis para venda", para os quais as movimentações nos ganhos ou prejuízos não realizados afetam diretamente o patrimônio líquido. b) Concentração de riscos: O quadro a seguir demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócio baseada nas rendas de contribuições e prêmios. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. *Total de rendas de contribuições e prêmios por região geográfica*

Linhas de negócios	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Total
PGBL	15.563	106.364	4.756	7.487	12.215	146.385
VGBL	20.721	72.800	10.518	5.014	7.140	116.193
Total em 2022	**36.284**	**179.164**	**15.274**	**12.501**	**19.355**	**262.578**
Total em 2021	**23.977**	**270.959**	**8.928**	**10.102**	**19.334**	**333.300**

c) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são os ativos financeiros. O gerenciamento do risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito dos ativos financeiros, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica de rendas de contribuições, conforme Nota 4 (b). *Exposições ao risco de crédito:* A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito. Os ativos são analisados na tabela abaixo usando o *rating* da *Standard & Poor's* (S&P), ou equivalente quando o da S&P não estiver disponível. A concentração do risco de crédito não alterou substancialmente comparada ao período anterior.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA	A	BB-	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	2.291	49	6	–	2.346
Disponíveis para venda (nota 6)					
Públicos	–	–	–	27.881	27.881
Exposição máxima ao risco de crédito	**2.291**	**49**	**6**	**27.881**	**30.227**

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA	BBB	BB-	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	5.445	9	623	–	6.077
Disponíveis para venda (nota 6)					
Públicos	–	–	–	44.946	44.946
Exposição máxima ao risco de crédito	**5.445**	**9**	**623**	**44.946**	**51.023**

Os fundos de investimentos exclusivos R$ 2.993.781 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.660.306 em 31 de dezembro de 2021) não estão sendo avaliados porque a Seguradora assume que o risco é do beneficiário e não da Seguradora. O risco de liquidez é o risco de a Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Seguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. d) Risco de liquidez: i) *Gerenciamento do risco de liquidez:* O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. ii) *Exposição ao risco de liquidez:* O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela área financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. O passivo circulante é inferior ao ativo circulante, apresentando um nível satisfatório de liquidez para a Seguradora. O quadro a seguir demonstra os ativos e passivos financeiros da Seguradora:

					31/12/2022
Ativo	**Sem vencimento**	**Até um ano**	**De um a cinco anos**	**Acima de cinco anos**	**Total**
Títulos disponíveis para a venda					
Títulos de renda fixa públicos	–	4.355	21.589	1.937	27.881
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Fundos de investimentos exclusivos	2.993.781	–	–	–	2.993.781
Caixa e equivalentes de caixa	2.346	–	–	–	2.346
Outros créditos operacionais	–	19.738	–	–	19.738
Total do ativo	**2.996.127**	**24.093**	**21.589**	**1.937**	**3.043.746**
Passivo					
Contas a pagar	–	22.209	–	–	22.209
Provisões judiciais	–	–	6.084	–	6.084
Passivos de previdência e vida com cobertura de sobrevivência (provisões)	–	265.394	869.855	1.860.926	2.996.175
Total do passivo	–	**287.603**	**875.939**	**1.860.926**	**3.024.468**

					31/12/2021
Ativo	**Sem vencimento**	**Até um ano**	**De um a cinco anos**	**Acima de cinco anos**	**Total**
Títulos disponíveis para a venda					
Títulos de renda fixa públicos	–	43.461	1.485	–	44.946
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado					
Fundos de investimentos exclusivos	2.660.306	–	–	–	2.660.306
Caixa e equivalentes de caixa	6.077	–	–	–	6.077
Outros créditos operacionais	–	10.493	–	–	10.493
Total do ativo	**2.666.383**	**53.954**	**1.485**	–	**2.721.822**
Passivo					
Contas a pagar	–	10.692	–	–	10.692
Provisões judiciais	–	–	5.595	–	5.595
Passivos de previdência e vida com cobertura de sobrevivência (provisões)	–	559.203	944.203	1.180.386	2.683.792
Total do passivo	–	**569.895**	**949.798**	**1.180.386**	**2.700.079**

e) Risco de mercado: i) *Gerenciamento de risco de mercado:* O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. ii) *Controle do risco de mercado:* O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Seguradora. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são: • Definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização; • Analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial); • Avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais; • Avaliar e definir os limites de VaR (*Value at Risk*) e das carteiras; • Analisar a política de liquidez; • Estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; • Realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados. Dentre as principais atividades da área de Gestão de Risco de Mercado, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR. iii) *Análise do risco de mercado:* A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que os limites de VaR são definidos pelo Comitê ALMIC (*Asset Liability Management Investment Committee*), sendo o cumprimento destes acompanhados diariamente por área independente a do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 250 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e a sensibilidade dos participantes dos trabalhos. A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições *intraday*, taxas de corretagem e comissões). O principal objetivo do *backtesting* é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem. A Seguradora considera o modelo de simulação histórica para o cálculo do VaR. Esse modelo considera que é possível medir a perda máxima em um dia para uma carteira de ativos, dado um intervalo de confiança.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	2.346	6.077
	2.346	**6.077**

6. Aplicações

a) Classificação das aplicações: As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos:

	31/12/2022		31/12/2021	
Ao valor justo por meio do resultado	**2.993.781**	**99,08%**	**2.660.306**	**98,34%**
Fundos de investimentos exclusivos	**2.993.781**	**99,08%**	**2.660.306**	**98,34%**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	26.319	0,87%	67.736	2,50%
Tesouro SELIC (LFT)	167.947	5,56%	194.491	7,19%
Operações Compromissadas (LFT)	17.623	0,58%	–	0,00%
Tesouro Prefixado (LTN)	9.452	0,31%	27.911	1,03%
Operações Compromissadas (LTN)	8.105	0,27%	67.367	2,49%
Tesouro IPCA + (NTN-B)	153.066	5,07%	161.106	5,96%
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	27.276	0,90%	11.053	0,41%
Operações Compromissadas (NTN)	6.754	0,22%	17.613	0,65%
Letras Financeiras (LF)	196.274	6,50%	135.344	5,00%
Quotas de fundos de investimentos	2.176.510	72,03%	1.796.018	66,39%
Certificado Recebimento Agronegócio (CRA)	1.085	0,04%	1.126	0,04%
Ações	35.312	1,17%	51.350	1,90%
Debêntures	168.058	5,56%	128.706	4,76%
Letra de Câmbio (LC)	–	0,00%	99	0,00%
Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	–	0,00%	354	0,01%
Letra de Crédito Imobiliário (LCI)	–	0,00%	32	0,00%
Títulos disponíveis para venda	**27.881**	**0,92%**	**44.946**	**1,66%**
Tesouro IPCA + (NTN-B)	243	0,01%	236	0,01%
Tesouro SELIC (LFT)	27.638	0,91%	6.640	0,24%
Tesouro Prefixado (LTN)	–	0,00%	38.070	1,41%
Total das aplicações	**3.021.662**	**100,00%**	**2.705.252**	100,00%

As tabelas abaixo demonstram a classificação das aplicações e os respectivos vencimentos:

	De 1 a 30 dias ou sem vencimento	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Ajustes de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos tributários	Custo atualizado
Ao valor justo por meio do resultado	**2.236.625**	**80.681**	**52.182**	**624.293**	**2.993.781**	**–**	**2.993.781**
Fundos de investimentos exclusivos	**2.236.625**	**80.681**	**52.182**	**624.293**	**2.993.781**	**–**	**2.993.781**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	6.302	11.683	4.519	3.815	26.319	–	26.319
Tesouro SELIC (LFT)	–	26.883	316	140.748	167.947	–	167.947
Operações Compromissadas (LFT)	7.699	–	9.065	859	17.623	–	17.623
Tesouro Prefixado (LTN)	–	–	7.761	1.691	9.452	–	9.452
Operações Compromissadas (LTN)	3.686	–	–	4.419	8.105	–	8.105
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	–	1.773	–	151.293	153.066	–	153.066
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	4.506	–	–	22.770	27.276	–	27.276
Operações Compromissadas (NTN)	–	–	–	6.754	6.754	–	6.754
Letras Financeiras (LF)	2.476	33.659	20.603	139.536	196.274	–	196.274
Quotas de fundos de investimentos	2.176.510	–	–	–	2.176.510	–	2.176.510
Certificado Recebimento Agronegócio (CRA)	–	–	–	1.085	1.085	–	1.085
Ações	35.312	–	–	–	35.312	–	35.312
Debêntures	134	6.683	9.918	151.323	168.058	–	168.058
Títulos disponíveis para venda	**–**	**1.894**	**2.461**	**23.526**	**27.881**	**(8)**	**27.889**
Tesouro IPCA+ (NTN-B)	–	–	–	243	243	**(3)**	246
Tesouro SELIC (LFT)	–	1.894	2.461	23.283	27.638	**(5)**	27.643
Tesouro Prefixado (LTN)	–	–	–	–	–	–	–
Total em 31 de dezembro de 2022	**2.236.625**	**82.575**	**54.643**	**647,819**	**3.021.662**	**(8)**	**3.021.670**
Total em 31 de dezembro de 2021	**1.903.855**	**68.971**	**156.295**	**576.131**	**2.705.252**	**(12)**	**2.705.264**

b) Resumo da movimentação das aplicações financeiras:

	Saldo em 31/12/2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2022
Ao valor justo por meio do resultado	**2.660.306**	**345.692**	**(275.960)**	**263.743**	**–**	**2.993.781**
Fundos de investimentos exclusivos	2.660.306	345.692	(275.960)	263.743	–	2.993.781
Títulos disponíveis para venda	**44.946**	**139.821**	**(158.057)**	**1.167**	**4**	**27.881**
Tesouro IPCA + (NTN-B)	236	–	(14)	26	(5)	**243**
Tesouro SELIC + (LFT)	6.640	139.821	(119.837)	1.012	2	**27.638**
Tesouro PRE + (LTN)	38.070	–	(38.206)	129	7	**–**
Total	**2.705.252**	**485.513**	**(434.017)**	**264.910**	**4**	**3.021.662**

	Saldo em 31/12/2020	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2021
Ao valor justo por meio do resultado	**2.547.356**	**350.410**	**(285.815)**	**48.355**	**–**	**2.660.306**
Fundos de investimentos exclusivos	2.546.836	350.410	(285.293)	48.353	–	2.660.306
Fundos de investimentos não exclusivos	520	–	(522)	2	–	–
Renda fixa - quotas de fundos de investimentos	520	–	(522)	2	–	–
Títulos disponíveis para venda	**15.075**	**75.949**	**(46.539)**	**415**	**46**	**44.946**
Tesouro IPCA + (NTN-B)	241	–	(12)	33	(26)	236
Tesouro SELIC + (LFT)	14.834	37.962	(46.527)	292	79	6.640
Tesouro PRE + (LTN)	–	37.987	–	90	(7)	38.070
Total	**2.562.431**	**426.359**	**(332.354)**	**48.770**	**46**	**2.705.252**

c) Estimativa do valor justo: A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; • Nível 3 - títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Seguradora não apresenta nenhum título classificado no nível 3.

			31/12/2022
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**
Ao valor justo por meio do resultado	**425.535**	**2.568.246**	**2.993.781**
Fundos de investimentos exclusivos			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	–	26.319	**26.319**
Tesouro SELIC (LFT)	167.947	–	**167.947**
Operações Compromissadas (LFT)	17.623	–	**17.623**
Tesouro Prefixado (LTN)	9.452	–	**9.452**
Operações Compromissadas (LTN)	8.105	–	**8.105**
Tesouro IPCA + (NTN-B)	153.066	–	**153.066**
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	27.276	–	**27.276**
Operações Compromissadas (NTN)	6.754	–	**6.754**
Letras Financeiras (LF)	–	196.274	**196.274**
Quotas de fundos de investimentos	–	2.176.510	**2.176.510**
Certificado Recebimento Agronegócio (CRA)	–	1.085	**1.085**
Ações	35.312	–	**35.312**
Debêntures	–	168.058	**168.058**
Títulos disponíveis para venda	**27.881**	**–**	**27.881**
Tesouro IPCA + (NTN-B)	243	–	**243**
Tesouro SELIC (LFT)	27.638	–	**27.638**
Tesouro Prefixado (LTN)	–	–	**–**
Total aplicações	**453.416**	**2.568.246**	**3.021.662**

			31/12/2021
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**
Ao valor justo por meio do resultado	**530.891**	**2.129.415**	**2.660.306**
Fundos de investimentos exclusivos			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	–	67.736	**67.736**
Tesouro SELIC (LFT)	194.491	–	**194.491**
Tesouro Prefixado (LTN)	27.911	–	**27.911**
Operações Compromissadas (LTN)	67.367	–	**67.367**
Tesouro IPCA + (NTN-B)	161.106	–	**161.106**
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	11.053	–	**11.053**
Operações Compromissadas (NTN)	17.613	–	**17.613**
Letras Financeiras (LF)	–	135.344	**135.344**
Quotas de fundos de investimentos	–	1.796.018	**1.796.018**
Certificado Recebimento Agronegócio (CRA)	–	1.126	**1.126**
Ações	51.350	–	**51.350**
Debêntures	–	128.706	**128.706**
Letra de Câmbio (LC)	–	99	**99**
Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	–	354	**354**
Letra de Crédito Imobiliário (LCI)	–	32	**32**
Títulos disponíveis para venda	**44.946**	**–**	**44.946**
Tesouro IPCA + (NTN-B)	236	–	**236**
Tesouro SELIC (LFT)	6.640	–	**6.640**
Tesouro Prefixado (LTN)	38.070	–	**38.070**
Total aplicações	**575.837**	**2.129.415**	**2.705.252**

d) Taxas contratadas: A abertura das taxas contratadas aplica-se apenas para a carteira própria da Seguradora, não incluindo os fundos de investimentos exclusivos.

				31/12/2022
Títulos	**Classes**	**Taxa de juros contratada a.a.**	**Valor**	**Percentual**
NTN-B	Tesouro IPCA + (NTN-B)	De 05,00% até 7,99%	243	0,87
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	126	0,45
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	1.894	6,79
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	568	2,04
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	250	0,90
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	1.687	6,05
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	4.443	15.94
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	16.777	60,17
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	1.893	6,79
			27.881	**100,00**

				31/12/2021
Títulos	**Classes**	**Taxa de juros contratada a.a.**	**Valor**	**Percentual**
NTN-B	Tesouro IPCA+ (NTN-B)	De 05,00% até 7,99%	236	0,53
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	112	0,25
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	525	1,17
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	613	1,36
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	1.347	3,00
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	1.011	2,25
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	2.807	6,25
LFT	Tesouro SELIC (LFT)	Pós-fixado	225	0,50
LFT	Tesouro PRE + (LTN)	Pré-fixado	2.499	5,56
LFT	Tesouro PRE + (LTN)	Pré-fixado	19.445	43.26
LFT	Tesouro PRE + (LTN)	Pré-fixado	16.126	35.88
			44.946	**100,00**

e) Instrumentos financeiros por categoria:

						31/12/2022
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	**%**	**Disponível para venda**	**%**	**Empréstimos e recebíveis**	**%**
Ativos financeiros						
Aplicações	2.993.781	100,00	27.881	100,00	–	–
Outros créditos operacionais	–	–	–	–	19.738	100,00
Total	**2.993.781**	**100,00**	**27.881**	**100,00**	**19.738**	**100,00**

						31/12/2021
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	**%**	**Disponível para venda**	**%**	**Empréstimos e recebíveis**	**%**
Ativos financeiros						
Aplicações	2.660.306	100,00	44.946	100,00	–	–
Outros créditos operacionais	–	–	–	–	10.493	100,00
Total	**2.660.306**	**100,00**	**44.946**	**100,00**	**10.493**	**100,00**

f) Análise de sensibilidade: A Seguradora realizou análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, com base na variação da taxa SELIC os quais estão apresentados brutos dos efeitos tributários conforme destacado no quadro a seguir:

				31/12/2022
	Títulos públicos	**Títulos privados**	**Quotas de fundos de investimentos**	**Total**
Aplicações	418.104	427.048	2.176.510	**3.021.662**
SELIC - % a.a.	13,65	–	13,65	**13,65**
CDI - % a.a.	–	12,39	–	**12,39**
Projeção de rentabilidade - próximos 12 meses				
Resultado:				
Provável	57.071	52.911	297.094	**407.076**
Queda 25%	42.803	39.683	222.821	**305.307**
Queda 50%	28.536	26.456	148.547	**203.539**
Elevação 25%	71.339	66.139	371.368	**508.846**
Elevação 50%	85.607	79.367	445.641	**610.615**

				31/12/2021
	Títulos públicos	**Títulos privados**	**Quotas de fundos de investimentos**	**Total**
Aplicações	524.488	384.746	1.796.018	**2.705.252**
SELIC - % a.a.	9,15	–	9,15	**9,15**
CDI - % a.a.	–	4,42	–	**4,42**
Projeção de rentabilidade - próximos 12 meses				
Resultado:				
Provável	47.991	17.006	164.336	**229.333**
Queda 25%	35.993	12.755	123.252	**172.000**
Queda 50%	23.996	8.503	82.168	**114.667**
Elevação 25%	59.989	21.258	205.420	**286.667**
Elevação 50%	71.987	25.509	246.504	**344.000**

Fonte SELIC: Taxas efetivas retiradas do Banco Central.
Fonte CDI: Taxas efetivas retiradas da CETIP.

7. Outros créditos operacionais e títulos e créditos a receber

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL a compensar	1.165	2.064
PIS e COFINS a Compensar	5	4
Outros créditos tributários e previdenciários	1.256	–
Antecipação de IRPJ e CSLL	489	30
Total do imposto de renda e contribuição social	**2.915**	**2.098**

a) Apuração do imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas oficiais, e conciliados para os valores registrados como despesa de cada exercício findo, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes dos tributos	**(344)**	**(7.479)**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente	**138**	**2.992**
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	**(155)**	**(592)**
(2.400) Créditos tributários não constituídos (i)	**(196)**	**(2.400)**
Compensação de prejuízo fiscal	**64**	**–**
Outros ajustes	**20**	**(9)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(129)**	**(9)**

(i) A Seguradora não reconheceu os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e ajustes temporais em consonância com a Circular SUSEP 648/21.

b) Outros créditos operacionais:

	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Comissões	9.123	9.474
Transitória de Bancos	834	–
Valores a receber Taxa de Administração Financeira (TAF)	714	829
Resgates/Portabilidades a recuperar	–	167
Outros Créditos	9.067	23
Total Outros Créditos Operacionais	**19.738**	**10.493**

8. Obrigações a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Outras obrigações	415	938
Dividendos a pagar	1.124	1.124
Pagamentos a efetuar	10.438	6.057
Total das obrigações a pagar	**11.977**	**8.119**

9. Custos de aquisição diferidos

a) Premissas e prazo para diferimento: Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São consideradas como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros e previdência. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao início de vigência diferido pela maturidade média da carteira, atualmente em 8 anos e 6 meses.

b) Discriminação:	31/12/2022	31/12/2021
Comissões seguros	14.844	13.890
Comissões previdência	7.169	6.260
	22.013	**20.150**

c) Movimentação:	31/12/2021	Constituição	Baixa	Amortização	31/12/2022
Comissões seguros	**13.968**	7.277	(4.201)	(2.121)	**14.923**
Comissões previdência	**6.182**	3.465	(1.571)	(986)	**7.090**
Total	**20.150**	**10.742**	**(5.772)**	**(3.107)**	**22.013**

	31/12/2020	Constituição	Baixa	Amortização	31/12/2021
Comissões seguros	**14.389**	8.177	(6.111)	(2.487)	**13.968**
Comissões previdência	**5.675**	3.397	(1.779)	(1.111)	**6.182**
Total	**20.064**	**11.574**	**(7.890)**	**(3.598)**	**20.150**

10. Provisões judiciais e depósitos judiciais

a) Saldos patrimoniais das provisões para processos judiciais e administrativos, obrigações legais e depósito judicial por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	6.084	5.595
Total do passivo	**6.084**	**5.595**
Depósito judicial fiscal - COFINS	4.388	4.104
Total do ativo	**4.388**	**4.104**

b) Movimentação das provisões para processos judiciais e administrativos fiscais e obrigações legais:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2022
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	**5.595**	**489**	**–**	**6.084**
PIS/COFINS receitas financeiras	5.595	489	–	6.084
Saldo de provisões para provisões judiciais	**5.595**	**489**	**–**	**6.084**

	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Reversão	Saldo em 31/12/2021
Provisão para riscos fiscais e obrigações legais	**5.412**	**183**	**–**	**5.595**
PIS/COFINS receitas financeiras	5.412	183	–	5.595
Saldo de provisões para provisões judiciais	**5.412**	**183**	**–**	**5.595**

PIS/COFINS Receitas Financeiras: Obrigação legal - PIS/COFINS: Em 31 de março de 2015, impetramos Mandado de Segurança visando a declaração da inexistência de relação jurídico-tributária capaz de impor à Companhia o dever de se sujeitar à Contribuição ao PIS e a COFINS sobre suas receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem suas reservas técnicas, por não configurarem receitas de prestação de serviços ou receitas da atividade principal. Foi proferida decisão liminar favorável com suspensão da exigibilidade, motivo pelo qual deixamos de recolher o PIS e a COFINS sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações que constituem as reservas técnicas e passamos a provisionar esse valor. Em julho de 2015, foi proferida da sentença favorável, confirmando a liminar. Probabilidade de risco: Perda Possível. *Obrigação legal - COFINS:* Em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal declarando inconstitucional o recolhimento das contribuições nos moldes previstos pela Lei nº 9.718/98, a Seguradora vem discutindo judicialmente a base de cálculo da COFINS. Em setembro de 2011 foi publicado acórdão cassando a liminar com base na qual a Zurich Vida e Previdência S.A. deixava de recolher a COFINS. Probabilidade de risco: Perda Possível.

11. Provisões técnicas

a) Seguros - circulante e não circulante:

	Provisão matemática de benefícios a conceder, concedidos e excedente financeiro	Provisão de despesa relacionada	Provisão de resgate e outros valores a regularizar	Total
Vida com cobertura de sobrevivência	1.808.317	348	703	1.809.368
Total em 31 de dezembro de 2022	**1.808.317**	**348**	**703**	**1.809.368**
Vida com cobertura de sobrevivência	1.691.652	264	2.237	1.694.153
Total em 31 de dezembro de 2021	**1.691.652**	**264**	**2.237**	**1.694.153**

b) Previdência complementar - circulante e não circulante:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.181.852	966.182
Provisão de prêmios não ganhos	10	10
Provisão matemática de benefícios concedidos	3.508	2.341
Provisão de benefícios a regularizar	2	–
Provisão eventos ocorridos não avisados	–	1
Provisão de resgate e outros valores a regularizar	924	20.729
Provisão de despesas relacionadas	511	376
Total	**1.186.807**	**989.639**

c) Movimentação das provisões técnicas - seguros:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Portabilidade líquida	Resgates/ Reversões	Atualização monetária e juros	Saldo em 31/12/2022
Provisão Mate. Benef. Conceder	1.690.780	117.481	(34.809)	(137.675)	171.768	1.807.545
Provisão de Excedentes Financeiros	–	11	–	(4)	–	7
Provisão benefício a regularizar	–	7	–	(7)	–	–
Provisão resgates e outros valores a regularizar	2.237	513.685	–	(515.219)	–	703
Provisão matemática benefícios concedidos	872	–	–	(198)	91	765
Provisão de despesas relacionadas	264	3.907	–	(3.823)	–	348
Saldo total	**1.694.153**	**635.091**	**(34.809)**	**(656.926)**	**171.859**	**1.809.368**

	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Portabilidade líquida	Resgates/ Reversões	Atualização monetária e juros	Saldo em 31/12/2021
Provisão Mate. Benef. Conceder	1.647.582	240.201	16.882	(248.004)	34.119	1.690.780
Provisão de Excedentes Financeiros	14	–	–	(14)	–	–
Provisão benefício a regularizar	–	–	–	–	–	–
Provisão resgates e outros valores a regularizar	3.880	608.319	–	(609.962)	–	2.237
Provisão matemática benefícios concedidos	183	662	–	(64)	91	872
Provisão de despesas relacionadas	254	2.917	–	(2.907)	–	264
Saldo total	**1.651.913**	**852.099**	**16.882**	**(860.951)**	**34.210**	**1.694.153**

continua ★

Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.

CNPJ: 01.206.480/0001-04

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

d) Movimentação das provisões técnicas - previdência complementar:

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Portabilidade líquida	Resgates	Atualização monetária e juros	Saldo em 31/12/2022
Provisão matemática de benefícios a conceder	966.182	145.097	116.555	(137.605)	91.623	1.181.852
Provisão de prêmios não ganhos	9	72	–	(71)	–	10
Provisão matemática de benefícios concedidos	2.341	1.344	–	(482)	305	3.508
Provisão benefício a regularizar	–	2	–	–	–	2
Provisão eventos ocorridos não avisados	1	5	–	(6)	–	–
Provisão resgates e/ou outros valores a regularizar	20.729	286.473	–	(306.278)	–	924
Provisão Complementar de Contribuições	–	–	–	–	–	–
Provisão despesas relacionadas	377	5.484	–	(5.350)	–	511
Saldo total	**989.639**	**438.477**	**116.555**	**(449.792)**	**91.928**	**1.186.807**

	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Portabilidade líquida	Resgates	Atualização monetária e juros	Saldo em 31/12/2021
Provisão matemática de benefícios a conceder	896.586	93.099	(1.010)	(36.693)	14.200	966.182
Provisão de prêmios não ganhos	4	84	–	(79)	–	9
Provisão matemática de benefícios concedidos	2.406	–	–	(531)	466	2.341
Provisão benefício a regularizar	–	63	–	(63)	–	–
Provisão eventos ocorridos não avisados	6	32	–	(37)	–	1
Provisão resgates e/ou outros valores a regularizar	1.047	162.040	–	(142.358)	–	20.729
Provisão Complementar de Contribuições	–	–	–	–	–	–
Provisão despesas relacionadas	393	4.363	–	(4.379)	–	377
Saldo total	**900.442**	**259.681**	**(1.010)**	**(184.140)**	**14.666**	**989.639**

e) Garantias das provisões técnicas: Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Total das provisões técnicas	2.996.175	2.683.792
Aplicação em FIE's - Fase de Diferimento/Benefício	(2.993.781)	(2.660.306)
Total das provisões técnicas a ser coberto	**2.394**	**23.486**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	27.638	6.640
Tesouro IPCA + (NTN-B)	243	236
Tesouro PRE + (LTN)	–	38.070
Total dos ativos oferecidos em garantia	**27.881**	**44.946**
Suficiência de garantia das provisões técnicas	**25.487**	**21.460**

12. Patrimônio líquido

a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R$61.628 em 31 de dezembro de 2022 (R$51.628 em 31 de dezembro de 2021), está representado em 31 de dezembro de 2022 por 1.048.316 e em 31 de dezembro de 2021 por 1.048.316 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros: (i) A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social, e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. (ii) A reserva estatutária refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios, o qual, por proposta da Administração, está retido nos termos da lei societária. Sua destinação será submetida à deliberação da Assembleia Geral. c) Dividendos propostos: São assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 não houve distribuição de dividendos.

d) Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido

Descrição	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Patrimônio líquido	47.059	47.528
Ajustes contábeis:		
Despesa antecipada	(543)	(541)
100% do custo de aquisição diferida não relacionada a PPNG	(22.013)	(20.150)
PLA Total	**24.504**	**26.837**
Capital base (a)	15.000	15.000
Capital adicional baseado no risco de subscrição	3.102	3.316
Capital adicional baseado no risco de crédito	2.346	1.559
Capital adicional baseado no risco operacional	1.549	2.147
Capital adicional baseado no risco de mercado	2.473	336
Benefício da diversificação	(1.983)	(792)
Capital de risco (b)	**7.487**	**6.566**
Capital mínimo requerido (maior entre (a) e (b))	15.000	15.000
PLA de nível 1 (i)	24.504	26.837
Patrimônio líquido ajustado	**24.504**	**26.837**
Ajustes de excesso do PLA de nível 2 e de nível 3	–	–
Suficiência de capital	**9.504**	**11.837**

(i) PLA de nível 1: valor do patrimônio líquido contábil ou do patrimônio social contábil aplicadas as deduções contábeis, previstas no inciso I do caput, e acrescido dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos, positivos ou negativos, constantes das alíneas "a" e b do inciso II do caput da resolução 432/21; (ii) PLA de nível 2: soma dos valores decorrentes dos ajustes associados à variação dos valores econômicos previstos nas alíneas "c", "d", "e" e "f" do inciso II do caput da resolução 432/21; e (iii) PLA de nível 3: soma dos acréscimos contábeis no PLA, definidos no inciso I do caput da resolução 432/21, e dos valores das diferenças entre os saldos contábeis e as respectivas deduções previstas nas alíneas "d" e "f" daquele inciso.

13. Detalhamento das principais contas das demonstrações do resultado

a) Rendas de contribuições e prêmios:	31/12/2022	31/12/2021
VGBL	117.481	240.201
PGBL	145.097	93.099
Total	**262.578**	**333.300**

b) Constituição da provisão de benefícios a conceder:	31/12/2022	31/12/2021
VGBL	(117.277)	(239.506)
PGBL	(143.188)	(93.499)
Total	**(260.465)**	**(333.005)**

c) Rendas com taxas de gestão e outras taxas:	31/12/2022	31/12/2021
VGBL	7.503	5.667
PGBL	4.894	3.873
Total	**12.397**	**9.540**

d) Custos de aquisição:	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de corretagem	(7.587)	(10.735)
Total dos custos de aquisição	**(7.587)**	**(10.735)**

e) Despesas administrativas:	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal próprio	(1.899)	(1.266)
Serviços de terceiros	(621)	(631)
Localização e funcionamento	(525)	(472)
Publicações	(91)	(127)
Donativos e contribuições	(292)	(154)
Despesas administrativas diversas	(548)	(1.038)
Total das despesas administrativas	**(3.976)**	**(3.688)**

f) Despesas com tributos:	31/12/2022	31/12/2021
COFINS e PIS	(686)	(474)
Taxa de fiscalização	(1.511)	(1.326)
Contribuição Sindical	(226)	(1)
Outros Tributos	(49)	(408)
Total das despesas com tributos	**(2.472)**	**(2.209)**

g) Resultado financeiro:	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento das aplicações de renda fixa	1.199	499
Rendimento com quotas de fundos	263.743	48.353
Outras receitas financeiras	(7)	136
Encargos sobre provisões técnicas	(263.806)	(48.832)
Despesas financeiras de renda fixa	(32)	(83)
Despesas financeiras sobre encargos tributários	(422)	(155)
Outros	(102)	(100)
Total do resultado financeiro	**574**	**(182)**

14. Partes relacionadas

A Companhia Zurich Financial Services mantém estrutura operacional comum para suas empresas na América Latina. Os custos incorridos com essa estrutura são absorvidos proporcionalmente à receita auferida em cada empresa desta região, com base em termos contratuais. Estão demonstrados os valores relacionados dessa operação, conforme contrato de custo compartilhado das atividades administrativas:

	31/12/2022 Passivo	31/12/2022 Despesas (*)	31/12/2021 Passivo	31/12/2021 Despesas (*)
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	**(200)**	**(2.497)**	–	**(2.458)**

(*) Referem-se a despesas administrativas tais como folha de pagamento e estrutura predial.

a) Remuneração do pessoal-chave da administração: R$ 2.497 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.458 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às despesas com remuneração dos administradores que a Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. paga para a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., devido ao compartilhamento da Administração.

15. Eventos subsequentes

Em 27 de janeiro de 2023 a companhia recebeu um aporte de capital no montante de R$ 10 milhões de reais da controladora Zurich Minas Brasil Seguros, tal aumento encontra-se em aprovação pela Superintendência.

DIRETORES

Edson Luis Franco **Adriana Heideker** **Rodrigo Monteiro de Barros** **Luiz Henrique Meirelles Reis** **Marcio Benevides Xavier** **Samya Belarmino de Paiva Macedo** **Sven Feistel**

CONTADOR

Gustavo Lauretti - CRC 1SP 304255/O-0

ATUÁRIA

Fernanda Lores - MIBA 1740

COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução: Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.: O Comitê Integrado de Auditoria e Riscos ("Comitê") da **Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.** ("Seguradora"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, composto por três membros indicados pelo Conselho de Administração, se reuniu em 2022 em 14 (quatorze) oportunidades. O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades, que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna da Seguradora. O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração da Seguradora e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2022, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência executiva da Seguradora. Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e *compliance*, e nas suas próprias análises. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade das operações da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. O Comitê, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da **Zurich Brasil Vida e Previdência S.A.**, a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício social de 2022.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

Membros do Comitê Integrado de Auditoria e Riscos

Benildo de Araujo Costa

Luiz Pereira de Souza

Fernando Antônio Sodré Faria

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Zurich Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP - CNPJ: 01.206.480/0001-04

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Vida e Previdência S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Zurich Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Anderson Gomes Ferreira da Silva - Atuário - MIBA 2.043

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da **Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ambiente de Tecnologia da Informação:** A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras , com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. **Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as Demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as Demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das Demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Gilberto Bizerra De Souza
Sócio - Contador CRC-RJ076.328/O
Diana Yukie Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O

EstúdioFOLHA APRESENTA

Parque Ibirapuera

Shutterstock

ENTRE A NATUREZA E O MELHOR DA METRÓPOLE

Vila Clementino oferece o bem-estar de estar ao lado do parque Ibirapuera e da vibrante avenida Paulista, dois símbolos de São Paulo

Este é um exemplar cortesia da Folha de S.Paulo – caderno especial Mercado Imobiliário. Distribuição autorizada pelo Artigo 26, parágrafo 2º da Lei 14.517/2007, com nova redação dada pela Lei nº 14.583/2007.
Projeto de Marketing realizado pelo Departamento Comercial da Folha de S.Paulo. Diagramação: Filipe Rocha. Jornalista responsável: Vaguinaldo Marinheiro.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Parque Ibirapuera

UM PARQUE DE DIVERSÕES

Cartão-postal de São Paulo, Ibirapuera une esportes, lazer, cultura e gastronomia em meio a muito verde

CULTURA

O parque Ibirapuera reúne alguns dos melhores museus de São Paulo. O MAM (Museu de Arte Moderna) abriga um dos principais acervos do país. Localiza-se em um edifício que faz parte do conjunto arquitetônico projetado por Oscar Niemeyer no parque em 1954 e foi reformado por Lina Bo Bardi em 1982 para abrigar o museu. O MAC (Museu de Arte Contemporânea), por sua vez, destaca-se pelo excelente conjunto de obras do século 20. O prédio oferece uma bela vista do parque. Já o Museu Afro Brasil tem 6.000 obras, entre pinturas, esculturas, gravuras, fotografias, documentos e peças etnológicas brasileiras e estrangeiras que abarcam diversos aspectos dos universos culturais africanos e afro-brasileiros. O Ibirapuera também abriga dois prédios que recebem exposições, a Oca e o pavilhão da Bienal.

O parque apresenta, ainda, o Auditório Ibirapuera, concebido nos anos 1950 por Niemeyer, que só teve sua obra finalizada em 2005. Em sua decoração, destaca-se uma escultura de Tomie Ohtake. Recebe principalmente espetáculos musicais e teatrais.

ESPORTE

O Ibirapuera oferece uma ampla gama de opções para quem quer se exercitar ou apenas se divertir em jogos com os amigos.

O parque tem quadras poliesportivas, campo de futebol e pistas para corrida e caminhada, além de vias e espaços para ciclistas, skatistas e patinadores, como a marquise.

A ciclovia do parque possui 2.745 metros de extensão.

Os corredores tomam o parque diariamente em grupos ou sozinhos para treinar nos três percursos oferecidos: 1,2 km, 3 km e 6 km. Diversas assessorias esportivas fazem treinos no local.

Oca

Os gramados e praças também são constantemente usados por praticantes de ioga, mahamudra e tai chi chuan, entre outras atividades.

DESCANSO E CONTEMPLAÇÃO

O Ibirapuera é conhecido internacionalmente por suas belas paisagens e atrações naturais. As mais icônicas estão à beira do lago. Todos os dias, pessoas se sentam à beira da água para contemplar o parque. As praças da Paz, do Porquinho e Burle Marx também são ótimos locais para quem quer descansar sob a sombra das árvores.

Outra bela atração é o Pavilhão Japonês, localizado às margens do lago. Ele é composto por um edifício principal suspenso, com salas anexas, um salão de exposição e um lago de carpas. O local foi inspirado no palácio Katsura, antiga residência de verão do imperador japonês, erguido em 1620 em Quioto.

Já o Jardim das Esculturas abriga 30 obras de artistas brasileiros entre o MAM, a Bienal e a OCA. Em meio ao projeto paisagístico de Burle Marx surgem obras de artistas como Carlos Fajardo, Amílcar de Castro e Emanoel Araújo.

Quem quer mais contato com a natureza pode visitar o Viveiro Manequinho Lopes, que produz mudas para serem plantadas pela cidade e funciona também como centro de pesquisa. Possui um acervo com cerca de 200 espécies diferentes de plantas. Os visitantes podem conhecer dez estufas (casas de vegetação), 97 estufins (canteiros suspensos), três telados (estruturas cobertas com tela de sombreamento) e 39 quadras com mudas prontas para o fornecimento aos órgãos públicos municipais.

BRINCADEIRA

O parque possui três áreas projetadas para a diversão das crianças. O playground principal é amplo e aberto, com brinquedos feitos de madeira e opções de desafios para diversas idades. Os mais novos podem se divertir também em um parquinho cercado, que garante mais segurança. Há ainda uma área com brinquedos acessíveis.

Cachorros e seus donos podem brincar nas áreas cercadas em que é possível correr sem coleira. Esses locais ficam entre os portões 6 e 7.

GASTRONOMIA

Lanchonetes e restaurantes são ótimas opções para quem precisa matar a fome enquanto passeia pelo parque. O Madureira Sucos, o Café Bienal e as lanchonetes Sabor Ibira 1 e 2 oferecem refeições rápidas e bebidas para repor as energias.

O restaurante do MAM serve um delicioso bufê de almoço com vista para o Jardim das Esculturas. O MAC, por sua vez, abriga o Vista, um restaurante com cardápio variado e uma das mais belas vistas do parque.

Fotos Keiny Andrade/Estúdio Folha

Parque Ibirapuera

Auditório Ibirapuera

Parque Ibirapuera

Estúdio FOLHA APRESENTA

Emiliano Capozoli/Estúdio Folha

VILA CLEMENTINO: O QUE SÃO PAULO TEM DE MELHOR

Região oferece comércio, serviços e transporte de qualidade ao mesmo tempo que proporciona contato fácil com a natureza e o bem-estar

Bairro nobre da zona sul de São Paulo, a Vila Clementino é procurada por quem busca unir todas as facilidades e atrações oferecidas pela metrópole a uma atmosfera de tranquilidade rodeada pelo verde.

Localizada ao lado do Parque Ibirapuera e próxima da avenida Paulista, essa região em constante valorização é excelente para investir ou morar, já que é uma das mais queridas da capital paulista.Estar ao lado dos dois principais cartões postais da cidade permite ao morador usufruir de uma ampla gama de opções de lazer, comércio e serviços, além de contar com uma mobilidade ímpar para se deslocar por São Paulo.

O Ibirapuera é um parque completo, com atrações culturais, museus, quadras poliesportivas, campo gramado, playgrounds e belas paisagens, entre outras atrações.

Morar ao lado do parque proporciona bem-estar, contato com a natureza, oportunidades para manter a boa forma e a saúde e diversas opções de diversão para toda a família.

Já a badalada avenida Paulista é um dos principais centros de negócios da cidade, além de concentrar uma ampla gama de serviços.

A Paulista também abriga importantes shopping centers (o principal deles é o Cidade de São Paulo), lojas, cinemas, teatros e instituições de ensino e cultura.

MOBILIDADE

Escolhida pelos paulistanos como a melhor região para morar em São Paulo, de acordo com pesquisa do Datafolha, a zona sul é notória pela ampla oferta de transporte e opções de deslocamento.

A Vila Clementino é servida pelas linhas 5-lilás e 1-azul, interligadas à linha 2-verde, proporcionando deslocamento rápido a diversas partes da cidade.

Além disso, é acessível pelas avenidas Rubem Berta, Domingos de Morais e rua Sena Madureira, entre outras, e permite chegar ao aeroporto de Congonhas em apenas dez minutos.

O bairro também tem ciclofaixas que tornam mais fácil e seguro os deslocamentos de quem gosta de andar de bike.

COMPRAS E SERVIÇOS

A Vila Clementino possui uma ótima oferta de comércio e serviços, com supermercados (Pão de Açúcar, Carrefour, Extra, Dia e Pastorinho, entre outros), bancos, farmácias e pet shops.

O principal centro de compras é o shopping Metrô Santa Cruz, que oferece um bom mix de lojas com opções como Tok&Stok, Zelo, Samsung, L'Occitane, Havaianas e Camicado, entre outras. O shopping também oferece uma série de serviços, restaurantes e salas de cinema.

O morador da Vila Clementino conta com um comércio de rua interessante e pode acessar em poucos minutos as lojas de Moema, da Vila Mariana e todas as opções da avenida Paulista.

Essa região é reconhecida por abrigar diversos hospitais que são referência na cidade, como São Camilo, Instituto Dante Pazzanese, São Paulo, Oswaldo Cruz, Santa Catarina, Santa Joana e HCor.

O bairro e seu entorno também apresentam importantes laboratórios como Fleury, SalomãoZoppi, Lavoisier e CDB, entre outros.

A Vila Clementino e seus arredores também abrigam importantes instituições de ensino como os colégios Bandeirantes, Arquidiocesano e Liceu Pasteur e as faculdades ESPM, Belas Artes e Unifesp.

Para famílias que procuram excelente localização e comodidade sem abrir mão da proximidade com o verde, a Vila Clementino pode oferecer o melhor de São Paulo.

EstúdioFOLHA APRESENTA

TRADIÇÃO JAPONESA EM MOEMA

Restaurante Kazuki apresenta criações originais em ambiente intimista há mais de 30 anos

Mais de 30 anos atrás um pequeno restaurante japonês abriu as portas em Moema em uma região totalmente residencial. Na época, foi uma aposta arriscada.

Mas com atenção especial à qualidade dos ingredientes, sushimen talentosos e atendimento atencioso, o Kazuki conquistou o paladar dos moradores e se consolidou como um dos melhores restaurantes japoneses da região.

"Nossa proposta é poder proporcionar aos clientes uma experiência única e o melhor da culinária japonesa feita com amor, dedicação e profissionalismo. Nossa casa tem um ambiente descontraído e harmônico, com uma equipe de ótimo astral e atenciosa", avalia Kazuki Sato, proprietário e sushiman do restaurante, que começou a manusear as facas atrás do balcão aos 15 anos.

A casa oferece serviço a la carte e menu degustação, elaborado pelos chefs de acordo com os melhores peixes do dia. Nele também aparecem ingredientes nobres como vieira japonesa, foie gras, ovas e trufados, entre outros.

O prato mais pedido é o combinado Sato, que apresenta criações contemporâneas como o Shissô Spicy (folha de shissô tempurá com tartar apimentado de atum).

O Kazuki tem conceito intimista, com poucas mesas e ambiente aconchegante. Uma ótima opção para quem busca uma viagem pela culinária japonesa.

Al. dos Guaramomis, 248; tel.: 97605-4228 ou 5051-1081

Kazuki/Divulgação

CONFIRA OUTRAS OPÇÕES NO BAIRRO

BRÁZ QUINTAL

Uma das melhores pizzas da cidade é servida em um belo quintal aconchegante e repleto de verde. O cardápio tem sabores tradicionais, como calabresa e aliche, e receitas exclusivas, como a caprese (mussarela de búfala, tomate caqui, folhas gigantes de manjericão e pesto de azeitonas pretas). **R. Gandavo, 447; tel.: 5082-3800**

TORTTERIA D'ALMADA

Tortas, bolos, doces e salgados lindos e deliciosos podem ser apreciados nas poucas mesas do salão ou levados para casa. A torta de limão, azedinha na medida certa, é de comer ajoelhado. Aceita encomendas. **R. Luís Góis, 1.548; tel.: 5071-2343**

ZINO ADEGA E RESTAURANTE

Ambiente acolhedor, com decoração rústica e quintal com mesas ao redor de um pé de carambola, serve delícias da culinária italiana. No menu se destacam as carnes, as massas e os risotos. Local ideal para jantar romântico a dois. **R. Joaquim Távora, 1317; tel.: 99366-8070**

1900 PIZZERIA

Uma das mais famosas pizzarias da cidade tem sabores especiais como o da pizza Amatriciana, com molho tradicional italiano "all'amatriciana" (tomate pelado com panceta ao vinho branco) e mussarela de ovelha. Os discos podem ser feitos com farinha tradicional ou integral, sem glúten e sem lactose. **R. Estado de Israel, 240; tel.: 5575-1900**

VISTA

No topo do Museu de Arte Contemporânea, o restaurante tem uma vista do parque Ibirapuera de tirar o fôlego. Da cozinha do chef Marcelo Corrêa Bastos saem sabores de todos os cantos do país em apresentações únicas, como o arroz de suã com vieiras, arroz de cogumelo ao tucupi, o polvo grelhado com arroz negro, a moqueca baiana e o filé mignon com purê de batata-doce tostada. **Av. Pedro Álvares Cabral, 1301; tel.: 2658-3188**

TIRRENO

Restaurante especializado em cozinha mediterrânea e inspirado na culinária italiana. Serve saladas, antepastos italianos, pratos como massas, risotos e grelhados, em um ambiente rústico e acolhedor. **R. Coronel Lisboa, 710; tel.: 5549-5105 e 94830-5380**

EstúdioFOLHA

APRESENTAM

PARA TODOS OS ESTILOS

Perspectiva ilustrada da piscina do Expression Ibirapuera

Perspectiva ilustrada da piscina no rooftop no 20º pavimento do Exalt

Fotos EZTEC/Divulgação

EZTec leva à Vila Clementino o Expression e o Exalt Ibirapuera by EZ, empreendimentos que atendem a diferentes perfis com alta qualidade, lazer completo e localização privilegiada, vizinha do Ibirapuera e da avenida Paulista

Ter o Ibirapuera como vizinho. Estar a poucos minutos da avenida Paulista e de tudo o que essa região oferece. Fazer compras, resolver as tarefas do dia a dia, estudar em boas instituições e cuidar da saúde e do bem-estar sem enfrentar deslocamentos longos e cansativos.

Morar em uma localização privilegiada é o sonho de quem quer aproveitar o que São Paulo tem de melhor. E para satisfazer esse desejo, a EZTec preparou dois lançamentos que atendem às expectativas e demandas de diferentes perfis de moradores. Todos podem ter esse privilégio.

O Expression Ibirapuera chegará à região da Vila Clementino com apartamentos amplos e aconchegantes com duas a quatro suítes (122 m² a 169 m²), duas a três vagas de garagem e depósito.

As residências foram planejadas com atenção a detalhes como hall social privativo, elevadores sociais com controle de acesso, automação de persianas, infraestrutura para ar-condicionado e tomadas USB, entre outros.

Localizado na rua Coronel Lisboa, tem projeto arquitetônico da LE Arquitetos, decoração de Priscilla Zarzur e paisagismo de Benedito Abbud.

O Expression terá fachada contemporânea, com gradil em vidro no terraço social, e áreas de lazer completas com piscina de 25 metros coberta, piscina adulto e infantil, playground, quadra recreativa, brinquedoteca e pet place.

Também apresentará estrutura para cuidar do corpo, do bem-estar e do relaxamento, com espaço fitness planejado pela Cia Athletica, sauna seca, sala de massagem, spa da piscina coberta, deck molhado e solarium.

Os moradores poderão receber amigos em um salão de festas elegante e na área da churrasqueira, para eventos mais descontraídos.

O projeto do empreendimento também prevê a possibilidade de serviços pay-per-use, como home repair, lavanderia e reparo de roupas, beauty care, massagem, personal trainer, serviços de limpeza e pet care.

NOVO ESTILO DE VIDA

Na mesma região privilegiada da Vila Clementino, a EZTec também lançará o Exalt Ibirapuera by EZ.

Localizado na rua Borges Lagoa, a apenas 550 m da estação Santa Cruz do Metrô e próximo a ciclovias, tornará mais fácil os deslocamentos de quem busca comodidade.

O Exalt leva esse conceito para dentro do empreendimento. Um lobby com concierge ajudará a tornar o dia a dia mais prático.

Um espaço de coworking decorado e equipado atenderá à nova demanda do home office. Assim como a lavanderia, que ajudará na resolução das tarefas do cotidiano.

Os moradores também terão à disposição áreas para receber amigos em diferentes tipos de eventos. O Exalt terá salão de festas, churrasqueira e lounge externo decorados com cuidado para valorizar todos os encontros.

Para momentos de lazer e cuidado pessoal, o empreendimento oferecerá piscina coberta de 25 metros, espaço beauty, sala de massagem e fitness com design by Cia Athletica.

As crianças poderão se divertir na brinquedoteca e no playground, e os pets terão um espaço próprio para brincar.

O destaque do lazer, no entanto, estará no 20º pavimento, com uma piscina paradisíaca de 25 metros, solarium, sky lounge bar, sky barbecue e sky gourmet.

As residências terão plantas flexíveis, que se adaptam ao ritmo e estilo de vida de cada um, com studios e apartamentos de um ou dois dormitórios (23 m² a 65 m²).

Com opções para diversos perfis, a Vila Clementino tem dois novos destinos para quem busca uma vida prática e confortável na metrópole, aproveitando o que a cidade tem de melhor.